

Discípulos de Clio

PRELÚDIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Joseanne Zingleara Soares Marinho
Pedro Pio Fontineles Filho
(Organizadores)



EdUESPI

DISCÍPULOS DE CLIO: PRELÚDIOS DA
PESQUISA HISTÓRICA

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
PEDRO PIO FONTINELES FILHO
ORGANIZADORES

**Discípulos de Clio: prelúdios da
pesquisa histórica**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Rosineide Candeia de Araújo
Vice-Reitora

Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Gustavo Oliveira de Meira Gusmão
Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação

Ailma do Nascimento Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Antônio Soares Júnior
Pró-Reitor de Administração

Geraldo Eduardo da Luz Júnior
Pró-Reitor Adj. de Administração

Raimundo Isídio de Sousa
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



José Wellington Barroso de Araújo Dias **Governador do Estado**
Maria Regina Sousa **Vice-governadora do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Rosineide Candeia de Araújo **Vice-Reitora**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Joséliade Carvalho Leão **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Autores **Revisão**
Editora e Gráfica - UESPI **E-book**

D611 Discípulos de Clio: prelúdios da pesquisa histórica [recurso eletrônico] / Organizado por Joseanne Zingleara Soares Marinho, Pedro Pio Fontineles Filho. – Teresina: EDUESPI, 2022.
E-book.

ISBN: 978-65-88108-49-9

1. História do Piauí. 2. História da saúde. 3. Política e educação. I. Marinho, Joseanne Zingleara Soares. II. Fontineles Filho, Pedro Pio. III. Título.

CDD: 981.22

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)
Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

Sumário

Os aprendizes de Clio nas trilhas do ofício de historiador..... 9

Cidade e história da saúde

Entre Clio e São Benedito: história, literatura e representações de Teresina do século XIX, na obra “O Turco e o Cinzelador” 19

Rebeca de Carvalho Melo

Mário de Sousa Oliveira

Pedro Pio Fontineles Filho

Às margens do rio Parnaíba, nas margens da sociedade: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930 - 1970) 43

Danielle Filgueiras Santos

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Nasce um bairro: análise do processo de formação do bairro Itararé e suas sociabilidades (Teresina, 1977-1985) 69

George Gabriel de Amorim

Marcelo de Sousa Neto

O Piauí no contexto de expansão da indústria de laticínios no Brasil: a instalação do Laticínio Longá em Parnaíba (1992)..... 87

Thalia Lorena Galeno

Felipe Ribeiro

Enfermidade e permanências: hanseníase em Teresina (2006-2016)..... 101

Gabriel Rocha da Silva

Antonia Valtéria Melo Alvarenga

História, política e educação

A faculdade de direito de Olinda/Recife e o ensino de Ciências Jurídicas no Brasil (1827-1850)..... 125

Kayron Eduardo Pereira da Silva Fontineles

Marcelo de Sousa Neto

Disputas em pauta: a atuação da imprensa piauiense no Regime Militar (Anos 1960)..... 145

Isabela Sousa Moura

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Entre traços e toruturas: representação da Ditadura Militar brasileira através dos quadrinhos “subersivos” 165

Joab Viana de Mesquita

Pedro Pio Fontineles Filho

Abertura Letárgica: o discurso autoritário nas
eleições de 1982..... 185

Andrews Willisses Ferreira Costa

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Mulheres encaixadas: a representação da mulher
negra nos livros didáticos de história 201

Máira Nascimento dos Santos

Fernando Bagiotto Botton

Gênero, feminilidades e masculinidades

Crimes impressos: virilidades populares em notas
policiais da imprensa de Caxias-MA durante a
Primeira República 223

Lais Isabelle Rocha de Souza

Jakson dos Santos Ribeiro

Defloramentos no sertão maranhense durante a
Primeira República 247

Veronica Lima de Amorim Matos

Jakson dos Santos Ribeiro

Mulheres que sobrevivem aos maridos: viuvez
como desencadeante da chefia familiar feminina em
Caxias/MA (1960-1980)..... 271

Raimundo Nonato Santos de Sousa

Antonia Valtéria Melo Alvarenga

Corpos em transe: performances e identidades de gênero nos filmes em super-8 de Jomard Muniz de Britto (Recife e João Pessoa, 1974-1982).....	295
<i>Iago Tallys Silva Luz</i>	
<i>Fábio Leonardo Castelo Branco Brito</i>	
“Esse instinto é inato ou fabricado?”: A negação do maternalismo no Brasil (1968-2018).....	313
<i>Thayná Guedes Assunção Martins</i>	
<i>Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>	
O homem pela roupa: a propagação da elegância e da idealização do homem republicano caxiense.....	339
<i>Marta Gleiciane Rodrigues Pinheiro</i>	
<i>Jakson dos Santos Ribeiro</i>	
Masculinidades em Oeiras/PI: algumas considerações sobre práticas cotidianas violentas (2015-2016).....	361
<i>Antonio Bispo dos Santos</i>	
<i>Angela Maria Macêdo de Oliveira</i>	
Sobre as autoras e os autores.....	389

Os aprendizes de Clio nas trilhas do ofício do historiador

A História não é uma matéria objeto de conhecimento de índole análoga à que constitui as outras ciências sociais. A História é uma “qualidade” inserida nas coisas, uma qualidade do social, sem dúvida, mas não é ela mesma uma coisa, como pensara Durkheim a respeito dos fatos sociais. Não existe um fato histórico por natureza.¹

É na compreensão dessa “qualidade” que os capítulos aqui reunidos se inscrevem, pois entendem que os objetos não estão dados, não são uma existência em sua essência, ou seja, não são naturais. Os objetos foram construídos e analisados a partir das percepções das regras do campo científico da história e da historiografia. Partiram das noções e elementos básicos da pesquisa em História, atentando para, como fala José D’Assunção Barros², os compartimentos, dimensões, abordagens e domínios inerentes ao campo.

Vale lembrar de que “*no sentido mais lato, não há História a não ser a do homem.*”³ É o ser humano no tempo e no espaço que, em linhas gerais, está problematizado nos capítulos deste *Discípulos de Clio: prelúdios da pesquisa histórica*. Os textos que constituem esta coletânea são, de maneira emblemática, histórias de mulheres e homens, que combatem na e pela His-

1. ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 42.

2. BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: espacialidades e abordagens*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

3. FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1989, p. 23.

tória. São expressões de trajetórias que se cruzam. Histórias de pesquisadoras e pesquisadores que já trilharam, e ainda trilham, um sólido percurso no universo de *Clio*, contribuindo, inclusive, para o fortalecimento da historiografia local e nacional. São os passos iniciais, mas firmes e focados, de pesquisas que tomam a História como paixão, compromisso e responsabilidade. São estudos que seguiram o lastro de uma pesquisa histórica com olhar para o humano e sobre o humano, tentando perceber os conflitos e dinâmicas sociais. Em grande parte, são fruto da formação científica que receberam nas salas de aula e nos laboratórios. Formação essa que não se esquivou do viés humanístico, visto ser “assunto incontornável, não deve ser entendido, como infelizmente ocorre com frequência, como algo contrário à existência de um desejo de busca de verdades comprováveis, de certas técnicas e de um ofício.”⁴

De maneira geral, todos os capítulos aqui reunidos são frutos de pesquisas ambientadas no Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC, de diferentes Instituições de Ensino Superior. Os discentes, bolsistas ou voluntários, realizaram suas pesquisas, inicialmente, movidos pelo desafio. Eles, em parceria com seus orientadores e suas orientadoras, compreendem que “iniciar uma Pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora,”⁵ Nessa viagem, mesmo dispondo de roteiros relativamente organizados, as dificuldades de pesquisa, como acesso às fontes e suas condições de manuseio, não deixaram de existir. No entanto, os contratemplos enfrentados não se configuraram como impeditivos para a finalização das pesquisas.

4. ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p.50.

5 BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 09.

São resultados de pesquisas realizadas em diferentes momentos e com objetos, metodologias, fontes e temporalidades variados, que contribuem para a pluralidade da História. Trata-se de estudos que se destinam ao singular e ao plural, pois, “como o éter, o meio humano conhece ações de longo alcance.”⁶ E, na tentativa de seguir os vestígios e rastros desse alcance, que os pesquisadores se dedicaram. São capítulos escritos por aprendizes e eternos aprendizes de *Clio*, que compreendem que “Fazer história’ é uma prática”⁷ e que tal prática é marcada por critérios, técnicas e metodologias próprios do campo científico. Tal observação, porque “a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isso ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção.”⁸

Os dezesseis capítulos compilados nesta coletânea enveredam-se por diferentes especialidades e apresentam diferentes abordagens. São temáticas que mantêm inter-relações com os debates voltados para a problematização das espacialidades e história da saúde; da História, da política e da educação; do Gênero, das feminilidades e das masculinidades. Essa pluralidade temática está ligada à profusão de domínios no campo historiográfico. Esta coletânea é um indicativo de que “a criatividade dos historiadores sempre poderá organizar mais e mais campos, prontos a acolherem novos objetos ou a receberem no seu seio objetos antigos, deslocados com um novo propósito.”⁹ As reflexões sobre os usos de fontes documentais variadas e suas metodologias de análises foram habilmente conduzidas pelo arcabouço teórico que embasou cada pesquisa. Por esse

6. FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1989, p. 153.

7. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 64.

8. *Ibid.*, p. 65.

9. BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: espacialidades e abordagens*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 186.

diapasão, conceitos e categorias como representação, corpo, identidades, sociabilidades, memória, urbanização, modernização, cotidiano, práticas são alguns exemplos da riqueza teórica que brota nos e dos escritos selecionados. São capítulos que apontam para possibilidades de compreensão de sujeitos, espaços e tempos variados, ou melhor dizendo, de sociedades múltiplas. Tal multiplicidade se manifesta no entendimento de que “a história se encontra plasmada na sociedade. É algo que lhe sucede, que caracteriza a sociedade ou sociedades concretas. Para falar de história é, pois, imprescindível falar da sociedade”¹⁰. Nessa mesma direção, é pertinente atentar para a assertiva de que “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber”¹¹. As pesquisas aqui elencadas representam, em boa medida, o corpo social dos pesquisadores, das agências de fomento e das instituições de ensino às quais pertencem. E os capítulos falam das sociedades de bairros, de cidades, de estados, contemplando Piauí, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, sem perder de vista as conexões com o nacional.

Além dessas incursões temáticas, os recortes temporais e espaciais das pesquisas permitem ao leitor o conhecimento dos alcances do olhar e do ofício do historiador, revisitando objetos inscritos nos séculos XIX, XX e XXI. Mesmo sendo trabalhos distintos, é possível ao leitor lê-los no sentido de buscar diálogos, uma vez que “os historiadores, quando fazem seu trabalho de pesquisa, vão não fundo, mas para os lados, passando de um conjunto de fontes a outro.”¹² Nes-

10. ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 256.

11. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 89.

12. JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 79.

se sentido, esse transitar por fontes e, também, por teorias e metodologias, constrói as pontes para a compreensão do fazer historiográfico.

No tocante ao contato com as fontes, as mais variadas possíveis foram utilizadas e analisadas pelos pesquisadores aqui integrados. Foi diante da variedade documental que os autores-pesquisadores colocaram em prática a noção aprendida de que “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira.” Na iniciação da pesquisa científica, os discen-tes puderam estreitar os seus laços com as fontes, percebendo que, para cada fonte, questionamentos, problematizações e interpretações devem ser feitos. Nesse mesmo exercício, não deixaram de lado o ensinamento de que “o estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas.”¹³ O lugar social do professor-pesquisador-historiador não deve ser pensado restrito aos arquivos e aos escritórios. Seu lugar é marcado pelo contato e compromisso social, cultural e político. É o lugar próprio de *Clio*, como musa que se compromete com a busca e a proclamação do saber histórico, com vistas a não somente contar, mas transformar, repensar e reconstruir a realidade.

Como proclamadora, *Clio* é aquela que, dentre suas inúmeras representações e significados, é a musa que, em larga medida, anuncia a História. Nas muitas imagens que tentam ilustrá-la, o livro na mão, como forma de construção e busca do conhecimento é uma interpretação possível e pertinente. Além disso, a trombeta indicaria o papel da História em chamar atenção para os acontecimentos, para as vivências e experiências. Tomamos essa simbologia da trombeta para ir

13. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 72.

além da anunciação. Entendemos que o instrumento musical por ela utilizado deve ser tomado como um chamado e como alerta. Chamado para que novos e ávidos pesquisadores em História se aventurem nas trilhas de *Clio* e desbravem novos horizontes de pensar histórico. Alerta em virtude de que, sobretudo nos últimos anos, a História tem sofrido reiterados ataques discursivos, ideológicos e políticos, que desqualificam a importância do fazer histórico e historiográfico como construção científica. Em tempos de negacionismos e de *fake news*, o conhecimento histórico é indispensável para que discursos falaciosos e deturpadores não ganhem força ao ponto de se comportarem como “verdade” estabelecida.

Quando François Hartog perguntou “Ainda cremos em História? E o que significa hoje responder sim ou não a essa questão?”¹⁴, fez isso com o intuito de pensar os processos e movimentos do conhecimento histórico à luz de diferentes correntes teóricas e em momentos históricos distintos. Reinhart Koselleck também perguntou: “Para que ainda a investigação histórica?”¹⁵ Responder a essas perguntas, hoje, é fulcral para reforçar os combates pela História, pela consciência histórica e pelo fim de posturas e ideais segregadores. Responder a essas perguntas é, antes de tudo, um posicionamento político, é uma manifestação de cidadania. Para tanto, não basta crer na História, pois a crença é, talvez, o estágio inicial e necessário.

Mas é preciso ir além da crença e partir para a prática, pois “o fazer é uma modalidade do crer.”¹⁶ Todos os capítulos ora apresentados neste volume, estão imersos no compromisso de crer e fazer História. Nesse sentido, é oportuno lembrar

14. HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 09.

15. KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. São Paulo: EDUNESP, 2021, p. 131.

16. HARTOG, François. *Op. cit.*, p. 16.

de que “se escrever é fazer, escrevendo o historiador também faz.”¹⁷ E os autores dos capítulos fizeram, e muito, pela História, pois, com suas escritas pautadas na análise documental e no diálogo teórico-metodológico, contribuem para a (re) valorização da História. São manuscritos que demonstram que “na travessia pela ‘história’ são de novo descobertas as histórias, as de antes e as de hoje.”¹⁸

Nesta coletânea, discentes com suas orientadoras e orientadores se mostraram como discípulos de *Clio*, devotados à oficina da História. O intuito da presente coletânea, mais que publicizar e divulgar os resultados de pesquisas de iniciação científica, é continuar despertando nos leitores e potenciais aprendizes de historiadores, o gosto e o desejo pelo conhecimento histórico. É a pretensão mesma de inspirar o surgimento de novos discípulos de *Clio*. Que estes estudos reunidos possam agir como prelúdios para novos horizontes de novos pesquisadores.

Teresina-PI, 02 de janeiro de 2022.

Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho
Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

17. HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 21.

18. KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. São Paulo: EDUNESP, 2021, p. 155.

Cidade e história da saúde

Entre Clio e São Benedito: história, literatura e representações de Teresina do século XIX, na obra “O Turco e o Cinzelador”

*Rebeca de Carvalho Melo*¹
*Mário de Sousa Oliveira*²
*Pedro Pio Fontineles Filho*³

1. Introdução

Ela (Literatura) é uma reflexão sobre o que existe e projeção do que poderá vir a existir; registra e interpreta o presente, reconstrói o passado e inventa o futuro por meio de uma narrativa pautada no critério de ser verossímil, da estética clássica ou nas notações da realidade para produzir uma ilusão de real (BORGES, 2010, p. 99).

Temos por conceito que a escrita é, em larga medida, a expressão de pensamentos, ideias e memórias. Ela, assim

1. Graduação em História na Universidade Estadual do Piauí – UESPI/CCM. Pesquisadora PIBIC/UESPI – 2019/2020.

2. Graduação em História na Universidade Estadual do Piauí – UESPI/CCM. Pesquisador PIBIC/CNPq – 2018/2019; 2019/2020; 2020/2021.

3. Professor Doutor do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI/CCM.

como qualquer produto humano, é marcada pelas veleidades do tempo e do espaço. Dessa maneira, ela é representação de uma sociedade, de uma cultura e dos enlaces políticos e econômicos. Ela não é apenas representação de um tempo, como uma ferramenta que, também, (re) cria representações do mundo, do real e da verdade. Nesse sentido, história e narrativas ficcionais se aproximam por, de certa forma, lançarem olhares sobre a existência das coisas, do mundo e dos homens. As paisagens, como salientou Bloch (1997), são indicativos daquilo que o homem cria, usa e transforma, bem como ressignifica e sente.

É sobre essas possibilidades de representação e de (re) criação que a obra de Eneas do Rêgo Barros⁴ é tomada no presente capítulo, visto que, em sua narrativa, há traços de aproximação entre a Literatura e a História. Barros publicou livros como *Municípios Turísticos Piauienses* (1996), *Em verdade vos digo* (2002); *Piauí, Terra Querida* (1996); *Macauã* (2008); *15:50 - A história da menina-vampiro do Piauí* (2013) entre outras obras de Ensaio. Vale ressaltar que a obra a ser diretamente discutida e analisada no presente estudo será *O Turco e o Cinzelador*⁵.

Vale enfatizar que a problematização do artigo é endossada pelas seguintes perguntas norteadoras: Como a história e a memória da cidade de Teresina, em suas primeiras décadas de existência, são representadas na obra *O Turco e o Cinzelador*? Quais as aproximações e distanciamentos entre História, Memória e narrativa ficcional no livro? Quais as interconexões entre os personagens ficcionais e a realidade vivida pelos tere-

4. Nascido em Teresina, Piauí. Eneas Barros graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Piauí, especializou-se em Planejamento Turístico pela Faculdade de Ensino Superior de Pernambuco e em Jornalismo e Marketing pela Universidade de Nebraska.

5. A obra possui três edições: 2009, 2013 e 2018 (Editora Nova Aliança).

sinenses durante a segunda metade do século XIX? Como são construídas as relações e as noções de espaço e espacialidades na obra do escritor? Em que medida os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais são apresentados pela narrativa do escritor?

A pertinência de se estudar a obra de Eneas Barros está no fato de que, além de se revisitar as memórias da cidade, os estudos sobre a relação entre História e Literatura ganham novos ares, em decorrência de que a narrativa ficcional pode ser tomada como parceira na visualização de outras vivências e experiências dos espaços. As cidades, em sua concepção moderna e contemporânea, assumem contornos que só podem ser problematizadas e entendidas mediante a presença humana, com suas práticas e subjetivações. Para Ana Carlos, “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas” (CARLOS, 2020, p.57). Essa vinculação entre Literatura e Cidade se dá em uma relação muito próxima, onde tal relação é mesclada de influências, visto que os espaços impactam na produção da escrita e a escrita representa o meio que a produz e que lhe serve de ambiente de circulação e consumo.

A obra retoma as noções, em sua narrativa, de tempo, pois o escritor suscita debates que compõem *locus* de discussão da oficina da História, ligados às ideias de moderno, modernidade, modernização e urbanização. A pobreza, representada pela busca de condições de vida mais dignas, trazem à tona as discussões acerca da condição humana nos espaços urbanos. Nesse sentido, Hannah Arendt (2010) é indispensável para o entendimento das disputas e das relações de poder que marcam “a condição humana”, ao passo que “o poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entida-

de imutável, mensurável e confiável como a força e o vigor.” (ARENDR, 2010, p. 250).

É possível dizer que as realidades construídas na narrativa da obra de Eneas Barros dão indícios de uma paisagem que transita entre Real e o Imaginário, não somente nas dimensões físicas e geográficas, mas dos limiares das práticas cotidianas e culturais dos sujeitos experimentadores e criadores dos Para Williams (1989), cada movimento de retorno ao passado precisa ser entendido em suas especificidades históricas e contextuais. Para tal, é necessário realizar uma análise precisa de cada tipo de retrospecto à medida que forem surgindo, “a religiosa, a humanística, a política, a cultural” (WILLIAMS, 1989, p.25). O livro de Eneas Barros nos apresenta vislumbres de uma Teresina procurando dá passos para acompanhar o ritmo das demais capitais do nordeste. Fundada em 1852, a cidade teve seu desenvolvimento tardio como característica principal. O recorte temporal da obra se dá na segunda metade do século XIX, mais precisamente entre a década de 1860 e 1880. A narrativa centra-se na construção da igreja de São Benedito, mas, no desenrolar do enredo, o autor tece aspectos culturais, sociais e econômicos de uma Teresina em suas primeiras décadas.

As leituras teórico-metodológicas abarcam três eixos de inferência: História e Literatura; História e Cidade; História e Memória. O primeiro eixo é indispensável para a compreensão das aproximações entre narrativa histórica e narrativa ficcional-literária. Os dois eixos seguintes são fundamentais para a compreensão da base histórica e historiográfica, ou melhor, da configuração histórica dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais, narrados na obra do escritor entre a ficção e a memória.

No intuito de cartografar a obra de Eneas Barros, foram feitas análises das diferentes edições do livro *O Turco e o Cin-*

zelador. Isso permitiu entender as trajetórias do livro, bem como as leituras e releituras sobre sua obra, levando em consideração as ilustrações das capas, epígrafes, prefácios orelhas e quarta-capas. Dessa maneira seguiu a metodologia da história do livro e da leitura, que tenta mapear os diferentes momentos de feitura, apropriação e reprodução do livro.

Para a leitura e análise da obra de Eneas Barros, o estudo recorre aos lastros teórico-metodológicos construídos por Roger Chartier (1990; 2002a; 2002b), Pesavento (2006), Ítalo Calvino (2009), Valdeci Borges (2010) e Fontineles Filho (2017) para os debates sobre História e narrativas ficcionais-literárias. No tocante às discussões sobre História e Cidade, serão tomadas as reflexões feitas por Ana Fani Carlos (2020) e Raymond Williams (1989). Para os debates sobre História, Memória, os estudos feitos por Jaques Le Goff (2014) e Pierre Nora (1993). Para contextualização histórica sobre as transformações ocorridas no Piauí, e em especial na cidade de Teresina, recorreremos às leituras de Andrade e Castelo Branco (2016), Gercinair Gandara (2011), Fontineles Filho (2009a; 2009b) e Mafalda Araújo (1997).

Segundo Luca (2010), os jornais enfrentaram por muitos anos a relutância por parte dos historiadores em utilizá-los como fontes seguras. Com o tempo esse receio foi sendo desmistificado graças ao avanço das técnicas e metodologias para análises hemerográficas. Tendo esse pensamento em mente o artigo foi desenvolvido por meio de levantamento e catalogação de jornais que circulavam no período que abarca o estudo da pesquisa, entendendo que há a possibilidade de se compreender através dos jornais alguns aspectos que marcaram o cotidiano e a memória dos moradores da cidade de Teresina na segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, na dimensão acadêmico-científica, o artigo desenvolvido lança questionamentos sobre a “história

silenciada” da cidade, no que se refere aos indícios, aos acontecimentos cotidianos que, em geral, os documentos e fontes ditas tradicionais não conseguiram dar conta. Diferentemente da rotina, como sugere Heller (2004), que é resultado dos atos que nós repetimos sistematicamente e metodicamente, sem darmos a real conta e significado para essas ações; o cotidiano está sempre relacionado à vivência social, à vida dos indivíduos, e como se relacionam entre si, de forma espontânea e reagente às ações mútuas.

2. A nova capital em transformação.

Faz-se necessário um retorno cronológico que remete à fundação da cidade de Teresina, para que possamos entender a gênese desse do processo de urbanização da nova capital. Segundo o jornal *O Echo Liberal* (1851), a população da cidade de Oeiras era totalmente contra a transferência da capital para a Vila do Poti⁶.

Mudar-se a capital de uma província de uma cidade grande e populosa, onde existem todos os edifícios públicos, e onde há noventa anos existe a sede do governo, e todas as repartições públicas para um lugar deserto, e onde uma casa de morada não tem ainda, e tudo será preciso criar-se, é já não diremos um fato, mas um projeto, um ato que estava reservado para ter lugar no Piauí, e só próprio de um gênio forte e competente [...] (MUDANÇA... *O Echo Liberal*, 24 de jul. de 1851, p. 01).

Embora houvesse insatisfações por parte da população, o então presidente da Província, Antônio Saraiva⁷, defendia que

6. Primeiro nome dado à vila que foi instaurada nos encontros dos rios Parnaíba e Poti, onde posteriormente seria fundada Teresina.

7. Também conhecido como Conselheiro Saraiva, nascido na Bahia, foi um advogado e político que presidiu a Província do Piauí e a Província de Alagoas,

a capital era bem situada e a mais salubre que possível. Defendia também que a nova capital ficaria na posição de tirar da cidade de Caxias, no Maranhão, todo o comércio com o Piauí, além do fato de ser mais próxima de Parnaíba⁸, o que possibilitaria um desenvolvimento melhor da navegação, pois considerava a Vila do Poti como o único lugar “que promete florescer à margem do Parnaíba e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da província” (PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1851, p.43). Branco e Andrade (2016), nos apresentam que para efetivar a mudança da sede na Província foi necessário aguardar a eleição para a Assembleia de janeiro de 1852. O resultado saiu em março do corrente ano e Antônio Saraiva saiu como vitorioso da disputa política. Posteriormente, no dia 20 de julho de 1852, a Vila Nova do Poti foi elevada à categoria de cidade com a denominação de *Theresina*. O Presidente se alocou na cidade e instalou as repartições públicas, no dia 16 de agosto de 1852 oficiou a cidade de Teresina como a nova capital da província, que “foi o passo inicial de mudanças socioespaciais que levariam ao surgimento e desenvolvimento de vilas e cidades ao longo do rio Parnaíba” (BRANCO; ANDRADE, 2016, p.53).

Para Gandara (2011), em contrapartida das antigas aglomerações e vilas da província que surgiam naturalmente e de forma desorganizada, Teresina “inaugurava uma realidade planejada”; o autor vê no plano de Saraiva uma experiência

é o fundador da atual capital piauiense, Teresina. Ocupou cargos ministeriais como a Secretaria de Estado dos Negócios Imperiais em 1861, Ministério de Relações Exteriores em 1865 e Ministério da Fazenda por duas ocasiões, em 1880 e 1885.

8. Município piauiense localizado ao norte do estado. É a porta de entrada do Delta do Parnaíba, foi uma importante vila no processo de adesão do Piauí à Independência do Brasil. Foi elevada a cidade em 14 de agosto de 1844, e era considerada como a uma das candidatas a se tornar a nova capital da Província piauiense por conta da sua localização geográfica e por já ser uma cidade estabelecida.

interessante nessa tentativa de criar uma cidade ordenada. Entendemos, portanto, que dar destaque para as questões da cidade, faz parte da postura que acredita que a urbanização também se processa em outras instâncias, visto que, em larga medida, todos fazem parte da mesma rede de relações de transformações e usos dos espaços, mas com significações e representações distintas e plurais.

Fontineles Filho (2009a), afirma que é possível perceber que esse fenômeno de modernização e de busca por uma “civilização moderna” não era aprendido da mesma maneira. Alguns percebiam suas conquistas, outros denunciavam os males e dores que ela provocava. Essa diversidade na percepção da modernidade configura-se em função da pluralidade de desejos, angústias e interesses que os sujeitos têm sobre seu tempo e seu espaço.

Entendemos que “o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente” (PESAVENTO, 2006, p.2); mediante isso, podemos analisar os personagens fictícios e perceber interconexões entre os mesmos e a realidade vivida pelos teresinenses na capital do Piauí naquele período. Em um primeiro momento, Eneas Barros apresenta a família de Cândido, um homem ríspido e de comportamento agressivo, que coloca sua família em situações desafortunadas. Cândido decide partir juntamente com a família no intuito de procurar melhores condições de vida, pois o local onde residiam, uma localidade não identificada na região centro-norte da província, foi afetado pela seca de 1877⁹, tornando os meios de sobrevivência degradantes.

9. Entre 1877 e 1979, uma grande seca se iniciou em todo o sertão da região nordeste do país, causando uma série de complicações que resultaram em fome, miséria e morte. Nesse contexto, a população de áreas mais remotas, passaram a migrar para regiões mais bem estabelecidas como os grandes centros das capitais.

Era uma situação constante por quase todo território piauiense. O sul da Província do Piauí conviveu, no fim do século XIX, com essa realidade da imigração por consequência da seca, fazendo com que a antiga capital, a cidade de Oeiras, virasse uma espécie de “entrepasto” para os migrantes que, em sua maioria, ficavam à mercê de uma ajuda do poder público. Os jornais que circulavam na época traziam informações que retratavam a situação da antiga capital piauiense. Esse grande fluxo de pessoas que chegavam sem parar e ali se estabeleciam, foi noticiado: “Dizem todos os emigrantes, que não há exemplo de seca igual. Nos últimos dias do mês findo, da mesma localidade nos diziam: continua a imigração de um modo espantoso e nunca visto” (EFEITOS... *A imprensa*, 25 de ago. de 1877, p. 04.). Uma grande parcela instalava-se debaixo das árvores e não prosseguia para outras localidades por estarem debilitados demais para darem prosseguimento nas viagens.

Os que tem o coração propenso para o bem, vão suportando pacientemente os rigores da seca; porém aqueles, cujos instintos são maus, vão-se atirando a propriedade particular, embora as autoridades se tenham colocado na altura de seus deveres. Os furtos do gado já atingem a um número considerável, podendo-se ajuizar, que o que escapar da seca, não escapa dos ladrões (A SECA... *A Imprensa*, 31 de ago. de 1877, p. 03).

A Comissão de Socorros¹⁰ não possuía recursos suficientes para os necessitados que eram muitos e as várias manchetes do jornal cobravam uma postura do governo para com a

10. Eram comissões nomeadas pelo governo provincial que recebiam fundos para que pudessem distribuir alimentos e mantimentos para a população que se encontrava em situação de miséria por conta da seca, ou até mesmo servia para contratar essas pessoas para construção das obras públicas. As comissões foram mantidas mesmo com o processo de proclamação da república, durando de 1877 a 1906 por todo o Nordeste brasileiro.

situação de calamidade que abrangia não só Oeiras, mas toda a província. Os alimentos começaram a ficar escassos e o preço dos mesmos subiram, somando-se a essa situação, era inevitável o descontentamento da população com os furtos que aconteciam nas regiões e que tomaram proporções maiores com essa crise causada pelas secas.

Através do olhar dos personagens durante o êxodo rural, temos a representação do quadro de calamidade em que o nordeste se encontrava. Durante a mudança, Cândido enxerga várias cruces pelo caminho, retirantes que desfaleceram antes de chegar ao destino em que julgavam encontrar meios favoráveis para sobreviver. Ao chegarem em Teresina percebem que a cidade estava lotada de pessoas que como eles saíram de seu local de origem devido à fome e doenças. Diante disso, há um número considerável de desempregados, mendigos e doentes infestados pela varíola. No transcorrer da cena, Barros apresenta aspectos urbanísticos de Teresina durante esse período, o contraste presente de casarões da elite e a forma como a população carente residia, várias casas de palha próxima a margem do rio Parnaíba e a prática do comércio, com recursos provenientes do rio como um escape para o sustento.

A cidade estava ameaçada da nova ordem, sobretudo, nos anos 1877-1879 quando migrantes da seca se refugiavam em Teresina. Dezenas dessas pessoas se deslocavam, no seu cotidiano, pelas ruas do Barrocão, Estrada Nova, trazendo para a vida cotidiana cenas de um espetáculo lamentável. Fixavam-se nas ruas debaixo de árvores, nas praças, à beira do rio Parnaíba e nos subúrbios. Segundo Odilon Nunes, por essa época, Teresina recebeu de trinta a quarenta mil nordestinos e foi o principal centro de convergência dos flagelados (ARAÚJO, 1997, p. 51).

Mafalda Araújo (1997) relata em sua obra, “Cotidiano e

Imaginário: um olhar historiográfico”, o fluxo de migrantes que chegavam em Teresina por conta da seca e como se acomodavam em alguns espaços da cidade, o que acabava incomodando a elite da cidade, pois tais ambientes eram modificados de modo que não condiziam com os ideais de vivências idealizadas para a urbe. Partindo dessas informações e da análise da postura da família de Cândido, podemos perceber uma certa simbologia da realidade de muitos retirantes que chegavam na capital sem parar, instalando-se próximo ao rio Parnaíba, visto que era um dos espaços que estava ao seu alcance.

Outro sujeito analisado é o turco Benjamin Amir, apresentado como um dos dois protagonistas da obra. No desenvolvimento do personagem que, mesmo sendo fictício, revelam-se aspectos que retratam o momento econômico da Teresina Oitocentista. Sua chegada em Teresina com a esposa se dá através do vapor Paranaguá¹¹, inaugurado em 1865, um meio de transporte que foi implementado pelos governantes visando o desenvolvimento, comunicação e transporte de mercadorias para o crescimento financeiro da capital. Sua chegada, diferente dos migrantes da seca, foi bem recebida, pois o turco não era considerado um peso para a sociedade teresinense, pelo contrário, sua presença ajudaria a movimentar e contribuir para o desenvolvimento do comércio da cidade e isso interessava à elite, que ansiavam o progresso e modernização na urbe.

Partiram do porto de Recife ainda em janeiro, com fortes chuvas sendo aguardadas. Benjamim acomodou-se em uma das cabines, despachando na área de carga imensa bagagem que havia trazido do Líbano e os variados produtos que acumularam ao longo de sua permanência em Recife. Zahrah entusiasmara-se com a viagem. Fazia planos, sempre otimistas, estimulando o marido ao sucesso no novo mundo.

11. Hoje praça Marechal Deodoro da Fonseca ou da Bandeira, sendo a praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo.

Acreditou na promessa de Frei Serafim que lhe explicou as grandes oportunidades de vida e partilha social que teriam no Piauí (BARROS, 2018, p.48).

Nas cenas de Benjamin, podemos conhecer vários locais centrais da cidade, como a praça da Constituição e a prática do comércio nessas redondezas. O personagem é aconselhado a focar na clientela mais abastada da cidade, pois eram os que tinham condições de comprarem as mercadorias e assim gerarem lucros. Através dos diálogos de Benjamin, que é considerado um homem culto, percebemos através da narrativa que cerca o personagem uma Teresina que pouco a pouco crescia, mas que ainda passava por um grande atraso intelectual, essa visão do personagem se assemelha nos discursos bastante difundidos entre os letrados da cidade daquele período.

Na intenção de situar e construir as relações entre os personagens, Barros constrói noções de tempo na história, realizando alguns recuos temporais entre os anos de 1865 a 1883. Para Fontineles Filho (2009b),

as maneiras pelas quais a cidade é representada e sua relação na constituição de memórias transcende uma temporalidade fixada. O processo modernizador da cidade vai assumindo dinâmicas diferentes, pois os condicionamentos sociais, políticos e culturais vão assumindo especificidades de cada tempo, o que faz com que os literatos falem da cidade a partir de suas memórias, tentando construir outras memórias por meio da coletivização de seus textos (FONTINELES FILHO, 2009b, p. 9).

Nesses recuos, o autor apresenta algumas transformações importantes realizadas na urbe, permitindo ao leitor traçar reflexões sobre alguns acontecimentos que marcaram a cidade de Teresina. Isso se expressa em alguns trechos do livro, como

quando o personagem fictício, professor Virgílio Figueiredo, que retornara a Teresina depois de alguns anos, relata as suas percepções de mudanças incutidas na cidade, tanto espaciais como educacionais, ao falar da recuperação e funcionamento do Liceu e da Escola dos Artífices:

O crescimento é notório, prédios e residências surgiram da noite para o dia, a recuperação do Liceu. [...] O colégio foi restaurado pelo presidente Adelino. [...] a província tem estimulado a construção de casas nessa região da cidade, para afastar da Vila Velha do Poti (BARROS, 2018, p.62).

A memória do antigo em contraste com o novo é uma admiração para Virgílio. Uma característica clara na obra é a rememoração da estrutura da cidade de Teresina; com respeito à espacialidade e à cronologia, esse retorno ao passado remete ao resgate da concepção de construção de uma memória histórica, fruto da tradição historiográfica construída pelos historiadores fora do tempo vivido. Le Goff (2012) entende que a história é definida de dois modos: a memória coletiva, que é ampla, mítica e deformada e a memória histórica, aquela memória que veio para esclarecer e corrigir a memória coletiva. Porém, o próprio Le Goff reconhece que a história passou muito mais a ser exposta à pressão da memória coletiva. Isso se deve, em grande parte, pela ausência de memórias históricas em determinados objetos de estudo, resultando no uso frequente da memória coletiva, que são tão comuns nas obras literárias. Deve-se entender que um autor que se propõe a escrever um romance com fragmentos históricos, consegue fazer aproximações suficientes de uma memória real, sem o próprio intuito de transformar aquela memória coletiva em histórica, mas sim, pela necessidade de buscar uma contextualização minimamente respeitosa à sua própria escrita e ao seu objeto.

Nessa (re)construção da estrutura física da capital, outros detalhes são mencionados por Eneas Barros, como por exemplo a referência que ele faz à iluminação pública na cidade, sendo modificada com instalações de lampiões nas ruas. Ao longo da obra, percebe-se indicações de contrastes entre antigo e novo referentes a cidade, mesmo que essas modificações atendessem apenas a uma pequena parcela da população.

Na noite de 02 do corrente, aniversário natalício de S.M. o Imperador, inaugurou-se a iluminação desta capital, com música passeata e foguetes. Este importantíssimo acontecimento veio trazer ao seio de nossa cidade a vida e animação. Foi um passo avançado na cena do progresso e da civilização. Desaparecendo o reinado das trevas e impera hoje o poder da luz. Era isto mais que um melhoramento, era uma necessidade reclamada há muito pelo bem público (ILUMINAÇÃO... *A imprensa*, 9 de Dez. de 1882, p. 04).

A inauguração da iluminação pública na cidade de Teresina foi recebida com entusiasmo, tendo passeata e foguetes conforme o noticiário. A iluminação pública já era algo cobrado pelas pessoas que possuíam uma posição social elevada na cidade e a sua implantação foi vista como um grande passo rumo à civilização e ao progresso, discursos e ideais bastante difundidos nesse período. O noticiário exalta o presidente da província pelo benefício prestado, assegurando que o seu nome ficará registrado na memória do povo piauiense. Foram 80 lampiões colocados em algumas ruas selecionadas da cidade, deixando a população que morava nas ruas sem iluminação descontentes e desejosos por usufruírem tal serviço.

3. Sociabilidades na Teresina oitocentista

Segundo Ítalo Calvino (2009), em uma obra literária, “vários níveis de realidade podem apresentar-se ainda que permaneçam distintos e separados, ou podem fundir-se, soldar-se, misturar-se, encontrando uma harmonia entre suas contradições ou formando uma mistura explosiva” (CALVINO, 2009, p. 368-369). Esses níveis não podem ser dissociados da realidade, referência à qual a narrativa de dada obra literária faz menção. Em outras palavras, não se pode tomar a narrativa literária apenas como algo que sirva como fonte, para confirmar hipóteses e as teorias, e deve sim ser tomada como um discurso que se debruça sobre uma realidade na tentativa de (re) criá-la, o que implica concebê-la como um suporte das variações da própria memória.

Se relacionarmos a literatura com a produção de memórias, é assumir que tanto a projeção do imaginário quanto o que foi vivido são constituintes de memória. Desta forma, a ficção literária apresenta-se como um espaço de memória, ou, como entende Nora (1993), “Diferentemente de todos os objetos da história, o lugar de memória não tem referentes na realidade” (NORA, 1993, p. 06). Para Nora, os lugares de memória são aquilo que se escapa da memória, lugares que nascem e vivem do sentimento de que não existe uma memória espontânea, e que se faz necessário criar arquivos de memória.

Na esfera sociocultural, a percepção de outras informações e sugestões sobre uma Teresina do Século XIX corrobora as interpretações sobre a história e a memória da sociedade, em determinado período, sobretudo no recorte temporal do presente artigo. Tais interpretações são fulcrais para se pensar as relações entre narrativas historiográfica, literária e científica.

Segundo Chartier (2002a), cabe ao historiador realizar uma historicização da literatura proposta, reconhecendo as

fronteiras da “literalidade”, compreendendo as épocas e os lugares, diferenciando o que é ou não literatura. Nesse sentido, Le Goff entende que é possível estabelecer conexões entre os elementos da narrativa aos relatos de vida e à história na qual a escrita foi criada.

A aproximação da literatura com a história se deu a partir do advento da história cultural. Chartier (1990) vê que o objeto da história cultural é identificar a forma como que, em diferentes lugares e momentos, uma “realidade social” é construída e pensada (1990, p.16). Para ele, podemos encarar essa cultura de duas formas, sendo a primeira como uma espécie de demarcação intelectual do mundo e a segunda como apenas uma prática comum, sem qualidades, que expressa apenas como um grupo vive no mundo.

Traçando uma forma de conceituar melhor essa noção de história cultural, Chartier (2002b) chega a conceitos como representações coletivas de Bourdieu¹². As representações são entendidas como divisões que organizam o mundo social, sendo elas variáveis, queira por classes sociais, grupos étnicos, ou mesmo por interesses. Desta forma, poder e interesse são inerentes das representações fazendo das tentativas de imposições algo constante entre os grupos, resultando nas lutas sociais.

Partindo deste entendimento, percebemos que Eneas Barros (re) criou, através de alguns personagens, práticas marginalizadas que serviam como forma de sobrevivência na cidade no período inserido no contexto das secas, fazendo-os recorrer à prostituição e criminalidade no espaço urbano. O personagem Mundinho, filho de Cândido, é um claro represen-

12. Chartier se apoia no conceito de “violência simbólica”, definido por Bourdieu (1997, p.204). A violência simbólica é como uma espécie de coação, embasada por um reconhecimento já determinado de poder, se dando contínua das crenças no processo de socialização, fazendo o grupo dominado se posicionar no espaço social a ele determinado, seguindo os padrões de quem é o detentor dos discursos, que divide e organiza o mundo social.

tante de personagem socialmente abastado e, em algum grau, oprimido pela dura realidade da capital que constantemente se valia de práticas marginais,

Revoltava-se com os casarões, quando por eles passava a mendigar. Nutria um ódio pelos ricos, como se fossem os responsáveis diretos pela sua pobreza. Assaltava-os em pequenos becos, quando lá se expunham em busca de prazer. Muitos cultivavam a prática de esgueirar-se pelas ruas escuras, para aventurar uma prostituta barata (BARROS, 2018, p.129).

Há uma preocupação de Eneas Barros em nos apresentar essa distinção de classes através da religiosidade da população teresinense. Uma prática preservada e bastante comemorada são os festejos religiosos. Na passagem “Maio é o mês de Maria. É um período gracioso, com missa cantada, procissão e leilão aos domingos. O senhor pode se divertir, ainda que não creia. E os bailes costumam invadir a madrugada” (BARROS, 2018, p. 92), o autor nos apresenta essa religiosidade como uma forma de equiparar as classes sociais, reduzindo as diferenças que as próprias igrejas elencavam, onde todos frequentam o mesmo ambiente e de igual modo têm as festividades como momentos de celebração. Uma espécie de “reconciliação social” e harmonização entre as classes em prol das festividades.

As festas tinham um grande destaque na vida dos teresinenses, onde aglomerava-se um grande número de fiéis para participarem das reuniões. Além da missa e procissão, ocorriam também leilões, conforme está descrito pelo noticiário a Imprensa. Era comum que as festas religiosas fossem noticiadas nos periódicos juntamente com a venda de mercadorias para serem usadas nas festividades, como exemplo, a venda de foguetes e roupas. Durante as festas era essencial que a população respeitasse as regras de conduta valorizadas pela igre-

ja, onde as festas deveriam acontecer com decência e ordem, como nos apresenta a matéria do jornal *A Imprensa*:

No domingo (5) teve lugar a festa do mês de Maria na igreja N.S. das Dores, havendo leilão na noite do dia antecedente depois da reza. Concorreu nesta noite como no dia da missa e procissão, que houve, grande número de fiéis. A festa foi feita com decência. Uma guarda de honra tornou mais solene o ato religioso que foi sempre celebrado pelo vigário da freguesia, e algumas senhoras, que o auxiliaram. (FESTA ... *A Imprensa*, 11 de Jun. de 1881, p. 04).

Além de personagens fictícios, Barros traz em sua obra dois personagens que realmente existiram e com papéis importantes na obra da igreja de São Benedito: O missionário Frei Serafim de Catania, já citado no presente artigo, era o responsável pelo projeto da obra da terceira igreja instituída na cidade¹³ e orientador durante a construção da mesma; e o escultor Sebastião Mendes, nosso segundo protagonista, o cinzelador da igreja, que obteve o encargo de esculpir as portas do templo. A narrativa da obra de Barros permite reflexões sobre a importância da religiosidade e o seu destaque na vida dos moradores da capital, exemplo é o momento da chegada de Frei Serafim, onde junta-se uma grande multidão, tanto pobres como ricos, procurando acomodações para que pudessem ver e ouvir com grande respeito o que o frei tinha a dizer.

Durante a narrativa relacionada à construção da igreja São Benedito, segue um retrato de como os habitantes se doavam a favor do templo, a devoção para com o missionário Frei Serafim e a paralisação da construção devido ao surto de varíola e a seca, retratando o quadro social e a crise que se

13. A primeira igreja instituída na cidade de Teresina foi a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em dezembro de 1852. A segunda foi a Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Dores, em 1871.

estabeleceu na cidade.

Estão muito adiantadas as obras desta igreja. O reverendo Frei Serafim de Catania continua a dirigi-las com solicitude e zelo. As paredes já chegaram ao seu termo, o excelentíssimo Senhor Presidente da Província na visita, que ultimamente fez a essa igreja, mostrou-se satisfeito, por ver a maneira regular, e louvável, com o que está sendo ela executada (IGREJA... *A Imprensa*, 17 de Mai. de 1881, p. 04).

O missionário Frei Serafim de Catania era muito estimado e respeitado pela população teresinense, visto que a cidade possuía fortes vínculos com a religião católica. O noticiário complementa a matéria elogiando o trabalho de Frei Serafim e informa o andamento da construção do terceiro templo da capital, alegando que após concluído será o primeiro da província quanto à solidez e gosto; essa afirmação possui influências na postura de descontentamento do jornal com os problemas nas estruturas e falta de reparos nas demais Igrejas da cidade.

Além disso, há importantes informações a respeito de Sebastião Mendes, o Cinzelador, um artista piauiense que ainda é pouco conhecido por uma parcela da população nos dias atuais, mas que tem uma grande importância relacionada com a memória do templo de São Benedito. “O Presidente da Província, Raimundo de Castro e Silva, convidou-me a cinzelar as portas da igreja de São Benedito [...] são sete portas que terei que fazer [...] um bom contrato que me ocupará por um bom tempo” (BARROS, 2018, p.143-144).

Sebastião é a representação de temáticas que, segundo Fontineles Filho (2017), impulsionam pluralidades interpretativas. Na obra, o jovem é cercado por uma trama recheada de relações de família, poder e tragédia. O seu suicídio encerra a história e a trajetória de um jovem que foi um cinzelador talentoso, que apesar de pouquíssimas informações sobre sua

biografia, sabe-se que viveu em Teresina na segunda metade do século XIX e que foi o escultor de 5 das 7 portas da igreja de São Benedito. A habilidade do jovem era tamanha que ele recebeu da Província do Piauí subvenções para estudar na Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro.

Art. 1º o presidente da província fica autorizado a despender anualmente, durante 4 anos, a quantia de um conto de réis com a subvenção prestada à Sebastião Mendes de Souza e Philomeno Jullef Portella Richards, para cursarem os estudos de belas artes, em qualquer Província do Império [...] (RESOLUÇÃO... 18 de ago. de 1868, nº 630).

Como sabemos, pouco se tem mencionado sobre a vida de Sebastião Mendes e Enéas Barros nos premia com uma análise que foge da história convencional, difundida entre a maioria dos pesquisadores. Ele se faz valer da liberdade poética e se apropria da condição da morte do personagem para criar no leitor interpretações diferentes da história convencional. Há, de certa forma, um entendimento de que o jovem cometeu suicídio, mas vemos no personagem Benjamin o questionamento sobre a imensa vontade de viver do nosso cinzelador, levantando discussões sobre a verdadeira causa da morte do mais brilhante e promissor artista que circulava nas ruas da capital em construção.

4. Considerações finais

Chartier (1990) entende que todo documento é uma representação do real, pois a escrita contida nele cria uma realidade na própria historicidade de sua produção. O que Borges (2010) explica ao afirmar que todo tipo texto possui uma linguagem específica, com suas regras particulares ao meio que

ela emerge e ao público para o qual a escrita se destina. Tornando possível realizar reflexões sobre a cidade de Teresina retratada na narrativa, possibilitando o diálogo entre a Memória e Literatura para o estudo da História. O estudo da obra pode ser utilizado como fonte e instrumento para as discussões relacionadas a memória local da cidade, visto que em sua escrita é marcante a presença de práticas culturais e costumes dos habitantes da cidade de Teresina do século XIX bem como alguns acontecimentos e transformações realizadas na cidade durante esse período.

A partir das análises realizadas sobre a obra *O Turco e o Cinzelador*, é notório que na narrativa do livro consiste uma grande presença de representações da cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. O desenvolvimento dos personagens, seus diálogos, ações, bem como os ambientes da cidade em que circulavam permitem traçar reflexões sobre como se operava alguns aspectos da vida urbana dos teresinenses que viveram nesse período.

A Literatura nesta obra registra e expressa aspectos múltiplos do campo social Teresinense, ela se faz como “testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir[...]” (BORGES, 2010, p.98). Sendo assim, ela se torna registro, leitura e interpretação do que existe, apontando a historicidade das experiências de invenção e construção do social com estrutura simbólica. Desta forma, é entre a narrativa histórica e as portas da igreja, que entendemos Clio e São Benedito como uma parceria divinamente valiosa para a compreensão da história e de (re) construção da memória de Teresina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ANDRADE, Andreia; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba: os começos da vida urbana, no Piauí, e a criação da cidade de Teresina, em meados do século XIX*. In: FONTINELES, Cláudia Cristina; et al (Org.). *Oficina de Clio: história das cidades e linguagens*. Teresina: EDUFPI, 2016.

ARAÚJO, Maria M. Balduino. *Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico*. Teresina: EDUFPI, 1997.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARROS, Eneas. *O Turco e o Cinzelador*. Teresina: Nova Aliança, 2009.

_____. *O Turco e o Cinzelador*. 2.ed. Teresina: Nova Aliança, 2013.

_____. *O Turco e o Cinzelador*. 3.ed. Teresina: Nova Aliança, 2018.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1997.

BORGES, Valdeci. *História e Literatura: algumas considerações*. Revista Teoria da História – Universidade Federal de Goiás. v.3 n.1, p.94-109, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Trad. Sérgio Micelli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CALVINO, Ítalo. *Assunto encerrado: discursos sobre a litera-*

tura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2020.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

_____. *A história cultural entre práticas e representações*. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *As escritas de Clio: Literatura e modernização da cidade de Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

_____. *A letra e o tempo: a escrita de O.G. Rego de Carvalho entre a ficção e a história da literatura*. Teresina: EDUFPI, 2017.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba - cidades beiras (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: EDU-NICAMP, 2012.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. Revista *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Caderno Débats*, 28 de jan. de 2006. URL: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>, acesso em 12 de fevereiro de 2021.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Jornais e documentos

A SECA. *A imprensa*, 31 de agosto de 1877, p. 03.

EFEITOS da seca. *A imprensa*, 25 de agosto de 1877, p. 04.

FESTA de Maria. *A imprensa*, 11 de Junho de 1881, p. 04.

IGREJA São Benedito *A imprensa*, 17 de Maio de 1881, p. 04.

ILUMINAÇÃO pública. *A imprensa*, 9 de Dezembro de 1882, p. 04.

MUDANÇA da capital. *O Echo Liberal*, 24 de jul. de 1851, p.01

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Pronunciamento que o Presidente da Província do Piauí, Dr. José Antônio Saraiva, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato de abertura da sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851.

RESOLUÇÃO da Província do Piauí. 18 de ago. de 1868, nº 630)

Às margens do rio Parnaíba, nas margens da sociedade: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930 - 1970)

*Danielle Filgueiras Santos*¹
*Joseanne Zingleara Soares Marinho*²

1. Introdução

Com suas peculiaridades marcantes e distintas em cada trecho onde correm suas águas, ora lentas, ora agitadas, sendo exaltado nos poemas e poesias, nos romances e literatura local, o Rio das Barbas Brancas – assim chamado por causa do trecho de cachoeiras existentes em seu percurso –, o Velho Mon-

1. Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, VII Bloco. Bolsista remunerada do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (UESPI 2019/2020) com a pesquisa intitulada As águas levadas pelo rio Parnaíba: Urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho. E-mail: daniellefilgueiras@outlook.com.

2. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Professora Adjunta da UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. Docente do Programa de Mestrado em Ensino de História- ProfHistória UESPI. Professora do Programa de Pós-graduação em História do Brasil – PPGHB UFPI. Líder do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Trabalho- GT de História da Saúde e das Ciências da ANPUH- PI. E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br

ge, ou simplesmente, o Parnaíba, se constitui como elemento fundamental na história dos piauienses.

Considerando o contexto em que o rio ora assume condição de paisagem e ora configura-se como sujeito, o objetivo deste artigo é analisar o Parnaíba inserido na problemática do projeto de desenvolvimento do Estado do Piauí, especialmente no que diz respeito à sua capital, Teresina. O recorte temporal tem início em 1930, quando houve o reestabelecimento da navegação fluvial, e finda em 1970, tendo em vista a inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. Para tanto, foi necessário entender o processo de modernização da capital piauiense e a sua construção histórico-cultural, a partir dos impactos da navegabilidade do rio Parnaíba, compreender como a exportação de mercadorias, adquiridas por meio do extrativismo vegetal, e transportadas no tráfego do rio Parnaíba, interferiu na estrutura econômica piauiense e identificar as configurações das doenças mais recorrentes no cotidiano da população ribeirinha.

As discussões apresentadas nesse artigo são advindas dos resultados obtidos a partir da pesquisa desenvolvida com o projeto PIBIC UESPI “As águas levadas pelo rio Parnaíba: Urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970)”, orientada pela Professora Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho. (MARINHO, 2020). No decorrer da análise realizada durante essa pesquisa foi possível perceber que o rio Parnaíba perpassava por diversos aspectos do cotidiano dos beiradeiros teresinenses, apresentando múltiplas funcionalidades.

Consagrado pela navegação à vapor, ele contribuiu significativamente com as elevações dos fluxos econômicos percebidas ao longo dos anos. Entretanto, também era fonte de contradições e desvantagens que atingiam diretamente os planos modernizadores da capital e suas comunidades ribeirinhas.

Para a realização dessa análise foram utilizadas fontes primárias, como jornais, revistas e mensagens governamentais, além das obras bibliográficas, dentre as quais destacaram-se as de Gercinair Gandara (2008), Erasmo Morais (2013) e Joseanne Marinho (2018).

O rio Parnaíba nasce na Chapada das Mangabeiras, localizada na fronteira dos Estados do Piauí e do Tocantins. Seu leito possui aproximadamente 1.485 Km de extensão e banha ao longo do caminho cidades maranhenses e piauienses. Estas últimas, no entanto, aproveitaram mais a presença do grande rio, posto que, ao contrário do Maranhão, sofriam com a ausência de um polo comercial marítimo. Assim, ao longo do século XIX o rio Parnaíba esteve no cerne de diversas discussões que visavam traçar um plano sólido de desenvolvimento para o Piauí, dentre as quais a mudança da capital ganhou destaque. Acreditava-se que a navegabilidade traria grandes contribuições para o Piauí, sobretudo, amenizando as necessidades oriundas das dificuldades financeiras do estado.

Partindo disso, a cidade de Teresina, atual capital do Estado, foi fundada em 1852 nas margens do grande Parnaíba. E visando um melhor aproveitamento das vantagens que ele oferecia, a Companhia de Navegação a Vapor surgiu em 1858 com vistas à revitalização e desenvolvimento econômico do Piauí. Entretanto, trafegar na via líquida do progresso não era uma tarefa simples. O próprio rio apresentava grandes obstáculos e percalços no trajeto, tendo em vista que ele possuía trechos com águas agitadas e cachoeiras, além disso, seu leito era composto por muita areia e pouca profundidade.

Percebendo os pormenores do rio, Gercinair Gandara (2008) propôs uma alternativa para a divisão tradicional, que organizava o curso do rio em: Alto Parnaíba, região das nascentes até a foz do Gurguéia, no município de Jerumenha; Médio Parnaíba, da foz do Gurguéia à foz do Poti, no de Teresina;

e Baixo Parnaíba, da foz do rio Poti até o Oceano Atlântico. Teresina fica localizada no Médio Parnaíba.

De acordo com a autora, a divisão em quatro espaços representa melhor as características geográficas e as atividades realizadas nas águas parnaibanas. O espaço d'águas encachoeiradas fica entre a nascente do rio, na Chapada das Mangabeiras, e a cidade de Santa Filomena. O espaço d'águas dos balzeiros e/ou d'águas vermelhas é a região entre Santa Filomena e Uruçuí. O espaço dos marinheiros do rio e/ou d'águas doces se estende do município de Uruçuí ao de Parnaíba. E, por fim, no espaço dos marinheiros do mar e/ou d'águas salgadas o rio vai de Parnaíba até o mar. (GANDARA, 2008).

Partindo disso, Teresina fica localizada no espaço dos marinheiros e/ou d'águas doces. Essa nova divisão também aponta para a interação entre homem e natureza, bastante perceptível no contexto parnaibano, posto que os beiradeiros realizavam de diversas maneiras o aproveitamento cotidiano das águas do rio, seja por meio da navegação ou de outras práticas realizadas nas suas margens. Essa relação era majoritariamente positiva, contudo, havia momentos em que o próprio Parnaíba contradizia tal cenário, pois as águas descontroladas, intensas e/ou contaminadas, contribuíam para o aparecimento de doenças infectocontagiosas e gastrointestinais, além de gerarem destruições e prejuízos com as frequentes inundações das cidades ribeirinhas nos períodos de cheias.

2. A trajetória da pesquisa seguindo os cursos do rio

A pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (Licenciatura Plena em História), da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, foi realizada entre agosto de 2019 e julho de 2020, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho. O título As águas le-

vadas pelo rio Parnaíba: Urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970) aponta para o objetivo geral traçado, o mesmo trabalhado nesse artigo, que visa perceber as contradições da modernização do rio Parnaíba para a constituição do Piauí, em especial da cidade de Teresina.

Os objetivos específicos consistiram em analisar o processo de urbanização e modernização de Teresina, a sua construção histórico-cultural a partir das implicações da navegabilidade do rio Parnaíba, bem como compreender a forma pela qual a exportação de mercadorias, adquiridas por meio do extrativismo vegetal no tráfego a vapor do rio Parnaíba, interferiu na estrutura econômica piauiense e, ainda, entender as enfermidades mais recorrentes no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas, identificando as iniciativas da esfera médica e dos poderes públicos piauienses a respeito de tais moléstias. (MARINHO, 2019).

É importante mencionar que os resultados obtidos proporcionaram a aquisição de Menção Honrosa em 3º lugar de Pesquisa de Iniciação Científica na área de Ciências Humanas (UESPI, 2020). Ademais, a partir dessa pesquisa surgiu a proposta do trabalho monográfico que está sendo desenvolvido atualmente, também sob orientação da Professora Dr.^a Joseanne Marinho, que visa analisar os impactos do rio Parnaíba no processo de modernização de Teresina entre 1858 e 1947.

As atividades de pesquisa no Arquivo Público Casa Anísio Brito tiveram início em agosto de 2019. Seguindo as orientações da Professora, inicialmente foi realizada a coleta de fontes hemerográficas. As revistas, almanaques e jornais possibilitaram a compreensão do contexto teresinense durante o recorte temporal proposto. Destacou-se aqui o jornal O Piauí, em razão da maior disponibilidade. Foram coletadas matérias dos anos de 1946 até 1953. Também foi possível encontrar os jor-

nais A Imprensa (1933), Gazeta (1942, 1943 e 1944), O Aviso (1930), que trouxeram informações sobre os acontecimentos sociopolíticos e aspectos culturais em âmbito local, estadual e nacional no recorte temporal desta pesquisa.

A partir dessas fontes, foi possível perceber os anseios pela modernização da cidade, as melhorias nos serviços de assistência à população pobre, os impasses financeiros do Estado e diversos aspectos da construção histórico-cultural da capital, especialmente na década de 1950, em razão da comemoração do centenário de Teresina. No que diz respeito ao rio, foram identificadas informações sobre os problemas trazidos pelas enchentes e pelas secas periódicas, a construção do cais em Teresina e propagandas de empresas que promoviam a navegação e a exportação, como a Casa Marc Jacob S. A., dentre outros informes.

Na Revista da Associação Piauiense de Medicina foram publicadas informações sobre as principais enfermidades que acometiam os piauienses, as possíveis causas e as práticas de cura que eram utilizadas para solucioná-las, além de dados referentes às condições de habitação da população pobre e como isso poderia interferir diretamente na saúde dos indivíduos e nos processos de desenvolvimento a nível estadual, municipal e nacional. Os artigos coletados correspondem especificamente aos anos de 1939, 1940, 1941, 1943 e 1961.

Na caixa de Revistas Avulsas foram localizadas ainda as revistas A Voz da Parnaíba (1944) e Terra Mafrense (1939), que contém artigos que apresentam aspectos da cidade e das melhorias que estavam sendo realizadas no período em questão. Foi realizada, ainda, a digitalização de Mensagens Governamentais dos anos 1930 a 1950. Esses documentos possuem uma riqueza de informações sobre vários assuntos concernentes ao funcionamento da máquina pública piauiense.

As fontes imagéticas foram majoritariamente pesquisadas

nas matérias jornalísticas, sendo coletadas durante os meses de janeiro, fevereiro e início de março de 2020. O site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também disponibiliza fotografias da cidade de Teresina na década de 1940. Por meio delas, foi possível compreender a dimensão de alguns relatos presentes nas fontes escritas, como o da enchente de 1947.

É importante salientar que as fontes hemerográficas sofrem com a deterioração resultante do constante manuseio e, com isso, alguns jornais chegam a perder folhas inteiras. Esse foi o caso do Boletim Estatístico do Piauí da década de 1940, jornal no qual a maioria das imagens foi pesquisada. Algumas páginas desse periódico estão agrupadas em um caderno avulso juntamente com várias outras folhas de diferentes jornais. A desorganização e o estado dessas páginas, impossibilitaram a especificação correta das referências do material presente ali, sendo possível identificar apenas o nome e, com auxílio dos funcionários, a década.

Apesar disso, as imagens contidas nesse Boletim, possuem boa qualidade e são importantes, pois retratam traços do cotidiano das embarcações, com cenas de embarque de produtos extrativistas no Porto de Teresina e no Porto de Parnaíba, de vapores, balsas e rebocadores que navegavam no rio Parnaíba, ao passo em que mostram aspectos da capital, no que tange ao melhoramento urbano, como a construção da ponte sobre o rio Poti, fotos da praça Marechal Deodoro da Fonseca, dentre outras.

Em razão do aumento dos casos de Covid-19 as visitas ao Arquivo interrompidas em março de 2020. A partir de então, iniciou-se um processo de busca por fontes primárias digitalizadas, sendo que o site da Biblioteca Nacional foi bastante relevante nesse momento da pesquisa. Através dele, foi possível ter acesso à documentos piauienses, como Mensagens e Relatórios Governamentais de todo o período da Pri-

meira República. Embora essas fontes sejam de anos anteriores ao recorte temporal estabelecido, elas contribuíram para a análise do processo histórico, e assim foi possível notar que algumas práticas e costumes, bem como os ideais percebidos entre 1930 e 1970 já se encontravam no contexto piauiense há bastante tempo, e ganharam apenas novas roupagens ao longo dos anos.

3. Percorrendo os caminhos criados pelo rio

Entre o final do século XIX e início do XX, com Teresina edificada³ e a navegação fluvial sendo estabelecida, o Piauí foi se posicionando economicamente como um exportador de produtos extrativistas, tendo a cera de carnaúba e a borracha da maniçoba como seus principais produtos. Diante da necessidade de ampliar a frota e intensificar o fluxo do tráfego de embarcações, uma série de investimentos e incentivos fiscais começaram a ser promovidos pelo Estado nesse período, o que chamou a atenção do setor privado e possibilitou o aumento numérico de embarcações. Assim, os ribeirinhos passaram a conviver com mais vapores⁴, rebocadores⁵, lanchas⁶, navios-

3. Teresina, a capital ribeirinha do Piauí, foi fundada em função de uma proposta político-econômica, em um período de intensa urbanização nas principais urbes brasileiras. A começar pela sua construção e planejamento, o ideário modernizador que embasava essas reformas cidadinas também promoveu uma série de transformações na fisionomia teresinense que foram norteados pelo desejo de ruptura com o passado, de forma que ela surgiu como um “elemento estratégico do ‘progresso’”. (GANDARA, 2011, p. 109).

4. Os vapores são os mais mencionados e lembrados quando se trata de navegação no rio Parnaíba. Essas embarcações possuíam caldeiras que eram abastecidas com lenha e possibilitavam a locomoção pelas águas do rio. Viabilizando a dinamização econômica do estado, eles tornaram-se um símbolo da modernização do Piauí. (GANDARA, 2008).

5. Empurrador ou rebocador é um navio de pequeno porte, mas muito robusto e potente, sendo projetado para empurrar outras embarcações. EMPURRADOR. Disponível em: < <https://cutt.ly/jlFUUSk> >. Acesso em: 27 fev. 2021.

6. Os beiradeiros piauienses chamavam de lanchas os pequenos vapores que

gaiolas⁷, alvarengas⁸, bem como vários outros tipos de barcos.

A partir de 1920 o Piauí começou a entrar em um período de ascendência econômica resultante da relevância dos produtos extrativistas no mercado externo, mas as crises climáticas, as dificuldades no transporte e na organização burocrática da navegação, fez com que essa década também fosse marcada pela diminuição do trânsito fluvial. Ao passo em que a dinamização da economia fortalecia o desejo de repaginação do setor de transportes, a crise impossibilitava a incrementação de novas rotas comerciais, restando como alternativa a reorganização e o reestabelecimento do fluxo contínuo dos vapores. Entretanto, apesar da ciência de que essa seria a resolução mais viável para o problema, medidas incisivas apenas passaram a ser efetivadas no governo de João de Deus Pires Leal:

No empenho de reestabelecer a navegação regular no Rio Parnahyba, nossa representação federal conseguiu fosse para ella votada uma subvenção anual, que deveria ascender ao maximo de 400:000\$000. Procurei encontrar no nosso Estado um particular que quizesse ter a iniciativa da incorporação de uma empresa para tal fim. Muitas foram as dificuldades encontradas e que me levaram á resolução de tomar a iniciativa desse empreendimento, por conta do Estado. Neste proposito, entrei em entendimento com estaleiros da Europa, para a construção da frota necessária e autorizei fosse o serviço ajustado com o Estado. O contrato celebrou-

serviam para o transporte de passageiros. (GANDARA, 2008).

7. Os vapores movidos por grandes rodas d'água foram apelidados pelos ribeirinhos de gaiolas. Eles são um tipo de embarcação de pouco calado, ou seja, não exige grandes profundidades para navegar, possuindo pás giratórias acopladas à poupa ou nas laterais para garantir a mobilidade. GAIOLA. Disponível em: < <https://cutt.ly/tlFR4K5>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

8. Também chamadas de batelões, as alvarengas são embarcações robustas, construídas com madeira ou com aço. Possuem fundo chato e não têm propulsão própria. Elas são utilizadas para embarque, desembarque ou baldeação de cargas. ALVARENGA. Disponível em: < <https://cutt.ly/klFYcgN>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

se a 29 de abril do anno passado [...]. (PIAUI, 1930, p. 51-2).

Por meio desse contrato houve o aumento da frota e a dinamização do tráfego no rio Parnaíba e seus afluentes, sendo que o Governo do Estado ficou oficialmente responsável pelas linhas de Parnaíba-Floriano, Parnaíba-Tutóia, Floriano-Uruçuí e Uruçuí-Vitória. Além disso, a cidade de Teresina foi estabelecida como sede dos serviços de navegação. Essas iniciativas governamentais também viabilizaram a desobstrução do rio Parnaíba, que foi submetido à um processo de limpeza que embora precário, pois consistia apenas na retirada das árvores que caíam no seu leito, das embarcações que sofriam naufrágios e na limpeza das margens, era primordial para o funcionamento regular da navegação.

Nota-se que, mais uma vez, a dificuldade de parceria com o setor privado obrigou o Estado a assumir a liderança da navegação no rio Parnaíba e que, apesar do dispêndio de verbas públicas, o contexto local e nacional proporcionou um cenário favorável para tais investimentos. Isso porque com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência do Brasil em 1930 o país foi imergido em um processo intenso de busca pelo desenvolvimento, o que motivou não somente Piauí, mas também outros estados a empreender ações com intuito de alavancar os mais diversos setores. A partir disso, o Brasil começou uma marcha civilizadora pautada na busca pelo progresso.

Perseguindo o ideário modernizador⁹, o Piauí passou a implementar medidas em nome de uma evolução nacional,

40. Marshall Berman (1986) compreende a modernização como o turbilhão de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais empreendidas na vida moderna. A manifestação mais clara desse processo ocorre através da urbanização dos espaços. Nesse sentido, o ideal modernizador pode ser compreendido como as aspirações em torno das transformações na infraestrutura citadina, que corresponde aspectos como a construção/alargamento/calçamento de ruas, edificação de prédios, melhorias no setor de transporte.

investindo em campanhas de assistencialismo, na institucionalização da saúde pública, na escolarização primária, dentre outras. (MARINHO, 2016). Novamente, a navegação fluvial foi posta como alternativa para o setor econômico e para a área de transportes, tendo em vista que as estradas piauienses eram escassas e problemáticas. Por isso, os investimentos realizados para promoção da navegação a vapor no rio Parnaíba permaneciam enquadradas nessa tentativa contínua de modernização do estado:



Imagem 1: Marinheiros mercantes a bordo do Vapor Afonso Nogueira. Fonte: Boletim Estatístico do Piauí [194-].

Os resultados dessas iniciativas logo foram percebidos. Com o reestabelecimento da navegação, as exportações de produtos extrativistas foram elevadas, e os vapores, como o Afonso Nogueira, o Piauí e o Chile, tonaram-se símbolos de modernização. Eles transportavam farinha de mandioca, goma, sal, algodão, oiticica, cera de carnaúba, borracha de maniçoba, babaçu, solda cáustica, couro de boi, sabão e outros produtos do gênero, além de servirem ao transporte de passageiros. E foi nesse período também que a amêndoa do babaçu,

assim como seus derivados, começou a ganhar destaque no mercado internacional. Conforme Teresinha Queiroz (2016), em meados de 1930 a Alemanha, a Holanda, Portugal e a Dinamarca eram os principais consumidores dessas amêndoas.

Pautados nas recomendações das autoridades nacionais, o processo de aformoseamento de Teresina foi retomado com maior intensidade e interferência governamental. As medidas de ordenação da urbe foram reforçadas, tendo em vista que o novo Código de Postura, publicado em 1939, exigia a remodelação das residências que ficavam localizadas na Avenida Frei Serafim, a principal via da cidade, sob a ameaça de demolição das que não estivessem de acordo com o que foi estabelecido. (NASCIMENTO, 2009). Sem verbas para financiar grandes reformas, essas pessoas eram redirecionadas para a zona Norte e Sul da cidade para que não causassem desconfortos nos setores abastados que viviam no centro de Teresina.

O Estado passou a investir nas mudanças urbanas com o intuito de também preparar a capital para o seu centenário que se aproximava. Assim, as praças da cidade sofreram um novo processo paisagístico, as ruas foram alargadas, houve investimentos no sistema de abastecimento de água e de luz elétrica. Conforme o jornal *Gazeta* (1942, p. 2), isso tudo era reflexo da “[...] eficiência do governo [de] Leônidas Melo”, que agia “[...] no sentido de, cada vez mais, elevar Teresina aos moldes de cidade moderna”.

Lindolfo Monteiro, o Prefeito de Teresina, também recebeu elogios da revista *Terra Mafrense* (1939), que exaltavam seus feitos em prol do desenvolvimento da capital, sobretudo no que dizia respeito ao aformoseamento e à salubridade da urbe. A euforia das elites piauienses com os sinais de modernização era perceptível. Entretanto, isso tudo se limitava ao setor central e era notória a permanência da situação de pobreza, sobretudo dos setores convencionalmente marginalizados pelo progresso que as águas do rio Parnaíba traziam.

As residências dessas pessoas muitas vezes eram constituídas de paredes de pau-a-pique, telhados feitos de palha e um “[...] número reduzido de pequenas aberturas [...] para entrada de ar e luz”. (ASSUNÇÃO, 1943, p. 4). Por estarem localizadas na periferia da cidade, careciam de serviços básicos como a coleta de lixo, os esgotos ficavam expostos e havia constante presença de animais. Por isso, os médicos afirmavam que seus moradores estariam sujeitos a vários tipos de doenças: doenças: verminoses, malária, tuberculose e muitas outras. (MARINHO, 2018).

Frequentemente os beiradeiros utilizavam o rio para facilitar a locomoção e as atividades cotidianas. As embarcações populares eram montadas pelos próprios ribeirinhos, com técnicas rudimentares e se distanciavam de todo o aparato exibido pelos vapores. A balsa, por exemplo, era construída com troncos de árvores comuns no vale parnaibano, como a palmeira do buriti, e possuía apenas uma cobertura construída com palha para a proteção dos navegantes. Elas serviam para transporte de animais, de madeira ou de pertences de grande porte, geralmente carregados em mudanças familiares. Na imagem a seguir é possível ver uma dessas embarcações:



Imagem 2: Embarcação utilizada por populares na década de 1940
Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1933, p. 181.

Com a deficiência do setor de transportes, o deslocamento até outras cidades era executado por meio de barcos como esse. Sobre as balsas, a reportagem do Almanaque da Parnaíba de 1933 (p. 181), afirmou que “[...] apesar de aparentemente frágil, é a que mais segurança oferece aos passageiros e cargas [...] não só suporta grandes pesos como é difícil de submergir”. Embora fossem encontradas em maior número no espaço d’águas dos balseiros e/ou d’águas vermelhas, localizado entre Santa Filomena e Uruçuí, elas eram comuns em todos os espaços do rio, mesmo após o aumento da navegação a vapor. Além delas, os beiradeiros faziam uso de canoas, botes e outros tipos de barcos construídos muitas vezes nas margens do próprio rio.

As outras alternativas eram transportar as cargas no lombo de animais, como faziam os cargueiros d’água que abasteciam a cidade, ou na cabeça, como as lavadeiras que desciam para a margens do rio equilibrando grande trouxas de roupas. As duas atividades ainda eram muito presentes no contexto das populações que viviam na margem do rio e à margem da sociedade elitizada durante as décadas de 1930 e 1940. Essas pessoas faziam uso cotidiano do rio visando garantir o sustento do lar e o mínimo de conforto para a família. De igual modo, havia os trabalhadores do cais, os pescadores, os canoeiros, balseiros, vareiros que desciam e subiam o rio transportando pessoas e mercadorias.

Porém, havia indícios de que esse convívio diário com o Parnaíba poderia ocasionar o aparecimento de enfermidades, pois além dos mosquitos transmissores de doenças infecto-contagiosas, havia a prática do consumo da água não-tratada que aumentava os casos de doenças gastrointestinais e verminoses. (MARINHO, 2018). Em 1941, o médico sanitarista Celso Caldas evidenciou as possíveis implicações do descuido com os rios no quadro da saúde pública. Em seu artigo sobre

a malária em Teresina, publicado na Revista da Associação Piauiense de Medicina, ele afirmou que as “[...] lagoas extensas e paralelas às margens dos rios Parnaíba e Poti estavam entre [...] os principais focos de Anofelíneos”. (CALDAS, 1941, p. 8).

Essa associação da malária com cursos d’água acontecia porque os mosquitos do tipo *Anopheles*, os responsáveis pela propagação dessa doença, se proliferam em locais onde há concentração de água. Assim, lagos e lagoas, açudes, rios e riachos, as valas da rede de esgoto, e até as poças deixadas pelas chuvas se tornam propícios à procriação. Logo, o rio Parnaíba também contribuía para o aumento dos surtos de doenças como dengue, impaludismo e malária, e por essa razão ele também foi chamado de rio dos famosos pernilongos e de rio malarioso.

Tal situação era ainda mais perceptível em épocas de cheias, quando as comunidades ribeirinhas ficavam em constante alerta, pois a quantidade abundante de chuva que caía sobre o Piauí provocava enchentes no rio Parnaíba, no Poti e em outros rios espalhados pelo território piauiense. Essas enchentes interferiam na sociedade de diversas maneiras. Elas destruíam edifícios, alagavam as ruas que ficavam perto dos cursos d’água, derubavam as casas, principalmente as pertencentes à população mais pobre que residia nos bairros mais próximos às margens. Os resíduos que ficavam após a enchente proporcionavam o aparecimento de doenças que tornavam a urbe insalubre, e também ocasionavam a obstrução da rota fluvial, o que dificultava ainda mais a condução das embarcações.

No ano de 1947, as enchentes desses rios agravaram o problema da saúde pública, causaram danos materiais em todo o estado e colocaram em risco os planos para o centenário da capital. Em uma matéria sobre os danos percebidos nos bairros Poti Velho e Palha de Arroz, o redator do Jornal O Piauí escreveu:

A nossa reportagem [...] visitou, ontem, em companhia do Interventor Federal e autoridades, o bairro Poti Velho, que apresenta um quadro, com suas palhoças completamente tomadas pelas águas. Naquele local o rio Poti avançou cerca de mil metros [...]. O povo, pobre e sem saúde, resiste, não sabemos como, à miséria que ali reina. Crianças magras esqueléticas, mostrando no rosto os sinais deixados pelo alastrim transitam dentro da lama, vendo com a naturalidade própria daquela idade, o quadro desolador. Na Palha de Arroz [...] a situação é igual ou pior do que no Poti Velho. Todo o bairro, sem exceção de uma só casa, está completamente inundado. Os moradores, também pauperrimos, enfrentam a catástrofe resignadamente. (O PIAUÍ, 1947, p. 1).

As enchentes mostram um outro lado do rio Parnaíba, um lado obscuro e assustador, que, apesar de ser um importante meio de ascensão da econômica, era inesperadamente capaz de propiciar também a morte, a destruição e a miséria. No caso de 1947, o jornal O PiauÍ mencionou a visita do Interventor José da Rocha Furtado e do Diretor da Saúde aos desabrigados, a fim de estudar “[...] os meios preventivos de combater as epidemias que sempre surgem quando as águas baixam”. (O PIAUÍ, 1947, p. 1). Na imagem seguinte, é possível perceber a dimensão dos estragos causados pela elevação do nível das águas, que chegaram quase à altura do teto das casas, retratando a situação que a população enfrentava após o escoamento:



Imagem 3: Enchente do rio Parnaíba e seus afluentes em 1947
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (1947).

Fica claro através das fotografias que, após a enchente do rio ocorrida no ano de 1947, a população precisou reconstruir suas moradias praticamente por inteiro, pois muitas delas ficaram completamente destruídas pelas águas. Além disso, é possível ter uma percepção maior da quantidade de entulhos espalhados nas ruas, bem como a permanência dos moradores no local. As vestimentas simples, o tipo de embarcação utilizada e o que sobrou do cercamento das casas, são indicadores de que mesmo antes do ocorrido, essa população já se encontrava em condições de pobreza. Além do custo destinado à reconstrução de casas, armazéns, estabelecimentos públicos, e até pontes, que desabaram devido a essa enchente, como foi o caso da ponte de madeira que ficava sobre o rio Poti, o trajeto da estrada líquida também ficou bastante comprometido. (O PIAUÍ, 1947).

A partir da década de 1950, de acordo com Teresinha Queiroz (2006), o Piauí começou a adequar-se ao processo centralizador empreendido pelo Governo Federal para enquadrar-se em novos padrões que visavam valorizar e incentivar

a indústria brasileira. Isso gerou uma nova crise na atividade fluvial piauiense, que ainda era majoritariamente sustentada pelos poderes públicos. Ironicamente, o anseio pela modernização marginalizou o próprio rio, que foi cada vez mais esquecido pelos setores governamentais. Dessa maneira, tanto as exportações quanto o fluxo das embarcações diminuíram significativamente.¹⁰

No ano de seu centésimo aniversário, a capital piauiense ainda não havia desfrutado de um crescimento populacional significativo e, apesar de ter passado por várias transformações ao longo dos anos, ainda continuava com o estigma de cidade pobre e atrasada em relação às demais capitais do país. Visando diminuir o impacto dos relatos que afirmavam isso, “[...] o prefeito da cidade à época, Lindolfo do Rego Monteiro, dizia que a cidade, no dia-a-dia, ‘reformava a sua fisionomia de maneira delicada e atraente e ao mesmo tempo palpitante na sua maior expressão de progresso.’”(NASCIMENTO, 2009, p. 11). Esse tipo de argumentação se justificava no fato de que mais do que a comemoração do centenário, a festa foi usada com um símbolo de patriotismo, sendo uma galeria de exposição das características modernas da capital piauiense. Portanto, mais preocupante do que a percepção dos próprios teresinenses a respeito das carências da capital, era o impacto disso nos visitantes que chegavam de outros estados brasileiros.

Enquanto a capital do Estado encontrava-se em meio a um caótico cenário de luta contra a pobreza, o país vivia a

41. Mesmo com a queda substancial nas exportações, no aniversário de cem anos da capital ribeirinha, em 1952, a atividade ainda constava entre os troféus da cidade. O jornal *O Piauí* (1952, p. 44) informou que a Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário designou uma comissão somente para analisar a “[...] proposta apresentada por uma organização cinematográfica nacional, para filmagem das diversas fases do aproveitamento extrativo da cera de carnaúba e de aspectos da vida teresinense, para a exibição por ocasião das comemorações”.

euforia da construção de Brasília e dos “cinquenta anos em cinco”, lema do governo de Juscelino Kubitschek. (NASCI-MENTO, 2009, p. 4). Isso gerava um pressionamento interno ainda maior, pois havia a necessidade de mostrar que Teresina não estava estagnada no tempo, que seus dias de glória não se resumiram aos anos iniciais de sua fundação. Entretanto, era exatamente isso, a estagnação revelada através dos vários problemas estruturais e sociais, que mais repercutiam nas matérias de alguns jornais da década de 1950.

Parte da culpa dessa constante situação de pobreza era colocada na ausência de apoio da União no que diz respeito às solicitações do Estado. De certo, a disparidade entre os estados do Norte e Nordeste em relação a aqueles do Sul e Sudeste do país era bem clara, e essa alegação do abandono das regiões nordestinas já era percebida anteriormente, continuando aparecendo nos relatos governamentais das décadas de 1950 e 1960. Diante disso, de acordo com Marconis Lima (2007, p. 24), nesse período “[...] o governo federal [começou] a agir coordenando agências de desenvolvimento compostas de pesquisadores e técnicos variados.” A finalidade era realizar estudos e investir na aplicação de projetos que pudessem promover o desenvolvimento consistente da região nordestina, equiparando e reduzindo as diferenças regionais.

Com isso, a sociedade viu-se imbuída da missão de construir um novo Piauí. Teresina retomou o fôlego e renovou as forças para continuar na sua busca pelo título de cidade moderna, o qual perseguia desde a sua fundação. Pensando no desenvolvimento piauiense a médio e longo prazo, a máquina pública foi submetida a um processo de remodelação e modernização, segundo o ideário da época.

Foi também nesse período que a capital piauiense experimentou uma considerável expansão territorial, estendendo seus limites para o sul e para o norte, e a conclusão das obras

na ponte sobre o rio Poti contribuiu para isso, pois viabilizou a urbanização de uma área que antes era composta principalmente por chácaras. (O PIAUÍ, 1952). A obra de concreto facilitou o acesso a um território relativamente novo e praticamente inexplorado, que gerava inúmeras possibilidades de edificação de prédios modernos e condizentes com as aspirações elitistas. A criação de uma pista para corrida de cavalos nesse lado da cidade fez com que os seguimentos mais abastados se concentrassem nessa região. Isso causou um deslocamento das áreas centrais, próximas ao rio Parnaíba, para a nova zona do Jóquei Clube, ou zona leste, um novo espaço designado para a elite teresinense. (LIMA, 2002). Assim, o Piauí foi novamente imergido no contexto de idealização do progresso.

Em contrapartida, com vistas à industrialização do Estado, aos poucos o rio Parnaíba foi sendo desassociado da navegação e no final da década de 1960. Antonio Clark (1969), escreveu um artigo, que foi publicado pelo Almanaque da Parnaíba, onde relatou a grandeza e a decadência do rio. Após apresentar uma série de registros históricos que exaltavam as condições de navegabilidade das águas parnaibanas, ele lamentou:

As antigas e “excelentes condições de navegabilidade” de que nos falam tantas ilustres, competentes e abalizadoras autoridades são coisa de um triste e desafortunado passado. Hoje se constitui em uma verdadeira aventura, uma temeridade alguém se arrojar a ter uma embarcação trafegando no rio. Já não se ouve, ao longo de seu curso o apito alvissareiro de seus “gaiolas” que trazia vida, alegria e estímulo renovador às populações ribeirinhas, nem pouco são mais ouvidas as canções tristes e dolentes dos fortes e varonis “vareiros” que embalavam os sonhos da gente humilde e simples das suas margens. Todo esse passado de grandeza acabou, ruiu, se desmoronou e o “velho monge” de Da Costa e Silva, hoje,

devido à incúria, à negligência, à displicência dos nossos homens do governo, está em plena decadência, deserto, “môrtto”. (p. 365).

Portanto, apesar de a navegação ter contribuído significativamente para a redenção econômica, essa contribuição não foi suficiente para modificar toda a conjuntura que já vinha sendo solidificada ao longo dos séculos. A navegação já não supria as necessidades do estado e nem se enquadrava no que era estabelecido pelo ideário modernizador. Uma nova possibilidade do uso das águas do Parnaíba começou a se tornar mais atraente para as elites piauienses da década de 1960 e 1970, a de construir uma usina hidrelétrica. Um dos grandes benefícios citados era a melhoria na iluminação pública do Piauí, que até então vivia majoritariamente à luz das lâmparas. Portanto, como ocorreu com a navegação a vapor no século XIX, a usina também foi idealizada e apresentada ao público como um divisor de águas na história do estado.

Com discursos sempre apoiados na modernização e no progresso, a construção iniciou-se na década de 1960 e a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, localizada no município de Guadalupe, foi inaugurada em 1970. (PEREIRA, 2018). A sua conclusão dificultou mais ainda o tráfego das embarcações, pois nesse contexto de decadência do extrativismo e modernização no setor de transportes, os vapores foram cada vez mais caindo em desuso. Sem esperanças de reestabelecimento, as embarcações que trafegavam pelo rio foram em sua maior parte vendidas para os Estados do Maranhão e Pará, e as restantes ficaram abandonadas em suas margens. (CLARK, 1969). Portanto, o descaso com o curso d'água, aliado ao panorama político brasileiro, que estava voltado para a industrialização, e ao novo cenário econômico do Piauí foram os principais motivos para o fim do tráfego dos vapores pelas supostas águas do progresso.

4. Considerações finais

É possível afirmar que o rio Paranaíba fez parte da constituição do Piauí, e da cidade de Teresina desde seu nascimento, servindo de diferentes maneiras aos mais ricos e aos mais pobres, sendo fator determinante na valorização dos espaços citadinos, ao passo em que também era parcialmente responsável pelo distanciamento dos ideais modernizadores que norteavam a sociedade. Nas fontes primárias analisadas, a necessidade da navegabilidade do rio para a consolidação do progresso do estado foi bastante evidenciada, mas, no que diz respeito à Teresina, a construção de uma cidade moderna também incluía as suas contradições. Os processos de transformações na infraestrutura urbana ocorreram de maneira gradual e ficaram restritos à pontos específicos da cidade que atendiam principalmente aos setores sociais mais abastados.

Apesar das melhorias econômicas percebidas em determinados momentos, a conjuntura socioeconômica piauiense também não sofreu grandes alterações ao longo do período abarcado por esta pesquisa e, de uma forma geral, não só a capital, mas também as demais cidades piauienses sofriam constantemente com a instabilidade do setor de exportação, que dependia de diversos fatores para atender os ideais impostos a ele. Além disso, a proximidade com os rios Paranaíba e Poti, as condições de pobreza, que geravam a insalubridade, as constantes crises sociopolíticas e econômicas, faziam com que Teresina se enquadrasse perfeitamente nos padrões de cidade doente em virtude das endemias e epidemias que afligiam a população.

Em suma, o rio Paranaíba interagiu e perpassava os mais variados aspectos da sociedade que o margeava. Apesar da destruição que causava em determinados períodos, ele facilitava muito a vida dos beiradeiros, tendo em vista que era

utilizado no lazer, na economia, no transporte, nas transações comerciais e políticas. Por isso, permaneceu fazendo parte da afirmação sociocultural do Piauí mesmo com a interrupção do tráfego dos vapores. Ademais, a economia continuou em sua maior parte sendo sustentada por ele, desta vez através da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, inaugurada em 1970.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

A TRAVESSIA do rio Potí. *O Piauí*, Teresina, n. 792, p. 1, 22 de junho de 1952.

ALVARENGA. *Navios e Portos: a história da Marinha Mercante Brasileira*. Disponível em: < <https://cut.ly/klFYcgN>>. Acesso em: 27 fev. 2021

ASSUNÇÃO, Vitorino de. Habitação Popular em Teresina. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n. 6, p. 3-9, jun. 1943.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
CALDAS, Celso. Malária em Teresina (Piauí). *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, v. 3, n.1, p. 3-13, jul. 1941.

CENTENÁRIO de Teresina. *O Piauí*, Teresina, n. 758, p. 4, 10 de fevereiro de 1952.

CLARK, Antonio Castello Branco. O rio Parnaíba: grandeza e decadência. *Almanaque da Parnaíba*, ano XLVI, p. 361-368, 1969.

EMBARCAÇÕES Curiosas. *Almanaque da Parnaíba*, ano X, p. 181, 1933.

EMPURRADOR. *Navios e Portos: a história da Marinha Mercante Brasileira*. Disponível em: < <https://cutt.ly/jlFUUSk>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

GAIOLA. *Navios e Portos: a história da Marinha Mercante Brasileira*. Disponível em: < <https://cuttly/tlFR4K5>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba... Cidades-beira*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2008. 397f.

LIMA, Marconis Fernandes. *Cidade de Boa Esperança: memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe – Piauí*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2007. 238f.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter Sadia a Criança Sã*”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

_____. A Imagem de desenvolvimento de Teresina nas propagandas políticas jornalísticas de 1930 a 1945. *Contraponto*, v. 5, p. 76-89, 2016.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares; SANTOS, Danielle Filgueiras. As águas levadas pelo rio Parnaíba: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970). *Projeto de pesquisa*. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC 2019-2020, Licenciatura Plena em História, Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2019.

_____. As águas levadas pelo rio Parnaíba: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970). *Relatório final*. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC 2019-2020, Licenciatura Plena em História, Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2020.

MELHORAMENTOS, *Gazeta*, ano XXXVII, n. 1291, p. 2, 25 de outubro de 1942.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXV, 2009, Fortaleza. Anais Anpuh, 2009, p. 1-9.

PELA Urbe, *A Imprensa*, ano II, n. 14, p. 1, 15 de junho de 1933.

PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. Energia elétrica da Usina de Boa Esperança como símbolo moderno na cidade de Campo Maior-Pi nos anos de 1960 e 1970. In: ANPUH – ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XIV, 2018, Rio Grande do Sul. Anais Anpuh, 2018.

PIAUI. Governo 1930. *Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Estado do Piauí, a 1 de junho de 1930, pelo Governador, Exm. Sr. Dr. João de Deus Pires Leal*. Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

_____. Governo 1952. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 21 de abril de 1952, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Teresina: Governo do Piauí, 1952.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI, 2006.

RUIU a ponte do Poti. *O Piauí*, Teresina, n. 208, p. 1, 05 abr. 1947.

TERESINA e seu governo. *Terra de Mafrense*, ano I, n. 1, p. 7, outubro de 1939.

Nasce um bairro: análise do processo de formação do bairro Itararé e suas sociabilidades (Teresina, 1977-1985)

George Gabriel de Amorim¹
Marcelo de Sousa Neto²

1. Introdução: os conjuntos habitacionais

A década de 1970 trouxe importantes transformações nos espaços e cotidiano da cidade de Teresina. A capital piauiense experienciou transformações estruturais, o surgimento de novas instituições e espaços de sociabilidades, a exemplo da Universidade Federal do Piauí e o Estádio Albertão. Com o cres-

1. Professor de História. Graduação pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Bolsista PIBIC/CNPq 2017-2018. Projeto “NASCE UM BAIRO: Uma Análise Sobre o Processo de Formação do Itararé e Suas Sociabilidades entre 1977 a 1985”. Orientador: Marcelo de Sousa Neto. E-mail: georgedavispi@hotmail.com.

2. Professor Associado da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Clóvis Moura. Coordenador de Área, História/PIBID/UESPI. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória – UESPI/UFRJ). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

cimento de oportunidades de emprego na construção civil, grande número de famílias migraram para a capital piauiense em busca de trabalho que, por sua vez, resultou no exponencial crescimento populacional e no agravamento de problemas sociais da cidade.

Com o crescimento de sua população, Teresina assistiu o surgimento das primeiras favelas, espaços com condições precárias de moradia, localizados próximos aos bairros centrais da capital, que provocou as iniciativas dos poderes públicos em disciplinar o uso dos espaços da cidade, ancorado em um discurso da modernização da capital. Para tanto, em nível nacional, em 1964 foi fundado o Banco Nacional de Habitação (BNH), relevante no processo de construção de conjuntos habitacionais em Teresina:

[...] A criação de órgãos, com o foi o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH) e das Cooperativas de Habitação (CO-HABs), e a criação de mecanismos jurídicos e financeiros, como o Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS), visam viabilizar a acumulação capitalista via produção de habitações, cujo acesso agora é ampliado (CORRÊA, 1993, p. 22).

Nesse sentido, a década de 1970 foi recheada de conjuntos habitacionais possibilitando o deslocamento dos pobres de áreas centrais de Teresina para zonas periféricas ao tempo que a modernização em Teresina consistiu em uma política excludente, ou seja, uma cidade de contrastes socioeconômicos. Ainda sobre as habitações,

Em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969, foram construídos cinco conjuntos habitacionais, com destaque para conjunto habitacional do parque Piauí, com o total de 2.294 unidades, na zona sul, que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizado na Zona

norte (FAÇANHA, 2003, p. 60).

No entanto é válido lembrar que o desenvolvimento dos conjuntos habitacionais não usufruía das redes de serviços públicos como água encanada, luz, cartórios, etc. O Estado promovia apenas as residências deixando sua população à mercê da própria sorte para sobreviver. O que se consta é que inúmeros conjuntos habitacionais foram desenvolvidos em Teresina nos anos de 1970, com casas que eram destinadas as pessoas que comprovavam renda de até dois salários mínimos e pagamento dividido em até 25 anos (ARAÚJO, 2014). No recorte analisado podemos destacar a tabela a seguir dos conjuntos habitacionais desenvolvidos pela COHAB-PI na década de 1970:

Quadro 01: Total de habitações produzidas pela COHAB-PI na década de 1970.

Conjunto	Ano	Zona	Nº de unidades
Cristo Rei	1975	Sul	92
Stande- tiro	1977	Sul	40
São Pedro	1977	Sul	66
Ampliação do	1977	Sul	500
Parque Piauí	1977	Sul	912
Bela Vista I	1977	Sul	80
União	1977	Norte	2.034
Saci	1978	Sul	3.040
Itararé	1978	Leste	109
São Pedro	1979	Sul	70
DER	1979	Sul	100
Primavera	1970	Norte	

Fonte: ARAUJO, Cristina Cunha. De Itararé a Dirceu Arcoverde: o “começo” da história de um bairro. *Anais do XII Encontro Nacional de História Oral*, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1394369994_ARQUIVO_cristinaartigo.pdf. Acesso em 02 mar. 2021.

De acordo com a tabela podemos analisar que foram erigidos no período 11 conjuntos habitacionais, com destaque para o Itararé e suas 3.040 unidades, um número expressivo para o período, denotando o gigantismo do empreendimento.

2. Nasce um bairro

Considerado o bairro mais populoso da capital Teresinense, o bairro Itararé teve seu início em 1976 com o início da construção do conjunto habitacional de mesmo nome. Nesse sentido, muitas pessoas carentes que residiam na zona leste de Teresina, foram obrigadas a mudar-se para o Itararé ao tempo que a região do Jockey estava sendo revitalizada com o combate de habitações irregulares. Assim o projeto Itararé iniciava seu trajeto com grande otimismo como podemos observar na manchete do Jornal o Estado

Considerado como um “projeto fantástico” pelo diretor-presidente da Cohab-Pi, engenheiro José Almeida Neto, o conjunto Itararé, que contará com 3.400 casas será construído no bairro São Cristovão. A obra visa atender somente as famílias de baixa renda [...] Poderão se inscrever para a aquisição de uma casa no Itararé, as pessoas que ganham entre 1 e 1,5 salários. O conjunto será construído num terreno de 115 hectares.³

Nesse sentido, percebemos que com o incremento dos conjuntos habitacionais, iniciava-se uma segregação econômica pautada em cidade dos ricos e cidade dos pobres, divisão que Raquel Rolnik analisa ao destacar:

Podemos dizer que hoje nossas cidades têm sua zona sul e sua baixada, e sua “zona”, sua Wall Street e seu ABC. É como

3. COHAB construirá 3.400 casas residências no São Cristóvão. O Estado, nº 1017, Teresina, 21 abr. 1976, p. 12.

se cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial (ROLNIK, 1988, p.40).

Em Teresina foi possível distinguir nitidamente essas partes, como observados por Rolnik no qual a zona sul poderia ser representada pelo Jockey, região que a parti dos anos de 1970 potencializou a especulação imobiliária, tornando-se um bairro de valor econômico alto, por outro lado temos o Itararé representando a baixada, de menor valor econômico e social para o Estado, são áreas, grosso modo, marginalizadas. E em seguida a Wall Street sendo representada pelo centro de Teresina por ser o coração econômico da cidade e estarem localizadas as repartições públicas estatais.

As casas do conjunto habitacional do Itararé eram bem simples no início, as residências possuíam estruturas iguais. Algumas casas possuíam cômodos que se resumiam em uma sala, uma cozinha e um banheiro, todos os cômodos pequenos, no conjunto não havia energia elétrica, nem água encanada ou ao menos calçamento.⁴

Desta forma, podemos perceber que as moradias populares foram planejadas para pequenas quantidades de pessoas. Havia três tipos de casas sendo que nas primeiras delas havia um quarto, um banheiro e uma sala além da varanda, no segundo tipo um quarto, banheiro e uma pequena cozinha e, por fim, o último tipo de residência era composta por apenas um banheiro e um cômodo (PINTO, 2012). Além disso o as-

4. Dirceu Arcoverde: Uma Cidade Que Nasceu da Cidade. *Portal O Dia.com*. 16 jul. 2014. Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/dirceu-arcoverde-uma-cidade-que-nasceu-da-cidade-211931.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

pecto urbanístico da região deixava a desejar, as ruas não eram pavimentadas, faltavam postos médicos, entre outros, problemas como esse que foram mencionados por alguns moradores como é percebido no relato da senhora Maria José Amorim, que destacou, “Quando eu cheguei aqui estavam colocando os postes de luz. Não tinha nada de energia. Esses prédios aí todos não tinha. A casa era pequena”⁵, e também corroborando os problemas sociais do recém conjunto construído o morador Rosinaldo Pereira de 43 anos relatou que:

Nós éramos conhecidos como homens dos pés amarelos, por conta do barro que tinha aqui nas estradas. Além disso, as pessoas saíam daqui para trabalhar fora. Não tinham com o que se sustentar aqui, agora as pessoas saem de outros bairros para virem trabalhar aqui.⁶

Como vimos, os relatos acima mencionam as dificuldades vivenciadas pelos primeiros moradores da região do Itararé, um bairro que nascia sob o signo da modernização, mas também da segregação social, pois já não bastava residir em um espaço distante do centro, espaço onde se concentravam todos os serviços urbanos, ainda se tinha que conviver com o preconceito das demais pessoas de outras regiões.

No entanto, mesmo com as adversidades vivenciadas no conjunto Itararé pelos moradores, é importante lembrar que as habitações do novo conjunto proporcionavam uma maior segurança do que antigas casas, uma vez que as residências

5. Dirceu Arcoverde: Uma Cidade Que Nasceu da Cidade. *Portal O Dia.com*. 16 jul. 2014. Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/dirceu-arcoverde-uma-cidade-que-nasceu-da-cidade-211931.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

6. Dirceu Arcoverde: Uma Cidade Que Nasceu da Cidade. *Portal O Dia.com*. 16 jul. 2014. Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/dirceu-arcoverde-uma-cidade-que-nasceu-da-cidade-211931.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

vividas pelos moradores antes do conjunto ofereciam risco de vida. Entretanto algumas pessoas demonstraram resistência em mudar-se para o Itararé por estarem cientes que o novo conjunto não proporcionava recursos básicos de moradia, como podemos observar no relato do senhor Chico Alves:

[...] um dia eu cheguei no meu gabinete, a minha secretária disse Chico, o governador telefonou, quer falar com o senhor “(...)aí eu fui falar com ele(...)”Chico vem aqui, nós temos um problema, começamos um conjunto habitacional lá no Itararé e o pessoal da Cohab não está conseguindo fazer com que as pessoas habitem, ninguém quer ir pra lá.⁷

Percebemos que o Senhor Chico Alves, mais que um morador do Itararé era uma figura de enorme confiança do governador, cabendo a ele procurar articular o deslocamento das pessoas que viviam em casas irregulares para o novo conjunto. Em uma outra fala de uma entrevista, concedida à Isaína da Conceição Pinto, o senhor Chico Alves comenta que:

O problema é que houve um erro de projeto, eles fizeram um clarão no meio da mata, construíram umas pequenas, mas esqueceram da infraestrutura, num tinha nada. Esqueceram que o povo ia precisar de água, energia, calçamento, de escola, de segurança, de hospital não tinha simplesmente nadinha.⁸

Mais uma vez podemos perceber o descaso do Estado em proporcionar residências em locais sem o mínimo de serviços básicos para os moradores. Nesse sentido os moradores do Itararé foram os modeladores de seu próprio habitat conseguindo

7. ALVES, Francisco. Entrevista concedida à Isaína da Conceição Pinto. Teresina, nov. 2010.

8. ALVES, Francisco. Entrevista concedida à Isaína da Conceição Pinto. Teresina, nov. 2010.

contornar todas as adversidades que apareciam. Na sequência, registramos uma foto das primeiras casas da primeira etapa do conjunto Itararé, de 1977, publicada pelo *Jornal do Piauí*, que menciona o comprometimento da COHAB com a finalização dos conjuntos habitacionais sendo o Itararé previsto para ter 3.040 unidades.⁹ Além disso, a imagem em sequência, nos faz concluir que havia uma padronização a nível estrutural das casas no conjunto.



Imagem 1: Primeiras residências construídas no Conjunto Itararé, em 1977. Fonte: Habitação – O projeto do Governo. *Jornal do Piauí*. Teresina, 15 mar 1977, p.13.

Diante do contexto retratado, percebemos que a cidade de Teresina, na década de 1970, passava por um período em que os conjuntos habitacionais assistiam os menos abastados, inseridos no processo de transformações nos espaços que vivenciava a capital e no qual se originou o conjunto Itararé, uma região que em contrapartida de suas mazelas sociais, foi palco também de recordações alegres, embaladas em suas festas, confraternizações e comemorações religiosas. Uma região que nascia nas sombras do progresso e que encontrou em seus residentes, os agentes modeladores do bairro em que moravam.

9. HABITAÇÃO - O projeto arrojado do Governo. *Jornal do Piauí*. Teresina, 15 Mar. 1977, p. 13.

3. A periferia em festa: sociabilidades no Conjunto Itararé

O Itararé, como vimos nas discussões anteriores, nasceu sob uma política de modernização e higienização de espaços em Teresina, na década de 1970. Seus moradores que inicialmente passaram por inúmeras dificuldades devido a problemas de infraestrutura e adaptação no novo local, gradativamente foram sentindo necessidades de lazer como um refúgio natural para as dificuldades da vida. Nesse contexto dos espaços de lazer e diversão no conjunto destacou-se a figura de Chico Alves.

Chico Alves que havia chegado no Itararé em 1977, era o representante do Estado no conjunto, uma vez que o mesmo mostrava ter uma grande afinidade com questões sociais e de lazer, idealizando a construção, em 1979, de um cine teatro para atender aos moradores, como registrado em entrevista:

[...] Eu projetei um cine teatro, já tinha entrado em contato com o pessoal do cinema e tudo, ali iria ser um Cine teatro, passar filme e peça teatral. Já estava tudo pronto, e quando o doutor Lucídio soube, ele era governador e disse ‘Chico Alves você vai colocar um cine teatro lá no Itararé, você é louco rapaz, lá não tem condição disso não’, e ele ligou para o presidente do SEBRAE e disse ‘eu estou aqui com o Chico Alves e eu quero que você faça um estudo aí pra ele, porque ele quer colocar um cine teatro e eu acho que não da não’[...].¹⁰

A localização do Cine Teatro, no qual o senhor Chico Alves se referia, seria a quadra 85, no entanto, o governador da época, Lucídio Portela (1979-83), desencorajou a construção desse espaço de sociabilidade por acreditar que os moradores do Itararé, aquele instante, não teriam recursos ou formação

10. ALVES, Francisco. Entrevista concedida à George Gabriel de Amorim. Teresina, Maio, 2018.

cultural para consumir tal prática de lazer.

Nesse sentido se faz necessário observar como a prática de lazer molda uma identidade social para seus praticantes, e mais, determina seu nível socioeconômico. No caso do Itararé, a inclusão do cine teatro não obteve êxito e então o senhor Chico Alves desenvolve uma outra prática de sociabilidade, as festas de clubes, que se tornaram as principais atividades recreativas na região do Itararé no final da década de 70 e início dos anos 80.

Sobre a motivação que teria levado o Senhor Chico Alves a construir seu clube recreativo, podemos apontar o prazer que os moradores tinham com esse tipo de lazer, como destacado em sua entrevista. Assim, resolveu, investir em clubes de festa, introduzindo novidades para época, ao relembrar:

Eu nunca tinha ido a uma festa na minha vida, eu nunca dancei, e um dia fizeram uma festa lá pra baixo, e eu fui olhar, eu vi que o pessoal gostava de festa [...] aí me veio a ideia de fazer festa,[...]. Eu projetei fazer a festa lá no prédio do cine teatro na Qd.85 Cs.10. Na época o Pinduca era o auge, o Pinduca era o cantor, aquele negócio de carimbó, ele estava no auge nessa época, [...] eu contratei Pinduca, nisso eu já tinha comprado alguns equipamentos que não tinham em Teresina e eu tinha ido comprar fora, sempre viajava para São Paulo trazer equipamentos. A primeira coisa que eu coloquei na inauguração foi um globo.¹¹

Podemos observar que o “Clube Recreativo Chico Alves”, nome dado a agremiação por seu fundador, representou uma das principais atividades de sociabilidade não apenas para moradores do Itararé, mas de outras partes de Teresina e cidades vizinhas. Chico Alves ainda descreve quais os públicos-alvo das festas, bem como os tipos de músicas que tocavam:

11. ALVES, 2018.

Crianças só entravam na matinal do carnaval, na matinal a gente fazia 6 festas, e duas matinais que era domingo e terça, sendo público adulto. A quantidade de pessoas, seria impossível pra mim dizer, a quantidade de homens e mulheres que chegaram pra mim até hoje pra dizer seu Chico Alves, eu conheci minha mulher lá no clube, seu chico Alves eu conheci meu marido lá no clube, rapaz. Logo eu rodava todo tipo de música, tinha uma parte de música lenta, reggae o pessoal gostava.¹²

Embora fosse uma casa noturna, as crianças como vimos acima também se divertiam no clube no período de carnaval, que costumava ser bastante agitado e uma dessas crianças era a senhora Marly Tiago, que nos contou sobre suas memórias de infância no Clube Recreativo:

Eu cheguei a frequentá-lo na minha festa de formatura da 8ª série em 1984, mas antes disso quando era carnaval a gente podia entrar, porque eu era menor de idade, tinham as matinais e a gente vinha, no começo era bem ali próximo daquela padaria aí depois mudou para onde hoje é o oitavo, eu só ia para as matinais.¹³

Podemos notar que o “Clube Recreativo Chico Alves” também proporcionava festas escolares, um espaço versátil que marcou o lazer no Itararé no final da década de 1970 e por toda a década de 1980. Além disso a senhora Marly menciona outras atividades de entretenimento desenvolvidas na região do Itararé, ao destacar:

também quando o Bibi fazia as festas, o Bibi tinha um grupo de dança aí a gente aproveitava, e era bom demais quando

12. ALVES, 2018.

13. TIAGO, Marly. Entrevista concedida a George Gabriel de Amorim, maio, 2018.

eles faziam o bingos dançantes. [...]o grupo do Bibi aqui era muito famoso, eles se apresentavam mais no chico Alves.¹⁴

O grupo do “Bibi”, mencionado, era um grupo de dança que se apresentavam nos espaços públicos da região, e sempre que havia bingos nas residências o grupo também se apresentavam. Infelizmente Dona Marli não se recordou sobre os nomes dos principais representante do grupo, mas nos chamou atenção os “bingos”, que segundo ela, eram muito frequentes nas residências. Na sequência, vemos uma imagem de fotografia de um desses “bingos”, cedida pela entrevistada, que nos ajudam a entender seu funcionamento e participantes:



Imagem 2: Bingos dançantes promovidos nas residências do Itararé – década de 1980. Fonte: Arquivo pessoal da senhora Marly Tiago.

Na imagem anterior é visto alguns amigos e familiares da senhora Marly Tiago em um dos “bingos dançantes”, muito comuns no Itararé. Além do “Clube Recreativo Chico Alves”, o Itararé contou com outro espaço bastante importante de lazer no Conjunto, o Centro Social Urbano – CSU. Construído, no início da década de 1980, o CSU oferecia diversos serviços à população como cursos profissionalizantes, assistência médi-

14. TIAGO, 2018.

ca, colônia de férias para crianças e, no período das festas juninas, aconteciam apresentações de quadrilhas, como lembrou a senhora Teresinha Ferreira:

Construíram também onde era chamado de centro social, era muito divertimento também para senhoras como eu, tiravam cursos de costureira, [...], nós se juntávamos e íamos para lá, no centro social, também era muito bom e muito divertido para os jovens, muita quadrilha linda tinha também, se juntava aquela turma de jovens, cada um tomava conta de uma coisa[..] era muito bem organizadas as quadrilhas dali.¹⁵

Como vimos na descrição acima, as quadrilhas agitavam a juventude do Itararé, além de serem bem planejadas como foi evidenciado pela senhora Teresinha Ferreira, o CSU se mostrou ser um espaço versátil para que proporcionasse também as sociabilidades que não se manifestavam apenas em momentos de comemoração, mas em outras atividades como cursos de costura e em outras ocupações de cunho profissional.

Por outro lado, a senhora Maria Lima destacou que o lazer do Itararé era muito restrito, sendo o “Clube do Chico Alves” o principal ponto de sociabilidade e, ainda segundo a mesma, havia um chafariz que os moradores do Itararé retiravam água, que funcionava também como ponto de encontro e conversas entre os moradores, mas que também eram muito frequentes as discussões entre estes. As discussões, lembra, se dava por alguns moradores colocar baldes de água na frente de outros que já aguardavam no local¹⁶. Nesse sentido podemos analisar que simples momentos do cotidiano dos moradores do Itararé, que poderiam proporcionar momentos de confraterniza-

15. COSTA, Teresinha. Entrevista concedida à George Gabriel de Amorim. Teresina, maio, 2018.

16. LIMA, Maria. Entrevista concedida à George Gabriel de Amorim. Teresina, maio, 2018

ção, podiam resultar em conflitos, originados pela ausência de políticas públicas na região que não possibilitaram, nos anos iniciais do Conjunto, uma estrutura de água encanada para abastecer os moradores.

Como vimos, o “Clube Recreativo Chico Alves” agitou as festas no conjunto Itararé, lembrado por todos os moradores que entrevistamos como o melhor estruturado espaço de festas na região no recorte analisado. Entretanto, em entrevista com a senhora Raimunda Nonata, moradora do conjunto que chegou na região em 19 de julho de 1977, esta defende ter sido a primeira pessoa a fazer uma festa no Itararé:

O primeiro comércio que tinha aqui dentro foi eu quem coloquei e a primeira festa foi eu quem fiz. [...] na época eu juntei o dinheiro foi dentro de uma bolsa, foi festa grande, mas eu fiz apenas esta e depois outro rapaz que era amigo da gente, seu Raimundão, tomou de conta das festas. E tinha seu Paulinho também faziam festas.¹⁷

Percebemos que a senhora Raimunda Nonata, não levou adiante sua iniciativa como organizadora de festas no conjunto, mas ela lembra que na sua única festa organizada foi bem animada, chegou a contratar o conjunto local “Balão Mágico”, que tocavam o ritmo do xote e usavam como instrumentos sanfonas e cornetas. A mesma também possuía um comércio que, segundo ela, foi o primeiro a se estabelecer no Itararé. De toda forma, precisamos destacar, como relembram os entrevistados, que outras pessoas também chegaram a organizar festas na região, mesmo que de forma esporádica, o que nos leva a afirmar serem as festas de salões os principais tipos de entretenimento vivenciados pelos cidadãos do conjunto.

O próprio Chico Alves reconhece, em entrevista, que nos

17. SILVA, Raimunda Nonata da. Entrevista concedida à George Gabriel de Amorim, Teresina, junho, 2018.

primeiros anos do conjunto haviam tido outras pessoas que organizaram festas, mas que não chegaram a ter a repercussão e popularidade que seu clube teve.

Como foi visto na descrição acima, o seu empreendimento comercial era bem próspero, ajudando a explicar os motivos da senhora Raimunda Nonata não ter investido maiores esforços na organização de festa no conjunto, uma vez que seu comércio era um ramo já melhor estabelecido.

Por outro viés, cabe destacarmos que as festas e celebrações religiosas também foram uma constante no Conjunto, como também salientou a senhora Raimunda Nonata, ao lembrar como se davam os encontros religiosos bem como as atividades sociais que a COHAB proporcionava aos moradores:

[...] A igreja também fazia festividades por volta de 1982, pois logo haviam pessoas que participavam de um grupo religioso chamado de vicentinos na região da piçarra, então quando eles se mudaram para o conjunto Dirceu Arcoverde, procuraram fazer um espaço para reuniões da igreja, porque antes nos encontrávamos nos colégios [...] todos os anos, nos dias das mães, das crianças a COHAB davam presentes para as crianças, faziam confraternizações com as mães.¹⁸

Como foi percebido, por meio das entrevistas, a igreja proporcionava suas festividades no qual era muito comum as quermesses que, como destacou a senhora Raimunda Nonata, auxiliou na arrecadação de recursos para a construção da Paróquia de São Francisco de Assis. Por outro lado, a COHAB também proporcionou momentos de sociabilidades promovendo confraternizações com as mães da região, geralmente realizados em espaços de escolas do bairro.

Em 1985, o conjunto ganhou uma associação de moradores, a Associação dos Moradores do Itararé – AMI, criada

18. SILVA, 2018.

com intuito de articular e resolver os problemas sociais que assolavam os conjuntos Dirceu Arcoverde. A AMI teve como primeiro presidente a senhora Firmina Sales que assumiu entre setembro de 1983 a março de 1985, sendo sucedida por Anselmo Dias, representando a associação um local de realização de encontros e mesmo de organização de celebrações e festas frequentadas pelos moradores do Conjunto.

4. Considerações finais

Diante da pesquisa realizada, compreendemos que o nascimento do conjunto Itararé esteve intimamente ligado a políticas públicas implantadas em Teresina, na década de 1970, que buscavam atribuir a cidade feições de cidade moderna, mas que precisava afastar do centro da cidade a parcela mais empobrecida de seus moradores, funcionando os conjuntos habitacionais como forma de afastá-los. Nesse sentido, muitas foram as adversidades vivenciadas pelos moradores do conjunto, desde a ausência de luz elétrica, transporte público, sistema de águas e esgotos, entre outros. Teresina era uma cidade de contrastes, se por um lado a modernização proporcionou a construção de grandes avenidas, como a Miguel Rosa, revitalização de praças, a estruturação da zona Leste da capital, entre outras ações, por outro lado, fomentou a construção de conjuntos sem mínima infraestrutura, o que podemos classificar de uma modernização seletiva, segregando os moradores da capital. Por fim, vimos que não foram apenas dificuldades o cotidiano dos moradores do Itararé. As festas do “Clube Recreativo Chico Alves” e dos “bingos dançantes” representaram formas de lazer vivenciada por seus moradores, bem como os encontros religiosos e os eventos culturais que ocorriam no Centro Social Urbano. Foram histórias de lutas e conquistas que alicerçou a história do bairro. Seus primeiros moradores

ajudaram a construir, um bairro que foi ganhando forma muitas vezes sob o signo do improvisado, mas que se tornou importante na cartografia da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALVES, Francisco. Entrevista concedida à Isaína da Conceição Pinto. Teresina, Novembro, 2010.

ARAUJO, Cristina Cunha. De Itararé a Dirceu Arcoverde: o “começo” da história de um bairro. *Anais do XII Encontro Nacional de História Oral*, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1394369994_ARQUIVO_cristinaartigo.pdf. Acesso em 02 mar. 2021.

COHAB construirá 3.400 casas residências no São Cristóvão. *O Estado*, n. 1017, Teresina, 21 ABR. 1976, p. 12.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

COSTA, Teresinha. Entrevista concedida à George Gabriel de Amorim. Teresina, Maio, 2018.

DIRCEU ARCOVERDE: Uma Cidade Que Nasceu da Cidade. *Portal O Dia.com*. 16 jul. 2014. Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/dirceu-arcoverde-uma-cidade-que-nasceu-da-cidade-211931.html>. Acesso em 10 jan. 2018.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. *A evolução urbana de Teresina: passado, presente*. Carta CEPRO, Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003.

HABTIÇÃO - O projeto arrojado do Governo. *Jornal do Piauí*.

Teresina, 15 Mar.1977, p.13;

LIMA, Maria. Entrevista concedida à George Gabriel de Amorim. Teresina, Maio, 2018.

PINTO, Isáina da Conceição. *A Utopia de um Bairro: uma análise sobre a formação do bairro Itararé e suas sociabilidades (1975-1980)*. Teresina: Uespi - Campus Clóvis Moura, 2012. (monografia de conclusão de curso).

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Ed. Brasiliense. 1988.

SOLON, Daniel; SOUSA, Leila Lima de; CARVALHO, Pollyanna; COSTA, Samara Kelly. Alto-falantes em Teresina: de alternativa de comunicação à comunicação alternativa. *Revista Iniciacom*. vol. 3, n. 1, 2011, p.1-10. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/624/584>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SILVA, Raimunda. Entrevista concedida à George Gabriel de Amorim, Teresina, Junho, 2018.

TIAGO, Marly. Entrevista concedida a George Gabriel de Amorim. Mai, 2018.

O Piauí no contexto de expansão da indústria de laticínios no Brasil: a instalação do Laticínio Longá em Parnaíba (1992)

*Thalia Lorena Galeno*¹
*Felipe Ribeiro*²

1. Introdução

“(…) O que nós temos no Piauí mais especificamente? Nós temos uma pecuária leiteira e arroz irrigado por alguns lutadores, o restante é uma agricultura de subsistência (…)”. Este foi o diagnóstico apresentado no ano de 1992 pelo en-

1. Thalia Lorena Galeno de Araújo é discente do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba e integra o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP), tendo atuado como Bolsista PIBIC (2019-2020) no projeto intitulado “História da indústria de laticínios no Piauí: um estudo de caso sobre o “Laticínio Longá” (1992-2015)”. E-mail: thaliaaraujo@aluno.uespi.br

2. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro é Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV); Professor Adjunto de História da UESPI, no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba; Coordenador Acadêmico Local do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na UESPI; Coordenador do GT Estadual Mundos do Trabalho Piauí; integra o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) e o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT). E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br

genheiro agrônomo Vilmar Klein Ferreira ao conceder uma entrevista ao Jornal Inovação. Como gerente executivo do Centro Nacional de Pesquisa Agrícola Irrigada (CNPAI), ele buscava alertar à época sobre a possibilidade de desativação do Projeto de Irrigação Tabuleiro Litorâneo, instalado na cidade de Parnaíba-PI desde o final da década de 1980 (JORNAL INOVAÇÃO, Jan-Fev 1992. p. 4).

Muito embora esta declaração do gerente do CNPAI tenha se referido mais especificamente ao setor agropecuário, ela contribuiu sobremaneira para a compreensão do processo de incremento da indústria de laticínios no Piauí no início da década de 1990, particularmente no município de Parnaíba, tendo como objeto de análise a E.M SANTOS AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, doravante denominado Laticínio Longá. Um estudo de caso sobre a trajetória histórica desta empresa foi desenvolvido pelos autores do presente artigo junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) entre os anos de 2019 e 2020, através do projeto intitulado “História da indústria de laticínios no Piauí: um estudo de caso sobre o “Laticínio Longá” (1992-2015)”.

O intuito do presente artigo é abordar sobre o início dessa empresa, sua articulação com a estrutura agropecuária local para obtenção de matéria-prima e seu projeto de inserção comercial, levando em conta as boas perspectivas no cenário industrial para o ramo de laticínios no Brasil. Desde a década de 1990, a indústria de laticínios se expandiu de forma expressiva no Brasil, em grande medida decorrente de mudanças estruturais ocorridas em toda cadeia produtiva do leite no país.

De acordo com BANDEIRA (2001), essas transformações estão diretamente relacionadas à política de desregulamentação dos mercados e da economia brasileira, em busca de aber-

tura comercial e estabilização econômica. Até então, a indústria de laticínios enfrentava uma forte regulação estatal, tendo em conta que, entre os anos de 1945 e 1991, o preço do leite em todo o território nacional era tabelado pelo governo federal.

Nessa nova conjuntura, as empresas do setor passaram a ter mais liberdade de atuação, podendo determinar, de acordo com as leis e dinâmicas de mercado, o preço para aquisição do leite *in natura* junto ao agricultor fornecedor, assim como estabelecer, por meio de acordo com outras empresas, o valor a ser pago pelo consumidor no ato da compra do leite pasteurizado e dos derivados lácteos, manobras que indiscutivelmente possibilitaram uma elevação nas margens dos lucros das empresas (FIGUEIRA e BELIK, 1999. Apud: SILVA, 2014. p.100).

Ao passo que diversas empresas multinacionais – como a Danone, Nestlé e Parmalat (todas já possuindo plantas processadoras de laticínios no Brasil) – passaram a intensificar seus investimentos na fabricação de derivados lácteos, muitas empresas nacionais também surgiram neste contexto, como foi o caso do Laticínio Longá, fundado em 1992, na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

Inicialmente voltada para a comercialização de leite no norte do estado, em pouco mais de três anos de funcionamento a empresa passou a fabricar diversos produtos derivados do leite, como queijo, requeijão, manteiga, doce de leite, leite semi-desnatado e outras bebidas lácteas. Já a partir do ano 2000, o Laticínio Longá expandiu seu mercado consumidor para outros estados, particularmente no Maranhão e no Pará, além de algumas inserções pontuais no Ceará.

2 Breve trajetória da indústria de laticínios no Piauí

O estado do Piauí é considerado um dos pioneiros da indústria de laticínios no Nordeste, sendo a Fábrica de Manteiga

e Queijo das Fazendas do Piauí – também conhecida como Fábrica de Laticínios dos Campos – apontada como a primeira do setor na atual região nordestina. Fundada em 1897, a empresa foi instalada onde hoje situa-se o município de Campinas do Piauí (à época pertencente ao município de Oeiras), sendo abastecida com leite bovino produzido por diversas fazendas circunvizinhas. Na década de 1940, porém, a fábrica foi desativada (RIBEIRO, 2017. p.31-36).

Levando em consideração a cidade de Parnaíba, especificamente, faz-se necessário considerar o fomento à indústria de laticínios que foi patrocinado durante a década de 1970 pelo governo do estado do Piauí, tendo como governador à época o parnaibano Alberto Silva. Com recursos estaduais e do Ministério da Agricultura, em 1973, foi lançada a pedra fundamental para o início da construção de uma usina de pasteurização em Parnaíba, com o intuito de criar uma indústria de laticínios a partir de uma entidade já existente na cidade, a Cooperativa Agropecuária de Parnaíba (posteriormente batizada como Delta Laticínios, ainda em atividade). A referida usina foi inaugurada em 1975 (FOLHA DO LITORAL, 12/03/1975. p.4.)

A indústria, que estará capacitada para a pasteurização de 20 mil litros de leite por dia e para o fabrico de diversos produtos derivados do leite, é uma antiga aspiração dos pecuaristas e do povo parnaibano e é mais um passo que o governo do estado dá para promover o desenvolvimento da região (CORREIO BRAZILIENSE, 23/08/1973. p.34).

Pouco depois, ao final da década de 1970, foi iniciado um programa de apoio às microempresas de Parnaíba, fruto de um projeto piloto entre o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) – atual SEBRAE – e o Ministério do Trabalho, que selecionou alguns estados da federação

para sua implantação, entre eles o Piauí. Em um levantamento das microempresas industriais na cidade, realizado em 1982, de um total de 34, existia somente uma dedicada a “produtos alimentares” (2,94% do total). A referida empresa não foi precisamente identificada na publicação (SILVA FILHO, 1982. p.33), porém é bastante provável se tratar da Delta Laticínios.

Dados comparativos obtidos junto ao Cadastro Industrial realizado pela FIEPI entre os anos de 1981 e 1991, apontavam para um crescimento no número de estabelecimentos industriais em Parnaíba no ramo de “produtos alimentares”, de 15 para 33, respectivamente. “Os gêneros industriais com maior participação no universo de empresas [na cidade, em 1991] compreendiam produtos alimentares com 37%” (SILVA FILHO, 1993. p.84 grifo do autor).

Ainda que esse referido ramo industrial não tenha sido bem definido nesses levantamentos, os dados evidenciam seu crescimento, exatamente no contexto em que o Laticínio Longá estava sendo projetado. “Observa-se que a indústria parnaibana é altamente dependente de três gêneros: química, produtos alimentares e couros e peles” (SILVA FILHO, 1993. p.88).

Atualmente, o estado do Piauí possui dez laticínios, localizados nas cidades de Corrente, Picos, Oeiras, Teresina e Parnaíba. No entanto, mesmo com essa expansão industrial do setor nas últimas décadas, o estado vem apresentando índices de queda na produção de leite, sendo o único da região Nordeste que não apresentou crescimento no ano de 2014 (ZOCCAL, 2015).

Apesar disso, nesse mesmo período, o Laticínio Longá se destacou na indústria de laticínios piauiense, ampliando tanto suas instalações fabris, quanto suas relações comerciais, atuando hoje fortemente em estados do Nordeste e Norte do país. No ano de 2015, por exemplo, os dirigentes da empresa participaram ativamente da criação da Associação das Indústrias de Laticínios no Estado do Piauí (AILEPI), chegando a ocupar a

vice-presidência da entidade (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ, 09/12/2015. p.29). Desse modo, o Laticínio Longá se apresenta como uma relevante empresa para a economia piauiense, particularmente no setor industrial de laticínios.

3. Pesquisando o acervo do Laticínio Longá

O desenvolvimento da mencionada pesquisa PIBIC se deu a partir da investigação do acervo particular da empresa, cujo acesso foi franqueado à equipe do projeto, em articulação com a bibliografia pertinente ao tema de industrialização dos laticínios no Brasil, bem como no estabelecimento de conexões dialógicas entre campos da história econômica do Piauí (com destaque para a cidade de Parnaíba, sede da empresa), história de empresas e história do trabalho.

A temática da industrialização no Piauí trata de questões atinentes ao desenvolvimento do estado nas últimas décadas em um segmento essencial para a economia do país, posto que a cadeia produtiva do leite corresponde por cerca de 12% do total do valor produzido no ramo industrial de alimentos (IBGE, 2005). Cadeia essa que envolve um conjunto de agentes:

(...) De um lado, as empresas que fornecem insumos, tecnologias, adubos químicos, rações e os fabricantes de máquinas para a agricultura; no centro, os produtores de leite; de outro lado, os laticínios, usinas e indústrias processadoras transnacionais e nacionais, cooperativas, médio e pequenos produtores e também os fabricantes de embalagens; mais à frente, a rede de distribuidores, os supermercados (ALVES, 2008. p.278).

A pesquisa buscou compreender a trajetória de uma empresa com destacado desempenho no setor, tendo como ponto de partida seu próprio acervo documental. Sobre este aspecto,

há que considerar a dificuldade que diversos pesquisadores enfrentam para acessar esse tipo de documentação empresarial. Portanto, são fontes históricas inéditas e disponíveis por seus gestores, o que por si só já confere uma potencial possibilidade de aprofundamento sobre a temática, além de múltiplos desdobramentos, fomentando outros estudos correlatos.

Para execução da pesquisa, foi necessário inicialmente levantar, mediante a autorização da direção do Laticínio Longá, o conteúdo do arquivo físico da empresa. No entanto, o arquivo pesquisado não era somente um “arquivo da empresa”, mas sim um espaço compartilhado, dividindo cozinha, arquivo, depósito e almoxarifado. Em meio a esse espaço, a pesquisa se deparou com uma variedade significativa de documentos, não sendo possível indicar - de início - o que poderia ser relevante ou necessário para o projeto.

No acervo não se tinha indicações que pudessem orientar sobre a possibilidade de encontrar um documento desse ou daquele tipo/categoria. Tinha-se livre acesso àquele espaço, o que de certo modo, favoreceu sobremaneira o desenvolvimento da pesquisa. Foram meses de procura, não se tendo ideia de que tipo de documentação ou fonte aquele arquivo poderia oferecer. Todo documento considerado relevante era fotografado e encaminhado para um arquivo digital compartilhado com toda equipe do projeto.

Entre caixas de arquivo morto contendo notas fiscais, foram encontradas pastas com documentos relativos às obras iniciais do prédio industrial; documentos referentes à locação do terreno onde a indústria foi construída; rescisões contratuais dos trabalhadores da obra; um estudo de mercado sobre distribuição de leite que foi realizado em Parnaíba e municípios vizinhos antes mesmo ao início da obra de construção da usina; além de declarações de fazendeiros com grande volume de produção de leite se disponibilizando para atender ao Lati-

cínio Longá. Também foram encontrados outros tipos de fonte, como livros de registro de funcionários e livros de inspeção do Ministério do Trabalho.

Toda essa documentação encontrada foi cedida pelo Laticínio Longá para digitalização e análise. Durante a segunda metade do projeto, em paralelo às digitalizações e visitas ao arquivo, mais escassas por conta da pandemia de Covid-19 (coronavírus) e seguindo todas as normas de distanciamento social e uso de máscaras desde março de 2020, a equipe do projeto realizou levantamentos de referências bibliográficas sobre industrialização de laticínios no Brasil. Neste processo, foram localizados três livros de suma importância para o projeto e que compunham o acervo da Biblioteca Setorial Cândido Ataíde, na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Após o devido contato, também seguindo as medidas sanitárias previstas, os referidos livros foram disponibilizados.

4. O início da empresa

Em relação a abertura do Laticínio Longá e a construção de sua usina de pasteurização, foi possível observar, através dos documentos analisados, como este processo se deu. A empresa foi registrada junto ao Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA) em 02/09/1992, ano em que havia uma tendência mercadológica no Brasil de se construir mini-usinas de pasteurização de leite. “(...) Na década de 90 tem início no país um fenômeno tipicamente brasileiro: o nascimento das mini-usinas. Elas continuaram crescendo e hoje já são mais de 2 mil. Dominam uma parcela interessante do mercado consumidor das cidades interioranas” (RUBEZ, Jorge. 2001).

Apesar da instabilidade econômica herdada dos derradeiros anos 1980, as indústrias de alimentos tiveram um aumento

significativo na oferta de seus produtos. São três as razões que explicariam esse fenômeno: o primeiro é a taxa de crescimento da população; seguida do aumento da renda per capita dos brasileiros; e, por último, o aumento da urbanização do País. Nesse contexto, novas empresas surgiram no mercado interno de alimentos, tanto nacionais quanto multinacionais, com forte concorrência e, por vezes, disputas desiguais. Grupos como a Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL), Batavo e Leitesol, por exemplo, foram adquiridos por empresas como Bunge, Danone, Nestlé, La Sereníssima (FONSECA e MORAIS, 1999).

No entanto, a empresa analisada no presente artigo, ainda que inserida em um contexto de ampliação das mini-usinas em cidades médias e pequenas, seguiu na contramão da tendência de ser inibida pelo avanço das multinacionais. Em meio a este cenário, o Laticínio Longá buscou se inserir no mercado regional (Parnaíba e municípios vizinhos), de forma bastante específica e especializada. Em outubro de 1992, o Laticínio Longá realizou um breve estudo de mercado com o intuito de inserir seus produtos junto aos consumidores das cidades de Parnaíba, Buriti dos Lopes e Luís Correia, apostando na divulgação do Leite Pasteurizado tipo C como qualitativamente superior em relação ao leite in natura, que de acordo com o estudo era o mais presente nos lares parnaibanos, luís-correienses e buritienses. Por sinal, segundo Fonseca e Moraes, esse segmento de leite pasteurizado, tipo B ou C, não apresentava tantas barreiras para a entrada no mercado brasileiro, o que permitiu a inserção de novas firmas no ramo leiteiro, tornando-o mais competitivo e acirrado no aspecto da concorrência.

Outro fator que contribuiu decisivamente para a inserção do Laticínio Longá no mercado foi a possibilidade de compra de matéria prima de dois grandes produtores de leite daquela região: a fazenda Monte Alegre, localizada em Parnaíba, sob o comando de Lourival Parente, cuja produção mensal era de

50 mil litros de leite/mês; e a fazenda Jandira, localizada no município de Araiões, no estado do Maranhão, sob comando de Antônio José de Melo e Silva, cuja produção média mensal era de 30 mil litros de leite/mês. Vale ressaltar que este último foi membro da Comissão de Construção da Indústria de Laticínios ligada a Cooperativa Agropecuária de Parnaíba (Delta Laticínios), em meados da década de 1970 (CORREIO BRAZILIENSE, 23/08/1973. p.34). Sobre a matéria-prima para a indústria, 20% do leite provinha de fazendas dos próprios sócios da empresa, 40% da fazenda Monte Alegre, 20% da fazenda Jandira e 20% de terceiros.

A nossa decisão de instalar uma micro-usina para pasteurização de leite *in-natura*, produzindo o leite integral pasteurizado, foi motivada pela garantia de obtenção da matéria-prima, considerando que os sócios da empresa dedicaram-se há vários anos à exploração da bovinocultura de leite, possuindo, atualmente, um dos melhores rebanhos da bacia leiteira da região, obtendo elevados índices de produtividade. Além disso, para motivar ainda mais a concretização da ideia, contamos de forma espontânea e solidária com a adesão de dois dos maiores produtores da região, que se comprometeram a colocar toda a produção em nossa usina (LATICÍNIO LONGÁ, 1992).

Neste sentido, convém resgatar a entrevista do engenheiro agrônomo Vilmar Klein Ferreira, gerente CNPAI, mencionada no início deste artigo, visto que o laticínio analisado emergiu justamente nessa articulação com “alguns lutadores” da pecuária leiteira, sem deixar de registrar que o proprietário do Longá, Merval Neres dos Santos Filho, era um dos maiores orizicultores (produtor de arroz) da região durante a década de 1980 (MANCHETE RURAL, Out. 1988. p. 90-91).

A capacidade de processamento da usina de beneficia-

mento do Laticínio Longá, em seu início, era de 8 mil litros por dia, porém processava somente 4 mil. Atualmente, seu potencial produtivo é de 8 mil litros de leite por hora e a recepção de leite diária gira em torno de 25 mil litros de leite por dia.

Muito embora, no início, a mini-usina beneficiasse apenas leite, logo também passou a produzir seus derivados, conforme demonstrado nos projetos de sua construção. Neles pode-se observar a presença de tachos mecânicos para produção de requeijão e queijo muçarela, bem como setores exclusivos para produção de manteiga e de queijo coalho. Porém, parte desses derivados só começou a ser produzido em 1995, juntamente com leite semidesnatado, queijo frescal, doce de leite, requeijão, manteiga e bebidas lácteas fermentadas.

5. Considerações finais

Como foi possível observar através do presente artigo, a empresa Laticínios Longá configura-se como um instigante objeto de análise histórica, sob diversos aspectos. Um deles se refere ao papel da empresa no processo recente de industrialização do Piauí e na história do setor de laticínios no estado. Tendo surgido em um contexto favorável de desregulamentação do preço do leite bovino no início da década de 1990, que estimulou o estabelecimento de pequenas usinas de pasteurização em cidades de menor porte no Brasil, o Laticínio Longá conseguiu se consolidar na cidade de Parnaíba e redondezas, a partir de um planejamento focado na região, e posteriormente conseguiu se expandir pelo Piauí e estados vizinhos, resistindo inclusive à abertura da economia e a ofensiva de multinacionais do setor, que chegaram a comprar diversos laticínios brasileiros para se fortalecer no mercado nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALVES, Ana Elizabeth Santos. *Indústria de Laticínios: organização do trabalho e qualificação*. In: Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. Ponta Grossa: dez. 2008.

ALBERTI, Verena. *Vender História? A posição do CPDOC no mercado das memórias*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

BANDEIRA, Arnaldo. Melhoria da qualidade e a modernização da pecuária leiteira nacional. In: GOMES, Aloísio Teixeira; LEITE, José Luiz Bellini; CARNEIRO, Alziro Vasconcelos. *O agronegócio do leite no Brasil*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p. 89-100.

CORRER; Graziela Nunes; SANTOS, Mariane Crespolini dos; ZEN, Sergio De; REYDON, Bastiaan Philip. *O complexo agroindustrial do leite: estrutura e transformações*. *SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. João Pessoa: julho. 2015.

CORAIOLA, Diego Maganhotto. *Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em administração no Brasil*. In: Cad. EBAPE. Rio de Janeiro: jun/2012.

CORREIO BRAZILIENSE. Periódico. 23/08/1973, p.34. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 13/03/2020.

CAMARGOS, Marcos Antônio de. Reflexões sobre o cenário econômico brasileiro na década de 90. *XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Curitiba: outubro. 2002.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ. Publicação esta-

tal. 09/12/2015. p. 29.

FOLHA DO LITORAL. Periódico.12/03/1975. p.4. Acervo: Gustavo Silva de Moura.

FONSECA, Maria da Graça Derengowski; MORAIS, Eduardo Martins. Indústria de leite e derivados no Brasil: uma década de transformações. *Informações Econômicas*, SP, v.29, n.9, set. 1999.

JORNAL INOVAÇÃO. Periódico. Jan-Fev 1992. p.4. Acervo: Plataforma Mundos do Trabalho Piauí. Disponível em <<http://www.mundosdotrabalho.com.br/>>. Acesso em 24/05/2021.

LATICÍNIOS LONGÁ. *Descrição sumária da origem e sistema de compra da matéria-prima principal*. 1992. Acervo da empresa.

MANCHETE RURAL. Periódico. Out. 1988. p. 90-91. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 05/12/2019.

RIBEIRO, João Bosco Pinheiro. Entre memórias e narrativas: A classe operária da Fábrica de Laticínios dos Campos. In: *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*. Parnaíba: Jan-Jul/2017. a.3. n.04. pp.30-40.

RUBEZ, Jorge. Retrospectiva do leite nos anos 90. 2001. Disponível em <http://www.leitebrasil.org.br/artigos/jrubez_040.htm>. Acesso em 05/06/2020.

SILVA FILHO, Francisco Pereira da. *Perfil sócio-econômico da microempresa industrial da Parnaíba – PI*. Parnaíba: Universi-

dade Federal do Piauí, 1982.

SILVA FILHO, Francisco Pereira da. *Economia parnaibana: aspectos macro e microeconômicos*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1993.

SILVA, Rafael Pereira da. *Produção do Espaço e Reestruturação Produtiva do Setor de Laticínio no Rio Grande do Norte*. Natal: Dissertação de Mestrado em Geografia, UFRN, 2014.

SOARES, Mathilde Silva. *Contribuições para a melhoria da produção leiteira no Piauí utilizando práticas do projeto Balde Cheio*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UNIP, 2016.

VILHENA, Marcos Aurélio Gonçalves de. *Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina: Halley, 2006.

Enfermidade e permanências: hanseníase em Teresina (2006-2016)

Gabriel Rocha da Silva¹
Antonia Valtéria Melo Alvarenga²

1. Introdução

Com base no entendimento de que a História não pode furtar-se de procurar compreender os diversos fenômenos que se relacionam à condição humana, em especial àqueles que apresentam consequências positivas ou negativas para a vida nas comunidades, é que a hanseníase se constituiu objeto desse trabalho, abordada como uma endemia presente nas experiências de parcelas da população pobre do país, como evidenciam as estatísticas sobre essa enfermidade.

O objetivo é refletir sobre os desdobramentos históricos das políticas públicas de controle e combate à hanseníase em Teresina de 2006 a 2016, bem como verificar a maneira como essa entidade se apresenta socialmente, diante dos avanços médicos. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, com o aprofundamento

1. Graduado em Licenciatura Plena em História pela UESPI, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina-PI. Email: gabrielr5431@gmail.com

2. Professora Adjunta dos Cursos de História da UESPI/UEMA. Email: valteriaval2@gmail.com

teórico nos aspectos socioculturais da doença e nas políticas públicas de saúde e, pesquisa documental, em dados do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (SE-SAPI) e Fundação Municipal de Saúde de Teresina (FMS).

O recorte temporal da pesquisa foi o período de 2006 a 2016, mas considerou-se também as discussões historiográficas sobre a doença em períodos históricos anteriores, sobretudo, quando esta ainda denominava-se de lepra³, conforme colocam Alvarenga (2013) e Maciel (2007). Outras referências importantes foram Hochman (1998) com as discussões sobre as políticas públicas de saúde e os desdobramentos históricos relacionados ao fortalecimento do poder público e Goffman (1988) com a análise sobre estigma em suas interações sociais. Dessa forma, destacam-se os desdobramentos históricos das políticas públicas de controle à hanseníase, relacionando-os com a situação do estigma que pesa sobre a endemia e reflete no comportamento social e nos resultados produzidos na área da medicina.

Para tanto, no desenvolvimento deste capítulo discorreu-se sobre a noção de estigma e, na sequência, sobre a estrutura da saúde pública e tratamento dos acometidos por hanseníase. Finalizou-se com uma análise das políticas de controle e combate à hanseníase na cidade de Teresina-Piauí, no período de 2006 a 2016.

2. Considerações sobre estigma

O sociólogo Erving Goffman, em sua obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1998), chamou a atenção para o caráter histórico da palavra. Mostrou que ini-

3. A terminologia foi alterada por via de lei federal em 1995 (lei nº 9.010) como uma tentativa de diminuir o estigma que os ex-segregados sofriam com a reinserção na sociedade.

cialmente o termo fora utilizado apenas para definir aqueles que possuíam características físicas que representavam algo incomum. Entretanto, com o decorrer dos anos, destacou que o conceito se tornou mais complexo, podendo ser compreendido em três sentidos distintos, conforme observa-se a seguir (GOFFMAN, 1988, p.7):

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

Ao abordar as diferentes formas de manifestação do estigma, Goffman (1988) destacou que a exclusão de indivíduos na sociedade, em razão de algum traço incomum, é o que aproxima todas elas. Ao chamar a atenção para este aspecto, deixou claro a força negativa que o estigma produz, independente dos atributos positivos do indivíduo, prevalecendo nessas circunstâncias a condição de inferioridade, seja decorrente das marcas físicas, de caráter individual ou relacionada à raça, nações e religiões.

A normalização que fundamenta o comportamento depreciativo do outro, advém de diferentes categorizações que são relacionadas aos ambientes sociais, aos padrões aceitos e compartilhados de formas totalitárias, dificultando o reconhecimento do diferente. Por essa razão, o estigma é colocado em prática em situações em que o outro é tratado de forma segregativa. A complexidade, nesses casos, vai além de uma simples marca, como pode ser entendido pelo significado literal do termo, assentando-se na sua dimensão simbólica: a constatação do diferente como mola propulsora para a exclusão de um sujeito na sociedade.

Em relação ao acometido pela hanseníase, o estigma é um traço cultural herdado da trajetória histórica da lepra que continua afetando o enfermo e refletindo na maneira como este convive com o tratamento ao assumir, muitas vezes, uma postura negacionista de sua condição de saúde, por medo de lidar publicamente com a doença.

O comportamento social negativo em relação à hanseníase é sobretudo oriundo da memória produzida sobre às políticas de isolamento da primeira metade do século XX, que estabeleciam a separação física dos indivíduos doentes, das pessoas sadias. O doente de hanseníase, apesar dos avanços médicos em relação ao tratamento da doença, continua sendo visto como uma ameaça à sociedade (ALVARENGA, 2013).

Desse modo, pode-se afirmar que a doença possui traços culturais que incidem diretamente sobre sua forma de tratamento, afetando os resultados que a medicina moderna é capaz de produzir, pois a mesma apresenta condições de tratar e curar a doença crônica granulomatosa, proveniente de infecção causada pelo *Mycobacterium leprae*, porém, o protocolo médico vem sendo afetado pelo traço cultural que envolve essa enfermidade.

Na prática, este aspecto apresenta-se de forma complexa, levando o indivíduo, em ocasiões em que a situação se torna

pública, a assumir desde postura que o colocam como vítima das atitudes depreciativas, às que utilizam a referida condição para reivindicar direitos, como mostrou Alvarenga ao verificar que muitos dos ex-internos da Colônia do Carpina utilizavam a política de isolamento compulsório como instrumento de luta por ganhos sociais. (ALVARENGA, 2013, p.311):

O estigma permanece vivo e para o bem ou para o mal, continua sendo utilizado pelos organismos oficiais, pelos portadores de hanseníase, ex-internos das colônias e pela sociedade em geral na defesa de interesses que lhes são específicos.

Ao chamar a atenção para o estigma da hanseníase, objetivou-se compreender a maneira como as políticas públicas de saúde no século XX afetaram a situação de milhares de sujeitos através das segregações sociais. Em vista disso, observa-se que as formas do Estado lidar com a hanseníase no século XXI, tem sido bastante diferenciada. Isso se deve às razões políticas que mudaram sensivelmente a situação da saúde pública no Brasil, reconhecendo que aspectos culturais exercem grande importância na maneira como determinadas enfermidades precisam ser enfrentadas.

3. Mudanças na saúde pública e no tratamento dos acometidos por hanseníase

Como apontado por Hochman (1998), o século XX foi fundamental para que os debates sobre as questões de salubridade e as políticas voltadas à saúde pública no Brasil se desenvolvessem e se tornassem presentes no cotidiano da sociedade. Concomitante a isso, os avanços médicos e as intervenções estatais passaram por redefinições, modificando a própria estrutura burocrática estatal. O modelo de assistência à saúde que

se tornara centralizado desde o Governo Vargas, em um contexto de formação e ampliação do aparato público promovido no pós 1988, vem passando por um processo de descentralização que permite a inclusão de novos atores e a consideração de outros conhecimentos.

Na conjuntura dos anos 80 do século XX, existiam muitos questionamentos sobre a situação de salubridade nacional e a forma como era estruturado o sistema de saúde brasileiro. As reformas sanitaristas desse período tinham adquirido maior maturidade naquele contexto, em razão da realização de estudos e pesquisas que fomentaram, especialmente nas academias de medicina, a produção de um conceito de saúde que excedia o bem estar do corpo humano e incluía fatores que tinham, cada vez mais, natureza sociocultural.

Tais manifestações resultaram em uma conquista para a saúde pública, a partir da constituição de 1988, ao estabelecer que a saúde era um “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença” (BRASIL, 1988, art. 196). Esta concepção de saúde como direito de todos representava uma grande conquista no campo jurídico, entretanto, ainda havia a dificuldade de concretizar as novas mudanças. Por esta razão, as discussões, desde então, passaram a centrar-se sobre como seriam implantadas as presentes determinações.

A nova concepção de saúde mostrava o desejo social de superação do sentido vertical e centralizador dominante de suas políticas, fazendo surgir uma concepção universal, gratuita e descentralizada desse bem, que deveria ser gerido pelos municípios. Desse modo, a descentralização da saúde pública, como define Arretche (2005, p. 286) “[...] simultaneamente, concentra autoridade no governo federal – mais particularmente no Ministério da Saúde – e garante a representação dos principais atores – em especial estados e municípios – no pro-

cesso decisório [...]”. Assim, embora a saúde pública permanecesse como competência da instância federal, passou a ter uma gestão democrática, com as ações primárias sendo executadas diretamente pelos municípios.

No novo contexto, as mudanças políticas levaram à estruturação do Sistema Único de Saúde – SUS, intensificando a importância do Ministério da Saúde para a condição da saúde pública, ao estabelecer como sua competência a definição e o suporte financeiro das políticas de saúde em âmbito nacional, enquanto o Município passou a ser responsável pela gestão dos programas locais, com apoio do Estado membro (ARRETCHE, 2005).

A partir dessa nova configuração, os municípios tornaram-se responsáveis locais pela execução das políticas de controle da hanseníase, transferindo-se a cargo dos órgãos oficiais de saúde municipais, o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelas políticas nacionais, a exemplo do Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase do Ministério da Saúde (COSTA *et al.*, 2015). No protocolo atual de controle da enfermidade, adotado pelas unidades de saúde do país, o modo de detecção dos casos passou a ser definido basicamente em cinco variáveis: encaminhamento (casos encaminhados de outras instituições de saúde para a confirmação do diagnóstico), demanda espontânea (apresentação voluntária do sujeito que suspeita da doença), exame de coletividade (casos diagnosticados através de exames em coletividade, como em campanhas de saúde), exame de contatos (diagnóstico de familiares) e outros modos (BRASIL, 2002).

Partindo da prevenção, passou-se a incluir uma diversidade de aspectos para o controle e combate à enfermidade, que quando não praticados de forma eficiente, contribuem para a persistência da doença, como apontado nas Diretrizes de Eliminação da Hanseníase de 2016: educação em saúde; investi-

gação epidemiológica; tratamento até a cura; prevenção e tratamento de incapacidades; vigilância epidemiológica; exame de contato, orientações e aplicações de BCG.

Tais diretrizes foram definidas com base no perfil da doença, que mostra um histórico de complexidade e permanências. De forma geral, as medidas reforçam a necessidade de fiscalização e de orientações não somente para os atuantes nos serviços de saúde pública, mas a necessidade de educar a sociedade civil e informar sobre a situação da doença. Sendo assim, o enfoque é dado na identificação precoce da doença, para que o tratamento seja mais eficiente e rápido. Na virada do último milênio, a Organização Mundial de Saúde -OMS traçou a meta de erradicação da hanseníase até 2005, reduzindo a incidência da doença de um para cada 10 mil habitantes. Porém, mesmo com a ampliação do prazo, o Brasil não conseguiu atingir o objetivo estabelecido (ALVARENGA, 2013).

4. As políticas públicas de combate e controle da Hanseníase em Teresina-Piauí (2006 a 2016)

Em 2006 o Piauí teve importante atuação no combate à Hanseníase. Pesquisando sobre o tema foi possível observar algumas ações desenvolvidas pelos organismos de saúde do Estado e Municípios, com essa finalidade. Nas práticas identificadas estão presentes as Campanhas Educativas, a exemplo da distribuição de panfletos e realização de palestras, que visavam difundir informações sobre os serviços de saúde disponíveis para o enfrentamento da doença. Essa estratégia visou ampliar o debate da situação da hanseníase no Estado, discutir melhores formas de prevenção, identificação precoce e aplicação das medidas de tratamento. A preocupação deveu-se à meta da OMS, que ampliou para 2010 o propósito de eliminação da hanseníase no Brasil.

Entretanto, foi somente em 2015 que, conforme evidenciam dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação -SINAN, a incidência da enfermidade foi reduzida para 1,01 infectados por 10 mil habitantes. Com o atraso de uma década do prazo estabelecido pela OMS para a meta, o Brasil conseguiu chegar próximo aos indicadores almejados, o que revelou a dificuldade do país em controlar a hanseníase. Isso explicava porque algumas cidades ainda apresentavam indicadores preocupantes nesse aspecto, a exemplo de Teresina-PI, que possuía uma taxa de 1,84 naquele mesmo ano, conflitando com as expectativas produzidas no campo da medicina.

Os avanços médicos promovidos na segunda metade do século XX, resultaram em mecanismos mais eficazes de cura da doença, sobretudo após a implantação do método poliquimioterápico nos anos 60, tendo sido fundamental para tornar efetiva a terapêutica da doença no Brasil (MACIEL, 2007). Tal protocolo continua sendo o utilizado como determinação do Ministério da Saúde, órgão que tem o controle sobre o tratamento da enfermidade na atualidade (BRASIL, 2015, p. 6).

[...] é o tratamento medicamentoso oficial da hanseníase, adotado pelo MS, consistindo na combinação de medicamentos seguros e eficazes: Rifampicina, Dapzona, Clofazimina acondicionados em quatro tipos de cartelas, com a composição de acordo com a classificação operacional de cada caso.

Com a administração desse tipo de medicamento, a hanseníase passou a ter um mecanismo de combate eficaz. O percentual de cura de casos novos da hanseníase em 2015 no Piauí chegou a 84,02, de acordo com dados do SINAN, índice superior à média nacional que era de 83,46, representando que a situação no Brasil apesar de não ser tão alta, era considerada pelos parâmetros de análise do Ministério da Saúde,

como regular. Cabe ressaltar que somente três estados do Brasil possuem situação considerada como “Bom”, ou seja, acima de 90% (Espírito Santo, São Paulo e Acre).

O paradoxo entre a eficácia do tratamento e a porcentagem de cura obtida é considerado como grande desafio posto aos profissionais de saúde e que deve despertar o interesse da sociedade como um todo, pois está associado a fatores que extrapolam o campo médico e assumem uma conotação cultural, determinando que o paciente abandone o tratamento e produza grande problema no combate à doença (ARAÚJO *et al.*, 2014).

Assim, por se constituir como uma política nacional, o combate a hanseníase entrou na agenda de saúde do município de Teresina, tendo como responsável por sua execução a Fundação Municipal de Saúde – FMS. Esse órgão municipal vem atuando para a redução da carga de incidência da doença na capital, associando seus esforços aos de parceiros como as instituições de pesquisa que atuam no Estado e de movimentos sociais nacionais e locais, a exemplo do Movimento de Reintegração de Pessoas Afligidas pela Hanseníase –MORHAN. As ações que este órgão desenvolve para o controle da endemia são, desde a qualificação de seu quadro de funcionários, preparando-os para melhor lidar com a doença, à execução de medidas formativas contínuas, a exemplo da organização de seminários, oficinas, palestras, com o intuito de esclarecer dúvidas e aperfeiçoar sua formação.

A preocupação com a dimensão cultural da doença é uma característica do paradigma atual de saúde, denominado de modelo biopsicossocial. Essa concepção reflete uma compreensão de saúde pública integrada por fatores interdisciplinares que conjugam elementos biológicos, com culturais e sociais. Destarte, entendendo a enfermidade de forma mais abrangente e subjetiva, passou a considerar o processo social e cultural como importantes para suas persistências ou superação. Em Teresina

a detecção da hanseníase variou ao longo da década, apesar do Município disponibilizar na rede pública de saúde, o tratamento para a doença. Os dados disponibilizados pela Fundação Municipal de Saúde permitem observar na tabela a seguir, o comportamento da doença na década definida para estudo.

Tabela – Modo de Detecção dos casos de hanseníase em Teresina

Modo de Detecção	2006	2010	2016
Demanda Espontânea	426	241	73
Encaminhamento	242	315	279
Exame de Coletividade	47	38	11
Exame de Contatos	16	35	7
Não informado	133	62	71
Outros Modos	9	7	10
Total Geral	873	698	451

Fonte: Tabela produzida por Gabriel Rocha da Silva a partir de dados disponibilizados pela Fundação Municipal de Saúde

A referida tabela informa o modo de detecção da doença, obtido com base no preenchimento das fichas no momento de realização do diagnóstico do enfermo. Em 2006, quase metade dos sujeitos foram identificados através da demanda espontânea, isto é, através da ida voluntária do indivíduo aos postos de saúde. Esse fato permite avaliar a importância das campanhas educativas de saúde, considerando que nesse ano foi identificado um intenso trabalho dos órgãos de saúde do Estado com o objetivo de informar sobre a doença, bem como sobre os serviços públicos de saúde disponíveis para seu tratamento. Em 2010 esse indicador sofreu redução, passando a ocupar a segunda posição no modo de detecção, e o “encaminhamento” tornou-se a forma predominante nos diagnosticados. Mais uma vez, a preocupação com a doença saía da perspectiva so-

cial e volta a ser uma consequência da preocupação dos profissionais de saúde.

Em 2016, os índices permaneceram semelhantes ao ano de 2010, pois a forma “encaminhamento” continuou em primeiro lugar na detecção da doença, com uma discrepância muito maior em relação aos outros modos, demonstrando que a identificação da doença se dava quase sempre pelo profissional de saúde, as vezes de forma tardia, apenas quando os sintomas já se tornavam bastante visíveis, o que trazia dificuldades ao tratamento e ainda contribuía para a propagação da doença no meio de convívio do enfermo. Outro aspecto interessante é o baixo número de doentes identificados através do “exame de coletividade”, o que não quer dizer que as campanhas dessa natureza não estivessem sendo realizadas ou não fossem eficazes. Entende-se que esse resultado reforça a pouca disposição apresentada pelos sujeitos a submeterem-se a situações que pudessem lhe expor publicamente em casos de diagnósticos positivos. A identificação como portador de hanseníase tem uma carga negativa em diversos setores: familiar e social, incidindo sobre as relações afetivas e, muitas vezes sobre as condições econômicas dos sujeitos. Nesse fato reside a importância da política educacional, preparando não só o paciente, mas toda a comunidade para lidar com o estigma que atinge essa doença.

À vista disso, são primordiais as intervenções em situações que envolvam a sociedade civil, como as praticadas nas instituições educacionais e através das mídias sociais. Esse tipo de campanha, além de despertar para a importância da identificação precoce de casos de hanseníase, são extremamente necessários para fomentar maiores debates sobre a doença, e, desse modo, contribuir para desmistificação de mitos que ainda circundam o histórico da enfermidade ao longo dos anos.

Em 2014, a Escola Municipal de Teresina Professor José Carlos foi alvo de uma dessas atuações da FMS, envolvendo

uma parceria dos profissionais de saúde, quadro administrativo da instituição, docentes, alunos e familiares. Esse tipo trabalho demonstra-se extremamente necessário para o sucesso dessas campanhas. Nesse caso, o método utilizado foi denominado de “fichas de autoimagem”. Através delas todos os alunos receberam uma ficha para responder com ajuda dos familiares. Essa metodologia levou a diversos diagnósticos que permitam o tratamento precoce da doença (TERESINA, 2014).

Outras formas de atividades que vêm sendo executadas são os mutirões de saúde, que são realizados anualmente, sobretudo, no mês de janeiro, período em que se comemora o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase, instituído pela lei 12.135/2009. Em razão desta data, comemorada sempre no último domingo do mês, são intensificados os trabalhos de diagnóstico da hanseníase ao longo do período, não restrito apenas aos postos de saúde e hospitais, mas também em locais de muita movimentação como os Shoppings da Cidade.

As atividades durante esse mês são extremamente importantes, pois reúnem ações organizadas em associação pelos Estado e o Município. Em 2006, a Campanha de Combate à Hanseníase contou além dessa parceria, com o apoio dos Correios e de ONGs para divulgação e organizações das atividades com o enfoque principalmente nas periferias da capital. Intensificação justificada pelo insucesso no cumprimento da meta de eliminação da doença que deveria ter ocorrido no ano anterior (PIAUI, 2006).

As mídias sociais, também, é uma maneira que o Ministério da Saúde utiliza para alertar a população sobre os perigos da hanseníase. Em 2008, a proposta foi intensificar nos meios de comunicação as campanhas de saúde, não apenas na TV, mas também em jornais impressos e rádios. Esses mecanismos procuram chamar a atenção para os efeitos da carga simbólica negativa que envolve a doença, permitindo que se discutisse

mais sobre o estigma que a mesma carrega.

Além disso, a nível Estadual foi adotada a supervisão descentralizada, dividindo a fiscalização sobre a situação da doença nos 11 territórios do Piauí, para que a partir disso pudessem ser desenvolvidas ações mais estratégicas, de acordo com a realidade de cada território. A campanha “Hanseníase tem cura”, também de 2008, foi difundida ao longo de todo o ano, reiterando, através do material educativo, a eficácia do tratamento, almejando superar a concepção que foi muito difundida no começo do século XX e que permanece no imaginário de algumas pessoas, que hanseníase não tem cura. Ainda assim, entre os anos de 2008 e 2009, Teresina ficou em primeiro lugar no número de casos de hanseníase no Estado (PIAUI, 2009).

Entre os anos de 2010 e 2016, apesar dos contextos de crises sociais e econômicas, a situação foi diferente quanto ao aspecto de redução de casos na cidade de Teresina. Como mostram os índices ao longo desse período, a doença caiu pela metade. Esses indicadores comprovam que as atuações do governo Federal, Estadual, e Municipal surtiram efeito, ainda que não tenham sido o suficiente para erradicar a doença. Não por acaso, nesse período foram intensificadas as ações anteriormente mencionadas, além da organização de fóruns estaduais para a discussão sobre a enfermidade. Abaixo exemplo dos banners que foram disponibilizados nas vias públicas da cidade, com finalidade de informar a população.



Figura 1: Cartaz da Campanha Nacional de Combate à Hanseníase⁴

Fonte: Arquivo pessoal Alvarenga

Apesar de todos os esforços e avanços médicos-científicos a persistência da hanseníase continua considerável. O Brasil, segundo a OMS, ainda é o segundo país do mundo com maior número de casos de hanseníase, atrás somente da Índia. Nesse contexto, Teresina se apresenta na problemática como uma cidade em situação que desperta a atenção dos organismos de saúde, por manter as taxas consideráveis da doença. Por essa razão, ainda que o número de casos venha reduzindo ao longo dos tempos, o comportamento das pessoas em relação à doença tem contribuído para que a capital do Piauí, possa encontrar-se em uma condição confortável em relação a endemia.

5. Considerações finais

Mesmo que o tratamento da doença atualmente seja exclusivamente realizado através do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma gratuita e eficiente, verificou-se que existe a

4. Imagem produzida durante a campanha de local de 2010, por um dos autores desse texto.

necessidade de desmistificar características depreciativas que permeiam o cotidiano das pessoas que são diagnosticadas com a hanseníase. Desse modo, foram verificados os desdobramentos das políticas de controle à doença, observando-se que as mesmas se concentram hoje, sobretudo, na elucidação da sua dimensão cultural e educativa.

A atual conjuntura mostra a importância das políticas de controle e combate à doença, com o intuito de educar os profissionais de saúde e a sociedade sobre os aspectos culturais da doença, pois apesar da redução de sua incidência ao longo da década, a situação não está controlada. Se comparado à realidade de outros países, segundo a OMS, o Brasil é o segundo com maior índice de infectados, e Teresina, nesse contexto, apresenta-se em uma realidade preocupante, demonstrando a relevância em discutir essa problemática que é caracterizada como negligenciada por atingir pessoas em situação de pobreza, e em muitas ocasiões não estar na agenda de prioridades dos organismos sociais. Portanto, percebe-se que somente com a desmistificação dos preconceitos em relação à enfermidade, é que as políticas públicas de combate à hanseníase passarão a produzir melhores resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALVARENGA, Antonia Valterio Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate à lepra no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2013.

ALVARENGA, Antonia Valterio Melo; VALE, Dário Henrique Alvarenga; SILVA, Gabriel Rocha da. Hanseníase: da experiência do estigma ao horizonte da cura. *Revista Eletrônica Acesso em Saúde*, v. 10, p. 1534-1540, 2018.

ARAÚJO, Maylla Moura; SILVA, Joycce Huanna de Souza; GOMES, André Cipriano Saraiva; LOPES, Lauro Rodolpho Soares; MARQUES, Rosemarie Brandim. Perfil Clínico-Epidemiológico dos Pacientes que Abandonaram o Tratamento da Hanseníase. *Hansenologia Internationalis* (Online), v. 39, p. 55, 2014.

ARRETCHE, Marta. A Política da Política de Saúde no Brasil. *In: Nisia Trindade Lima; Silvia Gerschman; Flavio Coelho Edler; Julio Manuel Suárez. (Org.). Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, v. 1, p. 285-306.*

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 12135, de 18 de dezembro de 2009. Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12135.htm. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia para o Controle da hanseníase. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento Vigilância das Doenças Transmissíveis. Eliminar a Hanseníase é Possível – Um Guia para os Municípios [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em

Saúde. Departamento Vigilância das Doenças Transmissíveis. Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública: manual técnico-operacional [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

COSTA, Marcela da Silva, BECKMAN, Paulo Cesar da Silva, MOURA, José Pedro Gomes; SILVA, Marlucilena Pinheiro. Políticas para hanseníase: a evolução da gestão em saúde. *Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde*, v.1, n. 2, p. 104-108, Jul./Dez. 2015.

ESCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; EDLER, Flavio Coelho. As origens da Reforma Sanitária e do SUS. *In: Nísia Trindade Lima; Silvia Gerschman; Flavio Coelho Edler; Julio Manuel Suárez. (Org.). Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 59-81.*

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.*

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 1998.*

MACIEL, Laurinda Rosa. “*Em proveito dos sãos perde o lázaro a liberdade*”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

OLIVEIRA, Thaís Thomé Seni; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos; AUGUSTO, Maria Cecília Nóbrega Almeida. O cuidado em saúde: o paradigma biopsicossocial e a subjetividade em foco. *Mental* (Barbacena. Impresso), v. IX, 2011, p. 523-536.

PIAUÍ. Campanha de controle da hanseníase começa neste domingo. Portal da Saúde. Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2008-07-06/1960/campanha-de-controle-da-hanseniase-comeca-neste-domingo.html>. Acesso em: 17 dez. 2019.

PIAUÍ. Piauí foi o Estado que mais reduziu o número de casos novos em Hanseníase. Portal da Saúde. Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2011-02-04/3311/piaui-foi-o-estado-que-mais-reduziu-o-numero-de-novos-casos-em-hanseniase.html>. Acesso em: 29 dez. 2019.

PIAUÍ. Proporção de cura da hanseníase aumenta no Piauí. Portal da Saúde. Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2010-04-15/3129/proporcao-de-cura-da-hanseniase-aumenta-no-piaui.html>. Acesso em: 17 dez. 2019.

PIAUÍ. Saúde realiza II Fórum integrado de hanseníase e tuberculose. Portal da Saúde. Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2015-03-12/6222/saude-realiza-ii-forum-integrado-de-hanseniase-e-tuberculose.html>. Acesso em: 30 dez. 2019.

PIAUÍ. Secretaria de Saúde realizará Fórum para discutir hanseníase. Portal da Saúde. Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2011-01-24/3270/secretaria-de-saude-realizara-forum-para-discutir-hanseniase.html>. Acesso em: 26 dez. 2019.

PIAUÍ. Sesapi convoca municípios para participar de fórum sobre tuberculose e hanseníase. Portal da Saúde. Secretaria de

Estado da Saúde do Piauí. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2014-03-26/5757/sesapi-convoca-municipios-para-participar-de-forum-sobre-tuberculose-e-hanseniase.html>. Acesso em: 30 dez. 2019.

PIAUÍ. Sesapi no combate a hanseníase. Portal da Saúde. Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2006-01-09/1152/sesapi-no-combate-a-hanseniase.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PIAUÍ. Sesapi organiza a programação da semana de combate a hanseníase. Portal da Saúde. Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. Disponível em: saude.pi.gov.br/noticias/2006-12-19/1315/sesapi-organiza-programacao-da-semana-de-combate-a-hanseniase.html. Acesso em: 12 dez. 2019.

TERESINA. FMS capacita 60 profissionais em hanseníase. Fundação Municipal de Saúde. Prefeitura de Teresina. Disponível em: <http://www.fms.teresina.pi.gov.br/noticia/1083/fms-capacita-60-profissionais-em-hanseniase>. Acesso em: 05 jan. 2020.

TERESINA. FMS já visitou 56 escolas públicas em busca de novos casos de hanseníase. Fundação Municipal de Saúde. Prefeitura de Teresina. Disponível em: <http://www.fms.teresina.pi.gov.br/noticia/36/fms-ja-visitou-56-escolas-publicas-em-busca-de-casos-de-hanseniase>. Acesso em: 06 jan. 2020.

TERESINA. FMS lança campanha nacional de hanseníase. Fundação Municipal de Saúde. Prefeitura de Teresina. Disponível em: <http://www.fms.teresina.pi.gov.br/noticia/926/fms-lanca-campanha-nacional-de-hanseniase>. Acesso em: 05 jan. 2020.

TERESINA. FMS mobiliza mais de 300 diretores de escolas

para falar sobre hanseníase. Fundação Municipal de Saúde. Prefeitura de Teresina. Disponível em: <http://www.fms.teresina.pi.gov.br/noticia/1215/fms-mobiliza-mais-de-300-diretores-de-escolas-para-falar-sobre-hanseniose>. Acesso em: 06 jan. 2020.

TERESINA. Fundação Municipal de Saúde. Banco de dados sobre a incidência da Hanseníase de 2006 a 2016. Concedido após aprovação em Comissão de Ética da Fundação Municipal de Saúde em 2018.

TERESINA. Hospitais fazem diagnóstico de hanseníase neste sábado, 26. Fundação Municipal de Saúde. Prefeitura de Teresina. Disponível em: <http://www.fms.teresina.pi.gov.br/noticia/578/hospitais-fazem-diagnostico-de-hanseniose-neste-sabado-26>. Acesso em: 05 jan. 2020.

TERESINA. Seminário forma agentes de saúde para colaborar no combate a hanseníase. Fundação Municipal de Saúde. Prefeitura de Teresina. Disponível em: <http://www.fms.teresina.pi.gov.br/noticia/1165/seminario-forma-agentes-de-saude-para-colaborar-no-combate-a-hanseniose>. Acesso em: 05 jan. 2020.

História, política e educação

A faculdade de direito de Olinda/Recife e o ensino de Ciências Jurídicas no Brasil (1827-1850)

Kayron Eduardo Pereira da Silva Fontineles¹
Marcelo de Sousa Neto²

1. Introdução

O estudo da História do Direito e de seu ensino no Brasil é de extrema importância para a formação acadêmica, social e cultural do indivíduo, pois reflete naquilo que vem a ser o sentimento de reconhecimento e de pertencimento ao local e a sociedade em que se vive. Contudo, é de se frisar que este tema carece de estudos e pesquisas, o que tem provocado a dificuldade de sua compreensão histórica e jurídica.

1. Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, *Campus* Clóvis Moura. Bolsista PIBIC/CNPq, 2018-2019. Projeto “Direito e Ensino: o ensino de Ciências Jurídicas no Brasil (1827-1850)”. Orientador: Marcelo de Sousa Neto. E-mail: fontineleseduardo@gmail.com.

2. Professor Associado da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, *Campus* Clóvis Moura. Coordenador de Área, História/PIBID/UESPI. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória – UESPI/UFRJ). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

Conforme leciona Wolkmer, “certamente que cada povo e cada organização social dispõem de um sistema jurídico que traduz a especialidade de um grau de evolução e complexidade” (2006, p. xix). Dessa forma, o estudo da História do Direito seria nada menos do que a análise e compreensão do próprio povo através de seu viés evolutivo, no que diz respeito às práticas e costumes jurídicos.

Mas para iniciarmos nossas análises, é necessário relembrarmos que o judiciário no Brasil surgiu de maneira abrupta e desorganizada, primariamente para suprir os anseios políticos e de controle da coroa portuguesa, e após a independência aos interesses do Império do Brasil. O primeiro curso jurídico devidamente brasileiro é datado de 1827, três anos após a independência do Brasil diante de Portugal, e teve como sede as cidades de Olinda (Pernambuco) e São Paulo (São Paulo).

O judiciário brasileiro, em seu início, fora composto por pessoal de pequena formação, muitas vezes leigos e de conhecimento raso, que agiam conforme o costume local. Aqueles poucos que eram letrados eram detentores de altos cargos políticos e burocráticos, o que veio a se repetir com a instalação dos cursos jurídicos no Brasil, ou seja, aqueles letrados formados no Brasil tiveram como objetivo a ocupação de cargos políticos e burocráticos, que em sua maioria eram condizentes com os interesses imperiais, através de ameaças e subornos ou mesmo em apoio ao governo.

No recorte temporal estudado, que compreende de 1827 a 1850, foi um período composto por transições e disputas de poderes no Brasil agora independente, porém, repleto dos vícios deixados pela burocracia praticada por Portugal. Os conflitos de poderes mais presentes nesse período histórico são os travados entre o Poder Judiciário e o Executivo, pois houve uma grande descentralização do poder Executivo, tendo sido transferida para o judiciário, o que gerou grande insatisfação nos governantes regionais e locais.

Outrossim, a pesquisa deteve-se na discussão da história da criação dos primeiros cursos jurídicos do Brasil, enfatizando principalmente o curso de ciências jurídicas de Olinda, estudando sua formação, estrutura e principalmente a influência e importância dessa nova instituição no Brasil e sua relação com a sociedade, bem como a compreensão de como funcionava a máquina jurídica e conseqüentemente política do Brasil Império. Portanto, com o auxílio e a interdisciplinaridade entre História e Direito foi possível discutir e expor as relações e estruturas e órgãos que compuseram o curso jurídico de Olinda e sua relevância para o país.

2. As primeiras faculdades de Direito no Brasil: o caso Olinda/Recife

A necessidade de uma faculdade de Direito própria, nacional e independente de Portugal, surgiu logo após a independência do Brasil. Contudo, conforme afirma Clóvis Bevilacqua (1977) remontam aos tempos coloniais as aspirações dos brasileiros por possuírem, dentro do país, estabelecimentos de ensino superior, onde pudessem desenvolver suas faculdades naturais, em harmonia com a cultura do tempo.

No tocante ao Direito, esse fator de harmonia com a cultura e natureza do país, conforme afirma Bevilacqua (1977), entra em consonância com a teoria Tripartida do jurista brasileiro Miguel Reale, no qual afirma que o Direito é fato, valor e norma. Portanto, um direito em harmonia com a cultura e natureza do país está de acordo com os valores e fatos ocorridos naquela nação, diferentemente da praxe anterior, em que eram utilizadas leis estrangeiras de Portugal, que não condiziam com a realidade brasileira.

Data de 1823 a discussão na Assembleia Constituinte, na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como missão criar a Cons-

tuição do Império do Brasil, ademais, observou-se a relevância da criação de uma faculdade de direito em solo brasileiro, tornando clara a tamanha importância e necessidade desse curso, na qual se observou presente a sua discussão diante e dentre tantas outras matérias constitucionais. Portanto, seria considerado de segundo plano quando posto no mesmo âmbito de discussão de matérias que transformariam e ditariam o rumo que a nova nação iria tomar. No mesmo diapasão, segundo Apostolova, o objetivo de tal discussão acerca da relevância da imediata criação dos cursos jurídicos era de “fundar as bases políticas e institucionais do Estado independente; deveria contribuir para a construção da nação; deveria inaugurar juridicamente o regime constitucional” (2014, p. 19).

O projeto foi proposto pelo deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo³, no qual propusera que a faculdade de direito deveria ser sediada na cidade de São Paulo, na Assembleia Constituinte de 1823, na sessão de 14 de junho, em que durante a discussão acerca das sedes dos cursos jurídicos foram utilizados argumentos para que se sediasse o curso na cidade de São Paulo, tais como pelo fato do clima ser frio o que inibiria a ação das traças sobre a encadernação dos livros, o baixo custo de vida, a maior concentração dos estudantes, levando em conta a falta de diversão na cidade, e a proximidade com as províncias do Sul e Minas. Era de conhecimento dos políticos que sediar uma faculdade de Direito em sua província traria demasiado fluxo de pessoas, o que fomentaria o comércio, as hospedarias, pensões, livrarias e outros ramos, principalmente culturais. Logo, ter o

3. Nasceu em Santos, SP, em 09 de maio de 1774, e faleceu em Porto Alegre, RS, em 05 de julho 1847. Bacharelado em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi deputado por São Paulo nas Cortes de Lisboa e representou a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na Assembleia constituinte de 1823. Foi nomeado Presidente da desta província e veio a criar a colônia alemã de São Leopoldo, que veio a receber o título de Visconde, em 1826.

privilégio de possuir em sua província um curso jurídico de tamanha relevância nacional era de interesse de todos, tanto culturalmente, economicamente e, sobretudo, politicamente. Portanto, conforme Lígia Santos da Silva Rodrigues,

Os acadêmicos, em sua maioria oriundos de famílias abastadas da Província e de diversas regiões do Brasil, precisariam se manter em Olinda, no mínimo, durante os cinco anos do Curso. Portanto, além de estudantes, eles eram consumidores. A questão, como pode se depreender, é de que havia uma demanda. Mas, até a consolidação do Curso, o comércio local era minguado ou inexistente. (RODRIGUES, 2017, p, 51).

Houve a frustrada tentativa de instalar uma faculdade de Direito em 1825 no Rio de Janeiro, por Luis José de Carvalho e Melo, até então Visconde da Cachoeira⁴, que tinha como intuito o de conseguir, para o futuro, magistrados hábeis e inteligentes, e “acautelar a notória falta de bacharéis formados” (BEVILAQUA, 1977). Fora redigido pelo Visconde da Cachoeira, em 1825 e publicado pelo decreto de 09 de janeiro, o estatuto que iria reger a provisória faculdade que seria sediada no Rio de Janeiro, no qual encontrara-se em seu texto a organização do instituto, a distribuição e o número das cadeiras, assim como tudo quanto dissesse respeito a direitos e deveres de lentes e alunos (BEVILAQUA, 1977).

Portanto, conforme o Decreto-Lei de 09 de janeiro de 1825 afirmava que “sendo aliás da maior urgencia acautelar a notoria falta de bachareis formados para logares da Magis-

4. Nasceu na Bahia, em 06 de maio de 1764 e faleceu no Rio de Janeiro em 1826. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, foi magistrado no Rio de Janeiro e deputado à Constituinte de 1823. Escreveu os estatutos que organizaram os cursos jurídicos do Brasil, na sua criação. E foi o primeiro visconde com grandeza da Cachoeira.

tratura pelo estado de Independência Política”, que revelava a relevância e clamor, não somente social, mas também institucional do próprio Império de conter as revoltas e contendas que se alastravam pelas Províncias em face da outorga de uma Constituição com caráter absolutista, na figura do poder Moderador, pois, conforme afirma Lígia Santos da Silva Rodrigues,

Essas últimas notícias se tornaram o estopim para uma série de revoltas em diversas Províncias, com ênfase para a de Pernambuco, que proclama a Confederação do Equador, criando uma República Federativa independente, formada pelas Províncias do Norte: Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. (2017, p. 41).

Conforme afirmado, por se tratar de um governo de caráter absolutista o resultado de tamanhas revoltas e manifestações seguiu a lógica e praxe absolutista, assevera Marcus Carvalho (1998) que os centros de resistência ao governo e suas ações absolutistas encontravam-se no Recife e Olinda, contudo, o resultado de todo o levante e revolta não foi diferente dos governos absolutistas e totalitários, portanto, os líderes revolucionários e revoltosos foram devidamente capturados e executados sumariamente.

Com grande animosidade e debate os deputados chegaram, por fim, a decidir sobre a sede da faculdade de Direito no Brasil, que fora estabelecida tanto na cidade de Olinda quanto na de São Paulo. O discurso de Luís José de Carvalho, o Visconde de Cachoeira, citado por Bevilaqua (1977), acerca da escolha das sedes das faculdades, foi o fato de o Brasil ter uma extensão continental, o que iria lesar parte do país caso fosse criado somente um curso jurídico, na região Norte ou na Sul.

Portanto, a cidade de São Paulo foi ideal como sede de

uma faculdade, tanto por guarnecer o sul do país, o que facilitou o acesso a faculdade, bem como a proximidade do porto de Santos, o baixo custo de vida e o bom clima, o que também se observou na cidade de Olinda que iria guarnecer muito bem os cidadãos do Norte do país, que ficariam extremamente lesados caso a faculdade fosse apenas em São Paulo.

Nos dizeres de Clóvis Bevilacqua (1977, p. 14), a duplicidade de faculdades de Direito em dois polos distintos do país era de imensa vantagem pelo fato de possibilitar “o intercâmbio das elaborações do Norte e do Sul deveriam, necessariamente, contribuir, muito vantajosamente, para a unidade moral do organismo político”. Por outro lado, conforme crítica de Venâncio Filho, “a instalação dos cursos jurídicos representaria, entretanto, tarefa hercúlia, num país carente de quadros humanos e de equipamento material” (2011, p. 36).

A fundação da faculdade de Direito de Olinda, bem como a de São Paulo, teve como princípio de origem a Carta Lei de 11 de agosto de 1827, sancionada por Dom Pedro I, que criou os dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e o outro na cidade de Olinda. Constava na presente Lei de 1827, em seu artigo 1º:

Art. 1º Criar-se-ão dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda, e neles, no espaço de cinco anos, e em nove cadeiras, se ensinarão as matérias seguintes:

1º Ano – 1ª Cadeira. Direito natural, público, análise da Constituição do Império, Direito das gentes e diplomacia.

2º Ano – 1ª Cadeira. Continuação das matérias do ano antecessente 2ª Cadeira. Direito público eclesiástico.

3º Ano – 1ª Cadeira. Direito pátrio civil. 2ª Cadeira. Direito pátrio criminal, com a teoria do processo criminal.

4º Ano – 1ª Cadeira. Continuação do Direito pátrio civil. 2ª Cadeira. Direito mercantil e marítimo.

5º Ano – 1ª Cadeira. Economia política. 2ª Cadeira. Teoria e prática do processo adotado pelas leis do Império.

Não obstante, a Coroa estabeleceu o quantitativo de professores que iriam lecionar o curso e reger as cadeiras, por meio da Lei de 11 de agosto de 1827. Em seu artigo 2º, a referida lei estabeleceu que para regência das cadeiras supracitadas, o Governo nomeará nove lentes (professores) proprietários, e cinco substitutos.

Os artigos seguintes da Lei de 11 de agosto de 1827 fazem jus a remuneração dos lentes, bem como de outros funcionários que faziam parte da estrutura administrativa e organizacional da faculdade, como os secretários e porteiros. O art. 7º faz referência ao compêndio utilizado pelos lentes que necessitavam de aprovação da Assembleia Geral, com o objetivo de confirmar que a doutrina ministrada por eles esteja de acordo com sistema aprovado pela nação.

Em seu art. 8º a Lei estabelecia que os estudantes que que-riam se matricular no curso jurídico deveriam cumprir alguns requisitos, com destaque de terem a idade de no mínimo 15 anos completos, as certidões de aprovação da língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral, e geometria.

Por fim os artigos seguintes (9º ao 11) faziam referência ao título de bacharel (aquele que for aprovado durante os cinco anos de curso) e o de doutor (que seria conferido àquele que cumprisse os requisitos do estatuto), bem como quanto ao uso do estatuto do Visconde da Cachoeira.

O curso de direito de Olinda fora instalado de maneira provisória no Mosteiro de São Bento, em 15 de maio de 1828, no qual fora utilizado apenas pequena parte dele. Contudo, com crescimento do curso e a imediata necessidade de uma estrutura maior foi-se abrangendo a ocupação do prédio conforme a demanda necessária para correta e satisfatória execu-

ção das atividades acadêmicas.

Após grande solenidade de abertura do curso, que contou com presença ilustre de políticos influentes, eclesiásticos e personalidades locais, somente em 02 de junho deram-se início às aulas. No primeiro ano possuiu somente uma cadeira em que foram matriculados 41 estudantes, que dentre eles houve grandes expoentes, tanto na política, magistratura ou nas letras.

Não obstante, com a devida solenidade de inauguração, com discurso inaugural proferido pelo Dr. Lourenço José Ribeiro, diretor interino do curso, que posteriormente iria tornar-se lente, citado por Bevilaqua (1977), o curso passou a apresentar problemas, o que não foi surpresa, tendo em vista a celeridade em que foi criado e a precariedade das instalações que lhes fora cedida, bem como o uso de um estatuto que não possuía a dimensão de suas funções quando fora redigido, nem mesmo fora criado para este fim, e sim tratava-se de fruto de reaproveitamento.

Além dos problemas estruturais de instalação e de regimentos estatutários, houve também a questão da ministração das cadeiras e das disciplinas de modo satisfatório, que se tornou comprometido, tendo em vista tratar-se de um curso novo e que a extensa e complexa matéria estudada era demasiadamente imprópria, tornando quase que impossível a assimilação de tamanho conteúdo em tão curto espaço de tempo.

No primeiro ano do curso fora oferecida apenas uma cadeira, contudo, ela subdividia-se em três matérias distintas, Direito Natural, Análise da Constituição e Direito das gentes e Diplomacia. Portanto, como crítica a esta grade curricular e como a mesma era aplicada aos estudantes, assevera Bevilaqua que:

E tão certos estavam os autores da lei da impossibilidade de se vencerem tão extensas e variadas disciplinas, em um só ano, que mandavam continuar-lhes o ensinamento no se-

gundo ano. Mas, se não venceriam num ano, é injustificável a sua acumulação em uma cadeira única, de tal modo sobrecarregada que mal poderia o professor oferecer delas noções muito sucintas. Nem a necessidade de manter unidade de vistas nessa iniciação acadêmica impunha um sistema que afinal, redundava em sacrifício das noções que deviam assimilar os alunos. (BEVILAQUA, 1977, p. 20).

Além dos problemas supracitados, soma-se a isso uma prática que era bastante celebrada e aguardada por todo o corpo docente e discente do curso, que eram as Premiações, em que a Congregação tinha a função de escolher, em cada ano, dois dos estudantes mais aplicados e que possuíam louvor na execução de suas atividades acadêmicas. Os prêmios, além do prestígio e reconhecimento pela sua excelência, aos estudantes eram conferidos ainda a quantia de quinhentos mil réis.

Até certo momento a prática era tratada com louvor e incentivo de melhora na performance dos estudantes, bem como por trazer ao meio acadêmico o saudável espírito competitivo, buscando a excelência de todos. Contudo, a competição não se mostrou saudável, revelando grande embate e conflitos entre os professores e alunos. Conforme afirma Clóvis Bevilacqua:

Uma instituição, que, por esse modo, em vez de estimular a aplicação dos estudantes, suscitava, entre os professores, tão forte animosidade, evidentemente estava desviada dos fins, para os quais fora criada. Deveria desaparecer, como desapareceu. Estava na consciência de todos. (1977, p. 28).

No mesmo cunho depreciativo às premiações assevera o diretor interino Manuel Inácio de Carvalho⁵, conforme afirma

5. Conforme Bevilacqua (1977, p. 79), “Manuel Inácio de Carvalho fora diretor interino, em Olinda em 09 de junho de 1832”. “Era professor jubilado da cadeira de teologia dogmática do Seminário de Olinda, quando foi nomeado diretor interino do Curso Jurídico. Foi rápida sua passagem pela diretoria do curso,

Bevilaqua, através de ofício de 1833, “Um dos atos, em que mais frequentemente se veem desgostos, é o das propostas e votações para prêmios. Ninguém ignora quanto o coração humano é sujeito a afeições e desafeições” (1977, p. 27). Culminando, portanto, no fim do instituto das premiações.

Outro problema latente que começa a demonstrar ares de insatisfação popular e da direção do curso são as constantes denúncias acerca de casos de vadiagens, arruaças e distúrbios dos estudantes e dos problemas que vinham causando na pacata cidade de Olinda. Encontram-se presente tais fatos um relatório do diretor do Curso, Lourenço José Ribeiro⁶, de 1829, analisados por Bevilaqua, que destaca, “estes fatos, pondera o relatório, nada são, nem admiram a quem sabem o que é o ajuntamento numerosos de rapazes, fora de seus pais, e, de ordinário, acontecem em toda parte do mundo” (1977, p. 30). Contudo, no mesmo relatório, endereçado ao Ministro Imperial, faz a requisição junto à Coroa de que solucione estes problemas, através do uso das forças públicas, a fim de cessar a desordem noturna e a perturbação do sossego público, através de castigos, visando o regresso e o foco aos estudos.

Dois anos após a referida queixa ao poder Imperial, ocorre a morte de um estudante primeiranista⁷, por um quartanista, durante o costume das vaias entre veteranos e calouros, no

pois em 1834, obtinha a sua exoneração”. Não considerava o “posto consentâneo de sua índole”. (BEVILAQUA, 1977, p. 79)

6. Foi desembargador e diretor interinamente de 28 de abril até 10 fevereiro de 1832. Retirou-se para o Recife por problemas de saúde, e insistia em sua demissão, decorrente de acontecimentos como o assassinato de um estudante, em 1831, por outro estudante do curso. Foi exonerado e nomeado Secretário do Supremo Tribunal de Justiça.

7. Conforme Bevilaqua (1977, p. 31), ocorreu o fato doloso que gerou a morte do primeiranista Francisco da Cunha e Meneses, filho do Visconde do Rio Vermelho, pelo quartanista Joaquim Serapião de Carvalho, durante os trotes entre veteranos e calouros do curso, culminando na morte do primeiranista devido uma facada, em 29 de março de 1831.

qual houve reação do calouro em seguida luta corporal, que resultou na morte do mesmo devido uma facada.

Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama⁸ assumiu o cargo de diretor do curso em 1835, e no ano seguinte deixou clara sua insatisfação com o curso e os seus resultados, como consta nos dizeres transcritos por Bevilaqua, “o quinto ano era um ano de formalidade, e que o mesmo era ser nele matriculado que ter direito inquestionável à carta de bacharel, e, em consequência de tal corruptela, formaram-se moços perfeitamente estúpidos e escandalosamente vadios” (1977, p. 41).

Sob sua gestão vieram práticas mais rígidas visando mudar o *status quo* do curso. Entretanto, os estudantes desacostumados com a rigidez e propensos à vadiagem começaram a ofender e destratar os lentes que lhes eram rígidos, revelando a real crise institucional e educacional do curso. Porém, a própria atitude dos lentes era questionável, principalmente pelo fato da falta de assiduidade para com a função de professor, com grande quantidade de faltas, além disso, o próprio salário era muito pouco, fora que os lentes nem a própria diretoria possuía garantias, o que era inconcebível, pois ficavam sem autoridade perante centenas de estudantes de classe abastada que a qualquer sinal de enfrentamento dos lentes, os rebatiam com impropérios e humilhações.

Por fim, devido as precárias condições que se encontravam no provisório mosteiro de São Bento, que estava ameaçando cair em ruína, em 1852 o curso foi transferido gradativamente para o palácio dos antigos governadores, onde possuía maior

8. Conforme Lúcia Gaspar (2009), Miguel do Sacramento Lopes Gama, era conhecido como Padre Carapuceiro. Nasceu na cidade de Recife em 29 de setembro de 1793 e faleceu em 09 de dezembro de 1852. Dedicou-se a vida religiosa, ingressando no mosteiro de São Bento em 1805. Foi diretor do curso de Olinda, professor de eloquência nacional, literatura, retórica, e deputado por Pernambuco.

condições de abrigar um curso acadêmico e centenas de estudantes, que já era a realidade que o Mosteiro não suportava mais. Em suma, em 1854, o curso foi transferido para a cidade do Recife, precisamente para o edifício na Rua do Hospício, no qual posteriormente ficaria conhecido como Pardieiro.

Foram nesses espaços, físicos e simbólicos, que se formou parcela do judiciário brasileiro, composto por uma elite letrada e representante de oligarquias agrárias, alguns destacando-se como políticos, que viviam e propagavam a cultura do patrimonialismo e coronelismo, alicerçando e beneficiando-se de sua relação com o Império.

Conforme Wolkmer (2003), a sucessão do domínio colonial, logo após a independência, deixou claro a necessidade e até mesmo a exigência da elite, que, a partir daí buscava concretizar a independência político-cultural de Portugal, reformulando toda estrutura de poder e preparando nova camada burocrático-administrativa, setor que assumiria a responsabilidade de gerenciar o país, e encontrou nas figuras dos bacharéis em Direito um importante ponto de apoio. Ainda sob os dizeres de Wolkmer, acerca dos primeiros cursos jurídicos, ele critica o modelo adotado pelo Império, e o julga incompatível com a situação social e os anseios da sociedade, mais precisamente:

As primeiras faculdades de Direito, inspiradas em pressupostos formais de modelos alienígenas, contribuíram para elaborar um pensamento jurídico ilustrado, cosmopolita e literário, bem distante dos anseios de uma sociedade agrária da qual grande parte da população encontrava-se excluída e marginalizada. (WOLKMER, 2003, p. 69).

Nesse novo cenário, de construção de um Estado Nacional, surgiram os cursos jurídicos, e dentre todas as suas funções culturais e acadêmicas louváveis, destaca José Eduardo

Faria, que os cursos jurídicos, ao arrepio da necessidade de uma educação nacional e uma formação de profissionais à luz da Constituição do Império e da realidade brasileira, os cursos se atinham mais aos “interesses do Estado do que às expectativas judiciais da sociedade. Na verdade, sua finalidade básica não era formar advogados, mas, isto sim, atender as prioridades burocráticas do Estado” (FARIA, 1984, p. 158).

Em análise aos primeiros cursos jurídicos criados no Brasil, Schwarcz (1993, apud WOLKMER, 2003), estabelece uma dicotomia entre a Faculdade de Olinda/Recife e a de São Paulo. A principal característica que vem a diferenciar ambas é o fato de o curso do Recife ser um formador de pensadores, como a autora fala “homens de ciência” e que era um “centro intelectual, produtor de ideias autônomas”, fortemente ligadas aos princípios do liberalismo e contra o absolutismo, ao passo que o curso de São Paulo era predominantemente voltado para “formação de políticos e burocratas de Estado” (WOLKMER, 2003, p.70).

Portanto, conforme Sérgio Adorno, a própria constituição de 1824 era propulsora e institucionalizou não somente o “compromisso entre a burocracia patrimonial, conservadores e liberais moderados”, como também passou a criar “fórmulas conciliatórias para ajustar o Estado patrimonial ao modelo liberal de exercício do poder” (1988, p. 72). Logo, a falsa sensação de democracia instalada por teorias liberais, que foram incutidas na mentalidade da sociedade, era contraditoriamente negada pelo caráter conservador da mesma, que visava a centralização do poder nas mãos do Governo e a grande presença das oligarquias patrimoniais, que limitavam as liberdades e anulavam com violência os divergentes, bem como a permanência do mercado escravocrata.

Ademais, acerca do recente curso de ciências jurídicas das cidades de Olinda/Recife e São Paulo, precisamente com um enfoque maior no curso nordestino, José Wanderley Kozima

(2006) tece uma análise e um conceito acerca das interrelações do bacharelismo no Brasil com todo resto da sociedade e seus atores, políticos e sociais.

Certo é que o bacharelismo se trata de fenômeno político-social (afora linguístico e psicológico), e que não se poderia estudá-lo, a partir do enfoque histórico-sociológico, prescindindo das recorrências às abordagens já realizadas por algumas das figuras mais representativas da intelligentsia brasileira que, com brilho irrefutável, se detiveram no estudo de nossa cultura e civilização. (KOZIMA, 2006, p. 310).

Portanto, como leciona Wolkmer (2003) e como fica evidente após o estudo da literatura acerca do tema exposto, a função dos cursos jurídicos brasileiros tanto de Olinda, que posteriormente seria transferido para Recife, em 1854, bem como o de São Paulo, é a de suprir as necessidades do país, agora independente de Portugal, para compor seu corpo burocrático de forma que acompanhe sua ideologia pátria ainda em formação.

Ainda no mesmo teor, Wolkmer (2003), afirma que a necessidade de formação através dos cursos de direito no Brasil não tinha como função precípua de resolver as querelas judiciais, muito menos resolver o problema da injustiça social, e sim suprir uma demanda do Estado para compor o corpo burocrático e político.

As faculdades de direito brasileiras constatavam um fator que de certa forma ia em contrapartida desse interesse nacionalista e de rompimento com a ex-Metrópole. Conforme afirma Mozart Linhares Silva (2003), as faculdades de direito de Olinda e de São Paulo possuíam certa similaridade aos currículos e ideais da própria Universidade de Coimbra, bem como a composição do corpo docente que era composta por professores que tiveram sua formação acadêmica em Coimbra, que

posteriormente vieram a lecionar nas instituições brasileiras os alunos formados em terras brasileiras.

Ademais, destaca Vamireh Chacon (1991) a influência dos cursos jurídicos brasileiros sobre a organização política e administrativa do Brasil, uma vez que os bacharéis graduados nas primeiras faculdades, em sua grande maioria, viriam a compor o corpo político-burocrático nacional:

A grande quantidade e a alta qualidade de bacharéis formados pelas Faculdades de Direito de Olinda/Recife e São Paulo, fornecendo quadros políticos e administrativos ao Brasil, enquanto não surgiam outras, são prova histórica da relevância da sua preparação, apesar das deficiências que apresentaram. (CHACON, 1991, p.285)

Por fim, conforme José Wanderley Kozima (2006), acerca do bacharelismo e a sua relação com a sociedade, fica evidente que permeava no curso jurídico, tanto de Olinda/Recife quanto de São Paulo, as querelas que são intrínsecas à sociedade, como o jogo político e as relações de poderes, e, portanto, seria inócuo o estudo de sua origem e formação sem a cognição de como se davam as relações político-sociais da época.

3. Considerações finais

Diante do exposto, através do estudo e análise da documentação utilizada nesta pesquisa sobre a faculdade de Direito de Olinda, torna-se clara a necessidade emergente do Brasil, recém independente, de compor seu corpo jurídico próprio e nacional, desprendendo-se das influências de Portugal.

Contudo, conforme o estudo, a faculdade de direito de Olinda, devidamente nacional, ainda persistia as influências da Faculdade de Coimbra, portanto, Portugal. Os primeiros

professores que ali ministravam suas aulas tiveram sua formação em Coimbra, em consequência os currículos ministrados eram de total influência portuguesa, o que veio, portanto, a dificultar essa independência acadêmica imediata.

Torna-se evidente o perfil e as características daqueles que vieram a compor os corpos discentes das faculdades de Direito, que era uma elite agrária que visava a detenção do corpo político e burocrático do país, reestruturando as camadas de poder, transferindo da coroa para os que viriam a compor o corpo burocrático-administrativo. Portanto, este novo corpo jurídico que veio a surgir no Brasil estava bem distante do ideal de justiça local ou regional que se imaginaria ter devido possuir um judiciário letrado, uma vez que os interesses destes novos personagens eram de total dissonância dos anseios de uma sociedade composta majoritariamente agrária e marginalizada.

Contudo, a criação do curso jurídico de Olinda trouxera intensas e significativas alterações no ambiente em que se instalou, causando um processo de fomentação econômica e cultural da região em função das necessidades dos acadêmicos que passaram a morar ali, bem como para suprir suas necessidades. A criação de biblioteca, mercados e hotelarias realizaram grandes mudanças no cenário de Olinda após a instalação do curso jurídico.

Ademais, apesar da frustrada esperança de democratização da justiça, advinda de um corpo jurídico devidamente letrado, e nacional, que viria a resolver os conflitos e anseios de uma sociedade marginalizada, pelo fato de em tese reconhecer através da vivência com o povo suas reais necessidades, entretanto não fora concretizado.

O estudo, por fim, conseguiu realizar a análise da formação, estrutura e origem do curso jurídico de Olinda e sua importância para todo o Brasil, vindo a gerar diversos formandos que futuramente seriam pessoas que viriam a gerir o país, bem

como a representar um avanço da sociedade, cultural, político, jurídico e acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ADORNO, S. *Os Aprendizizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

APOSTOLOVA, B. S. *A criação dos Cursos Jurídicos no Brasil: tradição e inovação*, 2014. 192 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, Df, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16231/1/2014_BistraStefanovaApostolova.pdf> . Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2. ed. Brasília: INL, 1977.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil. Outorgada em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 11 fevereiro de 2020.

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm>. Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Fundo Assembleia Constituinte de 1823. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/constituin-te-1823>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada - LEI DE 11 DE AGOSTO DE 1827 - Publicação Original. Decreto de 09 de janeiro de 1825. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38401-11-agosto-1827-566698-publicacaooriginal-90225-pl.html>. Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

CARVALHO, M. J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 331-366, 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielophp?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014 >. Acesso em: 11 de fevereiro 2020.

CHACON, Vamirech. Olinda e Coimbra. In: *Universidade (s) Histórias, Memórias, Perspectivas*. Actas I do Congresso História da Universidade de Coimbra: 7º Centenário, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.

FARIA, J. E. *Sociologia Jurídica: Crise do Direito e Práxis Política*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

KOZIMA, J. W. Instituições, Retórica e o Bacharelismo no Brasil. In: WOLKMER, A. C. (org.) *Fundamentos de História do Direito*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MIGALHAS. História do Curso Jurídico de Olinda. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/quentes/60467/historia-do-curso-juridico-de-olinda>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

RODRIGUES, L. S. S. *Memória da Faculdade de Direito do*

Recife: Formação do acervo bibliográfico (1828-1835). 2017. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, M. L. da. *História da Cultura Jurídica no Brasil: o Bacharelismo e a formação do estado-nação*. ANPUH. XXII *Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

VENÂNCIO FILHO, A. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

WOLKMER, A. C. *História do direito do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

Disputas em pauta: a atuação da imprensa piauiense no Regime Militar (Anos 1960)¹

*Isabela Sousa Moura²
Cláudia Cristina da Silva Fontineles³*

1. Introdução

As relações existentes entre a imprensa e a Ditadura Militar, no Brasil, estão vastamente registradas. Estudar isso contribui para a compreensão do período, tornando-se indispensável para os questionamentos sobre as tramas históricas e po-

1. Texto produzido como parte da pesquisa intitulada: *Democracia x Autoritarismo: História e Imprensa (Décadas de 1960 e 1970)*, como parte do Projeto de Pesquisa: *Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil Republicano (A partir da década de 1960)*, de autoria da Prof^a Dr^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles, através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPI/CNPq).

2. Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí, mestranda em História do Brasil no PPGHB/UFPI e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ex-bolsista do Programa de Iniciação Científica UFPI/CNPq. E-mail: isabelasousam18@gmail.com.

3. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista em Produtividade Científica UFPI. Professora de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

líticas que atuaram nas relações complexas entre a sociedade e o regime autoritário. Tramas essas bastante evidenciadas nas páginas dos periódicos que se utilizavam de matizes diferenciados para sua aceitação, como destaca o historiador Daniel Aarão Reis: “A formação de um acordo de aceitação do regime existe pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência.” (REIS, 2010, p.387).

A presente pesquisa visa investigar a atuação da imprensa piauiense a partir do Jornal *O Dia*, buscando analisar as narrativas pautadas nos consentimentos e atritos em relação à Ditadura, pois o noticiário se constitui como importante instrumento de produção de memória e foi atuante durante o período de legitimação do Regime Militar no Estado do Piauí. Ter a imprensa como fonte e objeto de estudo traz à tona aspectos da construção da escrita histórica em uma estrutura clara a qual Gagnebin nos conduz: “A história é, simultaneamente, narrativa e processo real, [...] como disciplina remete sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem e, sobretudo, da narração” (GAGNEBIN, 2006, p.43).

A escolha deste periódico justifica-se, em primeiro lugar, por ele estar inserido na “Grande Imprensa”, que, de acordo com Maria Aparecida de Aquino, caracteriza-se por “Órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência.” (AQUINO, 1999, p. 37). Este periódico se destaca pelo recebimento de verbas publicitárias e pelo alcance expressivo quando se remete ao público leitor.

Em segundo lugar, a vinculação partidária do proprietário do jornal *O Dia* evidencia tratar-se de um jornal marcado

pela defesa partidária. Este pleiteou o cargo de deputado estadual pelo partido PSD e atuou de maneira ostensiva na prisão de manifestantes que participavam da Frente de Mobilização Popular, que era um movimento comandado pelo deputado Sérgio Magalhães, favorável às Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart e que se destacou na greve dos policiais militares, ocorrida no dia 20 de agosto de 1964, que ficou conhecida como “Passeata da Fome”:

Petrônio Portella [...] mandou soldados e armas, sob a coordenação do oficial Francisco Batista Torres de Melo, para abafar a rebelião e dirigir a Polícia Militar até que tudo se normalizasse. Mas quem o ajudou, mais uma vez, foi o coronel Octávio Miranda, que juntou soldados do 25 BC, montou guarda no Palácio de Karnak e prendeu, em seguida, os cabeças do movimento (KRUEL, 1999, p.23).

O simbolismo presente na atuação do proprietário do jornal, descrito na citação acima, nos ajuda a compreender as questões defendidas no contexto ditatorial, articulações políticas que permanentemente são construídas pelos produtores do jornal, que fazem propaganda das “conquistas” da “Revolução de 1964”. Essa denominação continua a fazer parte de alguns segmentos sociais atualmente, evidenciando que ainda há defensores dos ideais golpistas que moveram a ruptura democrática de 1964, sobretudo a falsa alegação de que a intervenção era necessária contra o “perigo comunista”. Assim, tentam encobrir os meios utilizados para esse fim, como a tortura, cassações de mandatos, exílios e prisões políticas.

Diante desse cenário, ainda que a pesquisadora Jeanne Marie Gagnebin descreva como “polêmica” e “paradoxal” a tarefa do historiador, é essencial para a luta contra o esquecimento: “é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma

definição dogmática de verdade.” (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

Dessa forma, não se trata de entender a imprensa como uma fonte de pesquisa que se caracteriza apenas como instrumento de informação, onde se extrai visões de acontecimentos pontuais. Trata-se de pensar nas correlações de forças e em processos de disputa que fazem dela uma força ativa da sociedade e um instrumento de memória, tal como destaca João Teófilo: “A memória também é responsável por intervir na fabricação da opinião a partir da influência exercida pelas representações dominantes do passado, processo que pode ser amplificado pela mídia.” (SILVA, 2019, p. 46).

A metodologia utilizada para a problematização das fontes baseou-se na análise de conteúdos dos periódicos e ângulos de abordagem, em que foi observado o favorecimento de alguns temas abordados, tentando entender em que medida este posicionamento de alinhamento do periódico com o sistema político implantado no período.

2. Nas entrelinhas da informação: a imprensa como fonte e como objeto

No decorrer da formação acadêmica, a História nos transparece uma infinidade de possibilidades enquanto aprendizes, desvendando caminhos em dimensões espaço-tempo e estampando sua principal motivação: o homem. Marc Bloch ilustrou de maneira suntuosa esta afirmação: “Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos [...] são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição.” (BLOCH, 2001, p. 54). A partir dessa perspectiva, é importante ressaltar o papel da cultura política na história, por ser um imprescindível campo de estudo da História, pois, como afirma Serge Berstein:

Revela um dos interesses mais importantes da História Cultural, o de compreender as motivações dos atos humanos num determinado momento da História, por referência aos sistemas de valores, de normas, de crenças que compartilham em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade (BERSTEIN, 1998, p. 361).

Diante disso, a imprensa torna-se um espaço privilegiado para construção de narrativas e discursos, já que a mesma é um ator de destaque na vida política do país, que se sobressai indo além do caráter informativo, pois evidencia uma espécie de intermédio entre o governo e os cidadãos, destacando assim o fenômeno da opinião pública, que se torna protagonista na explicação sobre o estudo da História Política, uma vez que: “a História não consiste apenas em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos.” (BLOCH, 2001, p. 55).

A imprensa atua ativamente nos diferentes processos históricos nos quais está inserida: “é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que do registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vidas, perspectivas e consciência histórica.” (ROCHE; DARNTON, 1995, p.15). A imprensa deve ser pensada como um veículo além da simples exposição de acontecimentos cotidianos, ela deve ser analisada também como uma prática que está inserida na realidade social que modela formas de agir, define papéis sociais e faz direcionamentos sobre interpretações que ela pretende universalizar.

Essa tentativa de universalização fez-se presente em manchetes nos dias que seguiram à deflagração do Golpe, no dia 2 de abril, o Jornal O Dia trazia na primeira página o título “Brasil a caminho da paz” (BRASIL... *O Dia*, 2 Abr 1964, p.1).

A intitulação ilustra bem a ideia de generalização presente no discurso. Essa ação se transfigura no papel central da imprensa como um personagem político, que diante do uso de termos como: “a nação”, “o país”, “o povo” e frases que impõem um sentido de coletividade, desenham uma trama discursiva que amplifica sua necessidade de afirmação, edificando um papel hegemônico, seu ponto de vista, legitima uma identidade construída e ilustra sua imagem de formadora de opinião.

Essa concepção tece uma discussão sobre as produções de sentido das realidades sociais através dos discursos em textos escritos, evidenciando como as representações de determinados meios são construídas de acordo com os grupos que as forjam (CHARTIER, 1988, p. 22). Como destaca Maria Helena Capelato, “a análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução [...] deve-se considerar os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores.” (CAPELATO, 2015, p. 115) Esse aspecto relaciona-se diretamente com os proprietários, editores e redatores dos jornais, pois tais grupos, enquanto forças sociais, propõem e orientam o projeto político do periódico.

Considerando o *métier* do historiador, é importante reconhecer que este tece caminhos que auxiliam na análise dos periódicos nas suas mais diversas funções, como um dos meios estratégicos e interdisciplinares para a compreensão da sociedade. O mesmo faz um paralelo sobre as perspectivas do trabalho do historiador quanto à análise das fontes, pois nos apresenta a imprensa não mais como uma fonte considerada suspeita, devido à perspectiva de que todo documento, não só a imprensa, “é também monumento”, pois nos remete aos campos das subjetividades e da intencionalidade, com o qual devemos lidar. Essa concepção traz à tona a discussão estabelecida por Paul Ricouer, quanto à escrita e à análise documental de

arquivos: “O documento que dorme no arquivo é não somente mudo, mas órfão [...] então submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência” (RICOUER, 2007, p. 179).

3. “Se o Jornal O Dia disse, a notícia existe”: consentimentos e ambiguidades em nome da democracia

Os jornais delineiam uma função informativa emaranhada de aspectos ideológicos. Nesse meio termo, eles desempenham princípios objetivos que fazem pensar a representação do real, utilizando de mecanismos que lhes garantem confiabilidade e legitimidade como porta-vozes da sociedade, buscando representar o real à luz dos seus interesses. Essa ideia astuta de uma suposta imparcialidade torna-se um mecanismo intensivo que opera na construção ideológica, desenhando “maneiras de crer” bem definidas, evidenciadas por Certeau: “Avançam camuflados em fatos, em dados e acontecimentos. Apresentam-se como mensageiros do real [...] criam assim a cena da sua lei. O real contado dita interminavelmente aquilo que se deve fazer.” (CERTEAU, 2014, p. 260). Assim, a imprensa se configura como força ativa da sociedade, não apenas como um registro de acontecimentos.

Os intensos discursos sobre as articulações políticas, tingiam as páginas do jornal O Dia nos meses iniciais de 1964, as narrativas eram pautadas pela defesa da ordem, Constituição e democracia. Em meados de março, poucos dias antes da deflagração do Golpe Civil-Militar, o então presidente em exercício João Goulart assinou o decreto SUPRA. Suas atribuições seriam marcadas pelas Reformas de Base, que foram responsáveis por fortes oposições ao governo, sobretudo pela elite agrária. Simplício de Souza Mendes, Presidente da Academia Piauiense de Letras, em sua coluna “Televisão”, pertenc-

cente ao Jornal O Dia, destacou o decreto SUPRA como um caminho para “invasão de terras”. O colunista emitiu seu texto intitulado-o “Papel da Imprensa”. Ao tentar esclarecer sua opinião sobre os acontecimentos recorrentes é perceptível que sua escrita é ponderada através de um sentido único para a cena política descrita, sem abrir espaço para outras opiniões:

Não desejamos analisar aqui o aspecto político do que foi feito a 13 do corrente, mas queremos salientar as consequências práticas que poderão advir da pregação subversiva de alguns oradores, inclusive o Deputado Leonel Brizola, e da repercussão que terá a assinatura do ato. Entendemos que cabe a imprensa papel preponderante de esclarecimento em torno do assunto, porque sem esse esclarecimento, muita coisa imprevisível poderá acontecer. A esta hora certos agregados estão absolutamente convictos que podem, agora mais do que nunca, lançar mão da propriedade alheia, ficando com a parte que lhe convier. Não será assim, evidentemente, mas o caboclo pensa que é, e há por aí a fora muito espírito mau capaz de aconselhar o rumo errado, para que a confusão se torne generalizada. (MENDES, *O Dia*, 15 Mar. 1964, p. 8)

Há diferentes questões a serem analisadas no trecho acima, a primeira refere-se à maneira como o jornal se auto-institui como um lugar de formação do leitor, através da afirmação de que o mesmo é “preponderante para o esclarecimento” da situação vivenciada, desenvolvendo uma retórica de sentido único, visualizando o leitor como um ser passivo ao que está sendo descrito, induzindo-o a ponderar sobre consequências que o próprio colunista afirma não ter certeza sobre o fato, como fica evidente no trecho sobre possíveis invasões: “A esta hora certos agregados estão absolutamente convictos que podem, agora mais do que nunca, lançar mão da propriedade alheia, ficando com a parte que lhe convier.” (MENDES, *O Dia*, 15 Mar. 1964, p. 8).

O trecho em destaque apresenta certa repulsa em haver a

possibilidade de habitantes do meio rural conseguirem a posse de propriedades ditas “privadas”, em seguida afirma que o camponês poderia não saber sobre o que se tratava o decreto e que “espíritos maus” poderiam aconselhá-lo erroneamente. Através da leitura do periódico é notório que palavras referente à subversão está lado a lado com o comunismo e esse discurso vai se intensificando com o decorrer dos dias que se aproDiante do que foi discutido, destacam-se as pretensões presentes na fabricação do discurso, que segundo Michel Foucault, está “longe de ser um elemento transparente e neutro.” (FOUCAULT, 2014, p. 9). E nas discussões sobre a vida política é evidente o quanto tais construções estão relacionadas com desejo e poder: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, poder do qual nos queremos apoderar.” Assim, o jornal O Dia, apesar defender um posicionamento imparcial ao apurar os fatos, destaca-se por uma linha editorial permeada por discursos anticomunista. No que se refere ao periódico, a historiadora Marylu Oliveira destaca: “Chegaram a tal nível que em 1964, em cada página do jornal existia nem que fosse uma pequena nota contra o comunismo [...] o golpe utilizou o discurso anticomunista para se legitimar e aqui no Piauí não foi diferente.” (OLIVEIRA, 2007, p. 63). O uso da palavra comunismo se manifesta como uma unidade simbólica, e a regularidade do uso dessa unidade na estruturação do discurso, segundo Pierre Achard, “vai constituir a materialidade de uma certa memória social.” (ACHARD, 1999, p. 11).

Ainda na coluna “Televisão”, Simplício Mendes desferia duras críticas a João Goulart, por muitas vezes atribuindo-lhe a acusação de “agitador comunista”. O jornal alertava a população sobre a infiltração comunista, afirmando que o fato era devido o apoio do governador do Estado Chagas Rodrigues, ele recebeu o apelido de “Juliãozinho do Piauí” (OLIVEIRA,

2007, p. 63), fazendo alusão ao Deputado Francisco Julião que liderou politicamente o movimento das Ligas Camponesas no Engenho da Galileia em Pernambuco. Apesar de boa parte da população não saber do que se tratava o comunismo e não ter percebido a “infiltração” dele no Estado do Piauí, o jornal apresenta o relato de uma mulher, chamada Ana Paula, descrevendo seu apoio a deposição do presidente:

Quando foi agora, veio esta agitação imensa dominando o Brasil inteiro, de ponta a ponta, a gente fica em suspenso, mesmo sem saber o que estava se passando. Pessoas como eu – e são muitas – que não entendem de política, achavam que o Presidente João Goulart era – não digo o maior, mas um homem seguro do cargo. O apoio que ele tinha a gente pensava que era de quase todos. Foi quando veio àquela história de Minas Gerais, luta contra o governo, luta contra o comunismo, como toda mulher que professa a religião católica e tem filhos, sempre tive um medo doido do comunismo, mas sempre na esperança de que não chegaria, nunca, a tomar conta do Brasil: Com o levante de Minas passei a tomar gosto pelo assunto, ouvindo tudo até o fim. Os homens de bem uniram-se. As forças Armadas estavam do lado bom. A boa causa triunfou. E ficou provado novamente, que Deus é brasileiro. Bem, é isto que penso. (PAULA, *O Dia*, 4 abr. 1964, p. 7).

Através da leitura do trecho, é observável que a interlocutora não acompanhava os acontecimentos políticos com frequência, o que fez com que ela despertasse o interesse para as questões políticas foram às notícias vinculadas ao levante de Minas Gerais, pela possível necessidade de derrotar o comunismo. Diante disso, é possível destacar o que Jean-Jacques Becker enfatiza sobre a crítica historiográfica referente à opinião pública: “uma história que tem como finalidade perceber, de maneira mais precisa [...] a atitude e o comportamento dos ho-

mens confrontados pelos acontecimentos.” (BECKER, 2003, p. 186). Outro aspecto que fica claro é que a interlocutora teve um contato maior com o discurso dos “vencedores” do movimento, que foi quando ela passou a “tomar gosto” pelo assunto, afirmando que estava ao lado deles pela defesa da família e de sua religião. Diante disso, ela acredita que a legitimidade do golpe estava presente pela luta contra o comunismo.

O cunho religioso estava presente no jornal *O Dia* constantemente, o que se destaca no convite exposto na primeira página do periódico para a participação de dois eventos expressivos: a Missa de Ação de Graças pela Democracia e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade: “PIAUIENSE! Não se omita. Participe da Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (PIUAUIENSE!... *O Dia*, 1964, p.1). O evento é destaque no periódico como exemplo de máxima expressão do apoio civil aos militares. Porém um questionamento ressoa diante desta narrativa, como atribuir o apoio popular a intervenção militar através de uma manifestação ocorrida em apenas um no estado de São Paulo? De acordo com o que foi pesquisado, as demais marchas, espalhadas pelo país, foram realizadas após a instauração do Golpe, destacadas como “Marchas da vitória”, à exemplo de Teresina, na capital piauiense, ocorreu vinte e dois dias após a deposição de Goulart. O apelo religioso da manifestação relaciona-se com a tentativa de reforçar um pertencimento e coalização de grupos no qual Michael Pollak descreve como enquadramento da memória:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famí-

lias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos, [...] mas também as oposições irreduzíveis. (POLLACK, 1989, p. 9).

Neste sentido, o jornal em si é considerado um espaço privilegiado de construção de memória, nas suas narrativas está presente tentativa de forjar protagonistas e antagonistas no seio dos acontecimentos. Uma evidência que elucida essa questão se inscreve na edição do primeiro Ato Institucional, a qual o jornal *O Dia*, dedicou a primeira página para destacar as consequências do AI-1. A matéria dedicou uma espaço de afirmação que o Ato foi necessário para evitar a “bolchevização” do país, destacando que o único motivo para que ele fosse instituído seria para salvar a nação: “A fim de que possa [...] tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja a purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas dependências administrativas.” (PERDA... *O Dia*, 11 abr. 1964, p. 1). É importante destacar a associação que periódico atribui ao comunismo, como se fosse uma enfermidade que precisava ser erradicada e para isso precisava de medidas estabelecidas pelo AI-1, ainda que fosse a perda de mandados e de direitos políticos por 10 anos de agentes públicos que estiveram até então frente ao cenário político do período, Júlio Prestes, João Goulart, Leonel Brizzola e Jânio Quadros.

A respeito de políticos ou pessoas sem cargos relacionados à vida pública que foram atingidas de alguma forma pelos Atos Institucionais, uma produção do historiador Francisco Alcides do Nascimento destacou que o então governador do estado do Piauí, Petrônio Portella, estava sob ameaça da Guarnição Federal de Teresina e foi graças aos contatos que ele mantinha que impediu a perda do mandato. O acontecimento foi ilustrado pelo relato de um dos presos políticos do Regime,

a qual não teve seu nome revelado:

Na primeira semana daquele mês procurei duas pessoas importantes, para mim, o Governador Petrônio Portela, para saber sua posição face ao Golpe e colocar-me à sua disposição, e o meu bispo, Dom Avelar [...] Petrônio de cuja amizade pessoal sempre me honrei, mandou-me ir para casa, pois não havia nada a ser feito, ele próprio estava com dois coronéis em seu gabinete. Não o prenderam graças à argumentação dos ex-governadores Pedro Freitas e General Gayoso, do irmão deste, também General reformado, e do Coronel Façanha, comandante da Guarnição do Exército. (NASCI-MENTO, 2016, p. 222.)

O que chama a atenção, é que após sofrer represálias pela sua posição a favor do presidente deposto João Goulart, após a instauração do segundo Ato Institucional, que pôs fim ao pluripartidarismo estabelecendo como únicos partidos dentro da legalidade ARENA e MDB, Petrônio Portella ingressara na Aliança Renovadora. Durante a década de 1970 havia uma forte divergência política com outro membro do mesmo partido, Alberto Silva, a ideia de harmonia que exigia o governo central que: “recusava qualquer ideia de confronto entre membros de seu partido. Mesmo assim, embora mensagem governamental pretenda demonstrar clima de normalidade dentro do seu partido não consegue esconder as disputas existentes entre Silva e Portella.” (FONTINELES, 2015, p. 102). Essas divergências resultavam de diferentes razões, Petrônio Portella fazia parte da elite política da época, aliado da família Freitas e Gayosos, o que divergia dos posicionamentos proferidos por Alberto Silva para ganhar notoriedade em meio à sociedade piauiense, afirmando ser oponente dessa elite tradicional:

Na perspectiva dos aliados de Alberto Tavares Silva um dos elementos que relacionaram as suas ações diretamente ao

caráter modernizador do Estado do Piauí derivava, inicialmente do fato de ele não pertencer aos grupos majoritários e tradicionais da política local, ao se assumir como novo em oposição ao antigo no cenário local (FONTINELES, 2015, p.111-112)

Apesar do que era dito no discurso de aliados e do próprio governador, a historiadora Cláudia Fontineles destaca que sua indicação pelos militares ao governo do estado do Piauí se deu pela sua trajetória profissional em outros estados como, Ceará e Rio de Janeiro, onde Alberto Silva construiu uma rede de aliados que o apoiou em sua trajetória política. “As fontes consultadas informam que ele recebeu indicação direta [...] homens de poder e prestígio aos olhos do comando do Exército nacional, que ocuparam diferentes cargos durante o regime militar e que deram o aval ao seu nome para que assumisse o governo piauiense.” (FONTINELES, 2015, p. 112).

Retomando à discussão sobre as ambiguidades presentes nas matérias, é importante ressaltar as variações das narrativas, o periódico autodefinia-se defensor da democracia, disseminando nas páginas do caderno convites da Guarnição Federal de Teresina para a população ir às ruas em apoio aos militares, sobretudo a participação na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O periódico associava as convocações ao convite à democracia, devido à participação popular. Contudo, tal posicionamento apresenta divergência quando a mesma Guarnição proibia de maneira ostensiva a participação de cidadãos em manifestações públicas em oposição aos militares, afirmando que aglomerações nesse sentido levariam a repressões enérgicas ao que fosse considerado subversivo: “Nesse sentido, a Guarnição recomenda a todos indistintamente que se abstenham de participar de qualquer pronunciamento ou manifestação que por ventura venham perturbar o clima de

tranquilidade, ora reinante na capital, os quais serão enérgica e prontamente reprimidos.” (NOTA... *O Dia*, 2 abr.1964, p,1).

Ficava notório o desejo por democracia, frequentemente forjado por padrões narrativos antidemocráticos. Uma sociedade democrática vivencia eleições com regularidade, alternância de poder, liberdade de imprensa, independência entre os três poderes e o direito ao voto por qualquer cidadão. Tais aspectos encontravam fragilidades ainda com o primeiro presidente militar, Humberto Castelo Branco, durante seu mandato no Piauí, as cassações e prisões políticas ocorreram ainda no primeiro mês de mandato. Jesualdo Cavalcanti teve seu cargo de vereador cassado e decretada prisão com base no Ato Institucional 1, acusado de aliar-se ao movimento operário e estudantil visando a derrubada do Regime. Sua prisão recebeu destaque na primeira página do Jornal (CASSADO... *O Dia*, 12 abr. 1964, p. 1), assim como a informação que seu correligionário petebista, Chagas Rodrigues, havia absterido seu voto na eleição de Castelo Branco, tornando-se assim combatente ao governo do general. (CPDOC, 2009).

Apesar das medidas antidemocráticas citadas, o colunista Simplício Mendes retratava na coluna Televisão, um general presidente alinhado à democracia, comprometido com a manutenção das bases jurídicas de maneira a afirmar que o Ato Institucional 1 foi apenas um complemento à constituição “O Ato Institucional não aboliu a constituição, complementou-a, para que o poder revolucionário dentro de uma ordem legal, executasse a limpeza do País em relação aos comprometidos nas ostensivas práticas delituosas de intervenção.” (MENDES, *O Dia*, 6 jul. 1965, p.3). Nas entrelinhas o periódico deixa claro quem são os inimigos da nação e tem posição clara sobre como por fim às oposições, que, em qualquer regime democrático é tão legítimo quanto o governo.

4. Considerações finais

Os jornais assumem uma função informativa emaranhada de aspectos ideológicos, nesse meio termo, os mesmos desempenham princípios objetivos que fazem pensar a representação do real, mas se utilizam de mecanismos que lhes garantem confiabilidade e legitimidade como porta-vozes da sociedade para representar o real à luz dos seus interesses. Essa ideia astuta de imparcialidade se torna um mecanismo intensivo que opera na construção ideológica por meio dos jornais desenhando “maneiras de crer” bem definidas, assim a Imprensa se configura como uma força ativa da sociedade, não apenas como um registro de acontecimentos. Através da análise de diferentes discursos apresentados em diferentes datas e acontecimentos do Jornal analisado foi possível observar como os discursos apresentados, buscavam legitimidade para a consolidação de determinadas ações que se desdobraram em um golpe e futuramente em uma ditadura.

Através da problematização sobre a imprensa piauiense é importante destacar a disseminação e variações dos discursos anticomunistas durante o Golpe civil-militar de 1964, onde o mesmo afirmava-se defensor da nação e da democracia, difundindo nas páginas do editorial pedidos da Guarnição Federal de Teresina para a convocação dos civis para o apoio aos militares. Também foi possível analisar como as crônicas dos jornais associam o comunismo às misérias e aos atrasos, atribuindo ao mesmo o estigma de anticlerical, o que favorecia ainda mais as estruturas sociais conservadoras e intolerantes de um país em que a população mais pobre se apegava a religião à espera de uma ajuda divina para mudar sua situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BRASIL a caminho da paz. *O Dia*. Teresina, 2 abr. 1964, p.1.

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES, CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/erbete-biografico/francisco-das-chagas-caldas-rodrigues>. Acesso em: 3 Nov. 2021.

NOTA À IMPRENSA *O Dia*. Teresina, 2 abr. 1964, p.1.

MENDES, Simplício. Papel da Imprensa. *O Dia*, Teresina, 15 mar. 1964, p.8.

PAULA, Ana. Dizendo o que penso. *O Dia*. Teresina, 4 abr. 1964, p.7.

PERDA de direitos e mandatos. *O Dia*. Teresina, 11 abr. 1964, p.1.

PIAUENSE! Não se omita. *O Dia*. Teresina, 11 abr. 1964, p.2.

MENDES, Simplício. REVOLUÇÃO DE MARÇO E A DEMOCRACIA. *O Dia*. Teresina, 6 Jul. 1965. p.3.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre; DAVALON, Jean; DURAND, Jean-Louis. *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999

BECKER, Jean Jacques. Opinião Pública. In: RÉMOND,

RENÉ, *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; CAPES, 2015

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

NASCIMENTO, Francisco. A arte de narrar: memórias de presos políticos em Teresina nos anos de 1964. EUGÊNIO, João Kennedy; Rego, Ana Regina. (Orgs.) *Comunicação, cultura e memórias*. Teresina: EDUFPI, 2016.

FOUCAULT, MICHEL. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal (Coordenação de Edições Técnicas), 2018

OLIVEIRA, Marylu. *Contra a foice e o martelo*. Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do Jornal O dia. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. 2007

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RICOUER, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHE, Daniel; DARNTON, Robert. *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SILVA, João Batista Teófilo. *Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e Ditadura Militar*. Curitiba: Appris, 2019.

Entre traços e toruturas: representação da Ditadura Militar brasileira através dos quadrinhos “subersivos”

*Joab Viana de Mesquita*¹
*Pedro Pio Fontineles Filho*²

1. Introdução

A arte sequencial, especialmente nas histórias em quadrinhos, é uma habilidade estudada, que pode ser aprendida, que se baseia no emprego imaginativo do conhecimento da ciência e da linguagem, assim como da habilidade de retratar ou caricaturar e de manejar ferramentas de desenho. [...] Um domínio fundamental do desenho e da escrita é indispensável. Esta é uma forma de arte relacionada ao realismo, porque se propõe a contar histórias. A arte sequencial lida com imagens reconhecíveis. [...] Na prática, o artista “imagina” para o leitor. [...] Numa forma de arte em que o escritor/artista deve dominar um amplo repertório de fatos e

1. Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Pesquisador PIBIC/UESPI (2020-2021).

2. Doutor em História Social (UFC). Professor do Mestrado Profissional em História da UESPI. (ProfHistória/UESPI). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Mestre em História do Brasil (UFPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História (UESPI). Graduado em Letras-Inglês (UFPI).

informações sobre inúmeros temas, a aquisição de conhecimentos é interminável. Afinal, trata-se de uma forma artística que trata da experiência humana (EISNER, 1989, p. 144-145).

Como a História tem, dentre muitos objetivos, a função de (re) pensar e (re) construir o mundo e a realidade, é pertinente problematizar as inter-relações entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, como é o caso das histórias em quadrinhos.

As histórias em quadrinhos no Brasil, segundo Nadilson Manoel da Silva (2002), podem ser consideradas como um exemplo típico do que se procura denominar sob conceito de Indústria (Cultura) de Massa. A Cultura de Massa é o termo utilizado para definir o tipo de conteúdo que visa abranger o maior número de adeptos possíveis, no Brasil um grande exemplo desse tipo de cultura é o carnaval, onde boa parte da população participa das festas de maneira ativa. Retomando as histórias em quadrinhos, as mesmas entrariam nessa rotulação por conseguir agradar um grande número de pessoas por seus temas diversificados.

Histórias de super heróis como Batman chamam a atenção de crianças, jovens e adultos até os dias atuais, mesmo esse herói sendo criado em 1939 por Bill Finger³ e Bob Kane⁴. No Brasil, quem se destaca no ramo dos quadrinhos é Maurício de Sousa⁵, com a *Turma da Mônica* e seus personagens cativantes, como o Cebolinha, que troca o *R* pôr o *L* ao falar, o Cascão que odeia banho, a Mônica com um gene forte e sempre ao lado de seu coelho de pelúcia. Esses poucos personagens citados mar-

3. Foi um escritor estadunidense de tiras e quadrinhos e um dos criadores de “Batman”.

4. Foi um escritor, desenhista e quadrinista estadunidense conhecido por ser um dos criadores de “Batman”.

5. Cartunista e empresário brasileiro. Criador da “turma da Mônica” e de outros diversos personagens.

caram a memória de várias gerações de brasileiros que consumiam esse tipo de arte. O consumo popular dessas histórias ainda é frequente atualmente, seja por meio da leitura das revistas em quadrinhos, seja em forma de adaptações cinematográficas e televisivas. É incontestável que os quadrinhos, por conta da sua forma de construção, despertam o lado lúdico do leitor ao mesclar uma história escrita com as cenas desenhadas. Diferente dos livros, os quadrinhos utilizam a imagem junto ao texto para criar as cenas, podendo, dessa maneira, levar o leitor a imaginar fatos contados com uma perspectiva mais próxima a idealizada pelo autor. Os sentimentos não ficam mais presos somente a palavras descritivas, já que nos traços dá-se para notar o medo, a euforia, a ansiedade, dentre outros sentimentos que um personagem possa a vir desenvolver no decorrer da história.

Dentro do cenário de quadrinhos brasileiros, um autor se destaca ao utilizar um tema histórico para o plano de fundo de sua história, André Diniz⁶. Este quadrinista e roteirista criou os quadrinhos *Subversivos*⁷ baseando-se em fatos reais que ocorreram no período ditatorial brasileiro. Prisões, tortura, perseguições, assaltos e sequestros são alguns dos conteúdos encontrados nessas revistas. Visando abordar os temas presentes nas revistas de Diniz, este artigo busca analisar as revistas que compõem esse universo fictício.

O regime militar brasileiro ⁸perdurou por mais de 20 anos,

6. André Diniz nasceu em 1975, no Rio de Janeiro. É ilustrador e quadrinista, autor de mais de trinta livros, entre eles Fawcett, 7 vidas, O quilombo Orum Aiê, Duas luas, Que Deus te abandone e Morro da favela.

7. A série de quadrinhos *Subversivos* teve seu primeiro volume publicado no ano de 1999. Foi a primeira revista de uma série que contém doze volumes que possui como plano de fundo a Ditadura Militar brasileira.

8. Foi um regime iniciado em 1 de abril de 1964 com o presidente Castelo Branco e que teve seu fim em 15 de março de 1985. Com o final do mandato do presidente Figueredo a população mobilizou-se por eleições diretas, pois a constituição determinava que o próximo presidente seria escolhido pelo Con-

nesse período famílias foram destruídas, vidas ceifadas e a injustiça prevaleceu. Uma temática tão complexa deve ser sempre discutida em todas as esferas sociais, visto que é sempre necessário mostrar os erros cometidos no passado para não serem repetidos no presente/futuro. Dentro desse contexto, o mundo fictício criado por André Diniz contribui de forma significativa para a discussão da ditadura brasileira, já que a linguagem utilizada se consolida de forma clara, simples e direta. Expandindo para as salas de aula, esses quadrinhos podem ser utilizados como uma ferramenta auxiliadora da História - não no sentido de retirar sua independência e sua importância social-, dado que por meio delas poder-se-ia introduzir a discussão de ditadura militar com base nos fatos exposto por Diniz. Dentro desse panorama educacional, Glayci Kelly Reis da Silva Xavier (2017, p. 8) afirma que:

O trabalho com quadrinhos é, geralmente, muito motivador e traz bons resultados. Para os jovens estudantes, os quadrinhos sempre representaram, apesar das críticas, uma leitura não obrigatória, de fruição, simplesmente pelo prazer de “sentir”, despertando, assim, sua competência frutiva.

Esse “sentir”, descrito por Gleyci Xavier descreve o quão difícil é conquistar atenção do alunado e cabe ao profissional da educação buscar novos métodos educacionais, saindo do ensino convencional que consiste em uma explicação por parte do professor e a absorção do que foi falado por parte dos alunos. Usar histórias em quadrinhos com um viés histórico contribui para sair desse método convencional, propiciando aos alunos uma leitura prazerosa e informativa.

É sabido que uma história fictícia não retrata de maneira fiel o que se passa no mundo real, mas através delas pode-se ingressar. A mobilização popular não foi atendida e Tancredo Neves foi eleito pelo congresso como sucessor de Figueredo por meio de eleições indiretas.

interpretar a visão que o escritor teve de uma determinada época sobre o tema abordado. Ao decorrer das 12 revistas, André Diniz discorre do início ao fim do regime militar, partindo do início da criação dos grupos contrários a ditadura (representados em suas revistas por Movimento Revolucionário Comunista) até a redemocratização do Brasil, pincelando as Diretas Já e as manifestações que ocorreram para que a ditadura viesse abaixo. Utilizando-se da linguagem clara e objetiva dos quadrinhos, Diniz representou o cenário nacional em meados do século XX e a partir dessas obras a análise desse conteúdo se realizará.

2. Clio (re)desenhada: história, política e sociedade nos quadrinhos

O ano de 1964 marcou a História brasileira. O exército nacional, no dia 1 de abril de 1964, aplicava um golpe de estado instaurando uma ditadura militar no país, pondo o General Humberto Alencar Castelo Branco ⁹ como primeiro presidente do regime militar. Dava-se início a um período marcado por repressão e violência. Os cidadãos perdiam seus direitos na base de “canetadas” e o Estado permanecia forte e opressor durante os mais de 20 anos da ditadura. Usando como plano de fundo alguns acontecimentos desse período, André Diniz escreveu uma coletânea de revistas em quadrinhos intitulada “Subversivos”. Subversivos foi um termo bastante utilizado pelos militares e por seus apoiadores para definir as pessoas que defendiam ideias contrárias às defendidas pelo governo. Dayane Rúbila Lobo Hessmann (2009)

9. Humberto Castelo Branco nasceu no dia 20 de setembro de 1897 na cidade de Fortaleza – CE. Por conta da profissão de seu pai, o mesmo morou em diversas cidades brasileiras e aos 14 anos ingressou no Colégio Militar em Porto Alegre – RS. Castelo Branco foi presidente do Brasil entre os anos de 1964 a 1967, sendo o primeiro presidente da Ditadura Militar brasileira.

explica que os “subversivo” passaram a serem cassados dentro do território nacional por conta da relação de “amizade” entre Brasil e EUA. A troca de informações entre as duas nações baseavam-se no combate as atitudes anti capitalista e com viés comunista. O termo subversivo era usado para definir pessoas que possuíam ideologias contrarias a do Estado e que lutavam para pôr fim a esse sistema autoritário. Portanto, já é sabido que André intitulou suas revistas com uma palavra amplamente utilizada pela ala militar e que possuía um peso enorme dentro da sociedade, pois a mesma passou a ser utilizada para definir grupos de pessoas que eram consideradas criminosas e perseguidas pelas autoridades.

Esse período de repressão, assinalado por cinco alternâncias de poderes¹⁰ durante 21 anos, assomou a vida de diversas famílias que tiveram parentes presos por lutarem por uma ideologia diferente daquela defendida pelo Estado brasileiro. O Brasil da ditadura militar ficou grifado pelo medo, repressão, impunidade, censura e o pior de todos, a tortura. A esquerda desta época não possuía uma quantidade de homens para lutar, em termos de igualdade, contra o exército nacional, mas o que a história conta é que a mesma foi caçada como se tivesse poder bélico e militar para causar uma guerra civil. Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, comenta sobre o massacre do Araguaia e como funcionou a caça dos militares aos guerrilheiros. Ao ler as páginas desse relato o que vem à mente é um roteiro de um filme de ação onde os mocinhos estão sendo aniquilados pelos vilões, mas no final se trata de fatos reais. Fatos esses que nos faz questionar o porquê de tanta violên-

10. Em 1968 o presidente Artur Costa e Silva decretou o AI-5, esse ato institucional deu plenos poderes ao governo. O congresso foi fechado e vários políticos tiveram seus direitos cassados, o país passou a ser bi partidarista (dois partidos foram criados: ARENA – ala militar e MDB – oposição). Os presidentes eram escolhidos indiretamente por meio do colégio eleitoral militar.

cia gratuita. Todavia entende-se que a perseguição a qualquer pessoa considerada comunista era comum, principalmente por conta da ideia amplamente divulgada a população do que seria o comunismo e o mal que os comunistas causariam ao desenvolvimento nacional. Com uma ideia baseada no aniquilamento de um ideal, a propaganda da caça aos comunistas foi tão bem feita que até nos dias atuais encontra-se pessoas que apedrejam uma ideia mesmo sem possuir conhecimento técnico e científico sobre o que é defendido pelos comunistas.

Diniz não vai trabalhar em detalhes todas as atrocidades que ocorreram durante esse período histórico, mas vai abordar temas específicos como julgamentos falsos, tortura, movimento guerrilheiro, reação popular a atitudes pró e contra o estado, Copa de 1970 e o terceiro título mundial brasileiro, ataque aos teatros, censura a peças teatrais, músicas e jornais. As revistas vão abordar os temas mais comuns vistos dentro desse período caótico, que foram as décadas de 1960 a 1980 no Brasil.

De 1964 a 1985 o Brasil foi governado por 5 presidentes militares, e a Seleção brasileira de futebol conquistou o terceiro título mundial. Médici, como um grande amante do futebol, celebrou de maneira magistral essa conquista da seleção nacional. Diniz, relatou seu ponto de vista sobre o Tri Mundial brasileiro na revista *Subversivos: ato 5*, onde o personagem Gabriel faz a seguinte indagação a Lorena: “O que vocês têm na cabeça? Estão felizes por que ganhamos a porra de um caneco, né? Agora aguentem as consequências”. Nessa passagem da revista, é percebido que o governo se utilizou do futebol para distrair a população, dando-lhes motivos para festejar e assim poder manter seu domínio, disfarçando os problemas reais com festas comemorativas. Dentro desse viés, ainda é percebido que dentro dos grupos anti ditadura encontrados na revista, alguns comemoram esse evento por se tratar de algo que o país conseguiu dentro do esporte, já outros eram mais radicais e

não baixavam a guarda nem nesses grandes eventos mundiais em que o Brasil era o protagonista.

Mas antes do Tri Mundial, em 1969, ocorreu um dos maiores ataques da esquerda brasileira aos ditadores: o sequestro do Embaixador do EUA, Charles Burke Elbrick. Os guerrilheiros da Aliança Nacional Libertadora (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) com a intenção de libertar seus presos políticos orquestraram o sequestro do embaixador estadunidense para pleitear frente aos militares a libertação de seus homens. O prazo dado aos militares para a troca dos presos políticos pelo embaixador foi de 48 horas. Elio Gaspari (2017, p.919) afirma que “antes que o prazo chegasse à metade, o governo anunciou que cedia na troca dos presos”, isso ocorreu pois o presidente em exercício (Arthur Costa e Silva) estava acamado e o estado trabalhava de todas as formas para manter essa informação confidencial. Somando esses fatos com a exigência dos Estados Unidos que o embaixador fosse liberto com segurança o estado cedeu as exigências das guerrilhas aceitando o acordo de troca. Dessa maneira, a esquerda conseguia uma pequena vitória diante da grande batalha contra os militares.

Diniz teve a visão que esse fato atrairia a atenção e a curiosidade dos leitores que não viveram na época do sequestro e publicou *Subversivos: o pacto* e *Subversivos: a travessia*. As duas revistas abordam o sequestro de um embaixador que não possui nome e nem nacionalidade revelada, mas o motivo do sequestro foi o mesmo do ano de 1969 realizado pela ALN e o MR8: libertação de presos políticos. Diniz, em *O pacto*, idealiza uma situação onde o casal, Hugo e Ana, são presos após o sequestro e os dois combinam previamente de suicidar-se em caso de captura, todavia, quando o inevitável acontece e os militares encontram o casal, Ana perde a coragem e não ingere seu comprimido contendo veneno e joga fora o de Hugo.

Porém, o rapaz estava determinado a não ir para a prisão e agarra-se a uma arma e a dispara contra a própria boca selando seu fim antes de ser capturado. Ana foi presa após a morte de seu namorado e conseguiu sua liberdade após alguns meses, mas as memórias daquele dia ficaram presas a sua mente e Diniz deixa isso claro ao finalizar essa revista. Já em *A travessia*, o cenário é a de um grupo de presos fazendo uma conexão aérea entre Brasil e México onde a história foca em um preso em específico por ter pesadelos durante a viagem. Esses sonhos consistiam na visão de que seu corpo e dos demais presos seriam jogados da aeronave como forma de descarte/queima de arquivo, todavia a travessia ocorreu sem incidentes e todos chegaram ao México com segurança e carregando os traumas causados nas salas de torturas.

Observa-se que Diniz publicou duas revistas sobre o sequestro: uma para mostrar o lado dos guerrilheiros que participaram ativamente do sequestro e outra para mostrar aqueles que foram a motivação para o ataque acontecer: os companheiros presos pelo exército. É mostrado que uma operação dessa magnitude deixa sensíveis ambos os lados envolvidos e que os pós prisão sempre gera uma confusão mental ao preso que foi torturado. A tortura representada por Diniz deixa os personagens debilitados em sua forma física e psicológica, levando o leitor a acreditar na premissa de que somente quem passou por uma sessão de tortura é capaz de descrever as crueldades cometidas ao corpo e a mente. Somado essa dor da tortura com o apoio ao movimento militar por parte da população, a sensação de revolta presente nas revistas é enorme, mas vale lembrar que o MRC (Movimento Revolucionário Comunista) presente nas histórias de Diniz buscava uma revolução do pro-

letariado e seguiam as ideias de Marx¹¹ e Engels¹² da mesma maneira que os guerrilheiros das décadas ditatoriais e não a democracia representativa que vigora nos dias atuais, fato que contribuiu para boa parte da população apoiar os ditadores em seus primeiros anos de governo. Esse apoio se deu em virtude das propagandas contra os comunistas e qualquer ideia que tinha como plano de fundo uma política de esquerda.

Esses atos vieram a ocorrer depois do Ato Institucional número 5, que basicamente legalizou a tortura e a censura no país. Lilian Schwarcz, em seu livro *Brasil: uma biografia*, utilizou a seguinte oração para falar sobre a censura:

Em 14 de dezembro de 1968, o Jornal do Brasil, um dos mais importantes matutinos da época, foi às bancas com uma edição cuidadosamente planejada para provocar estranheza.

Entre as bizarrices, o jornal estampou o aviso “Ontem foi o Dia dos Cegos” e a previsão meteorológica na primeira página. Não satisfeito, anunciou: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. O dia era de sol forte e céu escandalosamente azul, mas a edição falava sério: tentava alertar o leitor da presença de censores na redação — naquela madrugada, entrará em funcionamento uma operação militar destinada a censurar toda a imprensa nacional (SCHWARCZ, 2015, p. 379).

A revista *Subversivos: companheiro Germano* tem em sua primeira página o trecho do Jornal do Brasil que Lilian Schwarcz utilizou para exemplificar como os jornalistas utilizavam-se de jogos de palavras para poder burlar a censura e informar ao

11. Karl Marx foi um filósofo revolucionário alemão que criou as bases da ideologia comunista. Suas ideias são estudadas no ramo da Sociologia, Direito, Economia e Política.

12. Engels foi um escritor, jornalista, economista, filósofo e teórico alemão. Criou junto com Marx o Manifesto Comunista e desenvolveu o Materialismo Histórico.

público mais atento o que de fato acontecia no país. A revista citada anteriormente foi a única em que um personagem real apareceu. Esse fato se dá da seguinte maneira: um personagem chamado Wilson foi torturado pelo exército e em troca de sua vida o mesmo deveria dar uma nota pública na televisão sobre os militantes. Eis aqui a nota:

dediquei minha juventude ao terrorismo assassino e sanguinário que só visa matar e destruir... ao povo, só resta repudiar estas pessoas que lutam contra o desenvolvimento e a soberania nacional... o presidente Médici está trazendo o progresso ao país (DINIZ. 2000, p.17-18).

É sabido que o Ato Institucional número 5 entrou em vigor no mês de dezembro do ano de 1968, durante o governo de Costa e Silva, mas a revista não faz referência nenhuma ao presidente da época, mesmo publicando o trecho do jornal no dia da implementação do Ato. A história que compõe a revista *Companheiro Germano* é composta por romance, expropriações, seções de torturas, troca de tiros e todos os ingredientes que compõem uma ficção voltada à ação, mas o que a História nos mostra é que esses elementos retratados por Diniz em seus quadrinhos aconteciam com frequência durante este período e nem sempre os envolvidos tinham um final feliz.

André, ao utilizar-se da tortura para desenvolver sua HQ, não poupou detalhes ou amenizou o que realmente ocorria durante o regime, pois em seus quadrinhos os personagens eram presos ou morriam e o exército sumia com o corpo, ou eram liberados com traumas que ficavam presos na memória ao ponto de os pesadelos ao adormecer tornar-se algo rotineiro. A validação desses atos de tortura e morte aos presos podem ser confirmados pelo trecho de uma conversa entre um Coronel e um Capitão do exército:

Justiça também fazia o general Humberto. Ia ao DOI com alguma frequência e, numa dessas ocasiões, dissera ao Capitão José Lisboa (delegado David dos Santos Araújo): “Matem os terroristas, matem os carteiros que entregam suas cartas. Os familiares, os amigos, seja o que for. Só não quero que morra nenhum de vocês”. (GASPARI. 2017, p.1265).

Associando essa passagem do livro de Gaspari às revistas em quadrinhos de Diniz, a revista *Subversivos: a farsa* serviria para analisar essa perseguição aos “terroristas”, pois a história se inicia com o julgamento de um homem (Faustos) preso pelo exército e termina com a execução de sua esposa. O mesmo havia sido preso e torturado, e o julgamento era para decidir se Faustos era ou não um transgressor/subversivo. No final, o homem foi julgado inocente, todavia ele foi morto e o julgamento serviu como faixada para a população acreditar que o estado estava trabalhando dentro das normas e aplicando a justiça a todos. A história de *Subversivos: a farsa* termina com Maria Luiza Fonseca (esposa do preso político) escutando uma fita enquanto dirigia, nessa fita havia a narração dos últimos dias de Faustos Domingos Fonseca na prisão sendo torturado. Enquanto Maria ouvia a história e dirigia para sua casa, um carro a seguiu e provocou acidente fatal levando Maria Luiza a óbito. Diniz encerra a história mostrando como o estado forjava provas para aparentar que agiam dentro da lei e que se livrava daqueles que buscavam respostas e incomodavam a “ordem pública”.

Os quadrinhos mostram ao leitor que a população está dividida e sem saber em qual lado acreditar; mostra também que havia grupos organizados (Movimento Revolucionário Comunista – MRC) que lutavam por uma revolução do proletariado, mas que não possui nem homens e nem armas o suficiente para lutar com forças iguais a do exército. Todavia,

mesmo em menor quantidade, essas organizações batalharam e incomodaram bastante o regime militar até a sua queda em 1985. Dentre os personagens criado por Diniz, Júlio, Regina e Liliana são os que possuem uma maior periodicidade dentro das revistas. Júlio é o homem que está por trás da organização do MRC e Regina é uma mulher que tem a total confiança de Júlio, pois os dois acabam por passar por diversas dificuldades no decorrer da narrativa; já a Liliana é uma mulher que sofreu vários tipos de tortura e mesmo assim consegue manter sua plenitude em busca de dias melhores. Esses três personagens aparecem em três revistas desse universo de quadrinhos criado por Diniz, as revistas são: *Subversivos*, *Subversivos: a emboscada* e *Subversivos: o dia da caça*. Essas três revistas descrevem como a Regina conheceu e entrou no MRC, informando que a mesma cursava medicina e que iria largar o curso para se dedicar ao movimento. O perfil de Regina serve para representar os movimentos estudantis (o movimentos estudantis tem como organizadores os estudantes de universidades públicas e privadas que lutam pela classe discente, mas durante a ditadura esses grupos lutaram por melhores condições de ensino, aumento de vagas nas instituições públicas e por melhores condições de vida para os brasileiros em decorrência do cenário político que assolava a nação), que disseminavam informações verdadeiras dentro das universidades enquanto os jornais eram censurados; com base em Regina é possível observar que Diniz procurou representar essa categoria nas entrelinhas das suas histórias. Os outros dois personagens representam os líderes dos movimentos guerrilheiros e as pessoas torturadas que, mesmo com todo o caos psicológico que viviam, ainda buscavam justiça e queda a ditadura.

3. A História em Quadrinho e o ensino: reflexões

É indiscutível que a diversificação de métodos e de materiais para o ensino é fundamental para maior efetivação do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, as histórias em quadrinhos surgem como aliadas importantes na construção de saberes, visto que

[...] há várias décadas, as histórias em quadrinhos fazem parte do cotidiano das crianças e jovens. Sua leitura é muito popular entre eles. A inclusão das HQs na sala de aula não é objeto de qualquer tipo de rejeição por parte dos estudantes, que, em geral, as recebem de forma entusiasmada, sentindo-se, com sua utilização, propensos a uma participação mais ativa nas atividades em aula. As histórias em quadrinhos aumentam a motivação dos estudantes para o conteúdo das aulas, aguçando sua curiosidade e desafiando seu senso crítico (VERGUEIRO, 2007, p. 21).

Recorrer aos quadrinhos produzidos por André Diniz, para além de implementar uma pesquisa histórica e historiográfica, tem o intento de, concomitantemente, lançar olhares sobre o potencial para o ensino de história.

André Diniz, em entrevista cedida ao canal no YouTube *Rapha Pinheiro*, relata como a falta de estímulo aos quadrinistas dificulta de forma significativa a publicação dessas revisas em cenário nacional. Posteriormente, descreve como foi sua entrada no cenário quadrinista europeu e que mesmo com dificuldades de comunicação seguiu firme em sua luta até se consolidar no cenário, o que leva a associar seu depoimento a uma passagem encontrada no artigo de Natania Nogueira (2004, p.1) intitulado de *Quadrinhos e Educação: ensino da História com criatividade*.

A arte sequencial é muito valorizada, especialmente em países europeus, como França e a Bélgica, onde editoras especializaram-se na sua publicação, na forma de álbuns, alguns com encadernação de luxo. Com gêneros variados, as histórias atingem públicos de todas as idades. As em quadrinhos com temas históricos, por exemplo, são um grande sucesso [...] os temas abordados também envolvem questões socio atuais, como discriminação racial, pobreza, desigualdade, além de política e organização econômica.

André atualmente mora em Portugal e continua publicando Histórias em quadrinhos com um viés histórico, principalmente utilizando fatos históricos brasileiros. Em 2019, o autor publicou a revista *Entre cegos e invisíveis* que retrata a história de um casal de irmãos que perderam um pai militar, os dois filhos frutos de uma traição, portanto não eram próximos da família do falecido. O contexto histórico dessa obra é também a ditadura militar, mas André decidiu não intitular como *Subversivos* pois, segundo o próprio André, a proposta da revista é diferente de *Subversivos*.

Sabendo selecionar as HQs corretamente pode-se encontrar uma variedade de temas históricos nesse formato, o próprio André Diniz possui uma variedade de revistas com o viés histórico além da coleção que este artigo trabalha. Alguns desses títulos são: *A Revolta de Canudos (2009)*, onde são retratados em forma de quadrinhos os fatos ocorridos no interior da Bahia no período da república recém proclamada e a revoltas que aconteciam com frequências no interior do Brasil; *Revolta da Vacina (2021)*, a revista visa mostrar a crise sanitária e a revolta causada pela tentativa de vacinação em massa no estado do Rio de Janeiro para combater o surto de varíola. André afirma ao site Darkside que a ideia de escrever sobre essa revolta do início do século XX surgiu em meados de 2005 e que os fatos encontrados na revista e o que vivenciamos no Brasil atual é apenas uma coincidência.

Partido do princípio que a Base Nacional Comum Curricular defende a ideia que o aluno deve ser posto como o centro do ensino e quebrar a premissa do professor detentor do conhecimento, entra em vigor as Metodologias Ativas. As Metodologias Ativas visam estimular o aluno a ser participativo, tirando-o do estado de estagnação colocando-o como o principal elemento para o seu desenvolvimento, mas para isso acontecer o profissional da educação precisa desenvolver estratégias para sair do modelo tradicional tornando as aulas mais acessíveis e de fácil compreensão a todos. Uma maneira de fazer isso nas aulas de história seria utilizar Histórias em Quadrinhos em que seu enredo se desenvolva dentro de um cenário histórico. Após selecionar quais quadrinhos utilizar, pode-se organizar debates, seminários, pesquisas sobre o foco central da história para dessa maneira estimular o aluno a ir além das HQs, buscando realizar sua própria pesquisa no livro didático, na internet ou por meio de filmes e documentários. As revistas trabalhadas nesse artigo enquadram-se na aplicação em sala de aula, pois está ambientado na época da ditadura e mostra as atrocidades realizadas pelo estado. Desenvolver trabalhos escolares com base em HQs além de sair do método tradicional de ensino, incentiva os alunos a pesquisarem mais sobre o conteúdo ministrado, já que a leitura das HQs por mais que tenham uma história com início, meio e fim acaba por deixar em aberto pontos cruciais da história da época em questão.

4. Considerações finais

Esse estudo teve como objetivo analisar as representações da ditadura militar dentro dos quadrinhos subversivos e, posteriormente, observar os métodos utilizado pelo governo para retirar informações dos prisioneiros, refletir sobre a reação popular ao sistema em vigor, observar o método que o autor

utilizou para descrever os fatos históricos e como esse material pode ser utilizado nas aulas de História.

Ao analisar as revistas de Diniz, pode-se considerar o que o mesmo buscou mostrar de forma simples os fatos que se tornaram frequente em meio ao regime militar. O autor utilizou-se da ficção para transpor ao leitor o que a ditadura militar representou na vida dos brasileiros utilizando-se de uma narrativa cativante e de um bom desenvolvimento dos personagens principais de cada HQ. Com uma história bem construída, o leitor consegue identificar as mazelas praticadas pelo governo e pode fazer comparativos com os fatos encontrados nos livros de história brasileira. Os movimentos contrários a ditadura acabaram por serem resumidos nos quadrinhos há apenas um, mas é compreensível o porquê da escolha do autor: tornar o texto mais didático. André usou uma única revista (Ato 5) para abordar a censura e a copa do mundo de 1970 de forma conjunta, nota-se que o mesmo viu que o governo usufruiu de uma conquista no futebol para mascarar o caos em que o país se encontrava. Dando foco a censura e ao futebol, André mostra ao público que o governo amordaçava seu povo e o deixava pensar que estava feliz.

O autor, todavia, pecou ao mostrar, minimamente, a reação popular mediante a ditadura. Essa reação foi mais enfatizada nas memórias de Regina apenas ao relembrar os movimentos de abaixo a ditadura, com as grandes massas gritando nas ruas e com seus cartazes às mãos protestando por voto direto e o fim do regime militar. André poderia ter ressaltado além dessas memórias, mais alguns episódios relacionados aos anos finais da ditadura, para assim, por na íntegra os acontecimentos. Sabemos que em poucas páginas de uma revista em quadrinhos não se dá para representar tudo o que aconteceu durante duas décadas, mas algumas cenas a mais que abordam o tema falado, agregaria na construção da história fictícia e se

aproximaria ainda mais da realidade do final desse período macabro que foram os 20 anos de regime militar.

Porém, esse pequeno detalhe não minimizou a capacidade de André de conseguir condensar os temas que mais se encontram nos livros de história e tornar a usabilidade de suas revistas nas aulas de História, viável.

Ao fim deste trabalho, vale ressaltar que André soube mesclar os ingredientes necessários para tornar sua ficção acessível, de fácil compressão e que transmite conhecimento àqueles que buscam uma leitura prazerosa e informativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

CALAZANS, Flávio M. A. *As Histórias em Quadrinhos: Teoria e Prática*. São Paulo: Parma, 1997.

CIRNE, Moacy. Quadrinhos, memórias e realidade textual. In: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, 27, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Congresso da Intercom, 2004, p. 1-10. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/index.php?/eventos1/congresso-nacional/2004>

EISNER, Will. *Quadrinhos e a Arte Sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. Combatendo a “Oeste Vermelha”: a construção do subversivo entre o alto e baixou escalão dos órgãos de repressão durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). In: *SIMPÓSIO NACIONAL DA HISTÓRIA*, 15, 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 4-8.

LUYTEN, Sonia, M. Bibe. *Histórias em Quadrinhos: leitura crítica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

NOGUEIRA, Natania. Quadrinhos e Educação: ensino da História com criatividade. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14, 2004, Juiz de Fora. *Anais...* Minas Gerais: ANPUH, 2004. p. 1-8

SILVA, Nadilson Manoel da. *Fantasia e Cotidianos nas Histórias em Quadrinhos*. Fortaleza: Annablume, 2002.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2007.

XAVIER, Gláyci Kelli Reis da Silva. Histórias em Quadrinhos: panorama histórico, características e verbo-visualidade. *DAKANDINA Revista Eletrônica*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1-20, dez. 2017.

Revistas em Quadrinhos

DINIZ, André. Ato 5. Ilustração de José de Aguiar. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2009.

_____. *Subversivos*. Ilustração de André Diniz. Rio de Janeiro: Nona Arte, 1999.

_____. *Subversivos: companheiro Germano*. Ilustração de Lado F. Jr; Vinõle. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2000.

_____. *Subversivos: a farsa*. Ilustração de André Diniz. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2001.

_____. *Subversivos: o pacto*. Ilustração de Félix. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2002.

_____. *Subversivos: a travessia*. Ilustração de Antônio Elder. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2002.

_____. Subversivos: o inocente. Ilustração de Antônio Elder. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2003.

_____. Subversivos: o traidor. Ilustração de Antônio Elder. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2003.

_____. Subversivos: Bigode e Costela. Ilustração de Marco. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2004.

_____. Subversivos: eternamente guerrilha. Ilustração de Marco. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2004.

_____. Subversivos: a emboscada. Ilustração de Marco Paz. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2005.

_____. Subversivos: o Dia da Caçada. Ilustração de Marco Paz. Rio de Janeiro: Nona Arte, 2005.

Sites:

André Diniz: “a HQ ficou muito mais atual agora do que quando eu a escrevi”. Darkside, 2021. Disponível em: <https://darkside.blog.br/andre-diniz-a-hq-fiou-muito-mais-atual-agora-do-que-quando-eu-a-escrevi/> . Acesso em: 20/06/2021

PINHEIRO, Rapha. Entrevistando André Diniz | Vivendo no Rio. 2018. (13m45s). Disponha em: <https://www.youtube.com/watch?v=7CxXeVP7aA&t=606s>. Acesso em: 20/06/2021

Abertura Letárgica: o discurso autoritário nas eleições de 1982¹

*Andrews Willisses Ferreira Costa²
Cláudia Cristina da Silva Fontineles³*

1. Introdução

A presente pesquisa tem como recorte temporal a década de 1980, especificamente o ano de 1982, quando ocorreram as primeiras eleições diretas por sistema pluripartidário no Brasil em nível estadual e municipal, um período histórico marcado pela ditadura civil-militar, implantada após golpe civil-militar de 1964, período no qual o país foi marcado por discursos e práticas autoritárias, comandada por governos militares que cerceavam vidas e liberdades de expressão, através dos órgãos

1. Texto produzido como parte da pesquisa intitulada: Eleições de 1982: História e Repercussão na Imprensa, dentro do Projeto: Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil republicano (a partir da década de 1960, de autoria da Prof.^a Dr^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles, no Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Piauí.

2. Andrews Willisses Ferreira Costa. Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduando em Licenciatura em História pela mesma Universidade. E-mail: andrews99.w@gmail.com

3. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista em Produtividade Científica UFPI. Professora de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

de censura e Atos Institucionais. No presente estudo, pretende-se analisar e compreender as tramas políticas que se deram o processo de abertura política, chamado na época de “distensão lenta, gradual e segura” (FERREIRA, 2019, p.29), iniciada no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e posteriormente João Baptista Figueiredo (1979-1985), último presidente militar.

Sendo assim, discutiremos sobre a relação entre História e imprensa, e sua utilização como fonte histórica, principalmente em estudos que tratam de História política. Para tanto, recorreremos aos trabalhos de Roger Chartier (1988) e Tânia Regina de Luca (2005). Em seguida, analisaremos as contradições vividas durante o processo, marcado por lutas em defesa da democracia e autoritarismo, como por exemplo, o fim do bipartidarismo⁴ e as lutas por liberdade democrática pelos candidatos dos partidos de oposição, pelo presidente João Figueiredo, ao mesmo tempo que estava em vigor o “Pacote de Abril”⁵ de 1981 e a “Lei Falcão”⁶. Ademais a revogação do Ato Institucional número 5 e as lutas pela aprovação da “Lei de Anistia”⁷ durante o regime.

Também discutiremos os principais pontos de campanha das eleições de 1982 e a jornada do Presidente João Figueiredo,

4. O AI-2 extinguiu os partidos existentes que se constituíram politicamente ao fim do Estado Novo, e a partir do Ato Complementar nº4 de 1965, só passou a existir ativamente as agremiações partidárias: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o ARENA, apelidados de partido do “sim” e o do “sim, senhor!”.

5. O Pacote de Abril de 1981, foram medidas tomadas pelo presidente Ernesto Geisel, que assegurava a fidelidade dos senadores, chamados de “senadores biônicos” e determinou a alteração do quórum - de 2/3 para maioria simples - para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso.

6. A Lei Falcão reduzia significativamente as campanhas eleitorais dos candidatos na Rádio e TV aberta, impossibilitando as apresentações de propostas ou qualquer outra fala, a lei de número 6.339/76 foi apresentada pelo ministro da justiça na época Armando Falcão, ainda sob o governo de Ernesto Geisel.

7. Isenção de responsabilidade dos exilados políticos durante o regime.

que percorreu o país inteiro, discursando a favor do seu Partido Democrático Social – PDS. Para tanto, analisaremos as manchetes do Jornal O Dia e Folha de São Paulo, no período.

2. História e imprensa: aproximações

Os aportes bibliográficos utilizados para a construção do trabalho serviram como base para compreensão do período histórico estudado e como ferramenta de análise das ideias que permearam as manchetes dos jornais examinados. Para tanto, é necessário compreender os processos de representação constantes nas matérias da imprensa da época, pois, como orienta Roger Chartier (1988), há múltiplas realidades existentes dentro de um mesmo período analisado. É importante lembrar que sua obra foi escrita na década de 1980, enquanto muito se discutia a respeito das utilizações de novas modalidades de fontes pelos historiadores, entre as quais, salientavam-se as fontes hemerográficas. Sob essa perspectiva e considerando as advertências do autor francês, reconhecemos que os jornais aqui pesquisados podem apresentar diferentes abordagens sobre os fatos expostos, se comparados a outras modalidades de fontes ou até mesmo outros jornais com linhas editoriais diferentes, assim como também reconhecemos que sua adoção como fonte de pesquisa pode restringir ou direcionar a observação dos acontecimentos do período.

Ademais, é importante lembrar que todo discurso é construído ideologicamente, portanto, as matérias publicadas em qualquer jornal perpassam pelo ideário do editor ou da equipe editorial que o compõe, seus interesses relacionados as muitas dimensões da vida social, bem como pelas convicções que propõe difundir entre seus leitores. Assim, a ideia de imparcialidade propagada por muitos periódicos não corresponde às evidências históricas de seu uso, ou seja, a imparcialidade é

utópica. Mas é importante ressaltar que o mesmo ocorre com todas as outras modalidades de fontes históricas, uma vez que toda fonte traz consigo estas marcas e precisa ser problematizada em seu uso ou direcionamento. De acordo com Chartier:

A luta de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1988, p.17).

O autor nos propõe pensar os discursos ideológicos pregados através das representações de um período. Essa orientação pode ser adotada no caso brasileiro, em especial, ao se discutir seu uso durante o regime militar, pois a imprensa foi fortemente marcada pela censura, e mesmo durante o processo de abertura política, ainda era intimamente controlado pelos militares e seus apoiadores. De acordo com Kucinski (2001), O projeto Geisel-Golbery⁸ em relação a liberdade de imprensa, procurava em uma primeira etapa, direcionar seus donos para uma aparente linha crítica, a fim de intimidar a posição linha-dura, e no segundo momento, substituir todo o aparelho de repressão militar pelo aparato coercitivo ideológico: a própria imprensa.

A historiadora Tânia Regina de Luca também discute as relações entre o ofício do historiador e o uso das fontes hemerográficas, salientando como podemos entender a história política brasileira através da imprensa. De acordo com a autora, na década de 1970, o uso da imprensa como fonte da pesquisa

8. O projeto Geisel-Gobery, foi assim chamado o grupo militar herdeiros da linha política castelista (o grupo que viam a ditadura militar como um processo de transição para o Estado de direito), interessados em uma reconstitucionalização, dentre eles tem os generais Ernesto Geisel, Golbery do Couto e João Figueiredo.

historiográfica e outras áreas, ainda era relativamente reduzido. A autora justificou a relutância quanto ao uso desse tipo de fonte no ofício do historiador durante o século XIX e início do XX:

A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que, de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina (LUCA, 2005, p. 112).

Contudo, a relevância dos usos dos periódicos para a compreensão da história política começa a tomar fôlego nos trabalhos acadêmicos; a imprensa registra todos os acontecimentos do embate político, servindo como rica fonte de análise, até mesmo para entender os pontos de censura, de um regime que por vezes ajuda a instaurar, como no Brasil, mas em dado momento também é contestadora.

3. Processo de abertura política: as eleições de 1982

A história é marcada por várias negociações, disputas e alianças, sobretudo quando se discute temas relacionados à História Política. O historiador Jorge Ferreira (2019) divide o processo de abertura política no Brasil em dois períodos, o primeiro inicia-se em 1974 com Ernesto Geisel à frente do regime. O autor aponta os pontos de repressão que ainda existiam durante o governo Geisel, que apesar de ser conhecido pela linha mais moderada (castelista) dos generais, ainda era marcado por práticas autoritárias. Sendo assim, percebemos um

processo de abertura permeado por contradições, ao mesmo tempo que Geisel acabava com a censura prévia dos jornais, ele também fechou o Congresso Nacional, e elegeu de forma indireta seu sucessor, o General João Baptista Figueiredo. De acordo com Bursztyn (1990, p.1), durante as duas décadas de regime civil-militar, usaram-se inúmeros artifícios para manter o sistema partidário disciplinado pelas regras do sistema, assegurando a hegemonia do partido situacionista.

Um desses dispositivos, foi a lei de número 6.339/76, conhecida como “Lei Falcão”, apresentada pelo ministro da Justiça na época, Armando Falcão, ainda sob o governo de Ernesto Geisel. Segundo Bursztyn (1990), a livre expressão de campanha dos partidos de oposição foi censurada com uma tática jurídica totalmente anti- democrática. Ela limitava significativamente as propostas dos candidatos de oposição, na TV e no rádio, a fim de evitar o fortalecimento dos candidatos de oposição. Em uma manchete no jornal Folha de São Paulo, em 01 de outubro de 1982, destaca a chamada “Cartilha de abertura”, organizada pelo Partido Democrático Social (PDS), onde fornecia subsídios para os discursos de seus candidatos. A cartilha continha vinte e cinco temas em ordem alfabética e a primeira tinha como título “Abertura política”. O texto segue cheio de críticas, revelando o autoritarismo que o país ainda estava vivendo:

[...] São vinte e cinco temas, tratados em ordem alfabética, e o primeiro título é “Abertura Política”. Neste se diz que a principal característica dos regimes democráticos “não é a forma como se processa a escolha dos governantes, mas o maior ou menor grau de liberdade” nessa escolha. Daí o autor lembrou-se de que os brasileiros não podem elogiar os progressos desta fase, entre eles a revogação do “bipartidarismo compulsório que impediu a livre expressão das correntes políticas minoritárias ou dissidentes”. Pois é, aquela

manobra torpe que foi a dissolução do MDB à força virou virtude. E vai por aí afora, até o fecho de ouro: “O Congresso de hoje, em fim de mandato, é o primeiro, desde 1964, a não ser mutilado por qualquer cassação”. É verdade. E quem foram os bárbaros que mutilaram os anteriores? Os candidatos que abordarem o assunto terão que encontrar explicações próprias, que a cartilha é omissa a respeito. O mesmo tipo de impostura recheia todos os temas. Ao tratar do debate político, o PDS assegura que “não há notícia, na história do País, de momento mais pleno de debates do que a campanha eleitoral de 1982”. E elogia a democratização da TV e do rádio, que permitiu o acesso do candidato à consciência do eleitor. Chega às raias da desfaçatez dizer isto em plena vigência da Lei Falcão (B, DE BESTEIRA, *Jornal Folha de São Paulo*, 1º out. de 1982, p. 2).

O título da manchete acima é “B, de Besteira” como forte crítica à hipocrisia expressa no texto analisado. A matéria jornalística ainda chama atenção para a falta de escrúpulos do item que trata sobre o pluripartidarismo, onde a mudança de contexto político faria com que a Arena fosse vencida pelo MDB, uma vez que o partido do governo continuava dominando os cargos parlamentares. Podemos destacar ainda outras manobras utilizadas para manter esse quadro em vigor, como o “Pacote de Abril” de 1981, que inviabilizaria qualquer tipo de aliança entre os partidos, uma prática política comum em um sistema pluripartidário, e onde o governo poderia indicar, indiretamente, seus “senadores biônicos” (SILVA, 2019, p.332).

Compreende-se, portanto, que o processo de abertura foi marcado por contradições, entre discursos, que não condiziam com as práticas. O governo militar usou todas as artimanhas possíveis para garantir sua hegemonia política, para o processo eleitoral não fugir às suas amarras. Por muito tempo, esteve

vigente o sistema bipartidário, tendo como único partido de oposição, o MDB, reunindo figuras importantes na história política brasileira, como Leonel Brizola e Ulysses Guimarães. Contudo, de acordo com o historiador Rodrigo Motta (2002), o partido de oposição serviria apenas para dar legitimidade ao sistema político vigente no país:

O MDB era uma organização imposta artificialmente, resultado de uma reforma institucional que destruía partidos em vias de consolidação na sociedade brasileira; parecia uma organização inútil para fins oposicionistas, haja vista que dificilmente teria condições de exercer influência real sobre o Estado; teria sido autorizado a funcionar apenas para dar legitimidade ao sistema e atender aos pruridos liberais de parte dos apoiadores do regime militar (MOTTA, 2002, p. 286)

Ainda segundo o autor, os emedebistas mesmo durante a repressão, eram os únicos que poderiam atuar de forma legal, assim o PCB que agia clandestinamente, orientava seus militantes a atuarem de forma livre dentro do partido, contudo é importante frisar que nem todos tendiam a ser de esquerda, a maioria, principalmente a ala jovem eram liberais, o que unia os atuantes do partido não era necessariamente uma linha ideológica, mas sim o posicionamento contra - autoritário em um período de extrema repressão política.

Mesmo assim, nas eleições de 1982, o Presidente João Figueiredo e seus aliados, durante suas campanhas nacionais a favor do PDS, ressaltavam o repúdio pelos candidatos oposicionistas:

Anistia, eleição direta de governadores, fortalecimento dos partidos políticos e do pluripartidarismo e as eleições desse 15 de novembro são os patamares de um processo que deve dar ao nosso país sólidas instituições “democráticas”, disse o presidente Figueiredo a cerca de oito mil pessoas, na maio-

ria crianças que se aglomeravam debaixo de um calor de 40 graus na praça Dr. Gama, em Birigui, para ouvir seu discurso e um show de músicas populares que foi cancelado na última hora. [...] *Depois de pedir votos para todos os políticos do PDS “pois assim vocês estarão dando a aprovação, o estímulo e o alento que necessito para completar minha obra de ‘governo’, o presidente João Batista Figueiredo disse “que muitos tímidos, incrédulos ou de má fé, disseram que não levariam avante o meu projeto, que retrocederia, que a inflação e os problemas criados pela crise econômica internacional tiraram a coragem do governo, que não faria as eleições, temeroso de que o povo atribuisse ao governo a responsabilidade da crise e dos problemas gerados lá fora.” [...] O ex-prefeito de São Paulo repetiu as críticas que faz sistematicamente a oposição, afirmando que seus integrantes “são grandes demagogos, mentirosos e verdadeiros abutres de nosso País”. Afirmou ainda que estes (oposicionistas) se negaram até hoje a dar a mão estendida ao Presidente. “alguns, fantasiados com pele de cordeiro, estão querendo enganar o povo e da barriga do cavalo de Tróia do Partido Comunista começam a agitar.” Reinaldo afirmou que nos últimos anos somente os governos federal, estadual e municipal “trouxeram progresso para o nosso povo”. Alertou mais uma vez os eleitores para as promessas dos oposicionistas. “Nunca fizeram nada e falam como se só eles fossem protetores do povo”. No final de seu breve discurso, o candidato do PDS ao governo do Estado pediu votos para o partido do governo aos participantes do comício. Nesse momento criticou os senadores da oposição, sem citar nomes, fazendo a afirmação de que “todos eles juntos não fazem um dos nossos, isto é, do PDS”. (FIGUEIREDO CONFIA EM CONSOLIDAR DEMOCRACIA, Jornal Folha de São Paulo, , 04 de nov. de 1982, p.05. Disponível em: < <https://acervo.folha.com.br> > Acesso em: 27 de jul. de 2020)*

O texto destaca como o Presidente João Baptista Figueiredo usava os temas centrais de seu governo para o processo

de abertura política, como lei de anistia e eleições diretas, para se promover e pedir voto para candidatos do seu partido, pois, se a população civil acreditasse na importância das ações do governo em prol do processo de redemocratização, o voto nos pedessistas seria a retribuição de gratidão, para o país continuar nesse caminho. O ex-prefeito de São Paulo, Reinaldo Barros (PSD) aliado do Presidente, endossa a campanha pelo partido, usando palavras como “demagogos” e “mentirosos” para se referir aos opositores, justificando a falta de apoio dado ao Presidente para firmar o processo de abertura política do país. Na charge a seguir, cujo título é “Vou empanturrá-los de Democracia”, ironiza a atuação do presidente Figueiredo em relação aos opositores, ressaltando sua condução autoritária do processo de abertura política:



Figura 01 - “Vou empanturrá-los de democracia”
Fonte: Folha de São Paulo, 12 de nov. de 1982, p. 2.

As declarações do presidente, à frente dos comícios eleitorais, impactavam uma parcela da população, confiante no

seu projeto, onde ele se definia como “presidente da transição”. Figueiredo prometia transformar o Brasil em um país democrático. Passados os dias, chegando mais perto do fim das campanhas eleitorais, mais conturbados eram os discursos e acusações contra os candidatos de oposição. Acreditava-se que tudo fosse válido para conseguir a vitória. Uma das principais acusações usadas para abalar a campanha adversária era apontar sua aproximação com a esquerda, propagando o discurso anticomunista, que mesmo durante o processo de abertura, ainda estava em voga, como demonstra a manchete retirada do Jornal O Dia:

O processo revolucionário de abertura política passou a ser executado, segundo o Governo, a partir do momento em que a sociedade brasileira foi considerada suficiente madura para, por si só, defender os princípios de liberdade que lhes são inerentes. Dentro desse enfoque, a abertura conduzida pelo Presidente FIGUEIREDO deu aos veículos de comunicação social uma nova dimensão, tão ampla e irrestrita, como não se tem notícia em nosso país. Como a liberdade de expressão assegurada à imprensa é a característica mais marcante do regime democrático, somo levados a acreditar que, nesse aspecto, a democracia que se pratica em nosso país, se ainda não é aquela com que sonhamos, caminha a passos largos para um aperfeiçoamento que a colocará dentre as mais liberais do mundo. Isto é muito bom; isto significa uma grande conquista da sociedade brasileira, mas é preciso não esquecer: que a própria essência da democracia a torna vulnerável à ação de ideologias exóticas; que é fácil usar a ampla liberdade por ela assegurada para trabalhar pela sua própria destruição. Tão logo foram suspensas as restrições impostas à imprensa, os comunistas correram aos veículos de comunicação social no afã de lançar suas ideias. Chegaram acobertados sob os mais variados disfarces – jornalistas, analistas econômicos, comentaristas, escrito-

res, artistas – enfim, todo um elenco de iniciados marxistas, veiculando ideias aparentemente descoloridas de qualquer ideologia, mas, na realidade, carregadas de veneno, já que, pela sua descaracterização, penetravam facilmente nas defesas dos cidadãos menos avisados. Essa maneira de agir, mansa e insidiosa, levou a grande maioria do povo brasileiro, tradicionalmente refratária às ideias de esquerda, a se deixar levar pelo comodismo do silêncio. A apatia tomou conta dos segmentos mais expressivos da nossa sociedade. Ninguém se animava em vir a público para se opor às constantes pregações da esquerda. O silêncio da grande maioria animou os comunistas a assumirem atitudes mais ousadas, com o propósito deliberado de voltar a opinião pública contra o Governo (A MAIORIA SILENCIOSA, Jornal O DIA, Teresina, 18 nov. 1982, p.8. Disponível em Acervo Público do Estado do Piauí).

De acordo com o a manchete, a revolução democrática de abertura política só foi possível quando o governo percebeu que a população brasileira já estava madura suficiente para escolher seus dirigentes e defender os princípios de liberdade, como se a população necessitasse da tutela governamental. Divulgava-se também que o cerne da democracia se dava por meio da liberdade de imprensa e com esse direito garantido, o país estava cada vez mais longe das amarras do autoritarismo, contudo, de acordo com Jorge Ferreira (2019), a autorreforma da ditadura não significava uma transição à democracia, o processo serviria como “válvula de escape” para evitar a corrosão do próprio poder militar. Como consta:

Habilidosamente, procuraram inverter os fatos históricos, transformando vítimas em vilões. Os Órgãos de Segurança do Estado foram acusados de responsáveis por cruéis atrocidades praticadas contra jovens inocentes, quando na realidade a sua criação se deu por força da necessidade de

coibir crimes covardes como: sequestros, assaltos a banco e assassinatos, surgidos no bojo de uma avalanche de terrorismo por eles desencadeada, contra a nação brasileira. Foram momentos difíceis aqueles em que grupos de comunistas ensandecidos enlutaram centenas de lares brasileiros na tentativa de impor a ideologia marxista a um povo livre. Hoje, valendo-se da liberdade a democracia lhes assegura, os mesmos criminosos do passado se apresentam à nação brasileira tentando passar por heróis (A MAIORIA SILENCIOSA, Jornal O DIA, Teresina, 18 nov. 1982, p.8. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Piauí).

O Jornal *O Dia* propaga o discurso anticomunista ao afirmar que através da liberdade desenfreada, as ideias “exóticas” poderiam circular e destruir o direito conquistado, já que logo que foram suspensas as restrições impostas à imprensa, os comunistas acorreram para os meios de comunicação lançar suas “ideias carregadas de veneno”, em clara criminalização das esquerdas, chegando a denominá-los de “criminosos”. Observa-se que o discurso anticomunista, muito presente na história do país, continuava se propagando pelos principais meios de comunicação, principalmente os jornais impressos, mesmo em tempos em que se alardeava a abertura democrática.

O processo de abertura, principalmente a década de 1980, embora tenha sido intimamente marcado pelo avanço das mídias audiovisuais, em especial, a televisão – passando a influenciar decisivamente a opinião pública, em um país com alta taxa de analfabetismo -, continuava a apresentar um forte embate contra os avanços democráticos, sobretudo em relação à forma como a imprensa abordava a participação dos partidos de esquerda no debate político (BUSZTYN, 1990).

Sendo assim, práticas autoritárias restringiram o avanço da livre expressão democrática, em um período em que a população ansiava por liberdade, uma vez que “a estrutura mais

íntima do pensamento autoritário acha correspondência não em qualquer sistema autoritário e sim no tipo puro de regime autoritário conservador ou de ordem.” (BOBBIO, 1976, p. 95)

4. Considerações finais

É possível afirmar que o cenário brasileiro durante as eleições de 1982, traduziu o quanto o processo de abertura política foi intimamente marcado pelo autoritarismo. Pois mesmo com a existência das eleições diretas para o Executivo nas unidades da Federação, o país continuava sob as amarras do autoritarismo.

Ademais, entre 1974 e 1982, o poder militar criou vários mecanismos de controle sobre o processo eleitoral. Contudo, depois das eleições, a ala oposicionista ampliou seus espaços de atuação e representação política, e, junto com os movimentos estudantis e sindicais, passou a ampliar seu campo de atuação e a contestar o domínio militar e suas forças de apoio. As reivindicações sociais, principalmente os secundaristas e universitários liderados pela União Nacional dos Estudantes – UNE, atuou de maneira significativa nas lutas pela redemocratização, naquilo que redundaria no movimento das “Diretas - Já”, em se reivindicava as eleições diretas para presidente da República – o que só se efetivou no ano de 1989.

Isso põe em evidência a relevância que as temáticas políticas têm no processo de entendimento da história de nosso país, pois nela convergem várias dimensões da vida social, que extrapolam a mera atuação político-partidária, mas as várias faces de uma coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). Dicionário de Política. São Paulo, Editora UNB – Imprensa Oficial: 2004.

BURSZTYN, Marcel. O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1988.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário. 9º edição, volume 4; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2019.

_____; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). O Brasil Republicano: O tempo da nova república 1º edição, volume 5; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2018.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História, nos, dos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. O MDB e as esquerdas. (p. 284-332). *In*: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel; (org.). Revolução e Democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

Leis

BRASIL. Lei nº 6339, de 1 de julho de 1976. Institui restrição aos horários de rádio e TV gratuitos. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1979/lei-6339-1-julho-1976-357658> > . Acesso em: 30 out. 2021

Fontes hemerográficas

A MAIORIA SILENCIOSA, Jornal O DIA, Teresina, 18 de nov de 1982, p.8. Disponível em Acervo Público do Estado do Piauí.

B, DE BESTEIRA, Jornal Folha de São Paulo, Brasil, 01 de out de 1982, p.02. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br> Acesso em: 15 ago. 2020.

FIGUEIREDO CONFIA EM CONSOLIDAR DEMOCRACIA, Jornal Folha de São Paulo, Brasil, 04 nov. 1982, p.5. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br> Acesso em: 27 jul. 2020.

VOU EMPANTURRÁ-LOS DE DEMOCRACIA, Op. Cit. 12 nov. 1982. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br> Acesso em: 27 jul. 2020.

Mulheres encaixadas: a representação da mulher negra nos livros didáticos de história

Máira Nascimento dos Santos¹
Fernando Bagiotto Botton²

1. Introdução

Esta pesquisa parte de muitas inquietações pessoais, mas que envolvem uma problemática muito mais complexa que é a invisibilização e o constante preconceito pelo qual as mulheres negras enfrentam em nosso cotidiano numa sociedade estruturalmente patriarcal, racista, machista e misógina. Em primeira etapa, nossa pesquisa buscava focar apenas nas relações de gênero em sala de aula, sendo o livro didático tratado como fonte secundária, entretanto, ao longo de sua análise, tornou-se a fonte principal a partir do momento em que nos deparamos com o sujeito primordial desta pesquisa: a mulher negra.

1. Graduanda pelo curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba. E-mail: mairasantoshist@gmail.com

2. Doutor em História pela UFPR/UBA e estágio pós-doutoral na UNICENTRO. Professor adjunto e coordenador do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba. Email: fernandobotton@phb.uespi.br

O objetivo desse trabalho é refletir criticamente acerca de como estão sendo trabalhadas as relações de gênero e etnia dentro do conteúdo desenvolvido no livro didático de história, especificamente com relação à imagem da mulher negra e sua conseqüente exclusão e silenciamento. Desde já constatamos que tal personagem amplamente constitutivo de nossa sociedade vê seu protagonismo histórico negado até mesmo no ambiente escolar, que deveria ser local de ensejamento das multiplicidades e diversidades – local de construção e onde desenvolvemos saberes e ideias. O estudo ainda visa desenvolver uma análise em torno das representações das mulheres negras presentes nos livros didáticos do 2º ano do ensino médio, compreendendo aspectos de diferenciação social, racial e de gênero dessas temáticas escolares.

As principais fontes analisadas nessa pesquisa baseiam-se especificamente em duas das coleções de maior difusão e utilização nas escolas públicas nacionais. Trata-se da coleção História Global de Gilberto Cotrim³ produzida em 2016 pela editora Saraiva e História e Cidadania de Alfredo Boulos Júnior⁴ produzida também em 2016 pela editora FTD; tais livros circularam nas escolas públicas entre os anos de 2018-2020. Escolhemos esses dois títulos não apenas pelo fato de possuírem larga difusão e enorme circulação nas escolas, mas também pelo fato de trazerem diferentes visões e propostas de

3. Gilberto Cotrim é professor de história graduado pela Universidade de São Paulo e advogado. Fez mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie e cursou Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gilberto_Cotrim. Acesso em: 21 Jan. 2020.

4. É um experiente autor de livros de História. Suas obras são adotadas em escolas de todo o país e reconhecidas pelo rigor conceitual, pela atualização historiográfica e pela comunicação real com os estudantes. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/619058/alfredo-boulos-junior>. Acesso em: 20 Jan. 2020.

análise com relação à mulher negra na sociedade brasileira.

A serie escolhida para análise foi o 2º ano do ensino médio por conta dos conteúdos abordados, uma vez que é o momento em que o ensino médio estuda a história do Brasil, em especial, temáticas acerca da escravidão e a vida dos libertos. Essa escolha é estratégica pelo fato de que em tais conteúdos a questão da participação negra na sociedade brasileira tem maior enfoque. Ainda que a mesma temática já seja abordada no 7º ano do ensino fundamental optamos por analisar as produções voltadas ao ensino médio já que se pressupõe um público de maior idade, permitindo uma abordagem mais questionadora e aprofundada.

2. LDB e BNCC: Caminhos para a inserção da mulher negra

Para compreendermos melhor o contexto de produção, circulação e fundamentação da temática afrodescendente no livro didático escolar devemos destacar alguns documentos que buscam regular o ensino de história em sala de aula, sendo dois dos mais simbólicos: a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e também a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), nessas legislações se estabelece que a temática da representatividade afrodescendente no ensino de história está prevista nas escolas por meio da implantação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica, alterando a LDB 9.394/96 onde o documento no seu cerne declara “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (LDB, 2017, p.23).

Quando analisamos os princípios da educação com base nas leis estabelecidas pela LDB, encontramos propostas de ensino que idealizam uma educação que abranja toda a di-

versidade cultural existente dentro do país. Trata-se de uma tarefa difícil em todos seus aspectos, pois ainda vivemos numa contemporaneidade circundada por preconceitos e imaginários que buscam desvalorizar a cultura nacional e as vivências regionais em detrimento àquelas baseadas em valores eurocentrados. Nesse sentido, a educação tem papel primordial na vida do educando, uma vez que o prepara (ou deveria prepará-lo) para a convivência em sociedade, assim como esclarece seu papel e atuação social.

Art. 1o A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 2017, p.8)

A mesma perspectiva cidadã e democrática podemos encontrar na BNCC, que propõe um ensino inclusivo e plural, para além dos puros conteúdos didáticos. O documento reconhece a dificuldade de tratar das desigualdades raciais e de gênero dentro de um país ainda amplamente permeado por desigualdades sociais.

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BNCC, 2017, p.5)

O documento destaca que os conteúdos de Ensino Médio estarão divididos em áreas do conhecimento, de forma que História está ligada às “ciências humanas e sociais aplicadas”.

Nessa seara podemos destacar a competência específica de número 6, que dentre as várias habilidades elencadas propõe:

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país. (BNCC, 2017, p.579)

Ao analisarmos tais documentos podemos compreender que se baseiam em aportes pedagógicos firmados num ensino inclusivo, democrático e plural. Compreendemos então que há um espaço e uma demanda de inclusão e visibilização da mulher negra no ensino médio. Por outro lado, nos questionamos se essas práticas são refletidas nos livros didáticos de história.

Analisar o livro didático numa perspectiva histórico-metodológica torna-se aqui um desafio. Destacamos o artigo “Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem” que aponta:

A análise torna-se pertinente no estudo dos livros didáticos de outras matrizes curriculares. Afinal, todos estão inseridos em contextos historicamente localizados. Em outras palavras, temos a consciência de que os livros didáticos são produtos de relações que ocorreram ao longo do tempo na sociedade e não objetos surgidos ao acaso (SILVA, 2011, p.179)

Dessa forma podemos compreender o livro didático não como um tradutor de pesquisas acadêmicas, mas antes como um criador e difusor de ideias e concepções de história, legítima fonte histórica que pode ser abordado de maneira primária, enquanto documentação heurística que demonstra valores

sociais. Atenta-se também ao fato de que o livro didático é um documento permeado por interesses próprios, de editoras, corporações, grupos religiosos e autores que os produziram, difundiram, imprimiram e comercializaram. Desta forma, cada livro possui sua própria interpretação e abordagem historiográfica, por outro lado também o professor e o aluno não se furtam de realizar suas próprias interpretações a partir de suas leituras e releituras cotidianas. Pensar no livro didático implica em refletir acerca da construção e valoração simbólica de seus conteúdos. Nessa pesquisa não pretendemos precisar uma distinção entre leituras certas ou erradas sobre o livro didático, respeitamos as perspectivas e possibilidades de leituras, que se adaptam às escolhas do livro de acordo com as demandas ideológicas, teóricas e políticas por parte das escolas, estados, professores e grupos que consomem esse tipo de produto⁵.

Nesse sentido, pensamos que o livro didático pode ser compreendido como um documento histórico, não apenas para analisar a história da educação, mas também para o estabelecimento de valores sociais de uma determinada época, afinal, como reconhece Alain Choppin: é muito difícil analisar e historicizar um objeto tão naturalizado socialmente, afinal “como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma definição única” (CHOPPIN, 2009, p. 74).

5. No Brasil, os livros didáticos são disponibilizados gratuitamente aos alunos da rede pública educacional municipal e estadual, sendo que o programa responsável pelo seu controle e distribuição é o PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático), criado em 1937 e veiculado ao governo federal. Em 2004 também foi criado o PNLEM (Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio) que buscou complementar o PNLD e alcançar a universalização da distribuição dos livros didáticos também para o ensino médio.

3. Mulheres negras no livro didático de história

O estudo do gênero é relativamente recente na historiografia brasileira, autoras como Margareth Rago (1995) pontuam o quanto

É inegável que a produção historiográfica sobre as mulheres toma como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente marcada pelo marxismo. Assim, a partir da década de 1970, quando sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas. (RAGO, 1995, p.82)

A mulher enquanto uma categoria de análise torna-se potente para se repensar as práticas historiográficas masculocentradas ao longo do tempo. No Brasil as pesquisas que se propõem ao estudo da história das mulheres datam a partir de 1980 (PEDRO, 2007), esse caráter recente dessa abordagem pode ser ainda mais evidente se pensarmos especificamente na mulher negra. Estudos como de Angela Davis (1981), Nilma Lino Gomes (1995) e Giovana Xavier (2012), apontam as condições sócio-históricas dessas mulheres, que não raras vezes eram desumanizadas, exploradas, estupradas desde o período escravista até o mundo contemporâneo, ainda não necessariamente pós-escravista.

Pensar no silenciamento da mulher negra, especialmente na história, requer discernimento em relação ao preconceito e racismo enraizados nos mais finos tecidos sociais. Para tanto faz-se necessária uma prática de análise interseccional, pensando na mulher com base no paradigma de raça, classe e gênero.

A problemática da “interseccionalidade” foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dessa herança do Black Feminism, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (HIRATA, 2014, p. 61-73).

É justamente a partir desse feminismo negro que pretendemos compreender como estas mulheres são representadas nos livros didáticos, de que formas são inseridas nos conteúdos de história.

O primeiro excerto que abordaremos aqui é retirado do livro do autor Alfredo Boulos Júnior, no capítulo quatro da coleção História sociedade e cidadania intitulado “Africanos no Brasil: dominação e resistência”, momento em que cita a importância de estudos da cultura africana e afrodescendente “

Hoje, os estudiosos da história da África e dos afro-brasileiros concordam que a escravidão era praticada na África antes da chegada dos europeus ao litoral do continente, no século XV. [...] Estudiosos da história da África da África e dos afro-brasileiros: Alberto da costa e silva, José Rivair Macedo, Marina de Mello e Souza, Leila Leite Hernandez, Nei Lopes, entre outros. (BOULOS, 2016, p.79)

Dentre os autores por ele citados apenas Nei Lopes e um autor negro, por outro lado não é uma mulher, mesmo quando sabemos das excelentes produções aqui supracitadas de mulheres negras brasileiras. Por mais que consideremos notória a importância dos demais autores para o estudo da história africana e afrodescendente, salientamos que a ausência de vozes negras femininas dentro do debate pode deixar de fora muitos pontos de vista que ampliariam a representatividade e inclusão dessas experiências transversalmente atravessadas por gênero e cor.

Este aspecto salienta a necessidade de descolonizarmos nossos conhecimentos, bem como clama pela urgência em se manter paridade de gênero nas produções intelectuais, especialmente no tocante ao livro didático, para que sejam evitadas certas passagens tais como as que apresentaremos na sequência.

No capítulo três do mesmo livro de Boulos intitulado “A América portuguesa e a presença holandesa” encontramos a Unidade 1: Nós e os outros: a questão do etnocentrismo. Justamente nessa passagem do livro há o subtema “escravizados”, onde foi inserida a seguinte imagem:



Imagem 1 – Negros escravizados, p.65.

Fonte: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História e Cidadania, 2º ano / Alfredo Boulos Júnior. – 2. Ed. – São Paulo : FTD, 2016. – (Coleção história sociedade e cidadania). P.65, Unidade 1/ Nós e os outros: a questão do etnocentrismo.

A imagem é acompanhada da seguinte legenda: “Os negros escravizados trabalhavam também construindo casas, e

chafarizes, transportando mercadorias e/ou pessoas, comerciando pelas estradas e vilas” (BOULOS, 2016, p.65). Perceba-se a representação da mulher negra sem expressões, transmitindo certa suavidade à cena. A isso integramos o uso de cores neutras à imagem centralizada, apresentada sem adornos ou mesmo pano de fundo. Ao falar dos escravizados o autor apenas alude acerca da importância do trabalho braçal, sem aprofundar as experiências cotidianas dessas pessoas. Fica ausente no livro uma historiografia já consolidada acerca da vida das mulheres naquele contexto:

As negras, na sociedade colonial, viviam nas casas-grandes e eram muitas vezes as que iniciavam os filhos dos grandes proprietários na vida sexual. Eram amas de leite, cuidavam da casa, prestavam serviços, e muitas vezes ainda eram submetidas às condições de violência sexual. Perto do fim do regime colonial, muitas conseguiam suas cartas de alforria, conseguindo assim, a liberdade depois de anos de escravidão. Mesmo quando livres, ainda encontravam dificuldades em seus caminhos, agora livres, muitas vezes não tinham para onde ir, e acabava se tornando prostitutas a fim de evitar a fome e a miséria. (BASEGGIO; SILVA, 2015, p.19)

O papel da mulher negra na sociedade colonial como podemos observar nessa passagem, foi muito além do trabalho braçal, sendo afetadas por violência sexual, psicológica e física. Essa ausência no livro didático não responde a continuidades históricas de disparidades econômicas e sociais, sem contar os preconceitos que ainda se guardam contemporaneamente sobre a sexualidade da mulher negra.

Tais ausências também são recorrentes nos livros de Gilberto Cotrim, que em seu capítulo 4: escravidão e resistência pertencente a unidade 1 Trabalho e sociedade abre o capítulo com a seguinte gravura:

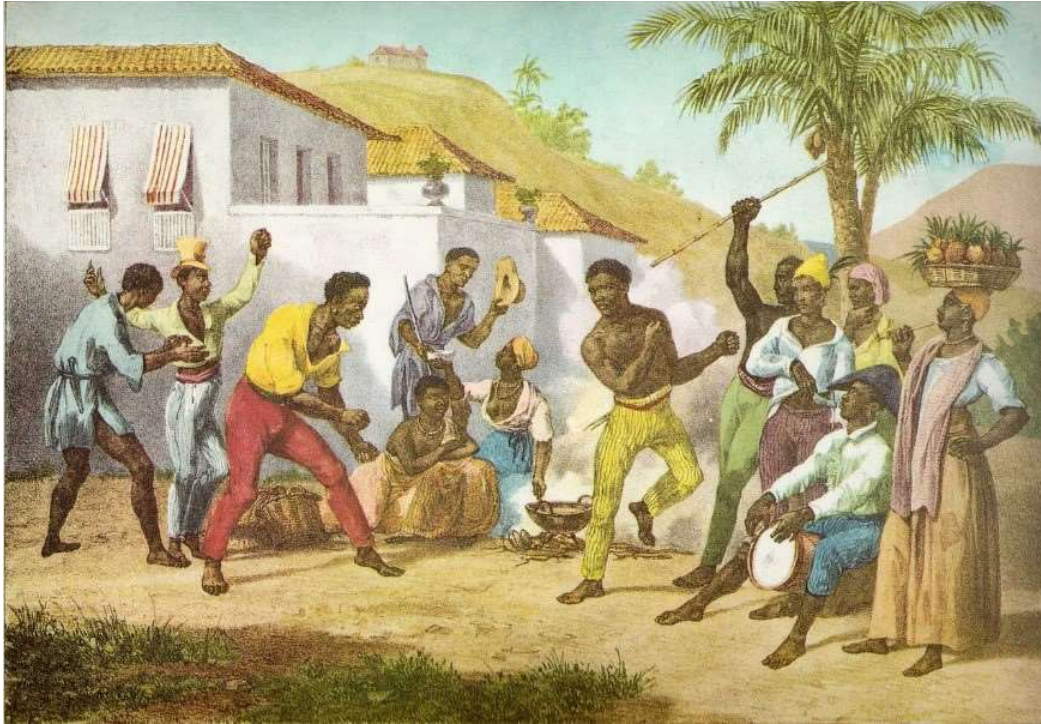


Imagem 2 – escravidão e resistência, p.40

Fonte: COTRIM, Gilberto. História global 2 / Gilberto Cotrim. -- 3. ed. -- São Paulo: Saraiva, 2016.

A imagem acompanha a seguinte legenda:

Obra “Jogar capoeira”, pintura criada por Johann Moritz Rugendas em 1835. A capoeira é uma manifestação cultural afro-brasileira que envolve dança e luta. Para muitos escravos e libertos, a capoeira era uma forma de expressar sua cultura e de enfrentar os agentes do regime escravocrata. No Brasil, a capoeira é praticada há mais de 200 anos e, devido à sua história, tornou-se um dos símbolos da identidade nacional. (COTRIM, 2016, p.40)

Quando pensamos na capoeira sempre partimos da suposição de que, tal como retratado na imagem, é uma luta/dança entre dois homens negros. Essa suposição parte justamente de um certo ponto de vista patriarcal que não imagina a possibilidade de mulheres negras assumindo tais posições de ousadia, coragem e destreza. Com isso, se eclipsa a longa

história de tradição matrilinear das sociedades africanas e o consequente protagonismo que as mulheres assumiam nas mesmas, tradições que foram trazidas para o Brasil junto com a capoeira. Desta forma, sublinhamos como a historiografia apresenta uma série de mulheres capoeiristas que poderiam ter sido retratadas no livro didático de história:

Apesar de serem poucos, no final do século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX, encontramos registros da presença das mulheres na capoeiragem, em que participavam de disputas corporais com homens. Maria 12 Homens, Calça Rala, Satanás, Nega Didi, Maria Pára o Bonde, Júlia Fogareira, Maria Homem, Maria Pé no Mato, dentre outras mulheres “desordeiras”, “valentonas” que tinham “a pá virada”, aparecem na história convivendo no meio da malandragem das rodas da Capoeira, nas brigas de ruas com golpes de navalhas, facas e cacetes, sofriam repressão policial e viviam notícias de jornais locais. (FILHO; MURICY, 2016, p.45)

Mesmo que no período colonial a capoeira era uma atividade ilícita, atualmente trata-se de patrimônio imaterial do Brasil⁶, ora, reconhecer a participação feminina nesta manifestação de resistência e arte significa retirar o papel de passiva ou expectadora atribuído historicamente à mulher negra. Tal discussão poderia ser muito bem ampliada pelo livro didático de história.

Essa dimensão cotidiana segue sendo negligenciada ou relativizada pelo livro de Cotrim, que no capítulo 16 Segun-

6. Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade - A 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda aprovou, em novembro de 2014, em Paris, a Roda de Capoeira, um dos símbolos do Brasil mais reconhecidos internacionalmente, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Acesso em: 18 de Mar. 2021.

do Reinado, dentro da unidade 3 liberdade e independência no subtítulo intitulado “Fim do tráfico negreiro internacional” encontramos a representação da mulher negra, numa caixa de diálogo:

Negras Depois do Trabalho, fotografia colorizada feita pelo francês Victor Frond, durante visita ao Brasil. Foi tirada em 1861, após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós. (COTRIM, 2016, p.212)

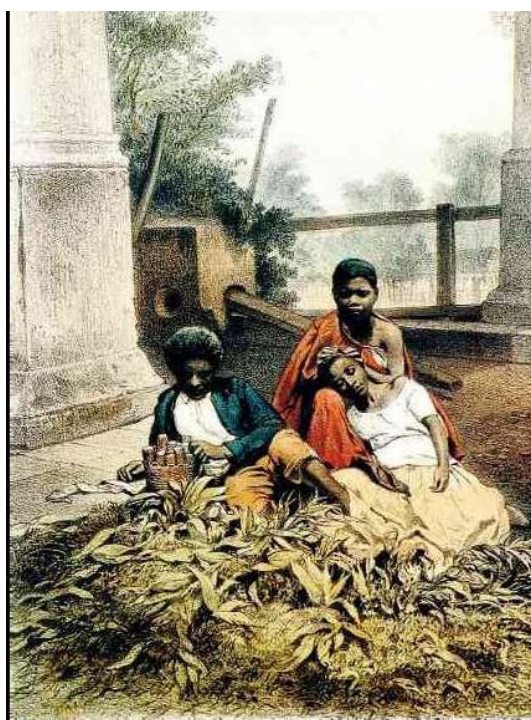


Imagem 3 - Fim do tráfico negreiro internacional, p.212
Fonte: COTRIM, Gilberto. História global 2 / Gilberto Cotrim. -- 3. ed. -- São Paulo: Saraiva, 2016.

O autor propõe um debate sobre a vida dos escravos após a implantação da Lei Eusébio de Queirós⁷ e suas consequências relativas ao tráfico negreiro. Esses desdobramentos fazem

7. A lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Sua promulgação é relacionada, sobretudo, às pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz#:~:text=A%20lei%20n.,extin%C3%A7%C3%A3o%20da%20escravid%C3%A3o%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em 19 de mar. 2021.

parte do longo processo que culminou com o fim do tráfico negreiro gerando diversas crises que levaram ao fim do segundo reinado. Nessa parte, além da fotografia acima demonstrada, pouco se fala que:

Com o fim do regime escravagista, inicia-se uma nova fase de resistência para a população negra, a busca pelo reconhecimento de sua cidadania ante a discriminação racial exacerbada pela sociedade. A partir deste momento inicia-se uma longa fase de exclusão social, surgem inúmeras favelas pelo Brasil a fora, pela falta de assistência após a libertação dos negros escravizados, estes foram libertos, e não foram indenizados, em decorrência de que, muitos continuavam nas fazendas em que trabalhavam a troca de moradia e comida. (OLIVEIRA; BOTH, 2017, p.76)

A fotografia acima colada estava dentro de um quadro explicativo, retirado da explicação oficial do livro, intitulado: “Negras depois do trabalho”. Trata-se de uma adição apenas ilustrativa, complementar, um adendo à história. A mulher negra está apenas inserida dentro de um aspecto de curiosidade, exceção, mulheres que dentro dessas caixas explicativas tornam-se encaixadas à história oficial no interior de numa nota de diálogo. Seu protagonismo é resumido a uma fotografia onde três mulheres negras foram retratadas em meio a palhas, transmitindo certa sensação de passividade, prazeroso descanso e serenidade. Nada se comenta acerca do fato de que eram utilizadas como força de trabalho tal como os homens:

Para o trabalho não havia distinção de gênero, as mulheres escravas trabalhavam nos campos da mesma forma que os homens, a opressão também era a mesma, mas o castigo e a exploração poderiam ser diferentes quando se tratava dos aspectos que somente o sexo feminino poderia oferecer. (OLIVEIRA; BOTH, 2017, p.75)

A mulher negra, para além do trabalho braçal, também tinha que lidar com os assaltos sexuais por parte dos senhores de engenho e demais homens daquela sociedade. Com o fim do regime escravistas muitas delas acabavam por ser as principais provedoras dos seus lares, trabalhando como cozinheira, lavadeira, passadeira ou serviçais em geral. Ressaltamos o quanto importante é essa abordagem dado que atualmente grande parte das mulheres negras ainda são provedoras dos seus lares por meio desse mesmo tipo de atividades. Se observarmos a proporção de Famílias chefiadas por mulheres, segundo os critérios de “cor/raça da chefe de família”, vemos que a proporção da população era de 28,9% brancas; e 29,9%, negras, em 2004 e; 38,5% brancas e 39,5% negras, em 2013⁸. Urge que nossos livros que escrevem a história sobre o passado brasileiro expliquem melhor as situações cotidianas do presente, apenas assim poderemos atingir um ensino de história mais plural, consciente, cidadão e representativo.

4. Considerações finais

Os livros de ambos autores: Cotrim e Boulos trazem uma representação ainda tímida da participação histórica da mulher negra na formação indenitária brasileira. Se levarmos em consideração Tomas Tadeu da Silva (2014) quando afirma que “a identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído” (SILVA, 2014, p.89) então poderemos dizer que essa atribuição passa por uma seleção, muitas vezes baseada em hierarquias econômicas, sociais, de gênero e/ou raciais. Nesse sentido a brasilidade evocada pelos livros didáticos se cons-

8. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Acesso em: 19 Dezem. 2019.

titui a partir de um processo, é que é atribuída socialmente a partir das nossas diferenças. Por muito tempo a identidade brasileira foi atribuída aos grandes feitos dos alvos, másculos e aristocráticos heróis que por seu brilho e luminosidade racional eclipsavam os demais grupos constitutivos da sociedade, tais como os diversos grupos indígenas e afrodescendentes.

Esse eclipse é ainda mais forte se pensado o papel que a mulher negra acaba por receber na historiografia dos livros didáticos ao ser “encaixada” ao conteúdo histórico sem qualquer contextualização ou problematização, de forma a não ser percebida enquanto um sujeito de ação e representatividade. Essa pouca e por vezes falha representação da mulher negra acaba por reforçar estereótipos e preconceitos no livro didático assim como na sociedade. Nesse sentido é fundamental a ação dos professores de história que se tornam essenciais no momento que inserem em sua prática docente outras fontes e abordagens históricas no sentido de pluralizar e ampliar a representatividade dos sujeitos formadores da sociedade brasileira. Ao analisar os conteúdos de ambos os livros percebemos a forma como cada qual procura inserir a mulher negra dentro do conteúdo didático, por mais que as propostas de Boulos sejam mais críticas e trazem alguns lampejos de diversidade e inclusão, em cômputo geral podemos afirmar que ambos acabam por não levar em conta alguns aspectos como maior sensibilização acerca do protagonismo social de tais personagens femininas negras.

A urgência em sublinhar tal protagonismo faz parte da responsabilidade cívica e social da disciplina histórica para com o passado e para com o presente. Nesse sentido Angela Davis aponta:

Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das

mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação (Davis, 1981, p.14-15).

Neste contexto compreendemos que se faz necessário certa urgência de alterações severas no interior dos conteúdos didáticos, assim como maior formação na área de história e cultura africana e afrodescendente para que professores se tornem agentes capazes de reinterpretar os conhecimentos trazidos pelo livro didático. De nada adianta tratar das comunidades afrodescendentes ou indígenas de maneira protocolar, apenas para cumprir a legislação que obriga essa inserção temática. Se faz necessário um movimento de repensar o próprio cotidiano de sala de aula, empregando não apenas imagens e conteúdo didático acerca de pessoas negras, mas também empregando as reflexões críticas de autores e intelectuais negros, em prol do conhecimento e valorização das matrizes africanas em nosso solo. Isso talvez seja o primeiro passo para combatermos os discursos de ódio, as agressões e violências que ocorrem tanto na sala de aula quanto na sociedade em geral, em especial com relação às meninas e mulheres negras, tão violentadas, que sofrem cotidianamente com o menosprezo à identidade africana da qual todos os brasileiros integram.

Deixamos claro aqui também a necessidade do questionamento à hierarquização dos conteúdos, que priorizam em sua maioria autores e figuras históricas masculinas, em especial do homem, branco, cis, heterossexual e aristocrático. Em outras palavras, urge descolonizarmos o conhecimento dentro e fora do ambiente escolar, precisamos parar de ensinar crianças e jovens a pensar que o racismo e preconceito são algo natural,

que o patriarcalismo é traço cultural típico da sociedade brasileira. É necessário que nossos jovens sejam instigados a tomar o lugar ativo de fala, sendo as mulheres, moças e meninas negras socializadas dentro da história e da cultura brasileira, da qual suas descendentes foram responsáveis pela construção e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALMEIDA, Ana Maria Leal. *Da Casa e da Roça: a Mulher Escrava em Vassouras no Século XIX*. – Vassouras: USS, 2001.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História e Cidadania, 2º ano*. São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL, MEC. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. *As condições femininas no Brasil colonial*. *Revista Maiêutica, Indaial*, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares*. *História, São Paulo*, 23 (1-2): p. 33-48, 2004.

CHOPPIN, Alain. *O manual escolar: uma falsa evidência histórica*. *História da Educação, ASPHE, Pelotas*, v. 13, n. 27 p. 9-75, 2009.

COTRIM, Gilberto. *História global 2*. São Paulo: Saraiva, 2016.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Windyz Brazão. O conceito de diversidade no BNCC Relações de poder e interesses ocultos. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 12 de Agosto de 2020.

FILHO, Vamberto Ferreira Miranda; MURICY, Vamberto Ferreira Miranda. Mulheres na história da Capoeira: contribuição ao necessário debate sobre mulheres nas lutas sociais. Universidade e sociedade p. 42-47, 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-396573526.pdf>. Acesso em: 18 de mar. 2021.

GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

KILOMBA, Grada. “The Mask” In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2, 2010.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Ano 2017.

MARQUES, Danilo Luiz. Os caminhos para a Liberdade de Escravizadas e Africanas livres em Maceió (1849-1888). Blumenau: Nova Letra, 2016. 186p.

OLIVEIRA, Janis Kauany De; BOTH, Laura Jane Ribeiro Garbini. A mulher negra em cargos de liderança: a influência do colonialismo e do feminismo negro nas relações de trabalho da mulher negra. Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curitiba Vol. 27, Nº 2, p. 71-91, 2017.

SILVA, Jeferson Rodrigo da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem In: Revista de Teoria da História. N. 5, p. 177-179, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIEIRA, Bianca. Mulheres negras no Brasil: trabalho, família e lugares sociais. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331728>>. Acesso em: 26/03/2021.

XAVIER, Giovana (org.). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Gênero, feminilidades e masculinidades

Crimes impressos: virilidades populares em notas policiais da imprensa de Caxias-MA durante a Primeira República

Lais Isabelle Rocha de Souza¹
Jakson dos Santos Ribeiro²

1. Introdução

A pesquisa que aqui se desenha tem como escopo atos de violência cometidos por homens em Caxias-MA, no início da República e eram retratados em jornais. Nesse caso, nos debruçaremos sobre a análise dos discursos jornalísticos acerca de atos de violência cometidos por esses homens, para assim entender a constituição da masculinidade no período.

Antes, se faz necessário nos dedicarmos à revisão bibliográfica para entendermos a relevância do estudo das questões voltadas às relações de gênero e as masculinidades, principalmente quando tais práticas são elementos de formalização para atos de performances em situações de violência.

1. Graduanda em História CESC-UEMA, Bolsista PIVIC/UEMA. E-mail. rochaisabellesouza@outlook.com

2. Professor. Adjunto I na Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Caxias. Doutor em História Social da Amazônia – UFPA. E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com

Desse modo, é válido mencionar que tais aberturas para os estudos das masculinidades e questões de gênero se tornaram viáveis em vista das necessidades de compreensão do homem e sua dinâmica. Assim, cabe lembrar, as considerações de Marc Bloch em “Apologia da História”, que faz um lembrete para nos atentarmos ao sujeito histórico e suas experiências, sendo que não é mais desejável se que prenda apenas em documentos oficiais para “entender” a História, se faz necessário observar todos os lados de um mesmo fato e entender o sujeito que representa esse lado.

Além dessas prerrogativas, outro elemento que torna oportuna essa abertura dos diálogos no campo da história é o uso de periódicos como fonte documental possível, e as escalas de observação e análise que podemos acrescentar em nossas pesquisas, como por exemplo o uso da Micro-História, que nos leva a compreender aspectos do cotidiano, com mais proximidade, tendo em vista o que nos propomos nesse texto em relação ao cotidiano de Caxias e os sujeitos sociais existentes e fatores das suas tramas.

Estabelecido isso, voltamos a contextualização que é fundamental para a compreensão do espaço e tempo da pesquisa, a Primeira República ou a chamada República Velha, um recorte da história do Brasil repleto de transformações. É um período de mudanças, carregadas de transformações políticas, econômicas e, principalmente, cultural (CARVALHO, 2000). Um momento no qual se percebe a inserção de novos hábitos, contudo, não estabelece um rompimento com os tempos do Império, mas, uma convivência entre o antigo e o novo.

Por esse viés, nota-se um crescimento urbano e o reforço do conceito de moderno dentro do regime republicano, que buscava se estabelecer naquele momento. Em virtude disso, houve muitas mudanças culturais, o que poderia ser visível numa série de hábitos, costumes, elementos que serviram para

formar a representação do “novo”, como também de sujeito novo, abrindo precedentes para se projetar a ideia de sujeito conforme “os padrões republicanos”, que por sua vez, deveria estar imbuída dos padrões de ordem, higienização, civilização.

Mas, é claro que essa modernização não se restringiu aos grandes centros do país, uma vez que será possível identificar que tais comportamentos também seriam incorporados pelos sujeitos em diversos espaços, como os estabelecidos distantes dos grandes centros, como as capitais. A título de exemplo, podemos citar o caso da cidade de Caxias, localizada a 364, 4 km da capital São Luís, que buscou incorporar novos hábitos ou os ditos hábitos republicanos, mencionados anteriormente.

Assim, tal primazia se embasava pelo dito reordenamento urbano, como também pelos símbolos da chamada modernidade, a chegada das indústrias, fatores que poderiam tornar a cidade como “a urbe civilizada”. Desse modo,

Com a República, tais configurações construíram-se, simbolicamente, em São Luís, como uma cidade moderna: burguesa, progressista e materialista. Nesse sentido, civilização e progresso, palavras tão proferidas durante as celebrações (SOUZA, 2010, p. 435).

Posto que São Luís era a representação do Maranhão inteiro para o resto do país, além dessa mudança estrutural o ideal republicano de pessoa precisava ser implantado e disseminado no restante da província.

Isso nos leva ao espaço principal de nossa pesquisa, que é Caxias-MA no período da Primeira República. De modo que nesse momento acontece o advento das fábricas e as linhas férreas, tornando a cidade em um ambiente fabril, fato considerado marca da modernidade. Nesse sentido, a intensa atividade fabril, principalmente da indústria têxtil, era de grande

relevância para o comércio local, Caxias também se encontrava em uma boa localização, banhada pelo Rio Itapecuru, tendo o escoamento de produtos e o transporte de pessoas pela via fluvial (PESSOA, 2009) e a cada dia a cidade se adaptava a uma nova dinâmica, encantando os cidadãos com o progresso e a nova civilidade implantada com a República.

É preciso considerar que era desejo da elite local que novas tradições e costumes fossem criados e incutidos na população, para assim educá-los sem romper com algumas tradições antigas dos aristocratas. Essa nova necessidade de formar uma sociedade ordenada seguindo os padrões republicanos tinha um desafio a superar, que a Igreja, Estado e a classe médica denominavam como “classe perigosa”, formada pela classe popular, que agia fora dos novos padrões (SANTOS, 1995). Detalhes que seguiremos nas próximas linhas para identificarmos quem eram esses sujeitos que proviam a chamada desordem, segundo o discurso da época.

2. Desenvolvimento

Em seu livro *CRIME E COTIDIANO: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, Boris Fausto estabelece dois conceitos importantíssimos para a proposta da pesquisa, esses conceitos são: de “criminalidade” e “[...] se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da construção de regularidades e cortes[...]” (FAUSTO, 2000, p. 9) e logo depois, diz que “crime”, “[...] diz respeito ao fenômeno de sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções” (FAUSTO, 2000, p. 9).

Contudo, diante do exposto, quem era punido pelas transgressões? Nota-se que certas posturas somente são punidas se o criminoso fizer parte da classe pobres. Desse modo, “[...] basta

pensar na embriagues, contravenção aplicável apenas aos indivíduos pouco respeitáveis, pois os demais não são bêbados, mas pessoas “tocadas” ou “um pouco altas” (FAUSTO, 2000, p. 18).

Com o entendimento dessa perspectiva, podemos nos atentar a alguns conceitos de crimes bastante frequentes na época e que antes não tinham visibilidade. Dessa forma, não era comum jornais noticiarem crimes com tanta frequência, porém, na virada do século do XIX para o XX a imprensa naturaliza os crimes. Nesse caso, devemos buscar compreender como eram percebidos os crimes e as suas variantes durante a Primeira República.

Na concepção da linguagem jurídica, a criminalidade consistia/e em uma infração ao Código Penal, e a atividade policial, que vai muito além da prisão de eventuais criminosos, exerce uma atividade de amplo controle social (FAUSTO, 2000). Nesse caso, existia uma enorme diferença entre o número de presos e o número de processos, dessa forma, podemos perceber as prisões como elemento de controle social, sendo que por vezes ocorria de ser realmente um crime o motivo da detenção, entretanto, era deixado de lado devido a sua pouca importância. Essas prisões controversas mostram a preocupação com a ordem pública, que eram infligidas por vadios que não obedeciam a ordem do trabalho, ou era contra o padrão de homem ideal do período, ou ainda, eram suspeitos (isto é, classe pobre).

Sabe-se, por outro lado, que a desordem “[...] vincula-se ao comportamento episódico das pessoas em público, sem fixar uma conduta criminosa; a embriagues se aproxima da desordem, na medida em que reflete como está uma preocupação com o comportamento das pessoas em público [...]” (FAUSTO, 2000, p. 35). Tais considerações apontam para a questão da repressão de crimes públicos. Assim, ao retornarmos ao Código Penal de 1890, que previa punição à desordem e se associada à vadiagem, por exemplo, seria entendido como a criminalização de uma atitude para reprimir uma classe social. Por esse crivo,

nos últimos anos do século XIX, a vadiagem teve um destaque, já que “[...] passam a representar uma categoria à parte de contraventores, o viveiro da delinquência, seres dotados de atrevimento, astúcia e maldade [...]” (FAUSTO, 2000, p. 40), e para reprimi-los a prisão era a principal saída.

Dessa forma, cabe salientar as ponderações de Boris Fausto sobre o conceito de homicídio:

O homicídio é a ação humana mais uniformemente considerada como crime em diferentes sociedades. O alcance da definição, a maior ou menor reprovação social do ato, de acordo com as circunstâncias ou contra quem se dirige, podem variar, porém a regra básica é a da cominação de pena a quem suprime uma vida (FAUSTO, 2000, p. 92).

O homicídio é muitas vezes um ato explosivo que não teve planejamento. Frente a uma determinada situação, o que levou a excessos, chegando ao extremo de matar um ser humano, tanto que a criminologia afirma que o agressor geralmente tem alguma relação com a vítima.

Um fator que abriu precedentes, para a inserção do saber médico para auxiliar, por exemplo, na compreensão dos atos considerados como homicídios, que a partir da leitura do Código Penal de 1890 passou a ser considerado “[...] estado de completa privação dos sentidos e de inteligência no ato de cometer um crime (FAUSTO, 2000, p. 98), sendo um argumento plausível para justificar um crime tão perverso.

Nesse caso, o Código Penal de 1890 é mais próximo do tratamento contemporâneo que é dado a loucura, uma vez que não é deduzido de imediato que essa é perigosa permanentemente. Os criminosos, nesse caso, seriam portadores de uma inferioridade bioquímica em um processo hereditário que tendia sempre a aumentar ao longo das gerações.

Seguindo, as nossas análises, homicídio e família eram outros tópicos que mereciam atenção, pois ali se encontram muitos crimes em “defesa da honra”, onde o “motivo”, em muitos casos, era um adultério ou uma fantasia de um homem psicologicamente instável, que o fazia ver a mulher cometendo adultério. Nessa situação, era perfeitamente viável o homem justificar que foi um crime provocado para defender a sua dignidade.

Por essa ótica, podemos citar o exemplo de crimes envolvendo o álcool, visto que nessas ocasiões “as leis, no caso alcoolismo, estiveram sempre aquém das expectativas e das pregações dos discursos médicos mais radicais [...]” (SANTOS e VERANI, 2010, p. 410.), ou seja, sempre exerceu uma postura conciliadora, e a pena era baseada em quem estava cometendo o crime. Sendo que muitos crimes eram justificados pela “loucura alcoólica”, o que reforçava a ideia de desequilíbrio mental provocado pelo álcool (MATOS, 2001). Assim, muitos médicos e juristas defendiam que o estado de alcoolismo durante o crime deveria ser um agravante e não atenuante.

Eram, em geral, os homens que citavam o álcool como vetor do crime. Muitos criminosos eram absorvidos ou conseguiam diminuir suas penas simulando “loucura alcoólica”, alegando não serem responsáveis pelos seus atos (completa privação dos sentidos) no momento do crime por estarem alcoolizados, essa prática acirrou em torno de saber se o alcoolaatra perderia suas faculdades e por isso cometeria o crime, eximindo-se assim da sua responsabilidade criminal (MATOS, 2001, p. 70-71).

Nota-se que, frequentemente, a loucura-alcoolismo e crime-alcoolismo eram vinculados, acentuando o reforço da ideia que o álcool levaria à loucura e ao delírio (SANTOS, 1995). Assim, faz-se necessário mencionar, conforme o discurs-

so da época reforçado pelo saber médico, que nesse momento de desequilíbrio o homem desconfiava de todos, inclusive da fidelidade da esposa, por isso muitos crimes passionais ocorriam, posto que o homem queria comprovar essa fidelidade e manter sua honra. Por essa ótica, entendia-se que a virilidade vai muito além da sexualidade, ela deveria ser provada de forma constante (MATOS, 2003). De modo que tais atitudes eram compreendidas como crimes de “defesa da honra”.

Outro ato criminoso que precisamos atentar é o de furto e roubo. Segundo o Código Penal de 1890, no artigo 330, furto era “subtrair, para si, ou para outrem, coisa alheia móvel, contra a vontade de seu dono”, e o que concerne o artigo 256, o roubo significava a subtração “fazendo violência à pessoa ou empregando força contra a coisa”, a distinção modifica-se com o Código Penal de 1940, quando roubo se torna furto qualificado.

Nesse sentido, os homens que cometiam essas práticas, por exemplo, o sistema “identificava”, criando assim uma delimitação muito visível de quem eram esses sujeitos na sociedade, sempre que “necessário” eram detidos para averiguar e vigiados bem de perto. De certo que ser negro e pobre eram fatores “determinantes” para ser criminoso, e seguindo os padrões da época, se aplicando a qualquer tipo de crime a pessoa de cor negra era sempre o primeiro suspeito, inclusive nos crimes contra a “honra feminina”, que descreveremos a baixo.

Assim, conforme, o Código Penal de 1890, no artigo 266, o mesmo crime de atentado ao pudor surge como “atentado contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral”.

Ao ler e interpretar essas leis, percebemos que existia uma preocupação latente em defender a honra da família, visto que no do artigo 269, estupro era o ato pelo qual o homem abusava com violência de uma mulher, seja virgem ou não e o deflora-

mento, segundo o Art. 267, é “deflorar uma mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude”, observando isso, percebemos que quando a honra da mulher está intacta significava que ela podia manter a estabilidade da família e do casamento, tanto que o título para delitos sexuais no Código Penal de 1890 era “crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias”. Para crimes classificados nessa secção é estabelecido a pena de até 1 e 6 meses.

Posterior a esse esclarecimento sobre os principais crimes do período, precisamos discutir e nos voltar para a perspectiva do discurso médico-higienista-eugênico, que assumiram a função de normatizar esse padrão de homem “ideal”, um homem honrado e trabalhador, visto que o trabalho era posto como um padrão de masculinidade, pois assim que se construía o discurso sobre o ideal de masculinidade (MATOS, 2001); inclusive, nas indústrias se tinha um padrão de comportamento: “[...]os industriais procuram definir normas estritas de comportamento para assegurar não apenas o comparecimento diário do operariado na fábrica, mas ainda a execução regular de sua atividade produtiva” (RAGO, 1985, p. 22-23).

Com esses discursos em ascensão, algumas estruturas de poder, como o Estado e a Igreja, ajudavam a propagar os mesmos ideais através da imprensa escrita. Nesse caso, cabe salientar que a imprensa é um meio de comunicação de maior alcance, ainda mais se lembrarmos do momento de modernização do país (LUZ, 1986), que ganhou destaque, visto o seu alcance. Por isso, consideramos salutar, o diálogo com Mikail Bakhtin (2006), principalmente pelo uso da linguagem no discurso da imprensa, sendo, como o próprio autor diz, a linguagem é um fator social e um signo ideológico. E nesse trabalho buscamos entender como o poder da linguagem interfere na produção da escrita jornalística.

As relações de dominação vão deixando de se basear fundamentalmente na força, constituindo-se como relações de direção político-ideológica. Fortalece-se a opinião pública que, doravante, deverá ser contemplada pelos grupos dominantes. Nesse contexto, a imprensa ganha importância como instrumento de hegemonia, mediação entre as classes e indução de correntes de opinião, sem detrimento, é claro, de sua antiga função como espaço de luta entre as classes proprietárias (COUTINHO, 2006, p. 04-05).

Além do mais, a imprensa era uma arma publicitária importante no contexto, seguindo a influência do Estado. Tanto que em uma matéria do Jornal de Caxias intitulada “A imprensa prostituída” fala sobre a influência da imprensa.

Ninguém ignora o ascendente que a boa imprensa exerce na sociedade; constitui ella o principal elemento de civilização pela divulgação dos princípios eternos de justiça, pela apothose aos impulsos generosos dos sentimentos nobres, e principalmente pela doutrinação do povo à pratica do bem, a respeito mutuo, à obediência a lei, evitando assim choques de interesses que sempre trazem como consequencia uma perturbação a eurythenia social.³

Aqui, nesse trecho é possível ver a imprensa reconhecendo sua importância para disseminar ideias, mas, também de controle da sociedade, visto que os textos realizavam condenações a práticas como a ingestão de bebidas alcoólicas e os efeitos ocasionados por elas. Nessa matéria, podemos ver como a imprensa entende seu “poder”, para influenciar e propagar ideias para a sociedade, com isso:

[...] a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses

3. Jornal de Caxias, 22 de fevereiro de 1896, Ano I, número 21, p. 03.

das elites, mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo” (CRUZ, 2013, p. 100).

Tanto que periodicamente nos jornais poderiam ser vistos os nomes completos das pessoas que cometiam crimes em Caxias. Podemos, assim, perceber o papel moralizador da imprensa ao colocar os nomes completos dos sujeitos, juntamente com o crime cometido, dado que essa ação queria tornar essas falhas públicas e envergonhar o sujeito criminoso, fazendo com que eles não realizassem mais essas atitudes degeneradas.

Uma situação análoga a essa, trata do caso de duplo homicídio, tendo como autor um sujeito chamado Claro, sendo a vítima, Firmina e seu filho. Nesse caso a imprensa destaca a cor e a idade do autor do crime, atitude essa que, de forma indireta, o Jornal de Caxias tenta construir um pretexto para o crime, usando a cor negra da pele de Claro como justificativa, associando-o às “classes perigosas”, ou seja, as classes pobres. Assim, as informações mais detalhadas que o caso nos proporciona, são interessantes para pensar o local social desses sujeitos.

Segundo O Articulista, o assassinato de Firmina ocorreu depois de uma festa em que ambos estiveram, não existe certeza sobre a embriaguez, mas em locais de degenerescência, como eram os locais de festa, é inevitável se pensar que estivessem embriagados. O jornal aponta que o crime ocorreu da seguinte maneira: “Claro dirigio-se a mulher e fere-a de ponta e retirando-se para fora de casa, ferio-se com a mesma faca também no ventre, arrependido do mal que havia feito”⁴. Entretanto, o jornal lamenta o ocorrido, chamando Claro de “desumano”, ainda mais quando é lembrado que foi um duplo homicídio, visto que Firmina estava grávida de 9 meses.

Nesse contexto, o crime poderia ser justificado como “le-

4. Jornal de Caxias, 04 de janeiro de 1902, Ano VII, número 313, p. 02.

gítima defesa da honra”, “crime de emoção”, ou outras nomenclaturas para afirmar que foram crimes causados pela emoção. Tal fator indicava que, nesses casos, “[...] ficava privado dos sentidos e cometia o crime em um momento de loucura momentânea” (MATOS, 2001, p. 71).

Essa justificativa era muito usada no período para crimes passionais. Assim, Claro se portou de forma arrependida, por estar sofrendo por perder mulher e filho. Não fica evidente na notícia a motivação do crime, se tratando, talvez, de crime de defesa da honra e da moral masculina, uma vez que a honra limpa é essencial para um homem da Primeira República.

A propósito, a defesa da honra é importante para os homens do período. Um homem que não busca por isso está perdido para os padrões modernos do que deveria ser um bom homem. Esse homem deveria ser, “[...] resistente, jamais manifestar dependência, sinais de fraqueza, principalmente devendo ser metódico, atento, racional e disciplinado” (MATOS, 2001, p. 41), caso contrário, não estava preparado para os novos tempos. Honra e moral eram tão valorizadas no momento que foi encontrado, durante o mapeamento, um caso de assassinato em que o pai mata o filho, usando a justificativa de “estar defendendo a honra da família”.

O pai, quando confessou crime, explicou que assassinara o filho para se livrar da desonra de seu nome. O rapaz tinha sido condenado varias vezes e na companhia dos vagabundos em que andava era muito capaz de praticar um acto criminal por que fosse degradado ou mesmo condenado à morte. Para evitar que a família ficasse deshonrada, è que matara o filho. Feliz concepção dos deveres paternos! Um crime por outro crime!⁵

5. Jornal de Caxias, 11 de julho de 1896, Ano I, número 37, p. 02.

No caso em tela, de filicídio, os nomes dos envolvidos no ocorrido não são citados, mas fica claro que o pai toma essa decisão para evitar que uma “tragédia maior ocorra”, manchando o “nome da família”, posto que o filho tinha um histórico de “vagabundagem” e, assim, era bem possível que se envolvesse em crimes ainda piores, atitude essa que aparentemente foi entendida como honrosa pelo Articulista, provando, com isso, o valor da honra e moral naquele período.

O próximo caso analisado é de violência de um homem embriagado contra outros homens, esse caso ocorreu nas redondezas de Caxias, em um local chamado *Prazeres*. Casos assim ocorriam muitas vezes após uma noite de bebedeira, onde rixas antigas eram lembradas, ficando a cargo da imprensa relatar esses desvios de comportamento. Nota-se, segundo dados dos jornais, essas brigas eram agressões que ocorriam entre “companheiros de farrá”, levando a ferimentos graves ou a homicídio.

Nesse compasso, vamos observando um típico caso de agressão entre conhecidos após a embriaguez, os personagens dessa história são Honorato e Francisco Ceroula, e está descrito no *Jornal de Caxias*, da seguinte forma:

Que lastima!

No lugar denominado Prazeres, distante 5 leguas desta villa, no dia 1º do corrente, estando Honorato de tal, deitado em sua casa, um pouco ébrio, chegou Francisco Ceroula, também ébrio, armado de uma canna de espingarda e derrubando a perna de Honorato, a esbordou, chegando a da com ele na cabeça, produzindo um grande ferimento do qual deitou muito sangue, e outra paneada de um lado das costelas, que fez uma grande contusão.

Honorato, vendo-se ferido, lançou mão de uma garrunha para com ella defender-se; Francisco bateu com o canno não mão de Honorato, que fez a garrucha cahir da mão, e esta, na queda disparou.

Francisco correu, dizendo que Honorato tinha atirado nelle. Honorato o que fez foi correr atraz de seu agressor, armado de um cacete, cota o qual sempre ponde aproveitar duas paneadas em Francisco.

Ficaram pagos!⁶

Tais considerações apontam que para os padrões de comportamento da época Honorato e Francisco estavam “pagos”. Todavia, Francisco denunciou Honorato ao delegado de polícia da localidade, fazendo com que fosse preso por tentativa de homicídio. Honorato foi preso em Caxias e aqui ficando quatro dias, no fim do quarto dia ele teve que deixar todas as suas posses como uma espécie de “fiança” para conseguir sua liberdade, enquanto Francisco jamais foi preso.

Um outro ponto a evidenciar trata do crime de violação. Crime esse que era aplicado por homens em moças, na maioria das vezes eram suas prometidas, ou em caso que queriam “provar” sua virilidade, usando de força para promover tamanha barbárie. No código penal de 1890 (primeiro da República), define melhor o crime de estupro, no Art. 269:

Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. Por violência entende-se não só o emprego da força phychica, como o de meios que privarem de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defende-se como o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e, em geral, os anesthesicos e narcóticos.⁷

Mesmo com essa melhoria, ainda era visto pelo Código Penal e pela sociedade como um crime contra honra e hones-

6. Jornal de Caxias, 25 de abril de 1903, Ano VIII, número 380, p. 03.

7. CÓDIGO PENAL. Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Art. 269, p. 540.

tidade da família (MORELLI, 2013). Nessa senda, o primeiro caso que aqui se apresenta ocorreu em São Luís e foi descrito no *Jornal de Caxias* e que será transcrito a baixo.

Um monstro!

[...]

A bosta humana é capaz de tudo... Quando se supõe que ela já chegou ao seu ultimo grão de abjecção, eis que apareceu um facto desses que imaginação alguma poderia conceber. Em caso algum, nos parece que, como nesse, tenha um homem vergonha de chamar a outro de seu semelhante.

Leia-se:

A's 10 horas da manhã de hontem apresentou-se ao delegado da 4º circumscripção, sr. Alfredo Pereira, uma pobre velhinha de 60 annos de idade, banhada com lagrimas e pedindo a protecção daqueila auctoridade. E contou que se chamava Jaffe Gelle, moradora à rua Luiz de Camões, n. 29. Seu filho Francisco Noberto, um vagabundo de marca. Costumava à noite entrar em casa, seguido de companheiros, e à forca, sem respeitar a sua qualidade sagrada de mãe, sem atender à sua idade, pela violencia, obriga-a a servir à lascívia, à devassidão dos que andam com ele. Tudo quanto ha de immoral, tudo, o miserável forca a sua mãe a praticar. E hontem até ele mesmo queria profanal-a, fazendo-a segurar pelos outros.⁸

Aqui, o delegado tomou uma atitude rápida, Francisco foi preso imediatamente e não terá dificuldade em ser condenado após o julgamento; nesse caso, conforme detalhado o crime pelo jornal, percebe-se uma descrição que vai muito além de um crime contra a sociedade (PERROT, 2003), como era previsto no código penal de 1890, tomando por base as circunstâncias do crime e a vítima.

No segundo caso, outro crime de estupro, que foi descrito no *Jornal de Caxias*.

8. *Jornal de Caxias*, 26 de novembro de 1898, Ano IV, número 155, p. 02.

Perversidade

[...] por queixa dada ao sr. Delegado de policia por Amacia Lopes, foi submetida a exame a menor de 8 annos- Francisca Lopes, filha da mesma, que foi estuprada por Antonio Perigoso, como é conhecido, mestre de uma canôa que veio do alto do Itapecuru para esta cidade.

[...] *Perigoso* conduzio para o mato a referida menor, que vinha nella e... satisfez seus desejos, deixou a innocente victima em miaero estado!⁹

O crime acima descrito ocorreu em Caxias e o que o deixa ainda mais perverso é o fato de se tratar de uma criança de 8 anos. Nesse caso não é explicado o que aconteceu com o criminoso, apenas o desejo do escritor da matéria de que o crime não passe impune.

Ainda no que diz respeito aos dois casos acima descritos, podemos observar que mulheres foram denunciantes, o que era ainda incomum no período, ainda mais quando essas mesmas mulheres eram as vítimas do abuso. Em vista disso, “é necessário muita coragem, por parte dos interessados ou mesmo da mãe, para ousar falar. Acima de tudo, por que é difícil provar que houve estupro” (PERROT, 2003, p. 18). O que nos leva a considerar que, em ambos os casos, houve testemunhas da barbárie.

Isso nos leva a mencionar sobre os desordeiros, sendo que esse sujeito desordeiro era aquele homem que precisava restabelecer a honra e moral pela disciplina (COSTA, 2009). Assim, um típico desordeiro, Francisco Dias Pinto, comerciante português da região, que era conhecido pelos seus inúmeros casos de desordem, notícia que se encontra na *Secção Livre* do jornal, em diversas edições tem casos de desordem em tal seção.

Faça-se justiça

Há homens que parecem com prazer-se em viver em guerra aberta com a sociedade. Para estes taes a moral, a honesti-

9. Jornal de Caxias, 3 de setembro de 1904, Ano IX, número 449, p. 02.

dade, os bons costumes, são causas de manada, a lei é uma ficção, uma burla e a virtude um mytho. [...] transformão a sua vida em uma continua gargalhada de escarneo cuspidada contra a moral, a honestidade, os bons costumes, a lei e a virilidade.

Nesta cidade pacata e moralista, temos felizmente tido poucos caracteres de tal jaez. Porem agora temos infelizmente um (que por felicidade não é filho desta terra, nem mesmo do paiz.) Em cinco anos de residência que aqui tem, excedeu já a tudo o que se pode conceder de mais audacioso.

E' o portuguez Francisco Dias Pinto.

[...]

Na noite de 8 para 9 deste mez invadiu uma casa onde havia uma *soirée* promovida por algumas mulheres de vida alegre, e onde achavão-se muitos rapazes da boa sociedade e da qual, depois de convidado, fora excluído. Ali foi apenas para provocar desordens, vingando-se assim da exclusão que delle havião feito. Depois de haver tomado parte da dança, (apesar de se achar de lucto muito recente por morte de sua mãe) portou-se de forma por demais inconveniente para com a mulher de nome Antonia Lopes da Silva, e sendo por esta repellido por palavras retrucou com uma bofetada, acabando por espancal-a com uma bengala, quebrando-lhe a cabeça, ferindo-a, como conta do corpo de delicto e auto de perguntas feitas à ofendida.

(...) Convem que se faça justiça, que a punição seja severa.¹⁰

Nessa situação, o sujeito invadiu uma reunião social de mulheres e ainda agrediu uma das participantes, lembrando na matéria que ele não era brasileiro, “comprovando” que imigrantes eram responsáveis pela desordem no país (RAGO, 1985). O caso de Francisco Pinto toma a atenção da cidade de Caxias, posto que foi retratado em cinco edições do jornal *Gazeta Caxiense* do mês de junho, de 1894. Na primeira, no dia

10. *Gazeta Caxiense*, 12 de junho de 1894, Ano VIII, número 134, p. 02-03.

12 de junho, que foi relatado acima e as quatro subsequentes, que tratam sobre as testemunhas que o delegado de polícia de Caxias coletou ao longo dos dias, e todas as matérias referentes ao caso são assinadas com a seguinte frase; *A moral pública*, uma forma de lembrar que em uma cidade pacata como Caxias, valores como moral e honra eram indispensáveis para se viver em harmonia.

Ainda sobre os desordeiros, tendo como exemplo o único exemplar do *Jornal Ferro em Braza*, mapeado durante a pesquisa, o que chamou a atenção foi a presença de um caso, cuja notícia ganhou quatro matérias sobre o fato, lido, naquele contexto, como desordem em Caxias. A situação descrita faz menção a Cromwell Barbosa de Carvalho, que veio de Floriano (onde já era dono de uma reputação deplorável) para Caxias. A seguir um trecho de uma das notas envolvendo Cromwell.

O canalha

Cromwell Barbosa de Carvalho

[...]

Em Caxias, depois de iludir algumas pessoas de boa fé, este miserável bandido, já vae felizmente se tornando bem conhecido, de modo que são bem raros aquelles que ainda se aproxima de semelhante pústula.

Dia virá, porém, em que este cynico e desbriado caluniador ha de sentir o peso tremendo da repulsa que a sociedade caxiense já começa a manifestar-lhe.¹¹

Verifica-se que todas as três notas envolvendo o Cromwell tem esse tom de repulsa ao sujeito, além de deixar claro o desejo ele procure outro lugar para viver. Sendo que era um risco para a ordem social que Caxias tinha, não havia lugar para sujeitos com essa postura.

Dito e analisado esses diversos casos, nos prenderemos

11. Ferro em Braza, 20 de março de 1917, Ano I, número 9, p. 01.

de forma breve a uma das justificativas das ocorrências desses crimes, causa essa que o Jornal de Caxias dizia ser a bebedeira em uma matéria intitulada *O alcoolismo*, que terá um trecho exposto a seguir.

Seguramente 90% dos crimes perpetrados em todos os países têm origem no abuso do álcool.

Não menor é a porcentagem das moléstias adquiridas na prática desse horroroso vício

O homem que se entrega ao vício da embriaguez não só é um desgraçado; é uma fonte perene de males para a sociedade.¹²

Vale ressaltar que essa é uma notícia que apresenta os problemas ocasionados pelo álcool, que transmitia o medo que ocorresse “a medonha catástrofe da dissolução social”. Existia um temor que essa degenerência levasse ao desmanche da sociedade, que era Caxias nesse momento e todos os seus desejos modernizadores.

Tendo consciência dessa complexidade, as pesquisas que aqui apresentamos, fazendo nos debruçarmos sobre a análise dos discursos jornalísticos acerca de atos de violência cometidos pelos homens de Caxias, para assim entender a constituição da masculinidade no período da Primeira República. Assim, durante o mapeamento catalogamos 47 crimes, divididos em quatro tipologias: desordem (21 casos), homicídio (6 casos), defloramento (2 casos), roubo (5 casos).

Diante desse contexto, cumpre transcrever que o crime de desordem tem maior número, visto que após a bebedeira o homem perdia o senso de honra e moral, e se deixava levar pelos seus instintos mais primitivos (SANTOS, 1995). É importante saber que esse momento de agressão contra outros

12. Jornal de Caxias, 11 de abril de 1903, Ano VIII, número 378, p. 03.

homens ou esposas era comum, até mesmo homens da ordem se deixavam levar pela cachaça e acabavam por cometer atitudes violentas contra inocentes (COSTA, 2009).

3. Considerações finais

O trabalho em tela tem como principal intuito a análise dos discursos jornalísticos acerca de atos de violência cometidos por homens em Caxias-MA, durante a Primeira República, para assim entender a constituição da masculinidade no período destacado. E para isso se faz necessário entender os aspectos que estavam pautados essa nova sociedade que se firmava na “Ordem e Progresso”.

Desse modo, a nova sociedade republicana teria homens e mulheres de moral e honra inquestionáveis. Assim, formariam uma família com os mesmos preceitos, criando assim uma criança saudável, e que seria o novo centro da família. Essas crianças deveriam ser educadas pelos pais, alimentadas de forma saudável, tendo horários que deveriam ser rigidamente obedecidos e cuidados médicos. Isto posto, a família deveria ser composta por um homem pai/marido/ provedor, uma mulher mãe/esposa e uma criança obediente/saudável/educada.

Nesse sentido, mesmo com esse planejamento de sociedade “civilizada”, atos de violência eram constantes e faziam parte da constituição do que era ser homem no período da Primeira República. Com essa perspectiva, nos deparamos com as fontes documentais dessa pesquisa, que é formada por jornais e que eram uma forma de produzir pontos de vistas. Como afirma Capelato (1988), os jornais falam muito de uma sociedade seus costumes, hábitos, todo o contexto diário de uma sociedade. Dado o exposto até aqui e todo o processo de mapeamento e análises dos periódicos, temos um panorama da criminalidade em Caxias durante o período da República Velha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BLOCH, Marc. *A história, os homens e o tempo*. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p.51-68.

CAMPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Imprensa e hegemonia na Primeira República*, 2006.

COSTA, Raul Marx Lucas da. *Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras*. (Dissertação), UFC, Fortaleza, 2009.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1980-1924)*. Ed. 2º Edusp, São Paulo. 2000.

Ferro em Brazà, 20 de março de 1917, Ano I, Número 9, p. 01.

Gazeta Caxiense, 12 de junho de 1894, Ano VIII, número 134, p. 02-03.

Jornal de Caxias, 25 de abril de 1903, Ano VIII, número 380, p. 03.

Jornal de Caxias, 03 de setembro de 1904, Ano IX, número 449, p. 02.

Jornal de Caxias, 04 de janeiro de 1902, Ano VII, número 313, p. 02.

Jornal de Caxias, 11 de abril de 1903, Ano VIII, número 378, p. 03.

Jornal de Caxias, 11 de julho de 1896, Ano I, número 37, p. 02.

Jornal de Caxias, 22 de fevereiro de 1896, Ano I, número 21, p. 03.

Jornal de Caxias, 26 de novembro de 1898, Ano IV, número 155, p. 02.

LUZ, Madel Teresinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1986.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu Lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade*. Ed. 2ª. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MORELLI, Liana Machado. *Violência sexual em São Paulo na passagem do século XIX para XX*. Seminário Internacional Fa-

zendo Gênero, Florianópolis, 2013.

PESSOA, Jordânia Maria. *Entre a tradição e a modernidade: A Belle Époque Caxiense: Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX*. Imperatriz: Ética, 2009.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. *O alcoolismo: a invenção de uma doença*. (Dissertação) IFCH, UNICAMP, Campinas, 1995.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010, p. 401-420.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Ordem social, Polícia Civil e justiça criminal na cidade de São Paulo (1889-1930). *Revista de História* 162 (1º semestre de 2010), 179-204.

Defloramentos no sertão maranhense durante a Primeira República

*Veronica Lima de Amorim Matos¹
Jakson dos Santos Ribeiro²*

1. Introdução

O referido trabalho concerne em discutir sobre as práticas de defloramento e como esse crime era visto no meio social, ocorridos entre as fronteiras do sertão maranhense durante a Primeira República, por meio dos jornais, situando, precisamente, as características dessa criminalidade presente na região de Caxias, Codó e Flores, no Maranhão. Além disso, serão pontuadas as perspectivas do crime pelo viés social, jurídico e médico, apresentando alguns parâmetros dessa ideia de criminalidade em diferentes regiões do Brasil.

Desse modo, a concepção deste trabalho parte do pressuposto em evidenciar os crimes de defloramento. Mas, afinal, o que é defloramento?

1. Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail. veramaattos@gmail.com.

2. Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em História (UEMA). E-mail. noskcajzaionnel@gmail.com.

Antes mesmo da atribuição do significado do conceito, tomo de empréstimo a analogia utilizada por Ismael Vannin (2016), que defloramento provém do deflorar de uma flor ou o desfolhar de suas pétalas, perdendo sua robustez. Utilizando da figura de linguagem, a metáfora, a percepção do ato deflorar condiz com a perda da flor feminina pós-ruptura do hímen, ou seja, defloramento significa que assim como a flores perdem suas pétalas, na passagem do deflorar, a mulher também perde sua virgindade com a ruptura do hímen.

Nesse sentido, tendo em vista que o século XX, no Brasil, é marcado por uma série de dispositivos de controle comportamentais, em prol da civilização da nação, o defloramento passou a ser visto como uma problemática para então conjuntura, visto que não condizia com a normatividade. Na perspectiva dessa questão, o Código Penal³ brasileiro de 1890, baseado na elucidação do Art. 267, passou a vigorar o ato de deflorar para a categoria de crimes sexuais.

Assim, o defloramento foi determinado como um dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor, do referido Código Penal. A lei reconhecia o crime de defloramento contra uma mulher menor idade, empregando sedução, engano ou fraude, em virtude de sua inexperiência. No entanto, a partir dessas questões, foi possível compreender que dentro da categoria dos crimes sexuais, estão o estupro e o defloramento, embora os dois crimes sejam semelhantes por conta do emprego da relação sexual, eles são diferentes.

Sob o ponto de vista dos juristas e dos médicos, os crimes se diferenciam em decorrência de: na ocorrência do defloramento, há o consentimento para o ato, enquanto que o estupro envolve práticas de violência. Além disso, os juristas tinham a

3. BRASIL, Art. 267, Código Penal de 1890 da República dos Estados Unidos do Brasil.

concepção ancorada, veemente, no pressuposto da segurança do princípio moral, inclusive, era um respaldo que ultrapassava as marcas físicas deixadas pelo defloramento.

Nesse âmbito, vale um questionamento pertinente, indagado pela pesquisadora Elisângela Machieski (2005), “mas se o ‘deflorar’ não era visto como um meio de violência sexual, por que era considerado crime?”. Machieski, logo no início de seu trabalho, faz esse questionamento e em seguida nos ajuda a compreender o pressuposto para tal, explicando que em meados do século XX, tinha uma estrutura cultural, a qual limitava e restringia o papel social da mulher em vários aspectos, sobretudo, ao que se referia a sexualidade. A autora pontua, ainda, que determinados assuntos e até mesmo práticas de alguns comportamentos poderiam corromper a pureza da mulher, onde a mesma deveria manter-se pura até o casamento. Todavia, nesse período, era muito comum a prática de defloramento, que acabava por difamar a honra e a honestidade da mulher, dessa forma, tornou-se um crime, uma vez que ocasionava danos para a estrutura social.

Em meados do século XX esse costume de vigilância passou a ser mais brando, pois as mulheres deviam seguir regras e se auto-vigiar. Para ser considerada moça honesta além de manter-se casta, deveria comportar-se, pois, “o padrão de honestidade vinha associado ao comportamento e à conduta, não só à questão da virgindade (MACHIESKI, 2005, p.83).

No início do século XX, o pensamento social sobre determinados valores tornou-se latente, correspondendo nas práticas cotidianas dos sujeitos. Nesse sentido, o princípio da honra, tanto para a mulher quanto para o homem, era considerado um bem precioso que deveria ser resguardado, entretanto, a ocorrência do defloramento poderia desvirtuar esse princí-

pio, por exemplo, a honra poderia ser manchada em “consequências do abraço sexual fora do matrimônio”. Além disso, as questões de honra também eram uma base que deveria reger a família, uma premissa para honestidade dessa instituição, contudo, em detrimento do defloramento de uma moça, a reputação de sua família era prejudicada. Assim, Elisangela Machieski, reflete de acordo com os seguintes questionamentos:

Como ficaria a honra da moça e da família? E se essa promessa não fosse cumprida? Ou seja, em casos de defloramentos não só a honra e honestidade da moça é posta em dúvida, mas, todo o seio familiar que lhe pertence. (MACHIESKI, 2005, p.92).

Frente a esse contexto social, mesmo com medidas de controle, baseadas nas pesquisas referentes à temática, é evidente um alto índice de ocorrência de defloramento, principalmente, porque a ideia do namoro e passeios passou a fazer parte do cotidiano. Outros fatores explicam essa situação, entre eles, está a falta constante da vigilância dos pais ou de algum responsável em determinados passeios de casais, que geravam possibilidades para a ocorrência dos defloramentos. Sendo que muitas jovens moças se deixavam levar pela paixão, outras se rendiam a uma promessa de casamento, ou ainda, por uma chantagem emocional, logo, acabavam cedendo ao ato, que posteriormente tinha suas consequências. Esses passeios, propiciavam para além das conversas e as trocas de olhares, como evidenciado a seguir:

O passeio que consistia no ato do casal ir a rua para desfrutar das opções de lazer que a cidade oferecia, tendo nesse período um tempo relativamente íntimo de conhecimento, podia tanto ser interpretado como uma prova de namoro como ser usado como uma

prova de um comportamento inapropriado da vítima, indicativo de que esta não se tratava de uma mulher “honesta (SANCHES,2011, p. 4).

A partir das perspectivas apontadas, é muito importante compreender que as práticas de defloramento estão cercadas de discursos propagados dentro de um contexto passível de um viés ideológico, que abrange questões para além da estrutura social da época, denotando uma intersecção de sentidos que configuravam os aspectos sociais da Primeira República.

Desse modo, não podemos esquecer do papel social que assumiu os jornais da época que noticiavam não só a ocorrência dos crimes de defloramentos, agindo como uma ferramenta propagadora de discursos que reforçava ideias normativas referentes aos comportamentos dos sujeitos.

[..] Os jornais eram responsáveis pela divulgação de modelos de comportamento, especialmente para as mulheres. Os jornais pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos. É interessante acompanhar, nas diferentes épocas, as mudanças dos papéis sexuais que a imprensa divulgava nas diversas cidades. Tais mudanças, obviamente, vinham acompanhadas de uma campanha com normas de conduta que, muitas vezes, refletia aquilo que a elite urbana considerava “civilizado” e que, em grande parte, era repetição daquilo que os jornais dos grandes centros divulgavam. (PEDRO,1994, p.31).

Essa consonância vai de encontro às percepções da historiadora Joana Maria Pedro (1994), que ao entrecruzar a vida das mulheres do Sul do Brasil, abre parêntese para explicar que os jornais não foram os inventores dos estereótipos comportamentais, entretanto, essa performática é fruto muito antes

do século XIX, ao restringir as mulheres como virtuosas, boas filhas e boas esposas, esse é um modelo característico da cultura ocidental e, portanto, os jornais no cenário do século XX, apenas reproduziam esses estereótipos.

Nessa assertiva, os jornais sulistas foram subsídios para a autora acima referida, pois cumpriam com o papel de divulgar os ideários de comportamentos dos sujeitos, carregados de propagandas com as normas de conduta, visando formar novos homens e mulheres correspondentes ao progresso da nação, além disso, a conduta feminina era ainda mais ressaltada, uma vez que eram consideradas criadoras e educadoras das novas e futuras gerações.

Embora os jornais sulistas reproduzissem estereótipos existentes há séculos, faziam-no em um contexto específico respondendo a uma conjuntura determinada, na qual a demonstração de distinção e a exposição de um certo verniz social implicavam em moldar as mulheres de uma determinada classe. (PEDRO, 1994, p.28).

Convém destacar que o objetivo dessa discussão parte do pressuposto de compreender através dos impressos dos jornais e na literatura as acentuadas ocorrências de defloramentos e a maneira como fizeram parte do cotidiano dos sujeitos em diferentes regiões do país, assim como nas regiões interioranas do Maranhão.

2. Mulheres, comportamento e defloramentos

Retomando o contexto da virada do século XIX para o século XX, no Brasil, observamos as transformações nas estruturas que refletiram no papel social das mulheres e dos homens, visto que para além das mudanças políticas e eco-

nômicas, as mudanças inerentes aos aspectos socioculturais marcaram esse primeiro momento da República. Nesse sentido, pela alusão do paradigma da Belle Époque, em que suas representações moldaram uma nova conjuntura social em prol da civilização da nação, houve uma tentativa de formar um Brasil parisiense⁴ em costumes cotidianos, com a finalidade em promover e estabelecer uma nação ideal, conforme os padrões de higienização, ordem e civilização, ideais propagados pela classe dirigente do período. A propósito, a nova conjuntura social e suas particularidades, implementadas na Primeira República, casam com as premissas analíticas de Pierre Bourdieu (2007), o qual nos chama a atenção para entender a estrutura social do contexto a partir da perspectiva Estruturalista Construtivista. O autor acreditava que as estruturas objetivas do mundo social podem dirigir as ações dos indivíduos, porém, essas estruturas são construídas socialmente. Assim, para ele, as relações são dialéticas, existindo estruturas que agem de forma objetiva para legitimar e reproduzir ou transformar a sociedade, dessa maneira, a configuração do arsenal republicano foram criadas e reproduzidas por meio do comportamento social, sobretudo, ao relacionar a perspectiva do conceito de habitus de Bourdieu.

Na relação entre as duas capacidades que definem o habitus, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gostos), e que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida”. (BOURDIEU, 2007, p,162).

4. Sobre a ideia de uma Paris à brasileira, está diretamente ligada na performance da chamada Belle Époque, um paradigma de estilo de vida predominantemente dos costumes europeu, assim, no Brasil essa acepção foi manifestada como um modelo ideal para moldar uma nação, agora, “civilizada”.

É importante enfatizar que uma das principais referências para discutir as práticas do crime de defloramento no Código Penal brasileiro e as premissas da conjuntura republicana e sua bagagem de ideal moralista estão centrados nos estudos de Sueann Caulfield (2000). A pesquisadora norte-americana pôde se debruçar sobre os fervorosos debates em torno dos envolvimento das mulheres em crimes sexuais, despertando seu interesse na investigação sobre a moral sexual vigente no Rio de Janeiro, nos anos 1920 e 1930. Estudou as concepções sobre honestidade sexual aos olhos dos juristas, advogados, médicos e a perspectiva da sociedade em geral. Analisando grande variedade de fonte, em textos jurídicos, revistas e periódicos dos jornais que circulavam diariamente na sociedade brasileira.

Ao longo de seu estudo, Caulfield (2000) procurou identificar as representações acerca da honra sexual, analisando, assim, a perspectiva feminina no seio familiar e ideias de comportamento, ganhando um novo significado na sociedade. Conforme a autora, as mulheres deveriam se resguardar no âmbito familiar até se tornarem futuras progenitoras dos lares, uma vez que havia um receio quanto a prostituição. Em virtude disso, cabia à jurisprudência intervir na modulação do controle social das mulheres. Um conceito sedimentado para formar uma nação moralizada e civilizada, para isso, o preceito da virgindade e do casamento tornaram-se imprescindíveis.

Ao evidenciar os crimes de defloramentos, tendo em vista a dicotomia do contexto republicano, acabou revelando parâmetros de desigualdades de gênero; no cunho racial e social; além disso, a pontuação sobre as identidades femininas e masculinas direcionam a discussão. Embora saibamos que a pressão sobre a conduta e as limitações do corpo feminino sobressaiam em relação aos homens, nesse sentido:

Moças de família vivendo no recato do lar doméstico sob vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e a dignidade de seus pensamentos. A ofendida, por tanto, deve ser acreditada quando há provas contrárias à sua procedente honestidade. A ingenuidade e inocência das moças de família eram contrapostas ao cinismo das mulheres não submetidas à vigilância da família, as quais eram consideradas enigmáticas, facilmente corruptíveis e dissimuladas (CAULFIELD,2000, p.77).

É preciso considerar que a promessa de casamento, na percepção de Caulfield (2000), foi um dos grandes marcadores dos defloramentos, sendo que muitas moças se deixaram influenciar por uma promessa do namorado ou do noivo, com a justificativa que logo mais se casariam, então, nas narrativas dos sedutores não havia necessidade de esperar o casamento para terem uma relação carnal, com isso, a promessa de casamento tornou-se um símbolo ao que se refere aos defloramentos.

Enquanto isso, Martha Esteves, em 1989, já pensava essas questões, também considerada uma grande referência no assunto, a autora se debruçou no contexto carioca para analisar os debates acerca da virgindade moral e honestidade das mulheres, valores esses, identificados na esmagadora maioria em processos crimes (defloramentos).

Ao entrecruzar com uma massa de estudos de casos, Esteves pôde perceber como a força motriz ideológica presente do contexto delineava os hábitos, costumes dos sujeitos. Dito isso, as preocupações evidentes da autora eram identificar as articulações discursivas envolvendo a condição e o papel social das mulheres em meio as avalanches de um projeto moralizador, concernente à Primeira República.

Visto dessa forma, cabe também ressaltar o despertar do interesse jurídico em analisar e discutir sobre aspectos da se-

xualidade, partindo do pressuposto, não só do aumento da criminalidade em si, mas se tornou uma questão de interesse público, considerando que afetava primordialmente uma das principais instituições sociais, a família.

Dessa maneira, Esteves deixa explícita uma disputa pela verdade, originando contra-argumentações entre advogados, promotores, juízes, vítimas e acusados. Por esses motivos, a conduta, a postura da família, às vezes era a chave de um processo, de modo que a imagem da família era reflexo do caráter da ofendida, premissas que serviam como argumentos, usados inclusive pelos advogados dos acusados, com intuito de distorcer a conduta moral da ofendida.

Nesse sentido, a existência dos processos criminais contra a honra das famílias constituía um excelente caminho utilizado pela Justiça para introjetar nas camadas populares essa nova ética de trabalho através da porta dos fundos da nova ordem burguesa, através da “moral e bons costumes (ESTEVES, 1989. p.37).

A solidificação de uma base familiar era de suma importância para o contexto e, assim sendo, as elites brasileiras elegeram o modelo familiar burguês, considerado um protótipo ideal, uma vez que, estabelecia regulamentos sobre a vida dos sujeitos. Dessa forma, como evidencia as características do Código Penal de 1890 e o Código Civil de 1916⁵, “[...] além de expressarem uma tentativa oficial de estabelecer a importância do poder público republicano em assuntos relativos à moralidade, que anteriormente, ficavam a cargo da igreja e da família, como no caso do casamento” (FERREIRA; PEDRO; 2012, p.15).

Em meio a essas manifestações, nos deparamos com a proliferação de discursos que pontuavam o controle social para

5. BRASIL. Código Civil de 1916, República dos Estados Unidos do Brasil.

designar as matrizes da normatividade, os valores, a conduta social dos sujeitos, a roupagem cotidiana através das representações e das práticas. Assim, Michel Pêcheux (1995) considera o discurso uma prática ideológica, por exemplo. Na concepção do teórico, a ideologia acaba estabelecendo os discursos, uma vez que um sujeito enuncia/discursa uma determinada perspectiva esta pode estar relacionada a algum viés, ou pode ser movida por interesses próprios, nesse caso, a ideologia conduz a manifestação do discurso, explicitamente ou implicitamente.

Isso equivale afirmar que as palavras, as expressões, proposições, recebem sem tido da formação discursiva na qual são produzidas: retomamos os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que representam[...] (PÊCHUEX, 1995, p.161).

Nota-se que esses discursos estavam imbuídos de uma lógica na qual os dirigentes enunciavam seus interesses, para que a sociedade exercesse. Tais discursos estão por todos os lugares, sobretudo, nas representações das coisas. Tendo como exemplo, onde os discursos foram materializados, a criação dos códigos de posturas, códigos esses que formulavam e regulamentavam o princípio do comportamento social. Além disso, temos também os periódicos, um dos principais propagadores desses ideais, ao explicitarem as imposições dos discursos vigentes.

Nessa ótica, quanto ao início da formação republicana, nota-se que prezava muito pela questão da honra, um valor indicativo tanto para a mulher quanto para o homem. Assim,

Pitt Rivers⁶ atribui o conceito de honra pelo olhar antropológico, em virtude das vias prerrogativas, a honra, além de um sentimento, é também considerada um fato social, isto é, o primeiro aspecto está inteiramente ligado à moral, um excessivo cuidado com a imagem, um zelar por seus valores, um pressuposto para se distanciar de tudo que provém da vergonha, enquanto o fato social diz respeito ao próprio prestígio da honra e também uma forma de prevalecer um status, baseado na representação da conduta moral.

Ademais, o conceito de honra percorre uma mão dupla, porque exerce um sentido diferente na perspectiva feminina e outro, na masculina. Nesse sentido, aos homens a honra é um sinalizador de coragem, virilidade, enquanto para a mulher, essa imposição não é atribuída, pois sua honra é assinalada pela pureza sexual, ou seja, uma premissa já frisada ao longo dessa apresentação.

Acrescente-se, ainda, que a honra assumia diferentes roupagens ao tratar de homens e mulheres, principalmente no que se refere às questões conjugais e sexuais. Mary Del Priore (2009) também avalia esses aspectos de exigências sociais voltadas às mulheres e aos homens, distinguindo os parâmetros normatizadores. Em face disso, enquanto a honra feminina era cada vez mais marcada pela supervalorização do recato, da inocência, da virgindade, da educação para as tarefas domésticas, dos “bons modos” e do instinto maternal, a honra

6. Pensar no conceito de honra a partir do teórico Pitt Rives (1992) *Honor and Grace in Anthropology*, tornou-se fundamental, pois o mesmo distingue a noção de honra no segmento aristocrático, a honra burguesa e também a honra dos populares, sendo está uma das pautas relevantes da pesquisa, ao identificar as representações honra entre os sujeitos, entre uma sociedade que exalava distinção social. Além disso, vale ressaltar, outras considerações de suma importância que corresponde com as cenas sociais analisadas, quanto a honra por se torna foco de desconfiança e também as vezes pode ser empregado de forma negligente.

masculina voltava-se cada vez mais para a figura pública do trabalhador. E caso esses entrepostos não fossem exercidos cotidianamente, havia uma reprovação à nível público.

Aos olhos da justiça, o defloramento praticado contra uma mulher “honesta”, sendo que o ato de deflorar era considerado um crime contra a honra da mulher, nesse caso, mais do que um ato sexual consentido ou uma violência de gênero, o defloramento condenaria a vítima a uma desmoralização social, o que prejudicaria suas possibilidades de efetuar um matrimônio vantajoso e a estigmatizaria em suas relações sociais. Também, nesses casos, o objetivo principal da prática jurídica não era proteger a integridade física das mulheres ou da honra somente como atributo individual feminino, era também de defender a honra masculina, sobretudo dos pais, tutores e irmãos, ultrajada quando suas mulheres são desvirginadas por outro homem.

Além disso, muitos dos casos de defloramento, chegavam a ser considerados caso de estupro, em detrimento do próprio ato e atribuição de violência, denunciada pela ofendida e também evidenciadas nos corpos de delitos, porém, muitos casos foram banalizados em consequência da falta de imparcialidade da justiça, onde as denúncias relatam até mesmo ameaças às vítimas.

Retornando às acepções discursivas do contexto, ambos os saberes, judicial e médico, tiveram uma conotação presente entre os processos de defloramento, visto que essas “autoridades” detinham o poder de determinar o destino das ofendidas. Sobre essas mediações, o teórico Michel Foucault (1988) evidencia em seu estudo sobre sexualidade na era vitoriana, que:

Tais saberes [...] demonstram o seu poder de modo a controlar e escamotear as individualidades da humanidade por meio da produção de discursos de verdade sobre o compor-

tamento sexual das pessoas e a anatomia da genitália.

Ainda de acordo com Foucault, ao analisar vários prismas entre a relação de poder e as questões da sexualidade, encontrando predominância da percepção na linha do Direito, na Psicologia, entretanto, a visão médica tornou-se inquestionável. À medida em que se tinha um exercício sobre o corpo humano, ao tratar da saúde, vida, morte, os apontamentos médicos não eram criticados, nesse sentido, exercendo dispositivos de controle sobre os sujeitos, e as questões da sexualidade estavam envoltas nessas perspectivas.

Paralelo a isso, entra em cena, como protagonistas que embutiam discursos quanto a veracidade dos defloramentos, os médicos-legistas, cujo emprego de sua atuação estava centrado na realização corpo de delito, exame que comprovaria a ocorrência do defloramento. A realização desse procedimento provocava a enunciação de diferentes discursos acerca do comportamento feminino, tendo em vista que a “[...] intervenção médica eram dirigidos principalmente aos corpos femininos, já que a relação honra-mulher era baseada na “pureza” dos corpos e também da mente” (FERREIRA; PEDRO; 2012, p.9).

3. As flores defloradas e um contexto republicano

Pensando nessas dimensões e como cada uma se incorporou em diferentes regiões do Brasil, ao voltar os olhares para o sertão maranhense, também podemos encontrar os resquícios desse tempo, considerado moderno nas cidades de Caxias, Codó e Flores. Dessa forma, os jornais foram as ferramentas utilizadas para identificar a presença desses elementos e suas determinadas lógicas nas regiões citadas, conforme foram destacados nos impressos dos jornais as denúncias dos crimes de defloramento.

Ao longo do processo de mapeamento dos jornais, localizados na Hemeroteca Digital e na Biblioteca Benedito Leite, foi perceptível uma incidência de denúncias sobre crimes de defloramentos com diferentes desfechos, sobretudo, em jornais da capital São Luís, notificando diariamente esses ocorridos em diferentes vilas ou municípios do estado do Maranhão, como destaca o jornal Imparcial⁷: “não há um dia em que a polícia não registre um defloramento”. Vale destacar que essa nota é do ano de 1927, o que significa dizer que mesmo com a tentativa do controle social e outros artifícios utilizados para não corromper a moral dos bons costumes, a prática de defloramentos permaneceu contínua e, possivelmente, recorrente como situa o jornal.

Para além desse adendo, é importante deixar explícito que discurso como esse se tornou comum logo no início da República, onde condenavam essas práticas por serem consideradas ilegítimas, de acordo com a moral burguesa. Por exemplo, em agosto de 1908, o jornal Diário de São Luís⁸ lançou uma manchete que dizia: “a culpa dos defloramentos é uma vergonha para nossos costumes”, em outros termos, acabava reforçando a ideia que já circulava no meio social do contexto.

Não sendo o bastante, outros jornais, como o Pacotilha⁹, também apresentavam para a sociedade artigos sobre crime de defloramento e como davam os prosseguimentos das ações judiciais perante esses casos, relatando como a justiça agiria caso houvesse denúncia de defloramento, caracterizando como uma ofensa social todo o parecer de um processo do crime. Portanto, tornavam-se necessárias as preliminares da justiça quanto essa questão.

7. Jornal O Imparcial (São Luís) 09 de abril de 1927 n° X

8. Jornal O Diário de São Luís 11 de agosto de 1908 n° X

9. Jornal O Pacotilha (São Luís) 25 de maio de 1928 n° X

A honra da Mulher

O ministério Público, salvas raras as exposições, não deve proceder <ex-officio>. Sua seção precisa ser provocada pela parte da ofendida. E a victima do delicto o juiz da conveniencia repressão. Se ella cala-se, se prefere ocultar. O crime no segredo do seu lar. O Ministerio Publico não deve ter o direito de intervir. Justificam esse systema pelo interesse das famílias, pelas dificuldades da prova, pelo reconhecimento da inocência em caso de erro. Importa mais a honra das pessoas ofendidas, a tranquillidade das famílias, ao bem estar da sociedade que se mantenham ocultas esses delictos. São as pessoas ofendidas as unicas que podem julgar se convem mais mais castigo do criminoso ou conversar secreto o delicto. E se ellas decidem pela reserca, não seria prudente a lei que por interesse remoto da sociedade.

Baseado nas considerações citadas, compreende-se em linhas gerais, o protagonismo jurídico correlacionado às tramas cotidianas envolvendo defloramentos, onde essa via era uma das possibilidades de reparar a honra perdida e também restaurar a reputação no meio social. Por isso, essa entonação nos jornais, uma vez que gerava um alerta para as famílias e também um apelo para a justiça combater esses males. Enquanto isso, as mulheres defloradas que perderam a virgindade antes da cerimônia matrimonial e que também não tiveram a chance de conseguir reparo da honra por meio da justiça, ficavam submetidas numa situação complicada, sem o reparo ou o restabelecimento da honra, muitas meninas ficavam sem a proteção do próprio do lar e da família.

Nesse aspecto, as estigmatizações da figura da mulher, a partir das performances de “ingênuas”; “puras”, “indefesas”, deveriam permanecer, visto que acreditavam que, seguindo essa lógica, poderiam caminhar rumo a esperada “civilização”. Essas articulações acabam revelando o interesse dos juristas

em “garantir o respeito e a honra da mulher”, dessa maneira, fariam o papel designados a elas, como esposas e provedoras do lar, para, assim, reger vigilância sobre suas futuras filhas, e ensiná-las o princípio da conduta moral e como a honra sexual deveria ser resguardada até o dia da união matrimonial.

Portanto, era justificado que a perda da virgindade antes do casamento ocorria não porque a mulher era apenas seduzida ou consentia com promessas de casamento, mas por não terem maturidade o suficiente. Sendo que muitas dessas mulheres, após a relação sexual, viam-se desesperadas para terem sua honra reparada, uma vez que essa perda foi marcada pelo desejo sexual, que em termos, deveria ser contido, controlado, sobretudo pela mulher. No entanto, a única maneira de reverter essa situação era ir em busca da justiça, recorrer na delegacia mais próxima e realizar uma queixa de defloramento.

Dando prosseguimento das constatações das fontes utilizadas nessa investigação, iremos nos deparar com um pequeno arsenal de registros e notas de denúncias contra os crimes de defloramentos ocorridos em Caxias, Codó e Flores. Tais fontes nos revelam diferentes situações em que meninas foram colocadas nessa realidade, cercada de conflitos, sujeitas a serem vinculadas em todas as problemáticas discutidas acerca dos defloramentos. Desse modo, serão apontadas a seguir algumas notas transcritas dos jornais analisados durante o percurso da confecção do presente trabalho.

Em Caxias, precisamente em outubro de 1901¹⁰, foi registrado e relatado todo o processo do inquérito policial denunciando um crime de defloramento praticado por Luiz Marques Teixeira, cuja vítima é apresentada como Sarah, de 10 anos de idade. De acordo com a procedência da denúncia e o exame pericial, foi constatado que a membrana do hímen

10. Jornal de Caxias, outubro de 1901, n° 23

estava completamente dilatada e, além desse ato cruel, foram identificadas marcas de violência física, pondo em risco a vida da menor. A partir disso, o jornal de Caxias se prontificou em denunciar publicamente o caso, tido como “*escandaloso*”. Entretanto, o acusado negou, e disse mais, que ele, como cidadão e pai de família, merecia justiça contra tamanha ofensa.

Seguindo no mesmo jornal de Caxias (Órgão Comercial e Noticioso), no dia 27 de janeiro de 1906, foi apresentada a manchete “*Pela Polícia*”¹¹, relatando todo o caso de defloração envolvendo as partes, Joanna Maria da Conceição e Altino Barbosa da Silva, em que a família da vítima abriu uma queixa denunciando um rapto seguido de defloração, visando a resolução do conflito. Nota-se que o acusado confessou o crime, porém, não poderia reparar a honra da ofendida, já que ele já era casado, na religião católica, com a tia da referida menor e, portanto, seria impossível casar-se novamente.

Outro caso, ainda notificado pelo jornal de Caxias, na ocorrência de 03 de setembro de 1899, relatava a manchete “*Único do art. 276 pelo Código Penal*”¹², segundo denota a notícia, Pedro era um rapaz casado que deflorou Rita, entretanto, os representantes, quer dizer, a família da ofendida, fez a proposta de casamento, e apesar disso, abriu um processo contra o acusado e realizaram o amasiamento entre Pedro e Rita. Não ficando clara a resolução da situação, o próprio jornal indagou: “em vista do casamento efetuado, Pedro ainda está sujeito à Lei Penal? Isto posto, convém destacar que essas situações não eram apenas na cidade de Caxias. Quando nos debruçamos sobre essas questões na cidade de Codó, também aparecem esses elementos ditos e entendidos como de casos de deflorações. Conforme denota o intrigante caso: “*Uma por*

11. Jornal de Caxias, 27 de janeiro de 1906, n°X.

12. Jornal de Caxias, 03 de setembro de 1899, n° 41

ano.¹³, consta nas investigações das ‘brilhanturas’ do sr, Benedicto Firmino de Britto, em 1911 deflorou uma menor [...] foi perseguido pela polícia que fugia”.

O artigo desse caso noticiado pelo jornal Correio de Codó, relata a sequência de três atos de defloramentos contra menores, entre os anos de 1911, 1912 e 1913, em que meninas sofreram violação da proteção que lhes cabiam. O infeliz acusado, Benedicto, há um tempo fugia da polícia, cometendo aos redores da cidade seus atos de covardia.

As denúncias seguiam, pois, a última tentativa levou o acusado até a polícia, além do mais, a existência da impunidade deixava as pessoas temerosas que algo dessa natureza viesse acontecer novamente, receio encontrado nas falas ecoadas no jornal Correio de Codó, expressado pelo senhor *Oliveira*: “*neste andar ele irá longe se a impunidade o acarcoar*”, isto é, a impunidade ajuda tornar possível a delinquência desse sujeito, fazendo jus ao destaque da manchete, uma em cada ano.

O Correio de Codó¹⁴ divulgou, no mesmo dia 31 de agosto de 1914, dois supostos casos de defloramento, e a omissão da justiça diante dos casos. João Rodrigues procurou a polícia municipal de Codó para dar queixa contra o sujeito chamado Antônio Sião. João fez a denúncia pelo ato de defloramento de sua filha de criação e menor de idade, identificada pelo nome Maria José Portelha. Assim, foi aberto o inquérito policial, passando a aguardar as investigações, enquanto isso foram realizados na menor exames nas partes genitais, comprovando o rompimento do hímen, indicando o seu defloramento. A resolução desse caso ficou por conta da família, já que o acusado “decidiu” casar-se com a menor. Cabe salientar que esses tipos de conflitos, muitas vezes,

13. Jornal Correio de Codó, 07 de maio de 1913. n° 22

14. Jornal Correio de Codó, 31 de agosto de 1914. n° 97

eram resolvidos com a casamento dos envolvidos, já que a honra da menina foi reparada com a união estável entre eles. À vista disso, aos defloradores que recusavam a reparação ao dano da honra da moça, cabia a prisão pública.

Ao ser desvirginada, a mulher ficava privada do “*aspecto material de suavidade*”, tendo o homem a única “*faculdade de restituí-la à condição honorável*”, sendo apenas o casamento capaz de restituir a honra perdida. Nessa perspectiva, a sexualidade feminina oitocentista era submetida à tutela masculina (LUCENA, 2014, p.42).

Têm-se outras denúncias que se referem aos defloramentos que foram divulgadas nas notas dos jornais, como o caso da abertura da queixa de Antônio Gomes da Silva, que passou a acusar Fausto Barbosa dos Santos por deflorar sua filha menor, Maria Gomes dos Santos. De forma que não obteve quaisquer resquícios de justiça por faltas de provas contra o acusado, sendo assim, o arquivamento do inquérito policial impossibilitou de o caso ser julgado. Além da falta de provas nem mesmo o exame foi realizado, dificultando a comprovação da honra da menina perante a justiça.

Traçando essas perspectivas com a vida cotidiana dos chamados sertanejos maranhenses, situados no contexto do início da República, podemos observar um cenário onde a desordem pública, por meio desse crime, descaracterizava todos os ideais do período, revelando, assim, não apenas uma incidência de criminalidade, mas todo um conjunto de elementos que se constituiu das práticas de defloramento. É preciso considerar que tais elementos são indissociáveis da relação entre sujeitos, do corpo médico e jurídico, da imprensa, a representação dos hábitos e valores vigentes, estabelecidos no período, ou seja, todos esses aspectos são fundamentais para compreendermos

a lógica do crime de defloramento e os impactos que causaram na sociedade, principalmente, entre as mulheres.

4. Considerações finais

Conforme as denúncias impressas nos jornais, identificamos os desdobramentos de diferentes conflitos envolvendo o crime de defloramento, além disso, constatamos como essas práticas eram recorrentes na região considerada parte do sertão maranhense, como bem destacam os jornais que circulavam nas respectivas cidades. Os quais evidenciavam diferentes relatos, personagens e desfechos dessas tramas conflituosas, e muitos desses enfrentamentos se resolviam na delegacia de polícia. No entanto, vale ponderar que segundo as notas transcritas, muitos casos de defloramento chegavam a ser considerados caso de estupro, em detrimento do próprio ato e atribuição de violência, denunciado pela ofendida e também evidenciadas nos corpos de delitos, porém, muitos casos foram banalizados em consequência da falta de imparcialidade da justiça, onde as denúncias relatam até mesmo ameaças as vítimas.

Com base nas considerações citadas, compreende-se, em linhas gerais, a percepção da figura da mulher envolvida nessa prática e também o protagonismo jurídico correlacionado às tramas cotidianas envolvendo defloramentos, em que essa via era uma das possibilidades de reparar a honra perdida e também restaurar a reputação no meio social. Tendo em vista que as mulheres defloradas, que perderam a virgindade antes da cerimônia matrimonial e que também não tiveram a chance de conseguir reparo da honra por meio da justiça, ficavam submetidas a situação complicada, uma vez que sem o reparo ou o restabelecimento da honra, muitas meninas ficavam sem a proteção do próprio do lar e da família.

Outro aspecto muito difundido dessa concepção e, em casos de constatação da desonestidade da mulher, algumas chegavam a ser expulsas de casa. Entrando em cena, nessas situações de desamparo das famílias, os bordéis, uma lástima consequência para o padrão da época, sendo que muitas mulheres acabavam se sujeitando à essa situação, não somente as mulheres defloradas, mas aquelas que não eram mais virgens, as desquitadas. Desse modo, os bordéis se tornavam seu novo “lar”, ou melhor dizendo, a perda da pétala era uma consequência grave e que mudava a vida dessas mulheres, acabando por definir o seu destino no meio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BOURDIEU, Pierre. *Distinção: crítica social do julgamento* / [tradução Daniela Kern; Guilherme]. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (orgs.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP. 2013.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. PEDRO, Joana Maria. *São honestas? Defloramentos em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. Universidade Federal de Santa Catarina. Tempos Históricos, 2012.

Jornal Correio de Codó, 07 de maio de 1913. n° 22.

Jornal Correio de Codó, 31 de agosto de 1914. n° 97.

Jornal de Caxias, 03 de setembro de 1899, n° 41.

Jornal de Caxias, 27 de janeiro de 1906, n° X.

Jornal de Caxias, outubro de 1901, n° 23.

Jornal O Imparcial (São Luís) 09 de abril de 1927 n° X.

Jornal O Diário de São Luís 11 de agosto de 1908 n° X.

Jornal O Pacotilha (São Luís) 25 de maio de 1928 n° X.

MACHIESKI, Elisângela da Silva. Consequências do abraço sexual fora do matrimônio: Seduções e defloramentos na Região Carbonífera na década de 1950. Revista de História do Tempo Presente, 2005.

LUCENA, Renata Valéria. AMORES E DESVENTURAS: os defloramentos e as representações de honra no Recife oitocentista. Caderno Espaço Feminino Uberlândia-MG, 2013.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. / [tradução Angela M. S. Côrrea]. São Paulo: Contexto, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e o discurso: Uma crítica na*

afirmação do óbvio. Campinas, São Paulo. Ed, UNICAMP, 1995.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. “Onde o Amor Floresce na Cidade” As reformas urbanas e os novos espaços de encontros amorosos na Cidade do Salvador na primeira metade do século XX. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

VANNIN, Ismael Antônio. Irene perdeu a flor: crimes de sedução e defloramento na (RCI) Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul – colônia de imigração de Guaporé – 1938 – 1958. XV Encontro regional de História: Curitiba. 2016.

Mulheres que sobrevivem aos maridos: viuvez como desencadeante da chefia familiar feminina em Caxías/MA (1960-1980)

*Raimundo Nonato Santos de Sousa¹
Antonia Valtéria Melo Alvarenga²*

1. Introdução

O presente capítulo objetiva tratar sobre as famílias chefiadas por mulheres em Caxías/MA entre os anos de 1960 e 1980, especialmente da que resultava da viuvez feminina, fenômeno que ajuda a explicar a chefia familiar ocupada por mulheres, entre os caxienses neste período. A fim de alcançar o objetivo estabelecido, utilizou-se, além dos resultados da pesquisa bibliográfica, dados censitários produzidos e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados eclesiásticos coletados na Paróquia de São Benedito, em Caxías/MA, dados notariais coletados no Cartório 4º Ofício Tabelião: Isaura Alencar também na cidade

1. Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: raimundo.045sousa@gmail.com.

2. Doutora em História e professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: valterial2@gmail.com.

de Caxias, e relatos de moradores que residem em Caxias há pelo menos duas gerações.

Discutir a família caxiense na perspectiva da chefia familiar, foi uma consequência da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “DESFAGMENTAR A MEMÓRIA PARA TECER A NARRATIVA: identificação e organização de fontes fotográficas, notariais e eclesiásticas sobre a família caxiense (1950-1980)”, desenvolvida no Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão – CESC/UEMA, com o financiamento da UEMA (quota 2017-2018) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA (quota 2018-2019).

A referida pesquisa teve por objetivo analisar, a partir de fontes fotográficas, eclesiásticas, notariais, censitárias e orais os aspectos estruturais e culturais das famílias de Caxias/MA entre os anos de 1950 e 1980. Com ela, constatamos que as famílias de Caxias nas décadas de 50 a 80 do século passado apresentavam uma grande variedade nos seus arranjos, na sua composição, bem como nos tipos de união e relações existentes entre seus membros.

A escolha do recorte temporal do presente artigo justifica-se por dois motivos. O primeiro é que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só passou a trabalhar com a categoria chefia familiar no cenário caxiense a partir de 1960; por isso selecionamos o lapso temporal 1960-1980 mesmo que nossa pesquisa de Iniciação Científica tenha envolvido um período mais amplo. E o segundo motivo se refere ao fato de que ao longo do período compreendido entre as décadas de 60 e 80 do século passado, o número de famílias chefiadas por mulheres em Caxias/MA aumentou por diversos fatores, entre eles a ampliação da emancipação feminina com a conquista por espaços no mercado de trabalho. Esse estudo, porém, irá deter-se na viuvez.

2. Família, uma instituição histórica

Presente em todos os agrupamentos humanos, a família corresponde a uma instituição histórica que tem as suas formas de manifestação e características definidas pelas circunstâncias e contingências do contexto sociocultural em que a sua existência é estabelecida (LÉVI-STRAUSS, 1956; MEDINA, 1990; ARIÈS, 1986; MACHADO, 2001). Por sua natureza histórica, a família não pode ser pensada apenas em função da consanguinidade ou da antiga formalidade jurídica.

Como resultado, uma concepção mais abrangente sobre esta instituição vem se desenhando nos últimos anos, de acordo com a qual a entidade familiar pode ser entendida como um grupo constituído por indivíduos interligados por laços de afeto e não somente pela consanguinidade ou por compromissos formalizados. O Código Civil de 2002 promoveu um entendimento mais amplo e atualizado sobre o direito de família, reforçando-o com princípios como o da dignidade da pessoa humana, da igualdade jurídica entre os cônjuges e da igualdade jurídica de todos os filhos. Nesse sentido, um aspecto alcançado norma nacional foi o pluralismo familiar, ao reconhecer a liberdade de construção na comunhão de vida familiar, os superiores interesses da criança e do adolescente e a importância da afetividade e da solidariedade nas relações afetivas (DIAS, 2009)

Na perspectiva de uma concepção mais tradicional de família, calcada na triangulação pai-mãe-filhos, os arranjos familiares que destoam do padrão podem ser vistos como “defeituosos”, por não se adequarem ao modelo concebido como ideal. O fato é que a família admite um sem-número de arranjos, já que não existe um modelo específico de família para todos os sujeitos e contextos (ARIÈS, 1986; D’INCAO, 2004).

Nesse sentido, os mais variados arranjos familiares sur-

gem com a finalidade de responderem necessidades particulares de segmentos específicos da sociedade, extrapolando os limites da consanguinidade e da antiga formalidade jurídica. Com o intuito de reconhecer essa pluralidade e adaptabilidade da instituição familiar, Fonseca (2004) e Quintas (2005) aconselham a relativização do referido conceito, a fim de que possa ser percebida a diversidade das suas possibilidades.

No presente estudo, privilegiou-se, dentre as formas de organização familiar que existiam entre os caxienses no período de 1960 a 1980, as famílias chefiadas por mulheres. Em linhas gerais, as famílias com chefia feminina se definem pela presença de mulheres que vivem sem cônjuges e acompanhadas pelos seus filhos economicamente dependentes, podendo ter ou não a presença de agregados e outros parentes na estrutura familiar, cujas despesas dependem primariamente dos proventos da mulher-mãe (NEUPERT; CALHEIROS; TURCHI, 1988; BONINI, 2009; OLIVEIRA, 1992; QUINTAS, 2005).

Mostrou-se consenso na literatura consultada (BARROSO, 1978; GOLDANI, 2005; FONSECA, 2004; SARTI, 1994; QUINTAS, 2005; CÚNICO, 2014; OLIVEIRA, 1992; ROCHA, 2003; NEUPERT, CALHEIROS, TURCHI, 1988; WOORTIMANN, 1987; MENDES, 2005; MACEDO, 2008; PACHECO, 2005) que a chefia familiar feminina é definida por circunstâncias adversas e muitas vezes estão fora da zona de controle das mulheres que se responsabilizam pelos seus grupos familiares, a exemplo da morte do marido, das separações e da migração permanente ou temporária do cônjuge. É nesta perspectiva que analisamos a chefia familiar feminina em Caxias/MA entre as décadas de 60 a 80 do século XX, entendendo-a não como uma opção, mas sim como um ajuste diante de situações imprevistas.

3. A chefia familiar feminina em Caxias/MA

Conforme Goldani (2005), o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou de maneira considerável no Brasil entre 1960 e 1980. Apontando para a mesma tendência de aumento, Barroso (1978) nos diz que “[...] as famílias chefiadas por mulheres já constituíam uma proporção considerável em 1970 e seu número aumentou no decorrer do período considerado [1970-1976] [...]” (BARROSO, 1978, p. 458). O crescimento do número deste arranjo específico de família verificado a partir de 1960 se relaciona com o que diz Berquó (1989) sobre o reconhecimento, a partir dos anos 60 do século XX, de arranjos variados de família no Brasil, em observância às reais condições de vida da população.

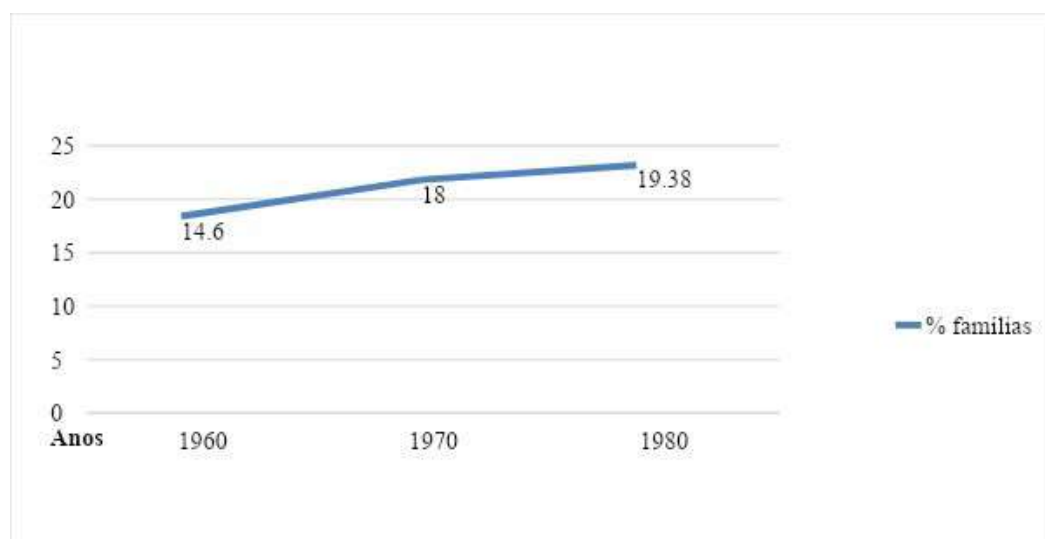
No cenário caxiense, são os dados censitários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que nos permitem traçar um panorama sobre a realidade das famílias no período em estudo. A esse respeito, vale destacar que o percentual de famílias caxienses com chefias femininas, em relação ao total de famílias recenseadas em cada ano de referência, saltou de 14,6% em 1960 – 3.530 famílias chefiadas por mulheres das 24.177 famílias recenseadas (IBGE, 1960) – para 18% em 1970 – 3.318 famílias com chefia feminina das 18.427 recenseadas (IBGE, 1970) – aumentando, em 1980, para 19,38%, o que indica que das 27.677 famílias recenseadas, 5.365 eram famílias com chefias femininas (IBGE, 1980).

Considerando que cada família tinha apenas uma chefia, o número de famílias chefiadas por mulheres indica o número de mulheres responsáveis por esse agrupamento em Caxias/MA. Mesmo que quantitativamente os percentuais de mulheres que assumiram a chefia das suas famílias nos anos referidos para este estudo pareçam pouco significativos diante da prevalência de homens figurando tal papel, eles apontam para

um fenômeno em expansão na sociedade caxiense na segunda metade do século XX: o reconhecimento da chefia familiar feminina.

Norbert Elias e John Scotson (2000) ajudam a perceber a importância do fenômeno, permitindo observar que sua significação sociológica pouco depende da caracterização numérica (ELIAS; SCOTSON, 2000). Desse modo, ainda que os registros de famílias chefiadas por mulheres não tenham expressividade do ponto de vista quantitativo, despertaram o interesse investigativo pela tendência de crescimento identificada no período 1960-1980. O gráfico a seguir apresenta a evolução do fenômeno da chefia familiar feminina na sociedade caxiense, no período considerado para estudo:

Gráfico 1 Porcentagens de famílias chefiadas por mulheres em Caxias/MA (1960-80)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980. Organizado pelos autores.

Como se verifica no gráfico acima, as famílias chefiadas por mulheres, de fato, aparecem respondendo por um percentual menor no cômputo total de famílias de Caxias/MA, para o

período pesquisado. Apesar disso, observa-se um crescimento dessa condição desde 1960. Os dados acima, permitem pensar que o aumento dessa tendência em Caxias/MA espelha o aumento das famílias chefiadas por mulheres no cenário nacional, visto que “[...] a proporção de unidades domésticas brasileiras com chefe mulher, praticamente, dobrou nas últimas três décadas [1960, 1970 e 1980], de 10,7 para 20,0 entre 1960 e 1989” (GOLDANI, 2005, p. 81).

Adicionalmente, o que realça a relevância do fenômeno observado é que o aumento mais expressivo – de 3,4% – ocorreu entre 1960 e 1970, exatamente no período em que a cidade sofreu uma expressiva queda demográfica, pois em 1960 Caxias/MA tinha uma população de 128.653 pessoas, a qual decresceu para 88.703 pessoas em 1970 (IBGE, 1960-1970). Isso faz pensar que esse crescimento estava diretamente relacionado com o revés demográfico ocorrido na cidade, e que as famílias caxienses além de responderem às mudanças do meio (BERQUÓ, 1989; BERQUÓ; LOYOLA, 1984; GOLDANI, 2005) estavam se adequando à “[...] fatores concretos de condições de vida [...]” (GOLDANI, 2005, p. 74) das pessoas que as integravam.

Os dados apresentados nos dizem muito sobre o arranjo familiar em questão, uma vez que segundo pesquisadores como Woortmann (1987), Oliveira (1992), Fonseca (2005), Berquó (1989) e Goldani (2005) a formação de famílias chefiadas por mulheres, notadamente em sociedades tradicionais como a nordestina, constitui-se, em regra, como um ajuste às circunstâncias adversas que escapam ao controle dessas mulheres. Em Caxias-MA, as pesquisas não evidenciaram qualquer movimento significativo de emancipação feminina que justifique esse crescimento, embora não se possa desconsiderar a revolução cultural em curso nesse setor.

4 .Viuvez feminina em Caxias/MA

Berquó (1989), Goldani (2005), Mendes (2005) e Neupert, Calheiros e Turchi (1988) afirmam, em uníssono, que a *viuvez* resultante da maior expectativa de vida das mulheres foi um dos principais condicionantes responsáveis pela formação de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, na segunda metade do século XX. O pensamento convergente dos pesquisadores anteriormente mencionados pode ser sintetizado em uma das conclusões de Berquó (1989), de acordo com a qual, “[...] a maior incidência de viuvez entre as mulheres corrobora também para esta predominância de famílias chefiadas por mulher” (BERQUÓ, 1989. p. 10).

A relação entre a maior expectativa de vida e a chefia familiar feminina apontada por Berquó (1989), Goldani (2005), Mendes (2005) e Neupert, Calheiros e Turchi (1988) se explica pelo seguinte fato: como as mulheres tendem a sobreviver aos seus maridos, as chances que elas têm de assumirem a chefia das suas famílias após a morte dos seus companheiros são grandes. Em Caxias/MA, entre 1960 e 1980, essa realidade foi verificada, reproduzindo o que acontece em outras regiões do Nordeste em que a expectativa de vida dos homens é menor que a identificada em outras partes do país. Sobre esse fato é importante verificar o que informa o observatório sobre iniquidades em saúde, ao dispor que:

Em 1960, a diferença na expectativa de vida entre o Nordeste e Sul era de 20 anos, já em 2006 essa diferença caiu para 5 anos. No entanto, apesar das análises regionais apresentadas pelo nosso indicador também mostrarem a mesma tendência de aumento da esperança de vida ao nascer entre 2000 e 2009, ainda existe desigualdades importantes que persistem entre as regiões ao longo do período analisado. (<http://dssbr.org/site/2013/07/expectativa-de-vida-ao-nascer-no-nordeste/>, 2013).

Em relação ao exposto, a análise dos dados notariais, coletados no Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, percebeu-se que em Caxias-MA as mulheres estavam melhor representadas entre os mortos com idade entre 6 e 30 anos. Nota-se isso nas tabelas a seguir.

Tabela 1 Mortos com idade entre 6 e 17 anos em Caxias/MA (1960-80) por sexo

Décadas	Mortos	
	Homens	Mulheres
1960	2,83%	3,58%
1970	1,88%	3,39%
1980	2,11%	4,56%

Fonte: Livros de registros de óbito C 04 e C 06 (1960); Livros de registros de óbito C 02, C 06, C 07 e C 08 (1970) e Livros de registros de óbito C 03, C 04, C 05 e C 06 (1980) do Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxias/MA³, organizado pelos autores.

Tabela 2 Mortos com idade entre 18 e 30 anos em Caxias/MA (1960-80) por sexo

Décadas	Mortos	
	Homens	Mulheres
1960	9,07%	12,54%
1970	3,45%	5,19%
1980	6,74%	8,49%

Fonte: Livros de registros de óbito C 04 e C 06 (1960); Livros de registros de óbito C 02, C 06, C 07 e C 08 (1970) e Livros de registros de óbito C 03, C 04, C 05 e C 06 (1980) do Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxias/MA⁴, organizado pelos autores.

3. Números absolutos: na faixa etária de 6 a 17 anos em Caxias foram registrados na década de 1960, 10 homens mortos e 12 mulheres mortas; na década de 1970, 19 homens mortos e 15 mulheres mortas; e na década de 1980, 49 homens mortos e 36 mulheres mortas.

4. Números absolutos: na faixa de idade de 18 a 30 anos em Caxias foram registrados na década de 1960, 32 homens mortos e 42 mulheres mortas; na

A análise dos dados ora apresentados nos faz pensar que em Caxias, entre 1960 e 1980, a mortalidade feminina na faixa etária dos 6 a 30 anos possuía amplitude maior que a masculina. A maior incidência de morte entre as mulheres caxienses com até 30 anos de idade, possivelmente, se explica pela frequência de mortes de mulheres parturientes no município, tal como foi destacado por duas das nossas entrevistadas, as senhoras Maria do Amparo de Sousa e Maria de Lourdes da Conceição.

Segundo Maria do Amparo, “[...] morria muita mulher de parto e por falta de médico. Às vezes, ela [mulher parturiente] não tinha condição de ter um filho em casa e acabava morrendo” (SOUSA, 2019)⁵. E de acordo com Maria de Lourdes da Conceição, “[...] antigamente a mulher morria de parto [...]” (CONCEIÇÃO, 2019)⁶. O que foi afirmado pelas nossas entrevistadas se relaciona com a precariedade do sistema público de saúde do município de Caxias à época, *vide* o fato de que “[...] até meados de 1950 do século XX, a cidade de Caxias não possuía, sequer, um pronto-socorro” (OLIVEIRA, 2016, p. 109).

A falta de um pronto-socorro, apontada por Oliveira (2016), nos permite perceber o quanto a assistência de saúde pública era precária no município. Foi só a partir de 1956 com a construção do primeiro hospital de Caxias, o Miron Pedreira⁷, que a população caxiense começou a contar com assistên-

década de 1970, 35 homens e 23 mulheres; e na década de 1980, 156 homens e 67 mulheres.

5. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Santos de Sousa no dia 04/01/2019 em Caxias/MA.

6. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Santos de Sousa no dia 08/01/2019 em Caxias/MA.

7. O hospital Miron Pedreira foi idealizado ainda no início do século XX pelo médico Miron Pedreira – daí a razão do nome dado ao hospital. Porém, com a morte do médico a construção do primeiro hospital de Caxias/MA nem saiu do papel. O projeto só foi retomado pela Sociedade Humanitária Pró-Hospital Miron Pedreira em 1947, cuja construção foi finalizada no ano de 1956 (OLIVEIRA, 2016). O hospital Miron Pedreira iniciou suas atividades em 1956 e

cia hospitalar em sua própria cidade (OLIVEIRA, 2016).

Além da precariedade do sistema público de saúde, faz-se necessário também salientar que o fato de as mulheres, em sua maioria, se casarem muito jovens aumentavam a predisposição delas à morte durante o parto, visto que muitas destas jovens senhoras engravidavam logo após o casamento, antes mesmo de atingirem a maioridade, ou seja, em um momento em que seus corpos ainda não estavam totalmente preparados para uma gestação.

A explicação do exposto encontra-se nos dados eclesiásticos e notariais (Ver tabelas 3 e 4) que mostram a prevalência das mulheres entre os casados no religioso e no civil com idade entre 13 e 17 anos. A tendência das mulheres caxienses se casarem jovens com certeza aponta para o que foi chamado pela demógrafa Elza Berquó (1989), ao referir-se aos padrões de nupcialidade das brasileiras na segunda metade do século XX, de rejuvenescimento da idade ao casar das mulheres.

Vale destacar que a identificação de tal tendência em Caxias também é reforçada pelos dados censitários, pois estes informam que: i) as mulheres caxienses tinham uma permanência menor, quando comparada aos homens, na casa dos pais na condição de prole⁸; e, ii) as caxienses representavam a minoria entre os solteiros⁹ em Caxias no período.

continuou funcionando até o ano de 1996, perfazendo um período de funcionamento de quatro décadas.

8. Com relação aos filhos e enteados, Caxias/MA apresentava os seguintes dados: em 1960, 53% homens e 47% mulheres (IBGE, 1960); em 1970, 52% homens e 48% mulheres (IBGE, 1970); e em 1980, 53% homens e 47% mulheres (IBGE, 1980).

9. Conforme os dados do IBGE, os percentuais de homens solteiros em Caxias em 1960, 1970 e 1980, são, respectivamente, 18,19%, 17,69% e 16,17%, ao passo que os percentuais das mulheres em igual condição são 14,72%, 15,40% e 13,73% (IBGE, 1960-1980).

Tabela 3 Casados no religioso com idade entre 13 e 14 anos em Caxias/MA (1960-1980) por sexo

Décadas	Casados	
	Homens	Mulheres
1960	0,00%	2,71%
1970	0,08%	2,70%
1980	0,00%	2,62%

Fonte: Livro registro de casamentos nº 25-A, Livro registro de casamentos nº 26, Livro registro de casamentos nº 29 e Livro registro de casamentos nº 34 (1960- 1969), Paróquia de São Benedito, Caxias/MA. Livro registro de casamentos nº 31-A, Livro registro de casamentos nº 32 e Livro registro de casamentos nº 36 (1970-1979), Paróquia de São Benedito, Caxias/MA. Livro registro de casamentos nº 37 e Livro registro de casamentos nº 38 (1980-1989), Paróquia de São Benedito, Caxias/MA¹⁰. Organizado pelos autores.

Tabela 4 Casados no civil com idade entre 13 e 14 anos em Caxias/MA (1960-80) por sexo

Décadas	Casados	
	Homens	Mulheres
1960	0,14%	3,18%
1970	0,00%	1,60%
1980	0,04%	6,72%

Fonte: Livros de registros de casamento B-05, B-06, B-07 e B-08 (1960-1969), Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxias/MA. Livros de registros de casamento B-02, B-03, B-10, B-11 e B-12 (1970-1979), Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxias/MA. Livros de registros de casamento B-02, B-04, B-09, B-10, B-11, B-14, B-17 e B-25 (1980-1989), Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxias/MA¹¹. Organizado pelos autores.

10. Números absolutos: na faixa etária de *13 a 14 anos* foram registrados em Caxias/MA na década de 1960, nenhum homem e 35 mulheres; na década de 1970, 2 homens e 69 mulheres; e na década de 1980 foram registrados nenhum homem e 42 mulheres.

11. Números absolutos: na faixa etária de *13 a 14 anos* foram registrados em Caxias/MA na década de 1960, 1 homem e 22 mulheres; na década de 1970, nenhum homem e 23 mulheres; e na década de 1980, 1 homem e 155 mulheres.

Não obstante, enquanto as mulheres representavam a maioria entre os mortos na faixa etária de 6 a 30 anos, eram os homens que estavam melhor representados entre os falecidos com idade entre 31 e mais de 50 anos em Caxias, ao longo do período investigado. Observa-se isso nas tabelas a seguir.

Tabela 5 Mortos com idade entre 31 e 50 anos em Caxias/MA (1960-80) por sexo

Décadas	Mortos	
	Homens	Mulheres
1960	16,15%	11,34%
1970	14,61%	10,38%
1980	18%	14,70%

Fonte: Livros de registros de óbito C 04 e C 06 (1960-69); Livros de registros de óbito C 02, C 06, C 07 e C 08 (1970-79) e Livros de registros de óbito C 03, C 04, C 05 e C 06 (1980-89) do Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxias/MA¹². Organizado pelos autores.

Tabela 6 Mortos com mais de 50 anos em Caxias/MA (1960-80) por sexo

Décadas	Mortos	
	Homens	Mulheres
1960	52,97%	50,15%
1970	74,23%	70,20%
1980	70,60%	66,67%

Fonte: Livros de registros de óbito C 04 e C 06 (1960-69); Livros de registros de óbito C 02, C 06, C 07 e C 08 (1970-79) e Livros de registros de óbito C 03, C 04, C 05 e C 06 (1980-89) do Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxias/MA¹³, organizado pelos autores.

12. Números absolutos: na faixa etária de 31 a 50 anos foram registrados em Caxias na década de 1960, 57 homens e 38 mulheres; na década de 1970, 148 homens e 46 mulheres; e na década de 1980, 417 homens e 116 mulheres.

13. Números absolutos: na faixa etária de mais de 50 anos foram registrados na

Com base nos dados das tabelas 5 e 6, nota-se que as mulheres estão sub-representadas entre os mortos com idade superior a 30 anos em Caxias, ao passo que os homens figuram como a maioria entre os falecidos nesta faixa etária. Dessa forma, constata-se que até os 30 anos de idade a maior representação entre os mortos situava-se entre as mulheres, deslocando-se, no entanto, para os homens mortos com mais de 30 anos.

Esse é o ponto de confluência entre os dados notariais e os censitários empregados neste estudo. Na medida em que os primeiros informam que em Caxias/MA ao longo das décadas de 1960 a 1980 morreram mais homens do que mulheres com idade a partir dos 31 anos, os segundos mostram que nesta cidade no mesmo período existiam mais viúvas do que viúvos. A esse respeito, as taxas de viuvez da população caxiense da época podem ser verificadas na tabela a seguir.

Tabela 7 Pessoas enviuvadas em Caxias/MA (1960-1980) por sexo

Décadas	Viúvos	
	Homens	Mulheres
1960	1,60%	4,40%
1970	1,30%	4,57%
1980	0,97%	4,41%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980. Organizado pelos autores.

A priori, o que salta aos olhos ao observarmos a tabela acima é a maior representação das mulheres entre os viúvos caxienses nas décadas de 1960 a 1980. Nota-se também que as taxas de viuvez masculina caíram ao longo do período considerado, ao passo que as taxas de viuvez feminina aumentaram entre 1960 e 1970 – período em que se registrou o maior

década de 1960, 187 homens e 168 mulheres; na década de 1970, 752 homens e 311 mulheres; e na década de 1980, 1.635 homens e 526 mulheres.

aumento no percentual de famílias com chefes mulheres em Caxias –, e estas taxas permanecerem altas, apesar da ligeira redução registrada entre 1970 e 1980.

Considerando que altas taxas de viuvez feminina indicam taxas igualmente altas de mortalidade de homens casados, verificamos a confirmação dos dados extraídos das fontes notarias, os quais comunicam um número maior de mortes de homens adultos com mais de 30 anos de idade em Caxias/MA nas décadas de 60 a 80 do século XX. Isso quer dizer que os percentuais de mulheres viúvas só foram significativos, devido ao aumento dos números de óbitos de homens com mais de trinta anos de idade. O que reforça essa constatação é o fato de que os homens costumavam se casar após a maioridade, como visto anteriormente, o que nos faz acreditar que muitos dos caxienses falecidos com mais de 30 anos de idade eram casados e figuravam como chefes de suas famílias, função essa que foi assumida pelas suas companheiras.

Ainda nos ajudando a interpretar os dados obtidos, a demógrafa Elza Berquó (1989), falando sobre a realidade brasileira na segunda metade do século XX assinala que “[...] os menores níveis de viuvez para os homens são devidos, em parte, à *mortalidade diferencial* por sexo que atinge mais os homens” (BERQUÓ, 1989, p. 10, grifo nosso). Por mortalidade diferencial, a pesquisadora entende a diferença numérica de mortes entre mulheres e homens, com prevalência de mortes envolvendo estes últimos.

Com base no que afirma Berquó (1989), podemos dizer que a principal razão das mulheres caxienses estarem melhor representadas entre os viúvos era que os homens caxienses tinham uma menor expectativa de vida. O interessante é que a maior mortalidade entre os homens e, em resultado, os altos índices de viuvez entre as mulheres também foram verificados

no cenário nacional¹⁴ e no cenário maranhense¹⁵ do período; o que mostra que o que ocorria em Caxias, situava-se na esteira de um processo mais amplo.

Em vista disso, apontamos a viuvez das mulheres como um dos fatores diretamente relacionados com a chefia familiar feminina em Caxias/MA durante as décadas de 1960 a 1980. Nesse sentido, é interessante destacar que Barroso (1978), embora defenda a possibilidade da mulher viúva ser incorporada à família de um dos filhos ao invés de precisar dos seus próprios rendimentos para viver, afirma assertivamente que a viuvez potencializa as chances da mulher se tornar chefe de família. Isso porque:

Apesar de a viuvez despertar compaixão, muitas famílias não têm condições de sustentar economicamente suas filhas viúvas e respectivos filhos, e muitas mulheres, por ocasião da morte de seus maridos, são obrigadas a arcar com responsabilidades sob circunstâncias extremamente desfavoráveis (BARROSO, 1978, p. 465).

Então, como diz Barroso (1978), por *necessidade*, e não por opção, a mulher viúva precisaria assumir um domicílio independente, chefiando o seu grupo familiar. À maior mortalidade masculina, acrescenta-se à dificuldade da mulher viúva casar novamente, como uma variável que também contribui para o engendramento de famílias com chefia feminina (GOL-

14. Em 1960, 1,24% dos homens e 4,44% das mulheres foram registrados como viúvos (IBGE, 1960); em 1970, esses valores passaram para, respectivamente, 1,05% e 4,33% (IBGE, 1970); e em 1980, esses percentuais corresponderam a 0,86% dos homens e 4,05% das mulheres (IBGE, 1980).

15. Em 1960, os percentuais de viúvos no Estado foram de 1,41% dos homens e 3,97% das mulheres (IBGE, 1960); em 1970, esses valores passaram para, respectivamente, 1,28% e 3,98% (IBGE, 1970); e no ano de 1980 0,97% dos homens e 3,57% das mulheres foram registrados como viúvos no Estado (IBGE, 1980).

DANI, 2005; BARROSO, 1978). A respeito das dificuldades do casamento de viúvas, Barroso (1978) pontua que os principais fatores que o dificultam são os filhos, a fidelidade para com o falecido e as superstições que dizem que o casamento com viúvas dar azar para o homem.

É importante destacar que a relação entre a *chefia familiar feminina* e a *expectativa de vida masculina* identificada em Caxias entre 1960 e 1980, e respaldada na literatura consultada (BERQUÓ, 1989; GOLDANI, 2005; MENDES, 2005; BARROSO, 1978; NEUPERT, CALHEIROS, TURCHI; 1988), encontrava na sociedade caxiense da época outro elemento de reforço, qual seja: o diferencial da idade ao casar de homens e mulheres. Visto que os registros eclesiásticos e notariais põem em evidência, como se viu anteriormente, que tanto nos casamentos religiosos quanto nos casamentos civis a tendência que se constituía em regra em Caxias durante as décadas de 1960 a 1980 era a das mulheres caxienses se casarem mais jovens do que os homens, o que fazia com que estas mulheres se casassem geralmente com parceiros mais velhos, o que aumentava suas chances de ficar viúva e de, em função disso, assumirem a chefia da suas famílias.

5. Considerações finais

Desse modo, com base nos dados apresentados, concluiu-se que a chefia familiar feminina em Caxias/MA, entre 1960 e 1980, estava diretamente associada à viuvez feminina, já que os homens caxienses estavam mais bem representados entre os mortos com mais de 30 anos de idade, assim como as mulheres caxienses ocupavam os maiores índices na categoria dos viúvos.

A relação entre a maior expectativa de vida da mulher caxiense e a chefia familiar feminina, inclusive, foi confirmada

pelo fato de que no ínterim 1960-1970 ocorreu um aumento significativo no número de mulheres viúvas em Caxias, exatamente no período em que se registrou o maior crescimento no percentual de famílias com chefia feminina na cidade.

Também, conclui-se que por causa do diferencial de idade ao casar de homens e mulheres em Caxias/MA, no período investigado, as probabilidades das mulheres caxienses casadas assumirem a chefia das suas famílias eram muito grandes, já que ao se casarem com homens mais velhos a sua propensão à viuvez aumentava. Assim, quando o marido morria as famílias se reorganizavam, assumindo a mulher a responsabilidade econômica e simbólica sobre o seu grupo familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. (trad. Dora Flaksman) 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARROSO, Carmen. Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família. *Anais da II Reunião Anual ABEP*. Campos de Jordão, ABEP, 1978.

BONINI, Juliana de Oliveira Reis. *Novos arranjos familiares: da família da idade medieval a família da atualidade: conversando sobre família recomposta ou família de recasamento*. – Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia familiar. Niterói- RJ: Universidade Candido Mendes, 2009.

BERQUÓ, Elza. A família no século XXI: um enfoque demográfico. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v.6 n. 2 p. 1-16, jul./dez. 1989.

BERQUÓ, Elza; LOYOLA, Maria Andréa. União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 1, p. 35-98, jan./dez. 1984.

CARVALHO FILHO, Benedito José de. *Marcas de família: travessias no tempo*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

CONCEIÇÃO, Maria de Lourdes da. *Entrevista concedida a Raimundo Nonato Santos de Sousa*. Caxias/MA, em 8 de Janeiro de 2019.

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. In: *Aletheia* n. 43-44. Canoas, ago. 2014.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Maria Berenice. *Conversando sobre família e sucessões e o novo Código Civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias* – 6 ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FONSECA, Cláudia. *Ser mulher, mãe e pobre*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São

Paulo: Contexto, 2004.

FUNDAÇÃO IBGE. *VII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL*. Série Nacional Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, [1960].

_____. *VIII RECENSEAMENTO GERAL – 1970*. Série Nacional. Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, [1970].

_____. *IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL*. Série Nacional Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, [1980].

_____. *VII Recenseamento Geral do Brasil 1960*. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Série Regional. Volume I - Tomo III - 1ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, [1960].

_____. *VIII Recenseamento Geral do Brasil 1970*. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Série Regional. Volume I – Tomo V. Rio de Janeiro: IBGE, [1970].

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil 1980*. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Volume I – Tomo 6. Número 7. Rio de Janeiro: IBGE, [1980].

_____. *Sinopse preliminar do censo demográfico (VIII Recenseamento geral – 1970/MA)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. In: *Cadernos Page*, n.1, p. 68-110, 1 jan. 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. *A família*. In: SHAPIRO, H. L. Homem,

cultura e sociedade. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956.

Livros de registros de batismos nº 14; nº 44 e nº 48-A da Paróquia São Benedito, Caxías/MA, 1960-1969; Livros de registros de batismos nº 51; nº 53-B; nº 55-B; nº 57 da Paróquia São Benedito, Caxías/MA, 1970-79; Livros de registros de batismos nº 59; nº 64-A; nº 65; nº 65; nº 71 da Paróquia São Benedito, Caxías/MA, 1980-89.

Livros de registros de casamentos B-05, B-06, B-07 e B-08 (1960-1969), Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxías/MA. Livros de registros de casamento B-02, B-03, B-10, B-11 e B-12 (1970-1979), Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxías/MA. Livros de registros de casamento B-02, B-04, B-09, B-10, B-11, B-14, B-17 e B-25 (1980-1989), Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxías/MA.

Livro de registros de casamentos nº 25-A, Livro de registro de casamentos nº 26, Livro registro de casamentos nº 29 e Livro de registros de casamentos nº 34 (1960- 1969), Paróquia São Benedito, Caxías/MA. Livro de registro de casamentos nº 31-A, Livro de registros de casamentos nº 32 e Livro de registros de casamentos nº 36 (1970-1979), Paróquia São Benedito, Caxías/MA. Livro de registros de casamentos nº 37 e Livro de registros de casamentos nº 38 (1980-1989), Paróquia São Benedito, Caxías/MA.

Livros de registros de óbito C 04 e C 06 (1960-69); Livros de registros de óbito C 02, C 06, C 07 e C 08 (1970-79) e Livros de registros de óbito C 03, C 04, C 05 e C 06 (1980-89) do Cartório 4º Ofício Tabeliã: Isaura Alencar, Caxías/MA.

MEDINA, C.A. de. Família ontem, hoje e amanhã: *Debates so-*

ciais- nº especial, CBCISS e Rede, RJ, 1990, p. 13-27.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Revista Interface, Comunicação, Saúde, Educação*. Fundação UNI Botucatu, UNESP, vol. 5, n. 8. Botucatu, SP, 2001.

MENDES, Mary Alves. *Mulheres chefes de família em áreas zeis: gênero, poder e trabalho*. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008.

NEUPERT, Ricardo Federico; CALHEIROS, Selma Maria Gabriel; TURCHI, Lenita Maria. Os arranjos domiciliares das famílias matrifocais. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda: ABEP, 1988.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Brasília: ABEP, out. 1992.

OLIVEIRA, Gláucia de Sousa. *Sociedade Humanitária Pró-Hospital Miron Pedreira: uma instituição filantrópica e o sonho do primeiro hospital de Caxias/MA*. In: MELO, Salania Maria; SOUZA, Joana Batista de; SALAZAR, Denise Cristina da Silva Campos. *Caxias: memórias, histórias e outros saberes*. Teresina: EDUFPI, 2016.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. *Mulheres pobres e chefes de família*. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Psicologia, 2005.

QUINTAS, Fátima. *A mulher e a família no final do século XX*. 2 ed. - Recife: Editora Massangana, 2005.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SARTI, Cynthia A. A família como ordem moral. *Cad.. Pesq.* São Paulo, n. 91, p. 46-53. n. 1994.

SOUSA, Maria do Amparo Pereira de. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Santos de Sousa. Caxias/MA, em 4 de Janeiro de 2019.

VETTORE, Mario e LAMARCA, Gabriela. Expectativa de vida ao nascer no Nordeste, 2013. Disponível em <http://dssbr.org/site/2013/07/expectativa-de-vida-ao-nascer-no-nordeste/>: Acesso, 28 .03.2021.

WOORTIMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

Corpos em transe: performances e identidades de gênero nos filmes em super-8 de Jomard Muniz de Britto (Recife e João Pessoa, 1974-1982)

*Iago Tallys Silva Luz
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito*

“Escrever, sonhar, redesenhar, reinventar, Escrevivendo
estórias sem fim de uma cidade (...)”
(Jomard Muniz de Britto – *Bordel Brasilírico Bordel*, 1992).

1. Introdução – À procura do reverso do estandarte

As décadas de 1970 e 1980 representaram, no cenário cultural juvenil brasileiro e nordestino, um importante marco, na medida em que possibilitaram a emergência de novos instrumentos e tecnologias de produção cultural. Tratava-se, naquele momento histórico, de um novo ato de “decifração de signos” (DELEUZE, 1987), no qual modos e modas juvenis se refletiam em instrumentos tais como bitolas de super-8 mm, através das quais, em cidades como Teresina, Salvador, Recife e João Pessoa, corpos juvenis expressavam suas ideias sobre a cultura, os comportamentos, os espaços e as relações de gênero. Pretendendo uma análise a esse respeito, este texto toma a

produção fílmica de Jomard Muniz de Britto, em especial filmes produzidos na cidade de João Pessoa na década de 1980, com o objetivo de pensar os debates acerca da emergência de novos signos a respeito da cidade e do corpo. Dessa forma, o mote deste trabalho é compreender, através da análise do corpus de filmes de tal cineasta, a pluralidade cultural reprimida ante a utopia tradicionalista.

Dessa forma, sob o “trópico de Pernambucâncer” se eleva uma figura que hora se mostra como um “simples” professor de Filosofia, ora se traveste de palhaço como uma forma de satirizar aqueles que normatizam/validam o que seria a “Cultura Nordestina”, pautada em uma espécie de “ritornelo constante”.¹ Mas não, não é um super-herói, não é o Superman, ou mesmo o Batman, estaria mais para algo próximo do seu oposto. Assim, buscaremos ao longo desta produção (des)compreender também a figura do “mau velhinho recifense” e suas peripécias através do cinema de 8mm, que colocam no centro do “pica-deiro” as distopias sociais mal vistas, malditas, ou apenas, mal compreendidas, no espaço pernambucano e paraibano, nas décadas de 1970 e 1980.

Versar sobre Jomard Muniz de Britto (JMB) não é uma tarefa simples, visto que tal figura compreende um arcabouço de possibilidades de estudo, o que nos remete a compreensão de tal ser como uma figura multifacetada, que flana sobre diversas áreas, espaços sociais, esferas da cultura e da contracultura social. Abrangendo, ou, atravessando assim inúmeros contextos como, desde os tempos de parceria com Paulo Frei-

1. Entende-se nesta produção por “ritornelo”, sob o prisma satírico do personagem central, ao conduzir seu sentido como uma espécie de retorno, “de saudade infundável” ao cenário de seca, de peregrinações por alimentos, ao “sertão clássico” brasileiro da literatura de sujeitos como em especial, Ariano Suassuna.

re em projetos educacionais,² perpassando cenários como a emergência, consolidação e vitrinização do movimento *Cinema Novo* – encabeçado, ou vislumbrando de forma geral sob o rosto, ou melhor, sob o olhar de Glauber Rocha³ – como a forma profícua de se fazer filmes no Brasil e indo até mesmo as lutas enquanto “Tropicalista pernambucano”, (BRITO, 2018) em diálogo com nomes como Gilberto Gil e Caetano Veloso, e *filmmaker* superoitista, questionando os que seriam os “cânones da cultura brasileira” e os modelos de comportamento social. (BRITO, 2016).

Todavia, em meio a tais possibilidades que se desdobram e se revezam entre rótulos e espaços de liberdade do nosso sujeito, temos no campo do cinema uma parcela um tanto que marginal aos carimbos mais lembrados quando se versa sobre JMB, sendo vista muito mais como uma atividade secundária em sua

2. Paulo Reglus Neves Freire, foi um educador e filósofo brasileiro, é considerado um dos maiores pensadores da história da pedagogia mundial e também considerado o patrono da educação brasileira. O mesmo estabelece relações com Jomard Muniz de Britto na Universidade Federal de Pernambuco, na qual este último integra ainda jovem o grupo educacional criado por Paulo Freire a convite do próprio, sendo um dos grandes nomes do mesmo. Freire, fora ainda preso e exilado pelo Governo Militar brasileiro após o golpe de 1964, por ser visto como representante de ideias perigosas ao novo regime.

3. Glauber de Andrade Rocha (1939-1981) foi um cineasta, ator e escritor brasileiro, considerado o grande nome do movimento chamado de “Cinema Novo”, produzindo filmes como “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*” (1963), “*Terra e Transe*” (1967) e “*O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*” (1969) entre outros que renderam premiações em espaços internacionais como: o Festival Internacional de Cinema de Karlovy Vary, na Tchecoslováquia em 1964; conquista um ano depois o grande prêmio no Festival de Cinema Livre da Itália e o prêmio da Crítica no Festival Internacional de Cinema de Aca-pulco. Este fora ainda perseguido pela Ditadura Militar no Brasil, na qual fora revelado através da Comissão da Verdade, em 2014, que o Governo Militar planejava assassinar o cineasta, em função de suas críticas e ampla divulgação de misérias do espaço nacional em grandes palcos a nível mundial. Glauber fora um dos grandes amigos de Jomard Muniz de Britto no campo do cinema, sendo este último um grande admirador de suas produções.

trajetória, ou mesmo, observando sob uma ótica de corroborar sua posição enquanto tropicalista ou mesmo de luta frente ao contexto marcado pelo Governo Militar (MORAES; OLIVEIRA, 2017). Entretanto, movemos nossa análise no campo de suas filmagens sob o entendimento de que estas se associam a trajetória de tal sujeito como uma espécie de “rota de fuga” do nosso personagem “a tudo aquilo que este é, mas que não o representa em completude”, ou, com outras palavras, o cinema jomardiano é em essência “experimental” em amplo sentido, tanto pela sua forma de construção mais caseira por assim dizer ou seja, quanto a sua montagem de forma geral, como ante ao próprio sentido de “experimentar-se”, na qual JMB se vê sob novos rostos, histórias, cenários, vestes e performances.

Na tentativa de tornar-se viável tal discussão no presente formato de arquivo, trabalharemos em função de 4 de suas obras, como exemplos ativos de sua filmografia – que contempla cerca de 46 filmes, dispostos entre 1972 e 2005 – sendo estas: *Toques* (1975), *O Palhaço Degolado* (1977), *Jogos Frutais e Frugais* (1979) e *Cidade dos Homens* (1982).

2. Uma distopia que se faz na e para a carne

A produção filmográfica de Jomard Muniz de Britto acontece quando o contexto político nacional é marcado pela pulsante Ditadura Militar, iniciada em 1964 e findando apenas em 1985, sendo tal cenário marcado por um conjunto amplo de repressões e perseguições, de modo que qualquer sujeito visto como subversivo era considerado uma “ameaça” a ordem social e, por conseguinte, ao Governo (NAPOLITANO, 2014). Nesse sentido, Jomard Muniz de Britto por se mostrar parte da comitiva educacional de Paulo Freire, viajando o país em palestras e atividades que representavam o trabalho deste último, viu-se assim como tal, posto a cárcere no ano de 1964, passan-

do cerca de 20 dias preso para “interrogatório” e em seguida é solto, porém, aposentado compulsoriamente da Universidade Federal do Pernambuco, a qual lecionava. JMB, encontra alternativa em uma cidade vizinha, João Pessoa, capital da Paraíba, na qual passa a lecionar na universidade que hoje se nomeia por Universidade Federal da Paraíba (MORAES; OLIVEIRA, 2017).

A atuação profissional de Jomard Muniz de Britto entre Pernambuco e Paraíba amplia suas conexões culturais, ao passo que entra em diálogo com o grupo teatral Vivencial Diversiones, que participa de muitos de seus filmes, tais como *Vivencial* em 1974. Todavia, não tardaria novos embates com o Governo, que pressiona a universidade e acaba por afastar Jomard Muniz das salas de aula (COHN, 2013). No campo cultural, temos como grandes nomes Ariano Suassuna e Gilberto Freyre, sendo que este último acaba por apoiar de forma aberta as ideias do Governo, tendo posição de destaque neste, delimitando “a sua maneira” o que deveria ser de fato a “Cultura Nordestina”, como também, passa a denunciar colegas de profissão que este observara como difusores de “ideias perigosas” (BRITO, 2018). Ambos de forma geral, acabam por passar tal época como sujeitos da “cultura nordestina”, a ditar e pensar desde as raízes do povo nordestino até o que seria o próprio Nordeste brasileiro, sendo parte assim do que Durval Muniz de Albuquerque Júnior irá chamar dos participantes da “feira dos mitos nordestinos” (2013).

Logo, neste cenário onde nosso sujeito é afastado de sua atividade no magistério, perseguido e na qual mais do que nunca há uma linha entre o que era “cultura” e o que seria “perversão”, JMB se vê sufocado, preso em um corpo que deixa de ser “privado” em si e se mostra regulado pelo público, suas roupas, seus hábitos, seu pensamento teria uma forma “correta” de se propalar, de se apresentar (BRITO, 2018). Todavia, a

“paraibarroca” e a “recinfernália” ou “recinfinito”, como este bem chama os espaços retratados em seus filmes, veem um jovem com ares de promissor intelectual “respeitável”, consolidar sua posição enquanto parte dos algozes da “polícia dos costumes”. Com base neste apanhado geral acerca do ambiente e situações motoras para a compreensão das ideias postas nas produções do nosso sujeito, podemos então adentrar de fato a observação mais direta das películas, iniciando por seu filme mais premiado em circuitos alternativos de exibição – muitos criados com sua própria participação – sendo este o filme *O Palhaço Degolado* (1977).

Este, como o mais famoso de suas produções, acaba por ser mais discutido também no meio acadêmico, assim temos como amparo teórico um estudo do historiador Aristides Oliveira (2016), que se volta apenas a tratar sobre tal obra e suas relações com a personalidade de JMB. Haja visto a limitação do presente formato de trabalho, não nos é possível aprofundar como gostaríamos no trabalho supracitado, mas cabe frisar que mostra-se como um estudo detalhista, que traz depoimentos colhidos juntos ao autor da obra, citações do roteiro e outros elementos que fogem ao acesso público, o que nos fornece pistas salutares ante a análise das obras de tal sujeito. Todavia, cabe citar que nota-se uma heroicização demasiada em tal obra, uma visão romântica sobre as ações e objetivos do nosso personagem, o que nos faz recorrer ao diálogo com outra obra, esta já de fato de cunho biográfico sobre o nosso personagem, de organização de Sérgio Cohn (2013), na qual realiza-se uma compilação de diversas matérias de jornais brasileiros onde há depoimentos de tal sujeito, desde os anos 1960 até 2009, o que nos dá a possibilidade também de observar contradições nos depoimentos do mesmo ao longo dos anos, mas isso é assunto para outro estudo, foque-mos no que é essencial aqui.

No tocante ao filme em si, com base nas discussões de tais

estudos, podemos compreendê-la como um ataque direto ao “marasmo cultural da província” (COHN, 2013). Na qual ao longo dos seus 10’ : 12” divididos em 10 cenas rápidas, encontramos o próprio Jomard Muniz vestido de palhaço na Casa da Cultura da cidade de Recife, recém criada na época, sob a organização e gerência de Ariano Suassuna, satiriza em diversos locais o que este observa como um cerceamento da liberdade cultural. O local escolhido, guarda ainda uma particularidade específica, a Casa da Cultura do Recife situada no antigo centro da cidade, era até a sua transformação em tal, uma penitenciária e por ser um ambiente desagradável ao centro da cidade acaba por ser movida para outras instalações. Dessa forma, o próprio ambiente reforça a defesa de tal cerceamento de possibilidades ao passo que nosso cineasta se utiliza do ambiente (OLIVEIRA, 2016).

Neste ínterim, o filme em questão mesmo se dirigindo de forma direta a Gilberto Freyre e Ariano Suassuna, acaba por denotar a própria forma de pensar a cultura Nordestina por parte de JMB, na qual podemos destacar as falas do “palhaço” em três cenas, como exemplificações profícuas de tal pensamento:

Primeira cena:

Mestre Gilberto Freyre!

Muito bem situado nos trópicos.

Casa-Grande, alpendres, terraços,

Quarto e sala, senzala!

Senzala?

Mestre Gilberto Freyre” Senzala?

Casa-Grande de detenção da cultura.

Muito bem situada nos trópicos,

Tristes trópicos... (BRITTO, 1977, MINUTOS)

Quarta cena:

Onde escavar no Nordeste as mais legítimas
raízes da cultura brasileira
Raízes da cultura?
Isto é ou não é complexo de intelectuais?
Tanto faz no sul como no norte.
Elegia para uma região. Religião?
Paixão, economia, contraideologia?
O que temos em comum com a nostalgia
dos meninos de engenho?
O que sobrou da bagaceira
para os ultradependentes
filhos de quem? De Kennedy?
ou do Castelo Malassombrado?
Nordestinados, de todas assombrações
e sertanejos de ficção.
Muita fricção nas pedras e pedradas do Reino.
Nossas vidas secas encontraram o sonho
da grande cidade? Ou o medo de sempre?
Ou a autocensura?
(...). (BRITTO, 1977)

Quinta cena:
Mestre Ariano Suassuna!
Mestre Ariano?
Mestre Armorial!
Como é dura a vida do colegial...
Começar o ano com lápis de classe
Assinalando os brasões e suas armas armoriais.
E TUDO, pela força dos brasões familiares
e dos poderes oficiais,
TUDO pode transformar-se em armorial...
Céus armoriais
Astrologia armorial
Literatura de cordel armorial
Povo, povo armorial
Ioga armorial
Empreguismo armorial

Sexologia armorial
Subvenções armoriais
Sobrados e Mocambos, quem diria, armoriais!
Megalomania armorial
Piruetas armoriais
Dança armorial? Como é mesmo
profa. Flávia Barros, a reverência armorial?
“Quem sabe é a Maria Paula?”
Heráldicas e Ministérios armoriais
Onça armorial
O príncipe dos príncipes, Estética, Metafísica...
Capiberibe armorial, Capiberibe armorial.
Orquestra não!
Orquestra romançal! (BRITTO, 1977).

As cenas aqui mencionadas, demonstram a essência do filme em se mostrar enquanto instrumento de luta, de embate, frente aos ditames dos cânones da cultura, o romantismo da seca e da fome, citando de forma direta e indireta diversos autores cujas obras mais famosas remetem a tais temáticas, como Sérgio Buarque de Holanda, com “*Raízes do Brasil*”, Graciliano Ramos e sua obra “*Vidas Secas*”, a própria obra de Freyre, “*Casa-Grande e Senzala*”, mesmo que, como diz o próprio “palhaço”, “*lutar com o Super-8 seja a luta mais vã*” (BRITTO, 1977), o filme ataca não só o campo cultural, mas também o político, citando datas, nomes como Paulo Freire e Caetano Veloso, perguntando: O que restou? Citando o voto livre ou sua ausência e findando-se a perguntar repetidamente: “*ATÉ QUANDO*”?

O filme citado angaria maior notoriedade justamente por seu caráter de “franco atirador”. Nele, o espectador é levado a chocar-se ao se deparar com um sujeito vestido de palhaço a perambular pelo espaço maior da tradicionalidade cultural do estado de Pernambuco e criticar tudo aquilo que era “sacro”,

a dizer o que não se dizia, a atacar quem ninguém teria coragem, neste filme, podemos notar sua posição enquanto um grande agitador cultural da “ilha nordestina”.

No quesito técnico por assim dizer, o filme guarda uma construção similar aos demais, tendo na presença de falas o seu maior diferencial ante aos demais a serem aqui observados. Dessa forma, podemos destacar a fotografia desbotada, junto da imagem trêmula, suas inserções de trilhas sonoras em fita magnética e recortes, em edições “experimentais”, como traço característico das suas filmagens em Super-8 (MONTEIRO, 2015).⁴ Os recursos utilizados para gravação também mostram-se comuns entre os filmes, havendo a ausência de uma iluminação artificial, o que pode ser notado pela irregularidade da luz em diversas cenas, na qual a sombra acaba dificultando o foco ou a observação clara da mesma, o movimento da câmera ser pautado em essência no uso do *zoom out*, as trilhas sonoras colocadas a posteriori de modo a adequar-se ao movimento dos personagens, o que no caso do filme observado por vezes há um retardo entre o movimento de fala do personagem e o som do mesmo. Logo, nota-se a ausência de um financiamento mais amplo, denotando um esforço muito mais pessoal e intimista na produção dos filmes em questão, buscando nas parcerias com amigos um forte aliado para a

4. O super-8, como ficaria conhecido, tomando por base a obra do historiador Jaislan Honório Monteiro (2015) eram filmes produzidos através de uma filmadora lançada na década de sessenta pela chamada *Eastman Kodak* nos EUA. Alguns anos após seu lançamento, chegaria ao Brasil de fato já próximo a década de 1970, inicialmente, a mesma seria destinada a filmes caseiros, batizados, casamentos, aniversários entre outros usos, entretanto, devido a seu menor custo e sua praticidade, tal filmadora, com os anos acabaria ganhando mais adeptos, como também, multiplicaria seus usos. E assim, a bitola de 8mm fora abrindo um novo mercado consumidor para o mercado cinematográfico, até se configurar, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, também como instrumento de luta e de difusão de ideais, como uma rota de fuga e de resistência.

adoção de novos elementos as filmagens.

Tal intimismo em suas produções, vão proporcionar um raio de ação muito mais amplo do que as produções de mercado, que tem por necessidade de responder a certos pontos estipulados para o financiamento ou mesmo em função de obter retorno financeiro com seu produto final, tendo assim o papel de cooptar a maior variedade de públicos, ou seja, multiplicando assim seus “modos de endereçamento” (ELLSOWRH, 2001). JMB não terá essa preocupação em suas obras, talvez o contrário, tendo assim o objetivo de atingir um conjunto amplo de públicos, mas pelo seu estranhamento, pelo provocar da repulsa, da indignação de estar-se diante de elementos fora da tradição de comportamentos da época. Essa também será a essência das nossas produções seguintes, pautadas sobre o corpo e a cidade.

3. Jogando os corpos nas cidades dos homens

Os filmes aqui analisados foram escolhidos como representantes do exercício estético que nosso cineasta se propõe, mas também sob o norte de perceber-se dissidências sobre seu trabalho ante tal domo de sentidos; haja visto, que mesmo o corpo sendo o palco onde irá se desenvolver a mensagem do filme, nestes casos, estes se diferenciam entre uma espécie de naturalização do nu de tais corpos e uma sensualização proposta.

O filme *Toques* (1975), de duração de 06’ 48”, é trabalhado em sua íntegra sobre a paisagem do que seria uma espécie de bosque, na qual seus três personagens – dois homens e uma mulher – são escolhidos de modo a provocar confusões entre um e outro, todos possuidores de cabelos longos e encaracolados, além de todos serem filmados nus na produção. As confusões entre a percepção sobre a dualidade de gênero, remonta

ao espectador a ideia do nascer de uma “terceira vertente”, a defesa de outras possibilidades para além do duo tradicional e, para tanto, JMB irá se utilizar tanto da própria particularidades da câmara de 8mm, cujas imagens borradas e a facilidade de desfoque se mostram presentes e por si mesma já favorece essa dificuldade de nitidez (MONTEIRO, 2015), como também, utilizou-se de forma constante o jogo entre *extreme close-ups*, *close-ups* e *long shots*, para provocar tanto a formação de um corpo “andrógeno”, “transgênero”, como também para explorar a potência dos closes em partes íntimas masculinas e femininas, sem uma objetificação pautada no que Laura Mulvey (1975) irá colocar como uma tendência ao voyeurismo, mas com a proposta de uma naturalização e libertação dos corpos ante as “algemas dos caretas”.

Já, a produção seguinte, *Jogos Frutais e Frugais* (1979), de 13’, 55”, mais que o dobro de duração da anterior, se desenvolve sob outro arquétipo de abordagem, esta, irá trabalhar justamente em cima da sensualidade, da objetificação, principalmente sob o corpo feminino, conduzindo o espectador a tal sentido, desde a trilha sonora, com o som de instrumentos de percussão, com destaque para o uso do tambor, que hora acelera, hora diminui o ritmo, como também com o uso dos posters e frutas, a corroborar a performance da personagem e indicar tal proposta.

No quesito técnico, para a proposta de fomentar o erotismo, aproveita-se do uso de *close-ups* e *mediuns shots*, para o construir de tal experiência, em diálogo com a performance da atriz Ivonete Mello nua sobre frutas e por vezes beijando os letreiros que funcionam como ambiente,⁵ fundo e participam da formação de tal experiência, principalmente sob o jogo de posições que representa da boca feminina. A iluminação é

5. Com a exibição nesta produção dos créditos de abertura, diferentemente de outras produções anteriores, fora possível identificar a atriz principal da obra.

natural, havendo sombras em diversas partes da cena e uma desregularidade entre o jogo de luz. A imagem mostra-se com uma baixa nitidez por toda a obra, o que é característica da câmera utilizada, todavia, cabe ressaltar que tais aspectos podem ter sido ampliados pela tarefa de conversão da película em formatos atuais de vídeo.

Nessa medida, podemos analisar as possibilidades da obra, dentre elas a ideia de viver a sexualidade, escancarar o corpo na tela, em toda a sua potência, em toda a sua carga de objetificação que mesmo sendo uma característica “sufocante”, pejorativa, JMB, a retira das sombras, da escuridão das vielas e das noites quentes, das entrelinhas e a coloca como pauta central, como cerne de uma produção, sem disfarces, sem jogos com a polissemia de palavras, que marca o estilo comumente chamado por “porno-chancada”, que lotam os cinemas e mostram-se como as produções nacionais mais populares de sua época (ROCHA, 2006). Nesse ínterim, mostra-se salutar iniciarmos nossa observação pela sua produção mais recente aqui em estudo, o filme intitulado: *Cidades dos Homens* (1982), esta, assim como as demais a serem analisadas, temos uma ausência de falas, havendo por vezes apenas o som ambiente ou o próprio ruído da câmera, ou uma trilha sonora que acompanha certas cenas, corroborando o sentido expresso na performance dos atores. Tal produção, ainda guarda outra particularidade ante as demais, na qual há uma ausência de personagens marcados, ou seja, não são atores de fato que aparecem em suas cenas, mais sim pessoas em seu cotidiano. A proposta do filme mostra-se sintetizada sob a ideia de observar o infame, o feio, o que é ignorado na cidade, se voltando assim a filmar a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba/Brasil, com olhos tapados, mas para os pontos turísticos e não o inverso.

Logo, o filme se passa como um grande passeio pela ci-

dade, observando desde as praias e o trabalho de pescadores até as praças e o trânsito incessante das avenidas. Com isso, percebemos um pouco do cotidiano da cidade, as formas de se vestir, de andar, o corte de cabelo, a organização dos espaços, a movimentação dos carros, as construções a tomar a cidade, assim conhecemos a cidade sob as lentes de JMB. Um olhar que esvai-se dos pontos turísticos e volta-se aos pescadores, às feiras, às borracharias, ao que dialogando com as ideias de Foucault seriam distopias à cidade, aquilo que destoa da grande “utopia de cidade” – a la Thomas Morus por exemplo –, onde o “velho e o novo”, o “provinciano e moderno” brigam com “facões e espingardas” a moldar a cidade (BRITO, 2018), que de fato nunca fora “a cidade”, mas “as cidades”, ou como o próprio Jomard remonta:

Uma cidade é o conjunto de seus pontos de interrogação. Uma cidade não é rima nem solução. Uma cidade pode ser um encontro interrompido ou um conto descartável. Uma cidade é sua fome, nossa. Uma cidade não é uma rosa e muito menos um jardim de delícias. Uma cidade é o coro a capela de seus camelôs. Nossa cidade? (BRITTO, 1992, p. 93).

Dessa forma, ao observarmos tal filme, podemos compreender como o Jomard Muniz de Britto pensa à cidade, a urbe, a colocando em essência com a “cidade do grande ponto”, uma cidade que por vezes é ponto de exclamação, como no filme *O Palhaço Degolado* (1977) onde há a posição de “franco atirador”, por vezes é reticências e interrogação, sempre a continuar, a fluir, a se transformar, mas nunca, nunca seria “ponto final”, nunca seria fechada em um único discurso, em uma única cultura, em apenas um comportamento (BRITTO, 1992, p. 93). Ao passo que compreendemos suas posições sobre o campo cultural de forma geral e sobre a cidade, cabe nos

voltarmos a outro ponto crucial de suas produções, o corpo. Este, é cenário das suas travessuras, este é o seu maior instrumento de choque, de luta, JMB percebe e usa em seus filmes a potência do corpo, de lutar contra os regimentos que influem sobre o próprio; sendo tal potência o motor dos filmes: *Toques* (1975) e *Jogos Frutais e Frugais* (1979).

4. Considerações finais – *Escrevivendo o corpo*

Nos filmes produzidos em Recife e João Pessoa, entre 1974 e 1982, Jomard Muniz de Britto inscreveu um amplo conjunto de experiências, que, ainda que também perpassassem suas produções fílmicas que tratavam de questões culturais, mas que aqui ganham outro tônus. A exposição dos corpos masculinos e femininos, especialmente em *Toques*, indica não uma dimensão do corpo erótico, mas sim de um corpo que se mostra enquanto potência, inscrito em um conjunto de performances que vão de encontro ao conservadorismo social de um Nordeste patriarcal.

Por sua vez, a dimensão da sensualidade que aparece com maior intensidade em *Jogos Frutais Frugais*, ou mesmo o descentramento das noções tradicionais de masculinidade presente em *Cidade dos Homens*, constituem modos de desconstruir as formas de assujeitamento, esfumando os espaços urbanos de Recife e João Pessoa e, ao mesmo tempo, configurando uma relação híbrida entre escrever e viver, na medida em que a dimensão do que e do quanto pode o corpo denota os próprios desejos de Jomard Muniz de Britto em produzir novos significados ao seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos Mitos: a fabricação do folclore da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*, São Paulo: Intermeios, 2013.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. A fabricação da Pernambucália em Recife (1967-1973): configurações históricas do “movimento tropicalista” em Pernambuco. In. FENERICK, José Adriano. *Dossiê Música Popular: tradição e experimentalismo*. São Paulo. V. 37. 2018. ISSN 1980-4369.

_____. *Visionários de um Brasil profundo: Invenções da Cultura Brasileira em Jomard Muniz de Britto e seus contemporâneos*. Teresina: Edufpi, 2018.

BRITTO, Jomard Muniz de. *Bordel Brasilírico Bordel: antropologia ficcional de nós mesmos*. Recife: Comunicante, 1992.

CIDADES DOS HOMENS, direção de Jomard Muniz de Britto; produção: autor. Ficção/experimental, 8 mm, 1982.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ELLSOWRH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*, Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

JOGOS FRUTAIS E FRUGAIS, direção de Jomard Muniz de Britto; produção: autor. Ficção/experimental, 8 mm, 1979.

MONTEIRO, Jaislan Honório. *Arte como Experiência: cinema, inter-*

textualidade e produção de sentidos. 1. Ed. Teresina: Edufpi, 2015.

MORAES, Fabiana; OLIVEIRA, Aristides. *Jomard Muniz de Britto: um professor em transe*. Recife: Cepe, 2017.

MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema." *Screen*, v. 16, n. 3, p. 6-27, Autumn 1975.

OLIVEIRA, Aristides. *Jomard Muniz de Britto e o Palhaço Degolado*. Teresina: Edufpi, 2016.

O PALHAÇO DEGOLADO, direção de Jomard Muniz de Britto; produção: autor. Ficção/experimental, 8 mm, 1977.

ROCHA, Glauber. *O século do Cinema*: Glauber Rocha. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

TOQUES, direção de Jomard Muniz de Britto; produção: autor. Ficção/experimental, 8 mm, 1975.

“Esse instinto é inato ou fabricado?”

A negação do maternalismo no Brasil (1968-2018)

Thayná Guedes Assunção Martins¹
Joseanne Zingleara Soares Marinho²

1. Introdução

O projeto da maternidade para as mulheres, que durante muito tempo na sociedade ocidental foi considerado como próprio da natureza feminina, considerado frequentemente como incontestável, atualmente tem passado por questionamentos. Isso tem ocorrido em um contexto de transformações que se afirmam cada vez com mais intensidade no mundo contemporâneo, apresentando novas e diversas configurações para os papéis sociais femininos. Essa nova condição pode ser

1. Mestranda em História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI, e Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA.

2. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Professora Adjunta da UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. Docente do Programa de Mestrado em Ensino de História- ProfHistória UESPI. Professora do Programa de Pós-graduação em História do Brasil – PPGHB UFPI. Líder do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Trabalho- GT de História da Saúde e das Ciências da ANPUH- PI. E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br

identificada a partir de processos como o acesso à educação, as novas oportunidades de trabalho, a mobilização do movimento feminista e as discussões de gênero.

Partindo desse panorama de transformações, que tem se tornado cada vez mais dinâmico, observa-se que o desejo de ser mãe vem sendo colocado em plano secundário ou tornando-se inexistente no planejamento de vida para muitas mulheres. A partir dessa constatação é que se justificou a proposta do projeto em analisar os fatores que, do ponto de vista histórico, estimularam ou determinaram o não exercício da maternidade por mulheres em um contexto nacional.

No Ocidente, durante muito tempo, o lugar feminino esteve restrito ao âmbito privado. Nesse ambiente as mulheres dos setores médio e de elite estariam protegidas dos perigos que o espaço público apresentava para a moral e a honra (PERROT, 1998). Além disso, somente assim elas poderiam desenvolver de forma competente as funções sociais de esposa, mãe e dona de casa. De acordo com Bourdieu (1995), a representação naturalizada do papel feminino da maternidade, como uma questão de violência simbólica, ajuda a compreender de que forma a relação culturalmente construída passou a ser reproduzida como uma diferença natural, irreduzível e universal do presente, portanto, em estado incorporado no *habitus*, suficientemente assegurada para precisar de justificação, enunciando o ser como se fosse uma evidência. (MARINHO; MARTINS, 2020). Nesse sentido, é que a pergunta que fornece o título deste artigo - “Esse instinto é inato ou fabricado?” - que também nomeia uma reportagem da Revista Pais e Filhos, propõe a base que serve para a análise sobre a condição da negação do exercício da maternidade.

Segundo Marina Maluf; Maria Lúcia Mott (1999), foi a partir de um processo lento, descontínuo e heterogêneo, que passou a ter maior afirmação a partir da segunda metade do século

XIX com a dinamização da urbanização, acompanhada da disseminação de novas ideias de autonomia, com o início do movimento feminista e a valorização de comportamentos inovadores, que as mulheres privilegiadas economicamente passaram a ter acesso ao espaço público, até então considerado masculino. O desempenho das mulheres em algumas profissões fora do lar passou a ser intensificado. Em geral, as ofertas disponíveis no mercado de trabalho estavam bastante próximas daquilo que se considerava na época como uma extensão de atribuições que seriam próprias da natureza feminina: professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista ou operária das indústrias têxtil, de confecção e alimentícia.

Muitas famílias dos setores sociais médios e altos passaram a conceber o trabalho assalariado feminino de maneira mais favorável, mas desde que pudesse obedecer a algumas restrições. A primeira delas era que não maculasse a reputação das mulheres pela associação com trabalhadoras de situação social inferior. Segundo Susan Besse (1999), uma outra exigência era que a atividade profissional não comprometesse a feminilidade, colocando as mulheres em competição direta com os homens e, finalmente, que o trabalho feminino não servisse de ameaça para a estabilidade do lar chefiado pelo homem, fomentando ambições individuais que estivessem acima da família ou oferecendo oportunidades reais de independência econômica.

Outra importante mudança na vida feminina, é que embora existissem ao longo do processo histórico, métodos de contracepção que as mulheres aprendiam com a sabedoria popular feminina, eles eram utilizados de forma experimental e com resultados imprevisíveis. O uso de preservativos masculinos industrializados, estes criados, sobretudo, para a proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis, e a chegada da pílula anticoncepcional ao Brasil em 1962 promoveram importantes

mudanças no que se refere ao controle da gravidez, fazendo com que ela fosse evitada de forma mais efetiva. (SANTANA; WAISSE, 2016). Inclusive, um importante resultado da introdução do contraceptivo oral feminino foi a revolução sexual, com amplos efeitos na dinâmica da sociedade, cuja repercussão ainda é observada ao favorecer a liberdade da vida sexual feminina, uma vez que reduz o risco da gravidez indesejada.

Partindo do questionamento sobre o interesse das mulheres em torno da decisão do exercício da função de mãe, este artigo tem como objetivo analisar os fatores que influenciaram a decisão de mulheres de setores médio e de elite sobre não exercer a maternidade no período de 1968 a 2018 no Brasil. A problematização do tema partiu da investigação para procurar compreender as vivências de mulheres dos setores médio e alto que, ao não usufruírem do processo materno por estarem influenciadas por uma nova perspectiva cultural, representou novas possibilidades para a condição feminina. Diante disso, foram realizados os seguintes questionamentos: A necessidade de estudar e trabalhar tiveram impacto na decisão de não exercer a maternidade? De que maneira a pressão social, em seus vários âmbitos, teve influência nessa decisão? Quais as perspectivas em torno da maternidade na sociedade contemporânea?

As fontes primárias utilizadas na pesquisa foram produzidas nos âmbitos local e nacional. Entre elas podem-se destacar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Ministério da Educação, além de reportagens da Revista Pais e Filhos, bem como entrevistas com dois grupos de mulheres. O primeiro deles foi formado por aquelas que foram mães e outro grupo feminino composto por mulheres que não desenvolveram a condição biológica da maternidade. Para a análise desse material documental foi utilizada uma bibliografia composta por autores como Joan Scott (1995), Pierre Bour-

dieu (1995) e Georgiane Vázquez (2015).

Como resultado da pesquisa do Programa de Bolsa Remunerada de Iniciação Científica - PIBIC/UESPI referente aos anos de 2019 a 2020, este artigo possibilitou o reconhecimento das constantes transformações observadas em décadas recentes na condição feminina acerca da maternidade, especialmente no que se refere ao desejo de favorecer o desenvolvimento profissional e educacional em detrimento do não exercício materno.

2. Os caminhos da pesquisa

Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida com o projeto PIBIC UESPI 2019-2020 que foi intitulado “Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe”: A negação do maternalismo em Teresina (1968-2018), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho. O objetivo da pesquisa foi analisar os fatores que, do ponto de vista histórico, influenciaram a decisão de mulheres pelo não exercício da maternidade em um panorama nacional.

Primeiramente foi realizada a feitura do projeto, sendo submetido para aprovação da UESPI. Depois de aprovado com remuneração, iniciou-se a pesquisa; durante a vigência da mesma foram apresentados dois relatórios para a instituição, um relatório parcial e um final, bem como apresentação dos resultados finais no XX Simpósio de Produção Científica e XIX Seminário de Iniciação Científica, organizado pela Universidade Estadual do Piauí, no qual os bolsistas relataram as considerações gerais e os resultados do desenvolvimento das pesquisas.

O início da análise das fontes primárias deu-se em setembro de 2019, com exemplares da Revista Pais e Filhos - criada em 1968, um periódico que desde seu início visava abordagens

sobre grávidas, pais de crianças e adolescentes, com foco nas mulheres mães, desenvolvendo publicações mensais centrado nos assuntos familiares, que atualmente ainda encontra-se em circulação mensal sob meios impressos e eletrônicos. Esse acervo foi adquirido através da biblioteca pública do Paraná em Curitiba, em uma viagem para um evento na cidade e consequente aproximação com as fontes.

Seguindo as orientações concedidas pela Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho, que dedicou instrução para a reunião do material, foram necessários procedimentos para que o trabalho fosse realizado de uma maneira mais cuidadosa visando não danificar o acervo. Isso ocorreu no processo de digitalização das imagens, desde a maneira correta de uso da câmera fotográfica até o manuseio dos exemplares da Revista, que se encontravam em grandes cadernos contendo os exemplares referentes a publicação mensal de cada ano, e que por se tratar de um documento antigo, exigia estes cuidados.

A partir dessas orientações procedeu-se a seleção das reportagens que mais enfocavam o tema da não maternidade na Revista Pais e Filhos nos anos de 1968, 1969, 1970, 1971 e 1972. As matérias encontradas no periódico possibilitaram o acesso às informações sobre as relações maternas e o não desenvolvimento da maternidade naquele dado período, pois, por se tratar de um grande veículo de circulação pode ser usado para refletir sobre os modos que a sociedade daquele período concebia os aspectos relacionados às mães e/ou futuras mães. Assim, foi possível perceber de que maneira um assunto que até a atualidade continua gerando certos olhares preconceituosos e desrespeitosos era tratado em um período de ainda forte valorização da maternidade.

Para uma maior facilitação de manuseio das fontes hemerográficas foi realizada a digitalização dos artigos da Revista Pais e Filhos a partir da divisão por grandes temáticas que

abordavam a condição feminina: educação, trabalho, maternidade e casamento. Para que isso fosse realizado, foi estruturada uma análise para compreender quais perspectivas encontravam-se abordadas em cada reportagem, bem como os direcionamentos que as fontes estabeleciam para a pesquisa.

No decorrer das análises, foi visto que a cada matéria proposta pela Revista, havia a presença de um especialista de determinada área específica, tais como psicanalistas, sociólogas e pediatras, que tivessem relação com a temática que seria abordada no exemplar daquele mês, o que buscava garantir mais respaldo para a matéria apresentada pelo periódico. Também ficou evidente a predominância do caráter incentivador do pleno exercício das atividades maternas às mulheres, ou seja, os cuidados infantis estavam direcionados essencialmente ao ser feminino, não abordando o homem/pai como ator das atribuições para com os filhos. Isso demonstra as diferenças de gênero sobre os papéis tradicionais definidos para homens e mulheres, para Joan Scott (1995, p. 7), “O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.”

Essa percepção pontuada assertivamente pela autora supracitada corrobora com questões que se encontram no entorno das discussões desenvolvidas na sociedade, tratando-se da divisão sexual do trabalho pontuada a partir do que se considerou como atribuições femininas e masculinas, na qual mesmo as mulheres tendo conquistado o direito a esfera pública a partir de grandes lutas, estas não deixaram de carregar consigo as atividades direcionadas ao cuidar, bem como as demais características maternas impostas na e pela sociedade ocidental.

No que se refere ao material documental pesquisado na Revista sobre a perspectiva do desenvolvimento da maternidade, há o fato de existir entre os períodos de 1968 a 1972

apenas um artigo que abordou a questão da não maternidade, intitulado “Você é obrigada a ter filhos?”, no ano de 1971, enfatizando o questionamento sobre a necessidade do desenvolvimento da maternidade como condição inerente ao ser feminino, voltando a ter a abordagem do tema apenas em 1982. A presença dessa matéria, apesar de se mostrar isoladamente, já demonstra um anseio da sociedade feminina da época por novas maneiras de visibilidade sobre a condição feminina, encontrando-se para além da maternidade.

A segunda etapa da pesquisa compreendeu a realização de entrevistas divididas em grupos e gerações distintas – nomeadas a partir de nomes fictícios-, iniciados a partir de maio de 2020. Importante ressaltar que o mapeamento das possíveis e efetivas entrevistadas se deu a partir do contato com parentes dessas mulheres, como netos, filhos e sobrinhos. Um ponto de relevância que deve ser considerado é o fato de uma relativa dificuldade de concessão de entrevistas por parte de mulheres que não foram mães, havendo até mesmo a recusa de algumas para a realização da entrevista ou certo incômodo sobre a temática.

O primeiro grupo de entrevistadas era formado mulheres que vivenciaram a maternidade durante as décadas de 1960 e 1970 e que residiam em Teresina - PI, Timon - MA e Brasília – DF. O foco ocorreu no período do desenvolvimento da maternidade em sua fase inicial, aquela que demanda cuidados mais específicos com a prole e que era objeto de investigação nessa pesquisa. Esse estudo foi útil para a compreensão de como era desenvolvido e assimilado o processo de maternidade e o que nela era acarretado no que diz respeito aos trabalhos domésticos e com os filhos. Essas análises serviram para uma melhor compreensão em torno da divisão sexual do trabalho, fator que se encontra diretamente ligado aos impactos da maternidade na vida de mulheres e conseqüentemente em suas carrei-

ras profissionais e educacionais.

O segundo grupo de entrevistadas agregou mulheres entre 47 e 54 anos, oriundas de Teresina - PI e São Luís - MA, e que não se tornaram mães. Trata-se de mulheres de uma camada média da sociedade que possuem nível superior e estabilidade profissional, solteiras e sem filhos. As análises diante dos relatos dessas mulheres foram imprescindíveis para um melhor entendimento diante da perspectiva do não desenvolvimento da maternidade, porém, analisou-se que ambas as mulheres entrevistadas, apesar de não terem vivenciado a maternidade biológica acabaram por desenvolver essa experiência a partir de sobrinhos. Logo, foi possível concluir que a não maternidade vivenciada por elas não se configurou em fator de frustração por parte delas. Especialmente quando indagadas se consideravam a vivência da maternidade como decisiva para a personalidade feminina, a resposta foi unânime na negação desse fato, alegando que a maternidade como condição inerente às mulheres encontra-se mais vinculada a uma conotação cultural do que real. Também foram utilizados como fontes primárias dados do IBGE, do CNPq e do grupo de pesquisa *Parent in Science*. Eles forneceram informações sobre o impacto da maternidade na carreira acadêmica, produção científica de mulheres e índices de maiores bolsas de produção científica, bem como o tempo gasto por homens e mulheres nos serviços relacionados ao cuidar e/ou doméstico, realizando recortes interseccionais. Essas informações foram importantes na pesquisa para demonstrar principalmente a ligação da decisão pelo não exercício materno a partir, também, de fatores como maior inserção das mulheres no espaço público, principalmente no mercado de trabalho e níveis de escolarização.

A investigação das fontes primárias foi realizada a partir do estudo da bibliografia relacionada ao tema como teses, dissertações, artigos e livros. Dentre estas se destacam Vázquez

(2015), com sua tese “Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX”, que abordou a não maternidade a partir de um contexto nacional, analisando teses médicas, o relato de mulheres de três gerações, bem como o uso da Revista Pais e Filhos, contribuindo de maneira significativa para os estudos relacionados as (in) compreensões às mulheres no âmbito da maternidade. Outra importante fonte bibliográfica foi Danièle Kergoat (2009) em “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, possibilitando maiores entendimentos diante da divisão não igualitária junto ao trabalho reprodutivo. Assim como Elizabeth Badinter (1985), “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, abordando assuntos no entorno da desconstrução do amor materno como existente em todas as mulheres de maneira singular, concluindo que esse sentimento pode ou não existir dependendo, inclusive, das circunstâncias históricas de determinada época.

A partir da análise realizada durante a vigência do projeto PIBIC “Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe”: A negação do maternalismo em Tere-sina (1995-2018), foi possível constatar que a perspectiva da não maternidade envolve diversas causas. Algumas delas estão vinculadas à saúde, ideários de completude familiar com o casamento e presença de filhos, o impacto da maternidade na carreira das mulheres e a inexistência do desejo de ser mãe, reconhecendo-se que esses fatores são resultantes de uma construção cultural construída em uma determinada configuração histórico-social.

3. Percorrendo os meandros da negação da maternidade

No decorrer do tempo, a fertilidade feminina foi considerada como fator indissociável da mulher ao ponto de aquelas que não desenvolviam a maternidade serem colo-

cadadas muitas vezes à margem da sociedade, sendo levadas até mesmo ao campo patológico. Foi a partir de movimentos e lutas das mulheres por maiores participações nos espaços públicos, que seu reconhecimento se deu para além do fator materno - Segundo Georgiane Vázquez (2015), o ideário médico tornou-se fonte de forte dominação dos corpos femininos, com regras e declarações do que seria a melhor atitude a ser tomada junto ao universo feminino, mães e não mães, havendo na última a insistência da busca pela reprodução, como se a realização da mulher só pudesse existir se estivesse vinculada ao tornar-se mãe.

As mulheres que não desenvolviam a maternidade, sobretudo no início do século XX, foram alvo do discurso médico e dos olhares preconceituosos, sendo destinadas ao campo acerca do diferente como anomalia. “A fecundidade do corpo feminino era entendida como uma “benção da natureza” e, em contrapartida, a esterilidade ou infertilidade foi paulatinamente sendo caracterizada como uma falha daquele corpo pelo discurso médico.” (VÁZQUEZ, 2015, p. 94).

Porém, é sabido que o ideário médico implantado na sociedade com o apoio do Estado tinha como fortes intenções a disciplinarização dos corpos, a partir de um projeto civilizador na sociedade (ELIAS, 1994). A busca da inserção de novos costumes e regras a serem praticadas pelos cidadãos teve lugar demasiadamente opressor sobre as mulheres, sob uma ótica de direcionamentos da condição feminina restrita ao espaço doméstico e tudo o que nele estava envolvido.

Ao passo que as mulheres foram conquistando espaços junto ao âmbito público, principalmente nas suas participações na esfera do trabalho remunerado e maiores níveis de escolarização, com o acesso cada vez mais crescente ao campo do saber com as escolas normais, universidades e demais instituições de ensino, as atribuições relacionadas ao lar e o

cuidar não deixaram de pertencer e ser identificadas como essencialmente femininas.

Essa visão imposta e enraizada culturalmente como ação destinada às mulheres é que torna a atividade daquelas que optam pelo desenvolvimento do ofício remunerado, a sempre dupla jornada de trabalho, pois mesmo encontrando-se no mercado profissional não deixam de ter suas atribuições no recôndito do lar. Dessa forma, resta ao ser feminino, a partir das desigualdades no que tange o trabalho na esfera privada, a sobrecarga entre o ambiente doméstico e o profissional, caracterizando o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo (KERGOAT, 2009).

Importante ressaltar que a ideia de maternidade não se faz aqui compreendida a partir de uma perspectiva linear, que teria se configurado da mesma maneira em todo o tempo histórico, mas sim de como a mentalidade e as percepções em torno da maternidade passaram por modificações, bem como o ser mulher acompanha tais mudanças no decorrer do tempo. Para isso, foi realizada a escolha de um recuo histórico de modo a tornar-se mais compreensível as mudanças culturais na sociedade em relação à visão do ser materno.

É possível perceber na Revista Pais e Filhos, no dado recorte temporal deste estudo, que a visão predominante do periódico é de uma maternidade suprema, na qual, em prol do amor materno -aquele incondicional- é válido todos os tipos de anulação e sacrifícios da mulher. Mesmo quando a Revista aborda a dúvida sobre a maternidade como condição de realização do ser feminino, esta ainda a situa de maneira a evidenciar alguns aspectos da importância da condição materna e da completude que tal experiência é capaz de gerar sobre a mulher. Vale destacar também a questão da abordagem da maternidade como sendo algo sempre desejado por todas as mulheres, independente da camada social, conforme pode ser

evidenciado no número do ano de 1969:

Além dos efeitos puramente físicos das contrações, a mulher habituou-se a relacionar, durante toda a sua vida, as palavras contração e dor. Se sente uma pequena contração na época vizinha ao parto, telefona às pressas para o médico dizendo que está sentindo as dores do parto. E o fato de saber que se encontra efetivamente em trabalho de parto começa a desencadear, na maioria das mulheres, a dor causada pela síndrome de expectativa dolorosa. A contração percebida com dor gera uma tensão e a expectativa de uma nova dor. Assim, mesmo que a contração tenha a mesma intensidade da anterior (e é possível medi-las) ela será percebida como uma sensação real: de tal forma que se termina por ter um verdadeiro círculo vicioso: medo-tensão-dor. (PAIS E FILHOS, 1969, p. 9).

No trecho retratado acima, pode ser percebido que os aspectos relacionados à maternidade envolvem um ciclo, tendo como componentes o medo, a tensão e a dor, contribuindo para gerar situações de apreensão nas mulheres. Esses três elementos podem desenvolver dois tipos de consciência: uma voltada para o estímulo ao desinteresse por ter filhos devido ao medo e as dores que precedem os partos, tanto de uma forma psicológica, quanto física-material; ou outro que fortalece o sentimento materno por ter enfrentado os obstáculos relacionados a dor dos serviços de parto no momento de ter a prole.

No decorrer da análise do artigo do periódico, mesmo contendo como título uma temática sobre a maternidade a partir da imposição social à condição feminina, foram abordados alguns questionamentos sobre o fator materno, como: “A mulher deseja ser mãe por uma necessidade biológica ou porque é condicionada para isso por uma série de fatores? Existe mesmo o instinto maternal?” (PAIS E FILHOS, 1971, p. 38).

Tais questionamentos viabilizam o debate em torno dos fatores culturais junto ao ser materno. Porém, traz como exemplo a imagem de capa que segue:



Imagem 1: “Você é obrigada a ter filhos?”
Fonte: Revista Pais e Filhos, 1971, p. 38-39

Uma ideia sugestiva, na qual retrata uma mulher com um bebê em seu colo, ainda que a figura não trate de um bebê propriamente dito, mas sim apenas a sombra dele, deixando clara a defesa da ideia da natureza inata das mulheres em se adaptarem à necessidade de serem mães, evidenciando a segurança, carinho e afeto que uma mãe precisa direcionar aos filhos, mesmo aquelas que não demonstraram vontade ou interesse. O artigo prossegue com um título de maneira a evidenciar-se, abordando a mensagem “*Êsse instinto é inato ou fabricado?*” O que aponta no início do texto, de autoria de Elianne Pires do Rio:

Até pouco tempo, os filhos eram uma decorrência natural do amor e sua conseqüência nobre. A mulher integrou-se nas fôrças produtivas do mundo, deixou de ser um mero apêndice do homem, libertou-se da dominação econômica. Agora ela já pode optar entre ter ou não filhos; a maternidade dei-

xou de ser uma função essencial para transformar-se em um de seus meios de realizações. (PAIS E FILHOS, 1971, p. 40).

Nesse discurso, percebe-se um breve histórico sobre o que antes a maternidade tinha como significado em relação à completude feminina, e que já não mais era possível perceber a mulher nas condições unicamente maternas, mas que esta, com sua ascensão ao espaço público encontrava-se em situação de escolha sobre o real querendo a despeito das vivências maternas. A abordagem segue apresentando a ideia da questão da maternidade como cultural e não biológica, baseada em especialistas como Freud, que aborda a relação social repleta de costumes e regras como condicionantes para a realização completa da mulher como mãe. Nisso há o que evidenciou Elizabeth Badinter:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações [...] esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. [...] Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional”. (BADINTER, 1985, p. 266).

É, portanto, investigado e comprovado, pelos estudos da autora supracitada, que a relação dos cuidados maternos, e com ele o tão reverenciado amor materno, não se constitui como inerente à condição feminina mas, assim como outros fatores da vida do ser humano, encontrando-se atrelado a fatores sociais, econômicos, culturais, estes aliados ao próprio tempo histórico, no qual perpassa cada acontecimento

da história. Assim, essa é uma condição que pode existir ou não nas mulheres.

Nesse sentido, a escolha por seguir uma carreira acadêmica também, mesmo que indiretamente é outra questão que contribui para a não maternidade já que a dedicação aos estudos, no contexto de uma pós-graduação de Mestrado, doutorado ou mesmo um curso superior, possibilita o incentivo à construção da consciência da falta de interesse pela maternidade. Uma conscientização que é desenvolvida gradativamente pelas mulheres, mas que pouco a pouco, especificamente no final do século XX passa a ser encarada como algo normal e sem represálias preconceituosas, pelo menos explicitamente.

A carreira acadêmica e sua continuidade estão manifestadas principalmente através de publicações científicas, tais como: artigos, teses, dissertações, dentre outros, além da participação na direção ou coordenação de projetos vinculados as diversas universidades e outras instituições, o que tem ocorrido de forma desigual entre homens e mulheres, especificamente devido ao fator da maternidade, embora este não possa ser considerado o único, é o argumento mais forte. (WILLIANS; CECI, 2012).

Desse modo, ainda existe atualmente a relativa concepção ou mesmo temor por parte dos representantes da academia, de que as mulheres caso escolham vivenciar ou que já vivenciam o processo de maternidade, tenham sua capacidade de pesquisa e produção reduzida drasticamente devido ao seu interesse que deverá ser quase que exclusivamente direcionado aos filhos. Uma concepção que na maioria das vezes permite aos homens dominarem espaços de poder nas universidades e demais instituições, sejam estas educacionais ou não.

Nessa perspectiva, visualiza-se uma queda da presença feminina em níveis produtivos a partir do pós-doutorado diante das bolsas de pesquisadores por excelência (CNPq, 2014), isso pode ser justificado por esse ser demarcado por uma faixa

etária em que o fator biológico feminino impõe à mulher a escolha por ser mãe, o que vai gerar uma queda em nível de produção, ou não ser mãe e seguir a carreira acadêmica.

Isso ocorre em um contexto no qual as mulheres são soberanas numericamente nas iniciações científicas, mestrados, doutorados e pós-doutorados, evidenciando uma busca de melhores qualificações e aperfeiçoamento do seu ofício através do mundo científico. No entanto, apesar de se estabelecerem como maioria desde a iniciação científica 59%, mantendo-se no mestrado com a porcentagem de 52% havendo um relativo declínio no doutorado com 51% e ascendendo como maioria no pós doutorado com 58%, nota-se que a partir das bolsas PQ (que são as bolsas de excelência para pesquisadores) os homens já integram a maioria com 64% em um ritmo de ascensão diante das bolsas dentro e fora do país acima dos 50%. Esses índices masculinos majoritários certamente são bastante ocasionados pela preocupação das mulheres com a maternidade, sobretudo no que se refere ao cuidado com os seus filhos no dia a dia. (CNPq, 2014).

Diante desse viés investigativo, encontra-se a compreensão de algumas desigualdades na divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, tornado evidente a disparidade de seu desenvolvimento essencialmente pelo feminino. Os dados do IBGE referentes ao ano de 2016, apresenta o percentual em horas diárias do tempo gasto com atividades reprodutivas, dos quais 10,5 indicados para homens e 18,1 para mulheres. Esse é um total a partir do todo, sem distinção de raça, pois, quando é realizada esse recorte têm-se 10,4 por homens brancos diante de 10,6 para pretos ou pardos. Ao se reportar às mulheres no também recorte racial, obtêm-se 17,7 entre mulheres brancas e 18,6 para pretas ou pardas. (IBGE, 2018).

A discrepância diante do trabalho doméstico dedicado ao cuidar, reflete diretamente na diferença salarial entre homens

e mulheres, pois, seguindo o mesmo estudo, é demonstrado que homens possuem em média R\$ 2.306,00 de rendimento habitual mensal, enquanto as mulheres apenas R\$ 1.764,00 do mesmo acúmulo. (IBGE, 2018). Portanto, mesmo diante das diversas lutas que as mulheres vêm percorrendo para melhores condições de inserção e permanência no trabalho produtivo, é visto que a realidade ainda se mostra sempre menos favorável à mulher, e, sobretudo, a mulher de cor negra.

Com o objetivo de ter mais informações sobre a questão, foram realizadas entrevistas com seis mulheres de duas gerações distintas e com vivências diferenciadas. Quando a primeira geração experienciou a maternidade durante as décadas de 1960 e 1970, proporcionando a compreensão de como era desenvolvido os papéis em torno dos cuidados infantis a partir da existência ou não da divisão igualitária de tarefas.

O primeiro grupo de entrevistadas convergia quando a pergunta era direcionada quanto à ajuda do parceiro nas atribuições sobre os filhos que conduziam o ser paterno para além do homem provedor. Os companheiros de duas das entrevistadas acompanhavam-nas em consultas, no entanto, não se dispunham a dividir as tarefas de maneira mais efetiva, sobretudo depois de nascidas as crianças, o que pode ser evidenciado na fala de Orquídea: “Assim para olhar menino. Para colocar para alimentação, nessa parte ele não fazia muito não [risos]. Ele era muito bom, mas nessa parte não... Eu cuidava muito bem dos meus filhos.”

Porém, quanto a terceira entrevistada a situação era bem desfavorável, pois ao ser questionada quanto a participação do marido nos cuidados infantis, ela relata “Ajudava namorando na rua... Ele era distante.” A referida entrevistada segue seu relato apontando que nem mesmo quanto ao papel de provedor do lar este cumpria com seus deveres de pai:

Só Deus mesmo. Alguém me dava, os vizinhos me ajudavam, a família as vezes quando tinha me ajudava, minha mãe era fraca de recursos, meu pai se aposentou novo, ele tinha problema, ele sempre dava e eu fui criando. [...] tem muitos homens que não estão nem ai, né? É difícil naquele tempo também, porque quem tinha um salário... era rico, na época em que a Rosalinda nasceu era o começo de Brasília... tinha muitas oportunidades, mas não como eu trabalhar. Então as pessoas que ajudava [...]. (ROSA, 2020).

São evidenciados dois modelos de paternidade, nas quais ambas foram desenvolvidas de maneira a que não havia uma divisão igualitária quanto aos trabalhos com os filhos. Na primeira é concebido um pai que mesmo não participando de maneira efetiva dos cuidados com as crianças, este acompanhava junto às consultas médicas de pré-natal e não fugia das responsabilidades financeiras junto à família. Desse modo, naquele modelo familiar os acordos não pareciam insatisfatórios para ambos os lados. Contudo, na segunda exemplificação, o fato do companheiro de Rosa não oferecer as condições necessárias aos cuidados dos filhos e da família provocava a insatisfação da entrevistada tanto com sua vida de casada quanto com o próprio marido.

O modelo de pai encontrado, pelo menos em dois dos três casos exemplificados até aqui, a exceção do de Rosa, é que se tinha modelos de paternidade aliados ao que Jurandir Costa (2004), denominou como “O pai: manequim higiênico do homem”. Esse novo modelo não coincidia mais com o exemplo colonial, no qual filhos e mulheres não possuíam valor dentro da família, e que o homem pai detinha todos os amplos direitos e pouquíssimos deveres, até mesmo para com a sua família, pois o seu compromisso era consigo mesmo, sua honra e suas riquezas. Nos novos tempos a ética do pai higiênico vinha aliada aos compromissos com a família, o homem – pai agora

não mais encontrava-se proprietário, mas sim funcionário do Estado, em que seus deveres se tornavam ampliados e seus direitos diminutos, restringindo-se assim a trabalhar e fornicar. O ideal era o de prover a subsistência da família e expandir o patriotismo da sociedade.

Diante desse novo ideal de pai, em que se encontrava longe de uma paternidade que é almejada na atualidade, em que haja a divisão igualitária do trabalho, tanto no espaço público, como no âmbito privado, o que pode ser analisado é que mais uma vez o olhar dedicado ao novo espaço a que se destinava a família diante dos olhos do pai, não estava relacionado diretamente a melhores condições de vida para a mulher, mas sim, a mais uma das disciplinas a que os corpos foram submetidos.

O Estado precisava de mão de obra e corpos dóceis (FOUCAULT, 1999). Para tanto, se fez necessária a criação de instrumentos que manipulassem os indivíduos para o cumprimento de suas atribuições sem maiores transtornos. Desse modo, desenvolver a mentalidade do pai higiênico se fez necessária e importante fonte de dominação dos indivíduos, relegando papéis domésticos as mulheres e público aos homens.

Quanto às mulheres não mães, estas pontuaram de maneira singular sobre a compreensão da não existência de um sentimento de inferioridade ou menos realização em torno de outras mulheres que vivenciaram a maternidade biologicamente. Diante disso, as respostas giraram em relação a recusa da compreensão do desenvolvimento da maternidade como essencial para a vivência e completude feminina, como destacado no fragmento:

A possibilidade de fazer escolhas pessoais sobre ser mãe ou não? Não é um fator determinante para ser mais feminina ou não! Isso não passa de um preconceito ideológico que a sociedade impõe sobre às mulheres. É como se fosse uma

obrigação da mulher se justificar a toda hora para uma sociedade cruel. (LUTZ, 2020).

As vivências femininas, durante muito tempo impostas culturalmente de acordo com os modos convenientes e um determinado período, dadas as investidas sociais, políticas e econômicas, que fazem das mulheres seres ainda sujeitos a estereótipos e determinações apontadas como intrínsecas a sua condição de mulher, foram sofrendo transformações que gradativamente inseriram uma nova mentalidade nesse público de que a maternidade não poderia ser o único objetivo de vida. Contudo, é possível afirmar que a maternidade como essencial para a completude feminina se traduz, na verdade, em um mito construído e perpetuado culturalmente.

Tal afirmação se baseia na presente pesquisa, bem como nos estudos de Georgiane Vázquez (2015, p. 205) onde “escolher outras formas de afeto, de vida, de sonhos e ter que justificar a ausência de filhos pode incomodar de maneiras diferentes, ou nem incomodar. Maternidade, enfim, não é destino”. A maternidade como resultado de um ato humano e envolvendo, sobretudo as mulheres, deve se fazer objeto de direito de escolha, onde possa ser de fato desenvolvido ou não a partir da plena consciência feminina, a partir de sua liberdade, e que a sociedade tenha um olhar cada vez mais respeitoso e afetuoso para com todos os grupos de mulheres, sendo estas mães ou não mães.

À vista disso, foi possível constatar diferenças entre as entrevistadas em relação ao grau de instrução, camada social e, conseqüentemente, de conscientização sobre a maternidade, compreendendo que para as entrevistadas que tiveram filhos, ou seja, aquelas pertencentes ao primeiro grupo, as funções de cuidar e amamentar eram exercidas com unanimidade pelas mulheres. Já as entrevistadas do segundo grupo, aquelas que

por problemas de saúde ou por falta de interesse não tiverem filhos, entendiam que a maternidade não era o único fator de felicidade e satisfação integral das mulheres.

Nesse sentido, a medicina também tem papel de destaque no controle das emoções e da mentalidade da sociedade em torno da gravidez das mulheres, contribuindo para manter a concepção de que a maternidade deve ser o objetivo maior do público feminino. Para Joseanne Marinho (2018), a gestação pode ser encarada como um dos elementos influenciados pela medicina, onde a medicalização tem o intuito de disciplinar comportamentos e atitudes relacionadas à doença, evidente ou iminente, a partir de um conjunto de iniciativas educativas, higiênicas e curativas. E nesse contexto o comportamento das mulheres gestantes passa pelos olhares dos novos aspectos médicos científicos como uma forma de manter as crianças sob proteção e permanecer a ideia de mulher dócil.

4. Considerações Finais

A partir das análises expostas no presente estudo, foi possível perceber como a maternidade e a não maternidade, juntamente com todos os aspectos no cerne dessas questões - os ideais de mulher mãe, os cuidados maternos, a participação do discurso médico psicológico, a contracepção, a infertilidade e a própria não presença da maternidade- eram vistos a partir da visão da Revista Pais e Filhos, no período de 1968 a 1972, na qual era um veículo de informação de circulação nacional brasileira, bem como diante das entrevistadas e acervo bibliográfico, nos quais refletem questões até o ano de 2018.

Não é possível, deixar de levar em conta que o país passou durante o recorte temporal dessa pesquisa – 1968 a 2018- , por diferentes momentos políticos desde um período ditatorial, em que se tinha características opressoras para to-

dos os cidadãos, sobretudo para as mulheres, cuja condição foi construída culturalmente de maneira excludente e opressiva pela e na sociedade, em que encontrava-se em momentos de busca pela inserção e ascensão aos espaços públicos, no que diz respeito a maiores níveis educacionais, a saúde e o bem estar da mulher. Até a reabertura política e retorno da democracia, embora gradativamente.

Foi possível perceber que a maternidade era vista, no dado recorte de 1968 a 2018, em uma crescente partindo desde atributo indispensável para o ser mulher, procurando despertar o ser feminino em sua maneira mais completa, portanto sinônimo de realização pessoal, até a maior liberdade em torno do seu próprio corpo, decidindo pelo desenvolvimento da maternidade biológica ou não. E não se tratou de uma maternidade qualquer, mas sim, de uma condição materna relativamente homogênea, onde se traduzia no cuidado e proteção da prole sempre vinda em primeiro lugar, como na presença do filho e da filha de maneira constante, devendo ser aproveitado cada minuto desses momentos, pois depois que findasse a fase infantil, essa mãe não teria mais a completa atenção dos filhos, o que gerava um importante desafio às mulheres que se dedicaram à maternidade de forma integral, fazendo dela o seu ofício. Até mesmo quando a Revista aborda a não maternidade, esta se dá com aspectos ainda influenciadores da importância do maternalismo junto à vida feminina.

Contudo, havia as mulheres mães que não possuíam condições para a busca dessa colaboração, pois muitas vezes essas mulheres negras, pobres era quem se destinavam aos lares das mães abastadas, em que as últimas poderiam por muitas vezes conciliar o trabalho com a maternagem, pois teriam adquirido a ascensão ao espaço público de trabalho, podendo deixar os trabalhos do lar e se direcionarem ao trabalho na sociedade. Porém as mulheres adquirem essa inserção através de uma in-

versão de lugares, já que as mulheres pobres realizam os afazeres domésticos nas casas das mulheres abastadas.

Versando sobre a maternidade e não maternidade, bem como seus atributos direcionados pela Revista Pais e Filhos, nos dados de pesquisas do IBGE e do CNPq, foi possível analisar que ao escolher a carreira acadêmica e profissional muitas mulheres foram relativamente relegando a um segundo plano o interesse por ser mãe. A pressão social na maioria das vezes agia com um impulso para fazer com que as mulheres fossem direcionadas ao desejo da maternidade, sendo tratadas com desconfiança aquelas que tinham um pensamento contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BESSE, Susan. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

ELIAS, Norbet. *O Processo Civilizador*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento de prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, Brasília, n. 38, p. 1-13, 2018.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações so-

ciais de sexo. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

LUTZ. Entrevista I. [maio 2020]. Entrevistadora: Thayná Guedes Assunção Martins. Timon, 2020. 1 arquivo.m4a.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 3.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter Sadia a Criança Sã*”: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiaí: Paco editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares; MARTINS, Thayná Guedes Assunção Martins. “*Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe*”: A negação do maternalismo em Teresina (1995-2018). Relatório Final Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UESPI, 2020.

MINISTÉRIO da ciência, tecnologia e inovações. *Brasil: Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/estatisticas1>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MINISTÉRIO da ciência, tecnologia e inovações. *Número de bolsas (país e exterior) segundo modalidade e sexo do bolsista*, 2014. Disponível em: <<http://cnpq.br/estatisticas1>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MINISTÉRIO da educação e cultura. *Trajetória da Mulher na Educação Brasileira*, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias>>. Acesso: em 01 mar. 2021.

ORQUÍDEA. Entrevista II. [maio 2020]. Entrevistadora: Thayná Guedes Assunção Martins. Timon, 2020. 1 arquivo.m4a.

PAIS & Filhos. *Quem somos*, 2021. Disponível em: <<https://paisefilhos.uol.com.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PARENT in science. *Trabalho comprometido: produtividade*

das pesquisadoras que se tornaram mães cai significativamente em relação às que não tem filhos, 2017. Disponível em: <<https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

RIO, Elianne Pires do. Você é obrigada a ter filhos? *Revista Pais e Filhos*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 38-42, 1971.

_____. Não tenha medo de ter filhos. *Revista Pais e Filhos*, Rio de Janeiro, n.8, p. 6-9, 1969.

ROSA. Entrevista III. [maio 2020]. Entrevistadora: Thayná Guedes Assunção Martins. Teresina, 2020. 1 arquivo.m4a.

SANTANA, Joelma; WAISSE, Sílvia. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962- 1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, n. 2. 1990.

VÁZQUEZ, Georgiane. *Da mãe que não fui: A experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX*. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

WILLIAMS, Wendy; CECI, Stephen. *When scientists Choose Motherhood*. Disponível em: <<http://www.americanscientist.org/issues/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

O homem pela roupa: a propagação da elegância e da idealização do homem republicano caxiense

*Marta Gleiciane Rodrigues Pinheiro¹
Jakson dos Santos Ribeiro²*

1. Introdução

O presente texto visa explicitar a relação existente entre a moda e a masculinidade durante o primeiro período republicano na cidade de Caxias/MA, e como tal relação foi percebida como relevante para construção da identidade masculina e como o modelo das vestimentas desses homens eram difundidos na cidade.

Nesse compasso, é importante salientar como a própria cidade Caxias se encontrava nesse momento, onde a moda era entendida como um fator importante para compreensão das questões do comportamento do homem. Por exemplo, a cidade, à luz da imprensa da época, se se voltava para uma urbe

1. Marta Gleiciane Rodrigues Pinheiro, graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC. E-mail: martha.gleiciane123@gmail.com.

2. Jakson dos Santos Ribeiro, professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em História (UEMA). E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com.

com ares modernos. Notava-se uma busca pela efetivação dessa nova dinâmica social em que ocorria a transição para uma sociedade moderna. Como cita Ribeiro (2019):

Ao pensar o tempo das chegadas das fábricas, a cidade envolve-se de um status de modernidade, os homens, figuras entendidas como os roteiristas dessa macha, trazem a Caxias o tempo das fábricas, a cidade fabril, cuja dinâmica da economia articula-se agora pelos efeitos causados a partir dos barulhos das máquinas produtoras de tecidos em grandes escalas (RIBEIRO, 2019, p. 313).

Desse modo, nota-se que a vestimenta era um fator que representava a modernidade, bem como o poder dos homens republicanos dos segmentos abastados caxienses, preocupação essa exigida pela urbanização da cidade, como aponta Machado (2007):

Os homens que quisessem ser reconhecidos como honrados, além de cuidar da saúde do corpo tinham que se preocupar com a aparência. Nota-se que a emergência desta preocupação coincide com um momento de maior circulação de pessoas pela cidade, tanto de homens quanto de mulheres, em busca das novas formas de sociabilidade que foram surgindo no espaço urbano (MACHADO, 2007, p. 85).

E partindo desta esteira de transformações, o homem se tornou distinto, criaram-se outros perfis masculinos, os segmentos outrora existentes se evidenciaram mais e mais; os homens abastados e os menos abastados, no cenário social, ganharam forças para afirmarem quem seria o padrão e quem seria, e estaria sendo, o copião de performances, elegância na sociedade. Tendo em vista que através da moda podemos perceber diversos fatores, uma vez que as roupas nos permitem a revelação de costumes, práticas e histórias de uma socie-

dade, no caso do estudo proposto, os homens caxienses, além de ser uma vertente que nos permite uma análise inovadora da história local, como é explicado por Reis da Silva (2015):

O vestuário usado em uma certa ocasião permite abranger melhor a co-relação existente entre o fenômeno que é a moda e os hábitos e costumes de uma sociedade induzidos por acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Os diferentes significados relacionados às práticas do vestuário são enquadrados histórica e socialmente de modo a relacioná-las às estruturas sociais, às mudanças de comportamentos, na política e na economia (REIS DA SILVA, 2015, p. 36).

Percebemos, então, que a partir do estudo aprofundado da moda, pode-se descobrir as razões porque determinada roupa estava em voga, a influência alcançada por quem a trajava nas relações sociais e a definição do papel na sociedade, com base no sexo biológico. Assim sendo, os manuais de moda, no contexto aqui proposto, será a chave para compreender o comportar-se e o vestir dos homens caxienses.

Nesse caso, Prado (2019) aponta que vestir o corpo decorre de razões socioculturais múltiplas, singulares e coletivas, mobilizando um amplo espectro de interesses econômicos e de atores sociais privados, públicos e institucionais.

Por essa ótica, é importante salientar que a vestimenta, dada a diferenciação atribuída à design, cor e tamanho, a roupa assume uma relação de poder e, conseqüentemente, de gênero, situação apontada a seguir:

O traje marca, desde então, uma diferença radical entre o masculino e o feminino, sexualiza como nunca a aparência [...]. O vestuário empenha-se, assim, em exibir os encantos dos corpos acentuando a diferença dos sexos: o gibão estofado dá relevo ao tórax masculino, as braguilhas terão por

vezes formas fálicas; um pouco mais tarde, o espartilho, com sua armação, permitirá durante quatro séculos afinar a cintura feminina e erguer o colo [...]. O traje de moda tornou-se traje de sedução: não mais apenas símbolo hierárquico e signo de estatuto social, mas instrumento de sedução, poder de mistério e segredo, meio de agradar e de ser notado no luxo, na fantasia, na graça amaneirada (LIPOVETSKY, 1987, p. 65-66).

Com isto, especulamos que os manuais de moda e jornais estão inclusos nessa relação da construção social do que era ser mulher, como vestir-se e comportar-se na Primeira República, de modo que a elegância da roupa trajada por esses homens republicanos está além da estética, partindo disso, podemos perceber que a moda funciona como fator social, possuindo suas significações, assim, “a moda pode ser entendida como um conjunto de opiniões, gostos e apreciações críticas, modos de agir, viver e sentir coletivos aceitos por determinado grupo humano num dado momento histórico” (PINA, 2006, p. 29).

2. O homem e a moda

A moda é um fator presente na cultura, influenciando no comportamento dos sujeitos. Vamos perceber essa questão, principalmente em decorrência da urbanização que acontecia na cidade de Caxias/Ma, fator de grande importância. Como indica Schup (1999), a urbanização exige assim uma nova cultura física masculina e feminina, novas atividades e novas formas de apresentação corporal próprias à cidadania que se institui na cidade[...].

Comumente, a ideia do que vem a ser moda está atrelada às mulheres. Todavia, faz-se necessário estudos, como o aqui proposto, para que problematize e se perceba que a moda e sua

significação social se trata de um fenômeno que abrange todos os sexos, em todos os tempos. Nesse caso, segundo Pina (2006, p. 31), o “[...] estuário de moda é considerado uma expressão de valores individuais e sociais, uma maneira de expressar a personalidade, se apropriando de uma forma de comunicação não verbal”.

Sendo assim, a temática parte da problemática acerca de como a moda foi importante para se inculcar, no imaginário social, a imagem do que era ser homem, a forma como se vestiam e se comportavam na sociedade, visto que por meio das roupas podemos entender não somente o recorte temporal estudado, mas também as várias faces da subjetividade e identidade masculina do homem, uma vez que:

Pensar como o homem foi e ainda hoje é representado na comunicação publicitária, e como essas estratégias midiáticas que naturalizam atributos às mercadorias, logo, transferíveis para quem as consoma, e como esse “homem masculino” pode ser construído a partir da intersecção entre cultura, consumo e representação (midiática). (POSTINGUEL, 2015, p. 17).

Nesse contexto, jornais e revistas exibiam, através dos discursos feitos pelos seus redatores, que possuíam o controle dos meios que distribuía, regulavam e tornavam conceitos e comportamentos como um ideal a ser alcançado, praticado e propagado em todos os espaços da sociedade, fato ainda frisado por Postinguel (2015, p. 14) em que “[...] práticas de consumo dá pistas para entendermos o processo de constituição de identidades masculinas, ensejadas a partir da circulação de representações midiáticas de masculinidades”.

Nessa conjuntura, os jornais e revistas exibiam através dos discursos feitos pelos seus redatores, que possuíam o controle dos meios que distribuía, regulavam e tornavam conceitos e

comportamentos como um ideal a ser alcançado, praticado e propagado em todos os espaços da sociedade, era fortemente incutido no imaginário social dos homens. Nesse caso, “[...] a imprensa colaborou para a divulgação e construção desse modelo de masculinidade pretensamente hegemônico, o qual pautava-se num ideal de civilidade que a elite urbana procurou instaurar” (MACHADO, 1999, p. 33).

Por essa via, a cidade de Caxias, conhecida como a Princesa do Sertão, possuía um forte vínculo com os novos ares de civilidade e uma das estratégias dos jornais, juntamente com os comerciantes, era dedicar um espaço para anúncios de eventos especiais, de onde surgiria a “necessidade” para obtenção de roupas adequadas. Sendo que os principais eventos eram os festejos religiosos promovidos pela igreja católica, tais festejos reuniam um número considerável de pessoas, os quais tinham nesses eventos uma boa oportunidade para exibição de sua elegância, no caso, estamos nos referindo ao festejo religioso de São Sebastião, como nos traz o jornal O Caixeiro;

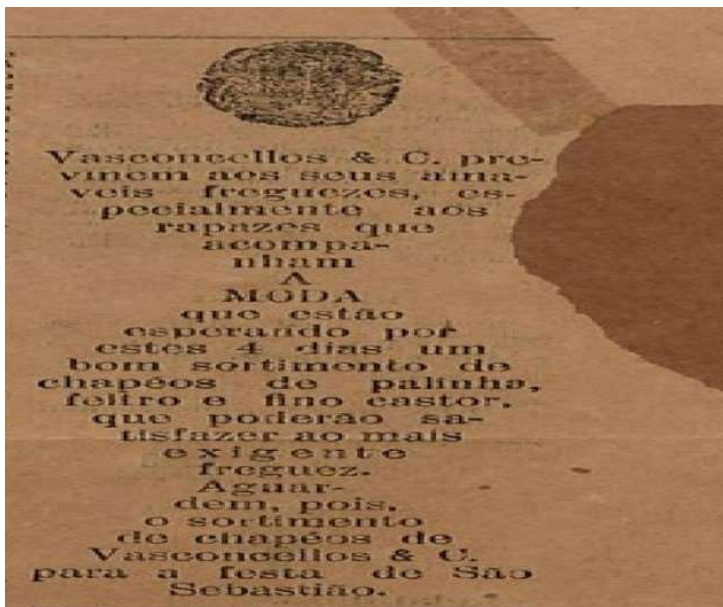


Figura 1 - Fonte
Jornal Caxeiro,
17 janeiro de 1916.

Nesse aspecto, os jornais funcionavam, de certa forma, como “manuais de moda”, e assim sendo, podemos entender

como operacionavam os desdobramentos da sociedade e, mais precisamente, como abordavam a moda masculina em suas colunas e anúncios, de tal modo, fica explícito o poder da imprensa para a construção do imaginário social da população, como verifica-se abaixo:

[...] há que se considerar a representatividade que a imprensa passou a ter no imaginário popular. Expressar conceitos e opiniões era, de fato, possuir poder. Através do que imprimia – transformando em verdade inquestionável – seria, sobretudo, propagadora de ideias e formadora de consenso em torno dessas mesmas ideias. (BARBOSA, 1997, p. 90).

Vale destacar que O *jornal Gazeta Caxiense*, da propriedade da “Typographia” de Vicente de Paula Teixeira Mendes, era editado três vezes por mês, nos dias 10, 15 e 20, respectivamente. A primeira publicação acontece em 1º de setembro de 1887, e, posteriormente, cada edição irá conter 4 páginas e sendo lançado somente em 20 de agosto de 1892. Como outros periódicos, a *Gazeta Caxiense* mostra a modernidade, mas também os estilos de roupas novas que deveriam ser usadas pelos homens. Na edição de 20 de setembro de 1887, página 01, encontramos uma manchete intitulada “Porque não se inaugurou a fábrica de tecidos?”, na qual reclamam de não ter acontecido a inauguração da fábrica, pois o evento faria com que se espalhasse a prosperidade da cidade “[...] o que muito importa para o desenvolvimento de nossa indústria e engrandecimento local[...]. A inauguração é que dará o grito de progresso de nossa terra e só assim saberão ao longe que em Caxias já há produção, já há indústria[...].” (*Jornal Gazeta Caxiense*, 20 de setembro de 1887, p. 01).

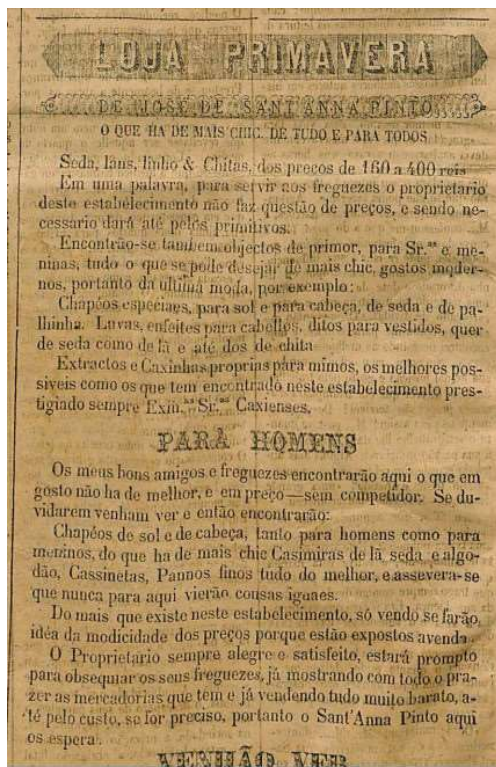
Em 20 de julho de 1888, publicação de número 33, na página 4, tem-se outro um anúncio da Loja Primavera, pri-

meiramente fazendo um apanhado geral dos seus produtos e, logo em seguida, destaca os produtos especificamente para os homens, levando o que há de mais *chic* para os seus frequentes. E, querendo ou não, o homem tinha que manter e reafirmar constantemente sua virilidade, visto que a moda não era, nem é, um assunto exclusivo e pertencente ao gênero feminino, sendo uma relação de complexidade, além da estética, sendo assim:

Apresenta-se tanto como meio de expressão, como intercessora de relações de aparência entre os sujeitos. Relações estas que se dão sobre o corpo e pelo corpo, que se torna lugar de significações através das diversas formas de configuração do vestuário e da Moda nos espaços sociais. (SENA, CASTILHO, p. 47).

Desse modo, é importante mencionar que durante a Primeira República a roupa era a forma de como se percebia o padrão de homem ideal. De acordo com Raspandi (2013) “[...] a República era identificada com um projeto de modernização do país: rejeitava-se tudo o que era relacionado ao regime anterior” e nesse cenário, com a sociedade consumista que surgia bem como o que consta nos jornais, a princesa do Sertão, apesar de interiorana, não diferia do restante do país, e assim sendo, o homem tinha que seguir os modelos impostos pelos discursos dos jornais e revistas, formados pela sociedade.

Figura 02- Fonte: Jornal gazeta caxiense, 1888, p. 4



Outro jornal que circulava na cidade, que trazia anúncio de acessórios e roupas especialmente para os homens caxienses, era o noticiário intitulado ‘*O Caixeiro*’, e tinha como diretor, Oswaldo Teixeira Mendes, sendo sua circulação duas vezes por mês, a primeira publicação foi em 23 de setembro de 1915, sendo possível conferir no site da Benedito Leite as edições do jornal do ano de 1915 a 1916. O referido jornal apresentava anúncios voltados para a loja Vasconcellos & C, estabelecimento que se encontrava na rua 1º de Agosto, e já na primeira edição tem-se dois informes sobre roupas e acessórios. O primeiro deles traz “[...] lindos cortes de pura camiseria inglesa [...]”³ e o outro, destaca a variedades de “[...] chapéus para homens e senhoras, crianças, vindas pelo último das melhores casas do Rio, da loja Vasconcellos & C [...]”⁴.

Porém, é importante ressaltar que a maioria dos homens caxienses continuavam nos serviços agrícolas e tralhando de

3. Jornal caxeiro, 1915, p, 4

4. Jornal caxeiro, 1915, p, 4

mão de obra barata na fábrica de tecidos, tendo contato com esse mundanismo chic apenas pelas páginas desses jornais.

Ainda sobre O Caixeiro, observa-se que no decorrer do folhetim mais anúncios são encontrados da Loja 'Vasconcellos & C' e de outro estabelecimento, denominado 'Loja João Leitão'. Em suas folhas também estão anúncios de vários estabelecimentos comerciais da cidade e seus produtos, homenagens para algumas figuras masculinas do período, notícias de venda de imóveis e festas religiosas, observe na imagem abaixo um exemplo de anúncio com as novidades que chegavam na cidade:



Figura 03 - Fonte Jornal Caxeiro, 17 janeiro de 1916.

Encontramos outro periódico que trazia alguns anúncios, trata-se do Jornal *O Janota*, que era um órgão da loja do povo, que etimologicamente significa:

[...] pessoa que dedica muito empenho e atenção à sua aparência ou apresentação; apumado, elegante, catita ou pimpão; que se veste em conformidade com as tendências da

moda; que denota elegância, requinte ou primor; que é chique; Indivíduo que tem grande esmero e cuidado com a sua aparência e com as peças de roupa que veste (Dicionário de Português Online).

O folhetim supracitado era propriedade de Teixeira e Muniz, sua publicação ocorria quinzenalmente, tendo sua primeira edição em 15 de janeiro de 1904 e a última, em 15 de novembro de 1904. Dessa forma, encontramos no bojo do referido jornal um anúncio da loja do povo, que era localizada na rua Arão Reis, intitulada “artigos para homens”, onde são apresentados objetos como “cachemiras, collarinhos, chapéus, punho e bengalas”. Ainda sobre o Jornal Janota, encontramos no reclame de 15 de novembro de 1904, página 4, uma propaganda com a temática entre figurões, em que dois homens aparentemente dos segmentos abastados, dialogam sobre a elegância e fineza das roupas trajadas por um deles, para assim divulgar a loja do povo, como demonstra a figura a seguir:



Figura 04- Fonte: jornal o Janota, 1904, p.03.

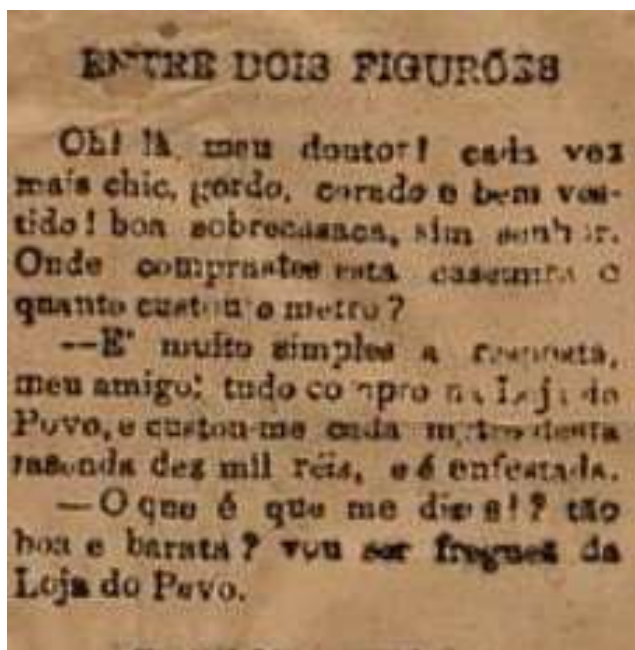


Figura 05 - Fonte: jornal Janota, 1904, p.4.

Isto posto, nota-se que os jornais citados apresentavam “[...] o perfil de homem correto e elegante, [...], era o daquele que se distinguia pela sobriedade e simplicidade no trajar, deixando para a mulher os excessos de ornamentos” (RAINHO, 2002, p.141). Já a figura masculina era abordada no jornal segundo estereótipos, os quais expunham os deveres e obrigações a serem cumpridos por eles, principalmente acerca do papel como marido. Destacando que no jornal O Janota encontramos uma manchete que expõe o conselho do bispo do Pará sobre as obrigações do marido. Além desses anúncios, o periódico apresenta charadas, Passa-Tempo e poemas.

Vale salientar que a presença dos próprios homens perante a sociedade era uma maneira de interiorizar o ideal de masculinidade, pois é perceptível durante a pesquisa que esses homens elegantes tinham um fluxo intenso entre a Princesa do Sertão, Caxias, e a capital, e vice-versa, visto o destaque que os jornais davam quando alguma figura chegava na cidade e/ou capital. Já os segmentos populares, ao observar a imagem dos ditos elegantes, nos jornais ou presencialmente, almejavam alcançar e tornar-se elegantes como tais. É importante frisar que

esses periódicos eram destinados aos segmentos abastados, contudo, isso não significava que os demais não teriam acesso, uma vez que “é claro que estas representações se referiam a um público específico, aos leitores dos jornais, comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, o que não impedia o acesso a tais representações por parte das camadas não letradas” (MACHADO, 1999, p. 45).

Anfrízio Leandro Lobo, recentemente chegado das capitais do Maranhão e Pará, tem seu estabelecimento comercial um variado sortimento de tecidos abertos, de todos os gostos; fulares de seda, última moda; lindos chapéus para passeio, o que há de mais chique; leques finíssimos, enfeites de todos os gostos e feitios, tanto de seda como de algodão; perfumaria, completa escolha dos mais acreditados e afamados produtores; fazendas em geral, molhados e ferragens, infinita e inumerável misselanea do que há de melhor e mais moderno no grand monde (Jornal Gazeta Caxiense. Caxias - MA. 12 mai. 1893, p. 02-03).

Observamos, também, que os estabelecimentos comerciais utilizavam os anúncios dos jornais para listar todos os seus produtos modernos, finos e elegantes, com o objetivo de chamar ainda mais a atenção dos clientes, sempre frisando a origem desses produtos, como é explicitado no anúncio sobre produtos chegados da capital do Maranhão, e também Pará, em Caxias, ficando evidente a influência de São de Luís.

Os jornais, como já citados, retratavam a Princesa do Sertão em seus ares de modernidade e progresso, refletindo o esplendor da temporalidade estudada, dentre a qual a imagem projetada para representar esses acontecimentos na cidade foram os homens burgueses. Os periódicos homenageavam os homens que prestavam serviços à sociedade caxiense, trazendo notoriedade para esses indivíduos, além de que a roupa

exibia seu poder aquisitivo, visto que a vestimenta produzia a reputação que os homens perpetravam, tanto diante dos seus pares como para si próprios, desse modo “os caxiense não ficavam distantes das novidades sobre o mundo da alfaiataria, visto o movimento dos comerciantes em buscar e trazer o que consideravam, naquele contexto, como a última novidade da moda” (Ribeiro, 2018, 108).

Sob direção de Ausonio Camara e gerente Themistocles Sobral, temos o Jornal ‘Voz do Povo’, o qual na página inicial, publicação datada de 5 de janeiro de 1935, que consta uma manchete em homenagem ao diretor do jornal, em virtude do seu aniversário, e junto à mensagem de felicitações é apresentada uma gravura, representando o próprio aniversariante, trajando roupa refinada e elegante (paletó e gravata borboleta).

Posteriormente, na página cinco da mesma publicação, é anunciada a Loja Pernambucana, em que são retratados homens dos segmentos abastados da sociedade, no desenho estão todos vestidos de terno e sapatos de cores escuras e chapéus em mãos, podendo representar um momento de socialização entre essas pessoas, servindo também para exibir suas vestimentas. Já que “bem como orientam as escolhas das vestimentas mais adequadas a ocasião, a hora do dia e o sexo a idade”⁵, os jornais ditavam o que vestir, além do uso da imagem utilizavam poemas e pequenos textos para reafirmação no imaginário social da importância de possuir o objeto apresentado, como é perceptível na figura a seguir:

5. Rainho, Maria do Carmo Teixeira. A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: editora unb, 202. p.15.

Figura 06 -
Fonte: jornal do
povo, 1935, p.5

Quando afirma que lucidos freguêzes...

Senhores que me ouvís, atentae bem:
Vou vos ler um soneto original,
Que na classe não tem nenhum rival,
Tal cunto de verdade elle contém.

EII-O:

Chega da rua extremamente airosa...
E o esposo ao vê-la entrar assim tão bella,
Exclama abertoso os braços para ella:
-E' lamosa demais! E' mui formosa!

Segue-a uma creadinha appetitosa,
Trigueira, lida e que se chama Stella;
Traja vestes mui finas, de aquarella,
E sobtaça uma carga volamosa.

Rindo a patrão diz para o marido:
-Comprei roupas talvez p'ra 12 mezes,
Com cem mil reis apenas, meu querido!

Vê, pois, que tua esposa não se engana,
Quando afirma que lucidos freguêzes...
Só fazem compras n'A Pernambucana!

A PERNAMBUCANA
de LUNDORÉN & CIA., LTD.
CAXIAS - Rua Dias Carneiro - MARANHÃO

Durante a análise do jornal encontramos um número relevante de anúncios da Loja Pernambucana, sendo seu endereço na rua Dias Carneiro, sempre apresentando em tais anúncios gravuras de homens, sendo que, apesar do clichê de que homem “veste a cueca e qualquer camisa e já está pronto para enfrentar a vida”, eles sempre tiveram/têm preocupação com as vestimentas, principalmente para explicitar o seu gênero e a posição social que ocupa. As vestes possibilitam aos homens produzir sua imagem/reputação, “o vestuário é tomado como dispositivo explicativo/demonstrativo de configurações de ordem comportamental e que demarcam territórios de classe e gênero de acordo com os papéis socialmente marcados”⁶.

Partindo desses pressupostos, os jornais e revistas se tornaram fontes hemerográficas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Uma vez que eram esses periódicos que

6. Costa, Milane. E isso é coisa de homem? Uma análise sobre as masculinidades no campo da moda em Maceió, 2014, p. 2781

divulgavam e difundiam a imagem de homem ideal, os anúncios mostravam a roupa da moda e o que todo homem deveria usar. Em vista disso, fizemos uma análise em Revistas na forma digital, tais como Revista Elegante, Revista São Luís, Revista do Norte, Revista Maranhense e principais jornais caxienses, como jornal Gazeta, jornal O Janota, jornal O Caixeiro, e o jornal Voz do Povo, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite e da Biblioteca Nacional.

De modo geral, esses periódicos analisados traziam anúncios e notícias da última moda para os homens, tendo como referência França ou Paris, os últimos lançamentos de tecidos, paletós, chapéus, ocasionando uma marcação de gênero no recorte temporal, exposto tanto nos comportamentos, ocupação de tarefas, no ambiente de trabalho como em casa. Esses estereótipos são construídos através da imposição do masculino sobre o feminino, além desses, o tipo de vestimenta e as restrições de presença em determinados locais acabam por escancarar as disparidades embutidas na separação do que é pertencente ao “homem” e a “mulher”.

A pesquisa nos explicitou como os folhetins retravam Caxias, ou seja, apresentavam a Princesa do Sertão em seus ares da modernidade e progresso, refletindo o esplendor da temporalidade estudada, sendo que a imagem projetada para representar esses acontecimentos na cidade foram os homens burgueses caxienses. Os periódicos homenageavam os homens que prestavam serviços à sociedade, trazendo notoriedade para esses indivíduos, além de que a roupa exibia seu poder aquisitivo, visto que a vestimenta produzia a reputação que os homens perpetravam tanto diante dos seus pares como para si próprios.

A presente investigação evidencia o progresso que se deu no estudo sobre a moda, visto que a mesma, segundo Lipovetsky, era julgada como algo frívolo, desmerecedora de es-

tudo com cunho científico, no entanto, a percepção de que através da moda seria possível estudar aspectos da sociedade, apesar das maneiras distintas, tendo em vista que fenômeno atingia todas as camadas sociais e, durante a modernidade, não somente na cidade de Caxias, mas de modo geral, promoveu a efervescência de uma sociedade consumista. Possibilitando um ambiente de relações sociais fundamentado na exterioridade apresentada pelo indivíduo.

No decorrer da pesquisa, também notamos que além da implantação da fábrica têxtil, o comércio local foi um fator importante, tanto economicamente como para a demonstração de poder, desses homens e suas famílias, desse modo:

Em relação ao comércio, notamos que era um dos pontos fortes tanto para atuação desses homens como também para a constituição econômica da cidade, nesse momento, mesmo as fábricas impulsionando uma nova dinâmica para Caxias, nota-se no comércio uma fonte representativa de poder dos comerciantes e das famílias tradicionais da cidade. (RIBEIRO, 2019, p. 324).

Vale salientar que o modelo dominante de masculinidade vigente na sociedade, ou seja, o homem viril, autossuficiente e independente, não era fortificado apenas pelos homens propriamente ditos, mas, por todos os envolvidos nessa teia de relações sociais, ainda que de modo inconsciente.

Identificamos, ainda, através do mapeamento realizado nos repositórios de universidades do país, que o número de produções historiográficas nas universidades brasileiras sobre masculinidade ainda é tímido, especulamos que a motivação para tal acontecimento seja a marcação de gênero, tendo em vista que a construção histórica, social e cultural da sociedade impõe que tal temática é estrita às mulheres, o que não condiz com a realidade, pois, através dos trajes, os

homens buscam atingir um ideal de masculinidade, a masculinidade hegemônica.

A tabela abaixo nos mostra o quão é latente a necessidade de se estudar a masculinidade, uma vez que é notório que não existe um único modelo de masculinidade, de ser homem, mas o senso comum nos prega isso, principalmente os meninos que têm a obrigação, desde criança, de assumirem a sua masculinidade, sua identidade masculina, possibilitando o entendimento que a partir da infância era necessário compreender sua marcação de gênero, ou seja, sua identidade de gênero.

Tabela 1 – Produções brasileiras sobre masculinidade por região*

Região	Quantidade de trabalhos
Norte	12
Nordeste	47
Centro Oeste	3
Sudeste	17
Sul	20

*Mapeamos os repositórios de uma universidade federal e uma estadual de cada estado, de todas as regiões e posteriormente somamos, resultando os valores acima

Assim, fica explícita a relevância da presente pesquisa, uma vez que o estudo sobre masculinidade ainda é tímido, como foi percebido através do mapeamento realizado.

3. Considerações finais

Pela observação dos aspectos analisados, salientamos que a moda e a elegância foram fatores essenciais na construção da identidade dos homens republicanos da Princesa do Sertão

durante a Primeira República, principalmente no que se refere aos anúncios publicitários dos periódicos que reafirmavam a necessidade do homem vestir-se elegantemente e de sempre manter a boa aparência, estimulavam a obtenção e utilização de acessórios, peças de roupas que caracterizavam seu prestígio social, evidenciando seu refinamento e sofisticação.

A vestimenta sofisticada empregada também funcionava como distinção social, explicitava a hierarquia social entre os homens, sendo que a masculinidade vigente, naquele momento, era socialmente construída pelos meios de comunicação, que na presente pesquisa são as revistas de moda e os jornais caxienses, e, conseqüentemente, baseada nos discursos apresentados e pela prática social desses discursos, assim sendo, moldando, construindo e influenciando os cidadãos sobre o modelo ideal de homem, uma vez que a publicidade funcionava/funciona como um campo de imposição ideológica, ou seja, a mídia contribuiu para a manutenção do papel do que era ser “macho”, e por mais que a maioria da população fosse iletrada as figuras/fotografias presentes nos periódicos faziam com que eles entendessem a mensagem, logo, aumentando sua circulação e o público, ficando explícito o peso desses folhetins.

Com o advento da Primeira República, as mudanças nas relações sociais e a influência dos modelos europeus (*belle époque*), as vestes masculinas passam a compor um novo significado sociocultural, agora, além de uma simples peça de roupa, as vestes passam a representar, qualificar e separar os homens, reforçando que o modelo dominante de masculinidade vigente na sociedade, era propagado principalmente pelos jornais, isto é, o homem viril, autossuficiente e independente, fato fortificado não apenas pelos homens propriamente ditos, mas por todos os envolvidos nessa teia de relações sociais, reforçavam essa marcação de gênero através das roupas.

Dito isso é explícito que o papel dos homens honrados e elegantes na sociedade era da dominação sob as masculinidades subalternas e qualquer outra masculinidade que não correspondia com seus ideais de homem perfeito, e na busca de ser o homem perfeito ocorria apenas a manutenção do círculo vicioso da dominação e desigualdade entre as masculinidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880 – 1920)*, 1997.

COSTA, Milane. *E isso é coisa de homem? Uma análise sobre as masculinidades no campo da moda em Maceió*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

Dicionário de Português Online com significados, definições e sinónimos de mais de 320.000 palavras da língua portuguesa. Dicionário português europeu. Disponível em: <https://www.lexico.pt/janota/>. Acesso em 18/01/2020.

Jornal Caxeiro de 1915.

Jornal Caxeiro de 1916.

Jornal do povo de 1935

Jornal Gazeta Caxiense de 1887.

Jornal Gazeta Caxiense de 1888.

Jornal Janota de 1904.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu des-*

tino nas sociedades modernas. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACHADO, Vanderlei. *Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)*. 2007.

MACHADO, Vanderlei. *O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1884)* (Dissertação) Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

POSTINGUEL, Danilo. *Homem homem, homem com h e homem imagem: Masculinidades midiáticas nas culturas do consumo*. Dissertação (Mestrado em comunicação e práticas do consumo) Programa de Pós-graduação em Comunicação – Escola Superior em Propaganda e Marketing ESPM. São Paulo.

PINA, Christine dos Santos. *Moda e sua História*. In.: *O efeito coorte e o desenvolvimento das preferências por moda feminina*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Administração, 2006.

PRADO, Luís André do. *Indústria do vestuário e moda no Brasil do século XIX a 1960: da cópia e adaptação à autonomização subordinada*. 2019, p. 433. Tese de doutorado em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora UnB, 2002.

RASPANTI, Márcia Pinna. *O que “eles vestem”*: moda, vaidade

e masculinidade no Brasil. In. História dos homens no Brasil
AMANTINO, Márcia; PRIORE, Mary del. História dos homens no Brasil. (Org.) – 1 ed. – São Paulo: Editora: Unesp, 2013.

REIS DA SILVA, Ludéllen. *Do espartilho à minissaia jeans: reflexos da emancipação feminina na moda vestimentária da mulher caxiense (1980-1990)*. Caxias - MA: CESC/UEMA, 2015.

RIBEIRO, Jakson dos Santos. *A Princesa do Sertão em tempos Republicanos: O sentir-se moderno da cidade*”. In: Maranhão: campo e cidade (séculos XX-XXI) – São Luís: Editora UEMA, 2019.

RIBEIRO, Jakson dos Santos. *Filhos da princesa do sertão: representações da masculinidade na imprensa em Caxias/Ma durante a Primeira Republica*, (Tese dourado) Universidade Estadual do Pará, Belém, 2018.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20* São Paulo: Boitempo Editorial/Editora SENAC, 1999.

SENA, Taísa Vieira; CASTILHO, Kathia. *Moda e masculinidade: Breves apontamentos sobre o Homem dos séculos XX e XXI*. 2011, p.46-46

Masculinidade em Oeiras/PI: Algumas considerações sobre práticas cotidianas violentas (2015-2016)

*Antonio Bispo dos Santos¹
Angela Maria Macêdo de Oliveira²*

1. Introdução

São diversas as atividades que compõe uma formação acadêmica por excelência, dentre elas, o tripé fundamental é formado por ensino, pesquisa e extensão. A formação para além da sala de aula, como por exemplo, a atividade desenvolvida em pesquisa ou extensão e, se possível, com Bolsas, proporciona ao discente uma dedicação integralmente à sua formação universitária, pois a realidade de uma grande parte dos discentes é conciliar os estudos na Universidade com um trabalho remunerado.

Este texto trata de experiências de pesquisas contempladas pelo Programa Institucional em Bolsas de Iniciação Cien-

1. Graduado em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, campus Professor Possidônio Queiroz – Oeiras/PI. E-mail: antoniosantosuespi@gmail.com

2. Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em História (UFPI). Profa Assistente III da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: angelaoliveira@cchl.uespi.br.

tífica - PIBIC³, desenvolvida na Universidade Estadual do Piauí, entre os anos de 2016 e 2017, no Campus Possidônio Queiroz, na cidade de Oeiras/PI. O Projeto de Pesquisa intitulado “Da legitimidade à condenação social: gênero e violência no município de Oeiras/Piauí (2006-2016)” teve como objetivo: cartografar as violências de gênero no município oeirense, ocorridas nas esferas pública e privado. Esse projeto possibilitou iniciar um levantamento de fontes que tratassem de violências de gênero em diferentes instituições no município e demandou novas pesquisas, algumas já foram concluídas e outras estão em andamento⁴.

As experiências de pesquisas proporcionadas pela Iniciação Científica constituem fases importantes para os discentes definirem temáticas, que na maioria das vezes se desdobrarão no Trabalho de Conclusão de Curso. Neste caso, foram significativos os diálogos ocorridos nos encontros do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero – GRUPEHCGE, bem como os primeiros contatos com os arquivos e as fontes. A temática escolhida, masculinidades, só foi possível após as experiências obtidas pelo PIBIC (2016/2017), que previa levantamento de fontes orais (entrevistas com homens e mulheres envolvidos em situações de violências) e fontes escritas (boletins de ocorrência), estas constituídas pelo levantamento de fontes policiais que tratassem de violências de gênero localizadas na 4ª Delegacia Regional de Oeiras. Devido ao volume de dados, necessidade de organização e limpeza do acervo, constituído por diversos Livros de Registros de Ocorrências, o levantamento feito durante o período de vigência do PIBIC, ficou restrito aos anos de 2015 e 2016.

3. Momento importante de vivência universitária, pois, tive a oportunidade de iniciar na pesquisa por ocasião de ter recebido uma Bolsa de Ações Afirmativas.

4. SANTOS, 2018; DANTAS, 2018; OLIVEIRA, 2020; OLIVEIRA; BRITO, 2020; OLIVEIRA, 2021.

Além do levantamento das fontes oficiais e escritas, posteriormente, foram realizadas entrevistas, a partir da metodologia da história oral e, neste caso específico, foram feitos registros sobre trajetórias de vidas de alguns homens de diferentes idades, tentamos captar os significados que eles atribuíram à masculinidade, bem como entender o contexto e o envolvimento ou não em situações de violência. Esse contato inicial com as fontes e o próprio desenvolvimento da pesquisa, proporcionado pelo PIBIC, foi essencial para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão no Curso de História, intitulado “Masculinidade, alcoolismo e violência em Oeiras: a construção histórica dos gêneros (2015 - 2016), que foi defendido em 2018.

Para discutir masculinidades, é fundamental recorrer às imagens que os brasileiros e oeirenses esperam de si e do outro. Em nossa cultura, são imputadas aos homens características como honra, coragem, força, heroísmo, virilidade, ousadia, audácia. Por outro lado, são negadas características como fragilidade, sensibilidade, impotência. A masculinidade é uma construção social, deve ser percebida como atributos e aprendizagens ensinados e subjetivados desde a infância, fase da vida em que os meninos eram (e ainda são), ensinados a se comportarem de forma estereotipada, vinculados às prescrições ou modelos fechados considerados ‘adequados’ ou não à comunidade na qual ele está inserido, desde muito cedo, “em sua socialização entre pares, meninos aprendem e legitimam certos comportamentos, por exemplo, correr riscos, para provar coragem e ousadia, violência para provar força, assédio sexual para provar virilidade” (URRA, 2014, p.126-127).

Ao tratar da primeira fase na vida dos garotos, o historiador Ivan Jablonka, por exemplo, aborda o percurso da formação dos valores viris, desde a tenra infância, como os listados pelo psicólogo Flávio Urria (2014). O autor cita que, desde mui-

to cedo, é ensinado ao gênero masculino valores rígidos com o objetivo de levar a criança a considerar que, para ser aceito na comunidade, ele precisa ‘endurecer-se’, continuamente, a partir de um “longo caminho que deve percorrer o menino antes de se tornar um homem! Imberbe, delicado, frágil, impúbere, ele não possui nenhum dos atributos da virilidade” (JABLONKA, 2013, p. 37).

A partir do momento em que os meninos começam a deixar o contato mais direto com a mãe e passam a ter uma convivência com outros meninos na escola, na rua, ou outro espaço de socialização, como nas brincadeiras infantis ou em esportes vão “aprendendo” a se tornar homens. O sociólogo francês Daniel Welzer-Lang (2001) utiliza a metáfora *casa dos homens*, que são espaços de socialização simbólicos e físicos, para analisar as experiências cotidianas pelas quais os meninos aprendem a competir de forma violenta e serem agressivos, por exemplo, na escola, para se integrarem. Os pequenos começam a aprender que é ‘necessário’ ‘copiar’ comportamentos dos maiores, observam como nas brincadeiras dos corredores necessitam empurrar, agredir, discriminar para serem aceitos na comunidade masculina.

[...] aprender a respeitar os códigos e ritos na entrada da casa-dos-homens, se dissociando do mundo das mulheres e das crianças e saber a ser homem é aceitar a lei dos maiores [...] essa aprendizagem se faz no sofrimento [...] o pequeno homem deve aprender e aceitar o sofrimento [...] nos primeiros grupos de meninos ‘se entra’ em luta dita amigável (não tão amigável, assim se acreditamos no monte de choros, de decepções, de tristezas escondidas) para se estar no mesmo nível que os outros e depois para ser o melhor. Para ganhar o direito de estar com os homens ou para ser como os outros homens. A educação se faz por mimetismo. Para os homens é um mimetismo de violências [...] o exercício da

violência é uma prática estabelecida entre os homens, desde tenra idade, vivenciada nos espaços de socialização. (WELZER-LANG, 2001, p.462-463)

Portanto, fica evidente que a cultura da violência entre os meninos é aprendida desde muito cedo entre os homens a partir do mimetismo, ou seja, da imitação, a masculinidade violenta, atrelada também com as imagens de competição, portanto, não é inato, não é biológico é uma construção histórico-social conforme vimos com Daniel Welzer-Lang ao utilizar a metáfora *casa-dos-homens* para refletir sobre a construção do masculino a partir da prerrogativa da dominação e de uma cultura da violência, expressa nos mais diversos papéis sociais.

A historiografia sobre masculinidades⁵ nos evidencia que desde infantes a prática de construção da identidade de gênero vai ocorrendo de forma estereotipada, começando na socialização com a família. Meninos aprendem a serem violentos ou não, imitando comportamentos do pai, ou outro familiar, como por exemplo, avô, tio, padrinho. Essa aprendizagem contínua a ocorrer também em outros e espaços sociais, como na escola, ou práticas como os jogos, dentre outras.

Os meninos são ensinados a terem atitudes que o distanciassem de uma pessoa considerada ‘afeminada’, sendo isso, uma das principais funções das práticas atribuídas ao gênero masculino, que é justamente afastar o menino ao máximo de atitudes femininas na vida cotidiana, tanto no ambiente privado, quanto no ambiente público.

“A aprendizagem dos papéis é feita também com a ajuda de brinquedos – espadas, tambores, e bolas para uns, bonecas, cestos e pedaços de pano para outras – que lhes permitem imitar as ocupações dos adultos” (JABLONKA, 2013, p. 39). Essa prática evidencia assim, que desde cedo, as crianças já são direcionadas

5. Uma pequena lista foi detalhada nas referências.

e preparadas para exercerem um papel prescrito e ‘definidor’ de suas identidades. Aos meninos são ensinados a conquistar o espaço público, se tornarem trabalhadores, provedores do lar.

Quanto às meninas, a elas era reservado o espaço privado, doméstico, ensinadas desde cedo a serem donas de casa, esposas e mães, por isso a separação entre os brinquedos. Meninas brincam com bonecas, para irem exercitando a aprendizagem do cuidado. Por que a gestão dos cuidados, seja dos outros ou da casa, é vista apenas como função feminina? É isso que se questiona, os meninos precisam ser ensinados desde cedo a cuidar também, e se as crianças tiverem brinquedos diferentes disponíveis, e pais ou cuidadores que percebam a importância dessa questão, os brinquedos podem começar a possibilitar mudanças futuras, quanto à gestão dos cuidados, algo importante tanto para os meninos, quanto para as meninas. As crianças são livres para brincarem com o que quiserem, entendemos que uma diversidade de opções só traz benefícios.

Entretanto, o que vemos é algo separado, fechado em caixas, por exemplo, nas lojas de brinquedos e/ou de material escolar, os itens continuam sendo pensados separadamente por cores para identificar o que ‘não deve ser’ para determinado gênero. Entendemos que essa questão é importante, quando pensamos nas aprendizagens, se desde cedo, meninos e meninas são ensinados a cuidarem de si e dos outros, eles crescerão sabendo que cuidados da casa, dos filhos, se tiverem, é responsabilidades de todos, e não apenas, das mulheres. Contemporaneamente, já percebemos mudanças, sem dúvidas. Entretanto, com as inúmeras conquistas sociais que as mulheres tiveram, elas continuam com uma sobrecarga maior com as atividades domésticas, em muitos lares, ainda é visto como função feminina e não dos dois gêneros.

A infância também é um momento em que os meninos começam a descobrir novas formas de liberdade, apren-

dem sobre as hierarquias de poder, as vivências e situações nessa ‘jornada’ para as próximas fases da vida, juventude, maturidade. Uma prática bastante comum no Nordeste, nas pequenas cidades, entre os meninos é a caça de pequenos animais, com baladeiras (estilingues), espingardas, dentre outros instrumentos. Para muitos, essa atitude é considerada um fator significativo para os meninos, ao chegarem nas suas casas, por exemplo, com os animais abatidos, momento que os pais poderiam reconhecer em seus filhos a coragem e habilidade para caçarem sozinhos, ou com grupo de amigos. Sobre esse item discutido o historiador Pedro Vilarinho Castelo Branco nos ensina que era uma atividade essencialmente masculina, muito além de lazer, era atividade atrelada à profissão,

para caçar pequenos animais, utilizavam-se de baladeiras; os passeios à beira dos riachos, à cata de frutas nas redondezas, eram de extrema importância, estimulando-lhes o espírito audaz, livre, empreendedor, mas também tratava-se de uma forma de treiná-los, para que aprendessem a lidar com o gado, a administrar as fazendas, e a pescar e caçar – atividades masculinas por excelência nessa sociedade rural e pastoril (CASTELO BRANCO, 2008, p.60)

Podemos compreender, a partir das pesquisas de (CASTELO BRANCO, 2008), que masculinidade deve ser entendida a partir das ideias e práticas ligadas a dada cultura, tempo e espacialidade. Por exemplo, em pequenas cidades, a prática da caça pode ser compreendida não apenas como forma de diversão, de desafio, de liberdade, notadamente, de atividade profissional para esses meninos já aprenderem desde muito cedo, a atividade da caça, para conseguir alimentos. Também pode ser percebida como uma metáfora, atrelada ao papel de dominador no campo da sexualidade, aquele que caça é o caçador ou ‘predador’, seja, nesse contexto, não dos animais, mas, de outras pessoas,

especialmente o gênero oposto, o feminino, quando pensamos nos relacionamentos heteronormativos. Incorporando mesmo que de forma inconsciente uma relação de construção da masculinidade com ideias e práticas de violências, iniciadas com os passarinhos, posteriormente com as mulheres.

Alguns elementos estão ligados à construção e reafirmação social da masculinidade na sociedade analisada, identificamos alguns atributos sobre o *ser* masculino, que é excluir nessa identificação identitária tudo ao que é *socialmente* identificado como característica considerada feminina, como por exemplo, demonstrar sentimentos.

Socialmente, espera-se que os homens sejam provedores do lar, pela inserção social pelo trabalho; que eles tenham muitas experiências amorosas, que sejam violentos, que gostem de exibicionismos, que gostem de caçar, que façam uso de álcool, cigarros, alguns desses atributos podem ser negociados, ou substituídos, pelo seu baixo grau de valor social. Por exemplo, fumar cigarro tem um grau menor como valor social que a ingestão de bebidas alcóolicas na cidade de Oeiras.

Associar a masculinidade ao trabalho é um atributo também valorizado, essa inserção masculina ao mercado de trabalho é um elemento ainda hoje indispensável na formação da masculinidade, “afinal de contas um homem deveria ser provedor, pois essas ações constituíam elementos definidores da masculinidade” (CASTELO BRANCO, 2008, p. 105).

O mundo do trabalho infelizmente, na sociedade analisada, ainda é predominantemente associado ao gênero masculino, mesmo muitas mulheres trabalhando no espaço privado ou público, ainda existe uma expectativa que seja apenas o homem o único a sustentar a casa, a esposa e filhos. O trabalho daria ao homem uma imagem positiva perante a sociedade, pois ele seria visto como homem capaz de sustentar uma casa, prover a família de bens materiais.

O artigo além desta longa introdução, foi desenvolvido em duas partes, na primeira, discutimos metodologicamente a importância do uso da história oral, posteriormente, analisamos algumas falas do entrevistado sobre o que pensa sobre 'ser' homem e o significado da masculinidade para ele. Na segunda parte, foram analisadas as fontes oficiais, constituídas de boletins de ocorrências, coletados na Delegacia de Polícia Civil de Oeiras/PI.

2. As fontes orais na pesquisa em História e algumas experiências de masculinidades oeirenses

A metodologia da História Oral é uma ferramenta de análise das fontes orais, fontes construídas a partir de entrevistas, que começa desde a escolha das perguntas do roteiro até a transcrição da entrevista.

no caso de entrevistas de história oral, ela também requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores a altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos (ALBERTI, 2004, p.19)

Ao sermos interlocutores dessas experiências cotidianas e termos em perspectiva o objeto deste texto, que são as representações das masculinidades na microrregião de Oeiras, é interessante perceber algumas permanências, como também transformações sobre os significados ou elementos que caracterizam a masculinidade, comparando por exemplo, duas gerações distintas, para perceber no que elas se assemelham e no que elas se distancia. Assim associando as subjetividades das memórias individuais, como também das memórias coletivas construídas sobre a temática e adquirida como aprendizagens masculinas.

Assim, como quaisquer outras fontes de pesquisa precisam ser analisadas criticamente, não é diferente quando se trata do relato oral, pois, os entrevistados, ao narrarem suas vivências cotidianas trazem um pouco de suas subjetividades, as memórias acionadas são carregadas de silenciamentos, enquadramentos, recortes. Entretanto, subjetividade e objetividade fazem parte de toda pesquisa, e é isso o que as enriquecem.

Nós somos atravessados não apenas por memórias individuais, mas também coletivas, por exemplo, de uma nação, de uma sociedade ou dos grupos sociais inseridos.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p.02)

Nos depoimentos colhidos, por meio de entrevista do tipo trajetória de vida, os entrevistados nos contaram suas percepções sobre o que é ‘ser’ homem, seus anseios, medos e principalmente seu contato com os atributos ou práticas masculinizantes, como os já exemplificados neste texto, e, notamos que um dos elementos mais recorrentes nas entrevistas foi a violência, tanto física, quanto simbólica.

A violência apareceu nas narrativas de diversas formas e dos mais variados graus. Pensa-se desde violência que causam danos físicos, materiais, até danos psicológicos, com isso, partimos da perspectiva de Sócrates Nolasco (2001) para discutir como a violência está presente em quase todos os momentos do convívio humano, principalmente se considerarmos a constante disputa pelo “poder” como uma forma de propaga-

ção da violência simbólica.

Como afirma Durval Muniz (2003, p. 77), “parece que a masculinidade não está para todos os homens, ela deve ser tomada”, ele precisa a todo momento ‘provar’ que é homem. Compreendemos com isso que o envolver-se em conflitos é a maneira que foi ensinado aos homens a conseguirem seus objetivos, nem que para isso custe sua vida ou de outra pessoa, o correr risco ou exhibir-se é o que importa, o que contribui para uma sociedade violenta, com práticas exacerbadas de intimidações das mais variadas formas.

Como forma de exemplificações dessas violências simbólicas, vivenciadas por homens ver-se algumas expressões como: “você não é homem não?”, “bebe como homem”, “homem não leva desaforo para casa”. Frases como essas muitas vezes fazem desencadear intimidações psicológicas, associadas a virilidade e que podem ter consequências violentas, especialmente para quem não sabe lidar com as circunstâncias e contextos que são interpelados, desencadeando, exacerbação ou ostentação pela força física, trazendo danos a si e a quem fez perguntas. Para além de uma ‘brincadeira’, essas perguntas podem humilhar e, são poucos que teriam inteligência emocional para relevarem tais provocações. Afinal, as ‘piadas’ e/ou brincadeiras, elas também ensinam sobre atributos para as masculinidades que devem ser valorizados ou desvalorizados em um determinado grupo.

Como podemos observar, a violência está presente em diversos momentos do convívio humano e geralmente é interpretado como ‘zoações’. Vejamos a fala de um entrevistado ao retratar como se configurava a dinâmica do grupo de amigos. Quando foi questionado sobre o comportamento dos amigos, em uma festa, onde eles competiam para provar quem ‘pegava’ mais mulheres, e um dos membros do grupo não chegou a encontrar uma garota que o quisesse:

[...] geralmente eles começavam a sorrir: iiii ihhh sorrindo da cara: pegou ninguém, saiu com a boca seca, passou a saliva para ninguém (risos) *tinham essa zoação todinha: rapaz tu é mole demais*, não pegou ninguém tanto de menina que tinha lá e tu não ficou com ninguém, *vai andar com a gente mais não, a próxima vez que não pegar está fora da turma* (risos), era isso chamava de mole e que não tinha pegado ninguém, e *sempre tinha aquela pressão de você ter que ficar, nem que seja com uma feia*, porque tinha uma ideia que depois das doze (SILVA, 2017, s/p, grifos nossos)

Os homens são caçadores, as mulheres são vistas como presas fáceis, vistas como objeto sexual, e como que se estivessem em uma ‘prateleira’, classificadas como bonita, feia. São vistas como ‘prêmios’ de apostas, e que caso algum dos rapazes da ‘turma’ não consiga conquistar são *moles*, metáfora explícita de cunho sexual, insinuando que falhou, não foi ativo demonstrando todo seu ‘potencial’ sexual. Existe uma pressão por parte do grupo, para que *todos* os integrantes ostentem suas conquistas amorosas, o que explicita para esse rapaz e seus amigos, que ser homem significa ganhar a aposta, ser bem-sucedido na ‘caça’ amorosa, ser homem é ter um ótimo desempenho sexual. Notadamente, o que mais assustava nessa confraria, era o fato de que ao final da festa não ter conseguido uma parceira, significava não fazer mais parte do grupo: “não vai andar com a gente mais não, a próxima vez que não pegar está fora da turma”. O fato demonstra além de pressão, violências, como também uma prática recorrente entre os homens, falarem de suas conquistas amorosas. Ser homem nessa perspectiva, provar sua masculinidade a todo custo, e para manter-se no grupo, a condição necessária era não ser *mole*, no duplo sentido da palavra.

Podemos perceber isso como uma violência invisível, que foi naturalizada e que acima de tudo pressiona, oprime, dita

o que *deve ser*, um dos atributos para continuar fazendo parte do grupo social de ‘amigos’. Há outros exemplos quanto às prescrições sobre o ‘ser’ masculino, era necessário participar de competições, para mostrar seu senso de ‘superioridade’ perante os outros homens, privar-se de seus próprios gostos para mostrar-se ‘macho’, como por exemplo, indicações sobre as adequações quanto o que vestir, as companhias que deveriam andar, até o corte de cabelo, podem ser exemplificadas como violência simbólica.

[...] teve um episódio, que eu com 13 a 14 anos deixei meu cabelo crescer [...], cabelo já estava aqui no ombro, então quando meu avô [...] conversava lá na roda dos amigos dele, com os mais velhos, quando eu passei, eles falaram: *corta esse cabelo rapaz, isso é coisa de mulher, é coisa de menina, quer ser é viado, já tinha essa ideia de cabelo grande é para menina, cabelo cortado curtinho é do homem*, aquilo me chocou bastante, eu até falei: mas, isso não tem nada a ver, mas sempre tem aquele negócio de querer reprimir, [...] homem tem que ser homem, tem que ser macho (SILVA, 2017, s/p, *grifos nossos*).

Nesse trecho da entrevista, fica evidente outros atributos para a masculinidade hegemônica, que é vista como heteronormativa, um homem ‘ideal’ não deveria ostentar elementos que tradicionalmente caracterizaria como sendo feminino, como o uso dos cabelos longos. Entretanto, essa prática foi questionada em grandes cidades e, ainda nas décadas de 1960 e 1970, os cabeludos de diversas classes sociais, os hippies, os roqueiros, começaram a circular com as madeixas longas desafiando os que viam esse atributo como apenas feminino, o que nas cidades pequenas traziam desconfortos e desconfiança quanto a sua sexualidade masculina. O entrevistado deixa claro seu incômodo com a geração do avô e amigos dele, que implicava quanto ao

uso dos cabelos longos por um homem, o que para ele é visto como algo unissex. Para esse entrevistado ter cabelos longos não diz nada sobre sua sexualidade, ele se identifica como hetero. Essa outra questão levantada na narrativa pelo entrevistado é que ser homem significa não ser homossexual, colocando a orientação sexual como algo normativo e excludente. Por isso, enfatizamos que não existe uma masculinidade, mas masculinidades, que em muitas situações uma será considerada hegemônica, e as outras, dissidentes.

Este tipo de violência é comum nas diferentes fases da vida, em especial na adolescência, mas não se restringe a ela, da passagem da infância a vida adulta é nesse período que se configura com maior força a construção da virilidade nos garotos. Retornando à entrevista, percebemos duas vertentes um confronto, uma masculinidade tradicional, exemplificada na figura do avô, que representa uma visão mais cristalizada sobre os atributos da masculinidade, enfatizando que os homens ‘precisam’ se comportar de forma viril a todo custo, andar como macho, de cabelo curtinho, e que isso seria sinal de sua heterossexualidade.

Por outro lado, observa-se que os atributos para a masculinidade, como os cabelos curtos ou longos, são ressignificados, entretanto, observamos que avô e neto possam concordar quanto à questão da sexualidade, uma nova percepção quanto ao atributo de masculinidade é interpelada, para o neto, os atributos da corporeidade, no que diz respeito a cabeleira, são ressignificados, portanto, ter cabelos longos não é um impedimento de ser reconhecido e respeitado entre os seus amigos da mesma geração.

Esses perfis de masculinidades que permeiam nossa sociedade exemplificam que estão ocorrendo mudanças de forma muito lenta quanto aos atributos que caracterizam a masculinidade, entretanto, existem muito mais permanências com a cultura do avô.

3. O que nos informam os boletins de ocorrências sobre masculinidades

O trato com fontes policiais são fontes riquíssimas sobre o cotidiano de uma sociedade. Entretanto, são fontes que requerem cuidado, especialmente, o pesquisador para se utilizar desses documentos é necessário seguir uma conduta ética, após receber prévia autorização do agente responsável pela instituição, deverá preservar o anonimato dos sujeitos envolvidos.

Os pesquisadores precisam lembrar que não existe imparcialidade, “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2006, p. 63), ou seja, não se ater aquela narrativa como única verdade, não analisar a fonte partindo apenas da perspectiva que ela foi escrita, pois como afirma Michel Foucault : “a análise do discurso assim entendida não desvenda a universalidade de um sentido” (FOUCAULT, 2014, p. 66).

Portanto, não podemos *comprar* esse discurso como única verdade, pois essas narrativas, embora oficiais, são carregadas de graus de preconceitos, visões de mundo de quem as escreveu, é importante questioná-los, interrogá-los. Entendendo isso, o pesquisador tem que levar em consideração os critérios básicos, como por exemplo, uma das principais perguntas a serem feitas: quem a redigiu? Quais foram as circunstâncias de produção dessa fonte?

Com isso, chega-se a um ponto muito importante e que causa muitas críticas ao sistema de atendimento nas delegacias. O atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar nessas instituições, geram um determinado desconforto por parte de quem procura a delegacia, muitas vezes são julgadas, por isso a necessidade de um atendimento especializado, porque as mulheres em situações de violências

já estão muito fragilizadas, muitas vezes demoram para procurar a delegacia, e quando chegam ao local, muitas vezes, o atendimento não é adequado.

E piora esse quadro, quando em uma cidade as denúncias de violências são recorrentes, e não existe delegacia especializada ao atendimento dessas mulheres, o que muitas vezes, pode ser um empecilho a mais nas inúmeras dificuldades que as vítimas têm para denunciar os atos de violências que sofrem. As dificuldades começam pela forma de abordagem, desde o registro dos boletins de ocorrências, às perícias de corpo-delito, sobretudo em casos de violências sexuais. Dessa forma, um número elevado de ocorrências não chega a ser registradas nessas instituições.

Com o surgimento da Lei 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha vem se tentando articular ações de maneira a minimizar essas situações, como é o caso do art. n.º 8, incisos IV e VII, que prevê “a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à mulher”. Além disso, “a capacitação permanente das Polícias Cíveis e Militares, da Guarda Municipal e Corpo de Bombeiros [...]” (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha tem o propósito de conscientizar não só as mulheres, mas também homens, para minimizar esse tipo de violência institucional que as vítimas acabam sofrendo ao denunciarem algum tipo de violência. Por intermédio de políticas públicas, de realização de campanhas, promoção de eventos que tratem do assunto assim como, procurar parceria com outras instituições como: o Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS, dentre outros órgãos que amparam as mulheres vítimas de violências.

Considerando que vivemos em uma cultura da violência e associada à masculinidade hegemônica, considerada “ideal”, que na realidade não existe, seria apenas uma tentativa de ma-

nutenção de posturas e práticas nas quais não representam todos os homens, ou seja, cria-se um modelo de homem heterossexual, branco, forte, viril, violento, sem necessariamente ‘ser’ um padrão universal, existem diversas masculinidades, homens são diferentes. Entretanto, existe um discurso social para que se compreenda e tenha expectativa para que o perfil de masculinidade hegemônica seja o único a ser socializado e subjetivado desde a infância, conforme foi descrito anteriormente.

Como afirma Fabrice Virgili em um artigo intitulado “Virilidades inquietas, virilidades violentas” no livro *História da Virilidade vol. 3*, nota-se que:

Do alvorecer do século XX ao início do século XXI, os homens violentaram as mulheres, não como eles teriam agido contra outros homens, por razões crapulosas, políticas ou de rivalidade, mas *porque eles achavam simplesmente que isso era normal e necessário à sua condição de homem* (VIRGILI, 2013, p.114).

A violência contra as mulheres era percebida e vista como costume, os homens foram ensinados desde a infância que para serem considerados ‘homens de verdade’, precisam subjugar, ser violento com outra pessoa, vencendo os ritos de passagens, especialmente mostrando sua dominação sobre as mulheres, práticas essas que há muito se criaram e ainda hoje têm reflexos alarmantes na sociedade com os altos índices de violência. A violência contra as mulheres (e contra outros homens) se tornou um problema de saúde pública, “decorrente de uma cultura machista e sexista, campo fértil de onde são plasmados os homens agressores” (BAHIA, 2014, p. 03).

Percebe-se assim como Foucault estava correto ao tratar dos poderes e micros-poderes, nota-se que as relações de gênero são relações de poder, onde o homem exerce seu poder sobre outros homens e sobre as mulheres.

O que se percebe ao analisar alguns perfis de masculinidades é que há um sentimento de posse do homem sobre a mulher e com isso, qualquer possibilidade “de perder aquela que se pensava possuir, funciona como uma negação do poder, da autoridade e da virilidade onipotente” (VIRGILI, 2013, p. 101). A manutenção do poder e da masculinidade do homem é colocado a prova quando este “perde” a mulher, a qual ele tinha como objeto de seu domínio, esse fato, que mais se volta para uma perspectiva de problema psicológico, é reconhecido também como um problema social.

Vejamos alguns boletins de ocorrências (BO's), registrados na cidade de Oeiras, na Delegacia Regional de Polícia Civil. Nesses documentos nota-se que muitos homens cometem crimes no intuito de manter sua dominação, ou tentar provar sua virilidade sobre os outros homens e mulheres, como é explicitado a seguir, tentativa de assujeitar a ex-namorada.

Nº: 112391.001556/2016-66

Natureza da Ocorrência: Ameaça

Declara a noticiante que *há um ano vem sendo ameaçada pelo ex-namorado* [...] que a noticiante diz que terminou o namoro [...] em fevereiro do ano passado e desde então ele passou a lhe ameaçar, tipo assim: “*se você não for minha, não será de ninguém*”. (OEIRAS, 2016, *grifos nossos*).

Como podemos observar a ocorrência foi registrada em 2016, a natureza da ocorrência foi tipificada como ‘Ameaça’, a narrativa também informa que o término do relacionamento ocorreu há exatamente um (01)ano, portanto, o ex-namorado continuou reiteradamente a ameaça. Ela não tem sossego e na visão misógina e machista dele, ela não teria o direito de seguir a sua vida. A vítima, talvez por medo, não tenha feito a denúncia antes por entender que as ameaças fossem passageiras, entretanto, quando as ameaças se tornaram constantes e mais

severas com risco de vida, ela registrou a denúncia.

Sobre o agressor, o que se percebe é que para manter o seu suposto domínio sobre a sua ex-companheira, recorre a violência psicológica, ameaçando-a de morte, “se você não for minha, não será de ninguém”, ou seja, expressão essa que indica além de uma dependência emocional, uma forma de coação para que ela não se envolva em outros relacionamentos, como se a mulher pelo fato de tê-lo namorado, seria uma propriedade sua.

O sentimento de posse sobre a mulher, mesmo numa relação não legalizada pelo matrimônio, transformava (e ainda transforma) em assassinos *homens inconformados com o abandono*, visto como equivalente à traição. Esse sentimento despertava, senão a tolerância, ao menos a compreensão da sociedade diante de crimes passionais cometidos por homens (LAGE; NADER, 2012, p. 293, grifos nossos).

Na afirmação das autoras, a violência ocorre em todos os tipos de relacionamentos íntimos, seja, namoro, noivado, não apenas casamento formal, mas, também os relacionamentos não legalizados, que nos boletins aparecem como *conviventes*, ou seja, é uma união estável não legalizada, os homens se sentem superiores as mulheres, não reconhecem o direito delas de seguirem uma vida sem eles, não aceitam serem abandonados, como se sua virilidade fosse ferida. O abandono tem equivalência de sentido ao da traição, ela na perspectiva dele não teria o direito de terminar o relacionamento. O que é mais chocante é perceber que muitas vezes essas atitudes vistas como ‘normais’ em uma sociedade com a analisada, como se de certa forma a sociedade legitimasse esse tipo de comportamento.

As situações de violências não têm apenas os homens como agressores, têm-se em número bem reduzido mulheres que praticam violência contra os homens ou contra outras

mulheres. Portanto, como vimos, a masculinidade tradicional atrelada a violência é uma construção cultural, não é inato, é importante, ressaltar que nem todos os homens oeirenses reproduzem os estereótipos de ‘macho’ violento, como também provavelmente o de pai zeloso e provedor, a seguir exemplificaremos, uma dessas situações, o homem que sofreu violência, uma indagação nos rondou, o que motivou esse indivíduo denunciar? Possivelmente, seria julgado pelo escrivão que iria atendê-lo? Será que para esse homem, nem tudo se resolve com violência? O estereótipo de provedor e pai de família o mobilizou? Vejamos o caso.

Nº 112390.000138/2015-80

Natureza da ocorrência: Ameaça

Declara o noticiante que conviveu em regime de união estável com a pessoa de [...], coisa de um ano; que dia 14/01/2015, *após uma briga terminaram com o relacionamento*; que, afirma o noticiante que no ato da discussão, a noticiada ainda tentou lhe agredir com uma faca; que, nesta mesma data a amiga da mesma de nome [...] que por volta das 13 horas de hoje dia 22/01/2015, sua ex-convivente acompanhada de uma amiga de nome [...], *foi até o local de trabalho do noticiante, ocasião em que sua ex-convivente lhe fez várias ameaças de morte. Que, afirma o noticiante, que sua ex está grávida.* (OEIRAS, 2015).

A situação acima mencionada foi registrada em 2015, o senhor narra que o relacionamento deles era do tipo marital, união estável, que após uma briga houve o término, o que fica claro que partiu dele, e que com o desfecho a sua ex-convivente, inconformada ao que se supõe, ela *tentou* agredi-lo na residência e posteriormente no seu local de trabalho, ele sofreu ameaça de morte, dessa vez sua ex estava acompanhada de uma amiga, o que demonstra solidariedade feminina. Fi-

camos também sabendo que sua ex-convivente está grávida, e que o duplo abandono, não apenas em relação ao aspecto marital como também em relação ao filho, possivelmente tenha justificado essa senhora a tentativa de agressão e ameaça feitas ao seu ex-convivente, o que não justifica uma agressão.

Será que essa reação violenta da sua ex-convivente não foi uma reação à violência moral ou simbólica provocada por ele, como por exemplo, de possivelmente duvidar da paternidade? Não sabemos, mas supomos baseados na realidade sociocultural analisada é que para uma mulher, provavelmente sem trabalho, e agora tendo que sustentar-se e ao seu filho, não seria uma vida fácil, visto que existem índices alarmantes de abandono paterno, tanto material quanto afetivo.

Possivelmente, existem outros motivos por trás de uma denúncia dessas, pode ser até mesmo que este homem que registrou a ameaça sofrida, também seja um agressor, embora não tenha a agredido fisicamente, muitos homens não reconhecem violências que ele tenha causado a ela anteriormente, como violências psicológicas, morais e patrimoniais.

A narrativa dessa fonte policial traz também ao debate a não valoração do estereótipo de provedor e pai de família por parte desse homem. Possivelmente, ser chefe de família não estivesse nos planos do homem que narrou a ameaça recebida. Outro ponto a ser destacado é que, geralmente, as mulheres agredem para se defender, detalhe ela estando grávida tem mais dificuldades ou menores chances de se defender, mas, na narrativa ganha destaque, uma versão que apenas ela *tentou* agredi-lo. O homem que fez a queixa contra a ex-convivente não mencionou detalhes da *briga* que tiveram antes do término do relacionamento. Não sabemos se o escrivão deu importância a esse detalhe, se aos menos perguntou, pelo menos não há detalhes na narrativa descritiva do boletim de ocorrência. Essa fonte de pesquisa traz elementos da diferença na lingua-

gem, quando na descrição dos boletins em uma perspectiva de gênero, foi o que constatou (OLIVEIRA; BRITO, 2020), ao analisar os registros das queixas policiais em Oeiras, nos chamando a atenção para o fato de estarmos atentos quanto à constituição das fontes, não apenas quanto a sua materialidade, como também a sua linguagem e ao contexto da produção dessa fonte a partir do gênero (se masculino ou feminino) que escreve o relato do boletim de ocorrência.

Ao analisarmos os registros da queixa por gênero perceberemos diferenças significativas, por exemplo, os boletins dos registros feitos pela policial do gênero feminino, eram narrativas mais densas, com mais detalhes da ocorrência, portanto, eram registros mais longos se comparado aos registros feitos por policiais do gênero masculino, operando o que chamou de sentimento de simpatia ou solidariedade masculina (OLIVEIRA; BRITO, 2020).

4. Considerações finais

O campo historiográfico dos Estudos de Gênero alargou os objetos, as metodologias e teorias na escrita da História, as Masculinidades são tributários desse alargamento, vimos que ela é uma construção cultural, percebida também como atributo frágil que precisa provar aos outros a todo custo, vimos também que as masculinidades estão envoltas em ideias e práticas plurais.

Como a masculinidade é histórica e plural, significa que muda na temporalidade e sociedades, (e dentro desta), portanto, não é natural-biológica, os homens não nascem violentos, eles aprendem ao longo da vida a serem violentos, e que não devemos generalizar, alguns homens já estão desnaturalizando essa cultura da violência, os que estão sendo socializados no início deste século XXI também já estão crescendo com

valores cada vez mais igualitários na sociedade, embora seja uma mudança muito lenta, enfatizamos que da mesma forma que existem na nossa sociedade homens violentos, existem também mulheres violentas, assim como existem homens pacifistas, existem mulheres pacifistas.

O que podemos considerar neste texto sobre alguns perfis de masculinidades e vivências cotidianas violentas em Oeiras, foi o fato de os gêneros, masculino e feminino estarem enredados em uma cultura patriarcal, machista e misógina, existem também algumas fissuras a essa questão cultural. Vimos que muitos discursos culturais e sociais tentam enquadrar todos os sujeitos em determinados padrões, os estereótipos, há indivíduos que não se prendem a estes padrões tradicionais de masculinidade ou feminilidade, e se (re)constroem de formas subjetivas plurais.

A masculinidade tradicional (violenta) há muito tempo é responsável por mortes, tanto masculina quanto feminina, e que felizmente vem sendo questionada pelos movimentos feministas, estudar as masculinidades a luz da renovação que esse movimento político e igualitário trouxe é importante para remover as diversas opressões sociais, dentre elas as de gênero. A identidade masculina construída a partir de práticas perigosas como provar que é homem usando a violência, dirigindo alcoolizado, ou se envolvendo em situações de violência contra as mulheres, matar e morrer em nome de uma masculinidade doente são temáticas a serem refletidas e estudadas por fazer parte não apenas do passado, como também do nosso presente.

O *tornar-se homem* pode ser construído sob outros elementos como: o respeito, o cuidado, a empatia, ou seja, buscar novos atributos para a masculinidade, questionando os atuais, revestidos como vimos de pressão para ter que afirmar e reafirmar sua masculinidade a qualquer custo. A masculinidade também está

em volta de medos que assombam: duvidarem da sexualidade ou de se parecerem femininos, o que é algo que precisa ser desconstruído, porque somos diferentes e múltiplos, e que talvez ter um pouco de feminino ou de masculino em cada um dos seres humanos é valoroso. Fato talvez que ajude os homens a serem mais empáticos e assim construïrem uma sociedade que possam viver sem violêncïa, ou com menos violêncïa para que mulheres e homens possam construir juntos uma sociedade mais justa, democrática com igualdade entre os gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALBERTI, Verena. *Ouvir e contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: a invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920 – 1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

BAHIA, Ministério Público. Centro de apoio Operacional dos Direitos Humanos. Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher. *Papo de homem: unidos na prevenção da violência doméstica e na promoção da convivência pacífica*. Salvador: Ministério Público da Bahia, 2014.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: _____. PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 25-79.

BOURDIEU, PIERRE. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. P. 7-16.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Maria da Penha*. Lei nº 11340/2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as

Mulheres. 2006.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina. EDUFPI, 2008.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

DANTAS, Valderlany Mendes. *A (in)visibilidade das violências praticadas contra mulheres e meninas na cidade de Oeiras no período de 2009 a 2016*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Estadual do Piauí, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

JABLONKA, Ivan. A infância ou a viagem rumo a virilidade. In: _____. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade: o triunfo da virilidade - o século XIX (vol 2)*. Tradução de João Batista Kreuch e Noeli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.37-73

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: _____. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-312.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

NOLASCO, Sócrates. *De Tarzan a Homer Simpson: banaliza-*

ção e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OEIRAS. Delegacia Regional de Polícia Civil. *Boletim de Ocorrência*. Nº 112390.000138/2015-80. 2015.

OEIRAS. Delegacia Regional de Polícia Civil. *Boletim de Ocorrência: ameaça*. Nº 112391.001006/2015-66. 2015.

OLIVEIRA, Angela Maria Macedo de. BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. *Vidas que importam: violência de gênero e biopolítica no sertão piauiense (1994-2007)*. In: SOUSA NETO, Marcelo; ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (orgs). *A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita* (vol. 2). Teresina: EdUESPI, 2020. p.207-228. E-book: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/viem?4/324-2>.

OLIVEIRA, Angela Maria Macêdo de. Mapeando a violência contra as mulheres no sertão piauiense: os perfis das vítimas nos registros das queixas no ano de 2007. In: MARINHO, Jo-seanne Zingleara Soares; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (orgs). *Anais do I Congresso Internacional de Gênero, Práticas e Epistemologias: abordagens contemporâneas* (E-book). Teresina: FUESPI, 2021, p.29-46. Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book?45>.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In:_____. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.5, n.10, 1992. pg. 200-212.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Masculinidade, alcoolismo e violência em Oeiras: uma análise da construção histórica dos gêneros (2015-2016)*. 2018. TCC (Graduação em História), Universidade Estadual do Piauí, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise his-

tórica. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/generodh/gen_categoria.html. Acesso em 23 de dez de 2016.

SILVA, M. D. F da. *Entrevista concedida a Antônio Bispo dos Santos*. Oeiras, setembro de 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

URRA, Flávio. Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência. In: BLAY, Eva Alterman. *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.117-138.

VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In:_____. *História da virilidade vol. 3*. CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 83-114.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*. 2001.

Sobre as autoras e autores

Angela Maria Macedo de Oliveira

Profa Assistente III da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Poeta Torquato Neto. Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em História (UFPI). Tem experiência na área de História, atuando principalmente nas seguintes temáticas: Violência Doméstica e Familiar, Gênero, Família, Direitos Humanos. É líder do Grupo de Pesquisa, História Cultura e Gênero – GRUPEHCGE cadastrado no CNPQ/UESPI. Vinculada também aos Grupos de Pesquisa História, Cultura e Subjetividade (UFPI), Núcleo Permanente Interdisciplinar em Direitos Humanos (UESPI). E-mail: angelaoliveira@cchl.uespi.br

Antonia Valtéria Melo Alvarenga

Pós-doutora em Direito pela Università degli Studi de Messina -Itália. Pós-doutora em História pelo PNPd-CAPES, Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011). Possui mestrado em Educação, área de concentração Docência Superior pelo Instituto Latino Americano e Caribeño, com revalidação pela Universidade Federal do Piauí. É doutoranda em Direito pela Universidad Lomas de

Zamora-AR. É especialista em Ensino Superior; em Educação e Sociedade; em História Política Contemporânea; em Direito Processual e em Direito Constitucional. Possui graduação em Lic. Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1990), graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (2005). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí e da Universidade Estadual do Maranhão. É líder dos grupos de pesquisa Estado, Poder e Política (UESPI) e História e Políticas Públicas (UEMA). Tem experiência na área de Políticas Públicas, trabalha com Direito Administrativo e História do Direito; Teoria da História, Políticas Públicas de Saúde e atualmente pesquisa a relação políticas públicas de natureza afirmativas, neoconstitucionalismo e nação. Membro da Academia de Ciência do Piauí- ACIPI

Antonio Bispo dos Santos

Graduado em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Professor Possidônio Queiroz – Oeiras/PI. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nas seguintes temáticas: Masculinidades, Gênero. Integra a linha de Pesquisa Gênero, Violências e Direitos Humanos do Grupo de Pesquisa, História Cultura e Gênero – GRUPEHCGE cadastrado no CNPQ/UESPI. E-mail: antoniosantosuespi@gmail.com

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista em Produtividade Científica UFPI. Professora de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. E-mail: cfontinelles@gmail.com

Danielle Filgueiras Santos

Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. Desenvolveu como bolsista voluntária a pesquisa PIBIC (UESPI 2018-2019) que teve por título: Os Postos de Puericultura no Piauí: Estado, Filantropia e Médicos na atuação da saúde materno-infantil (1946-1959), orientada pela Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho, com o qual obteve Menção Honrosa em 3º lugar de pesquisas PIBIC na área de Ciências Humanas (UESPI, 2019). Foi bolsista remunerada com a pesquisa PIBIC (UESPI 2019-2020) intitulada: As águas levadas pelo rio Parnaíba: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970), com Menção Honrosa em 3º lugar de pesquisa PIBIC na área de Ciências Humanas (UESPI, 2020), também sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho. Bolsista remunerada do Programa Institucional de Residência Pedagógica (UESPI 2020-2022). Integrante do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) (UESPI). E-mail: daniellefilgueiras@outlook.com

Andrews Willisses Ferreira Costa

Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduando em Licenciatura em História pela mesma Universidade. E-mail: andrews99.w@gmail.com

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí (2010), especialista em História do Brasil pela Faculdade Latino Americana de Educação (2011), mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2013) e doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2016). É

co-líder do grupo de pesquisa História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq), integra a Rede de Pesquisa em História e Cultura no Mundo Contemporâneo, o Núcleo de Estudos em História Social das Cidades (PUC-SP) e o GT Nacional de História Cultural da ANPUH. Atualmente é professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Desenvolve estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Professor Adjunto de História da UESPI, no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba; Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV); Coordenador Acadêmico Local do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na UESPI; Coordenador do GT Estadual Mundos do Trabalho Piauí; integra o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) e o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT). E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br

Fernando Bagiotto Botton

Doutor em história pela UFPR/UBA com Pós-doutorado pela UNICENTRO. Atualmente é professor do curso de História da UESPI campus Parnaíba, além de ser coordenador do curso e professor orientador do programa Residência Pedagógica. Também é professor e orientador no Mestrado Profissional em História ProfHistória UESPI/UFRJ.

Gabriel Rocha da Silva

Mestrando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella em Teresina- PI.

Graduado com láurea acadêmica em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina- PI. Foi aluno do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-Voluntário) em 2018 com a pesquisa intitulada “Rizoma Endêmico: a segmentação territorial da hanseníase em Teresina-PI (2006-2016)” e em 2019 (PIBIC-UESPI) com a pesquisa intitulada “Doença Negligenciada: a expansão da hanseníase na periferia de Teresina-PI (2006-2016)”, que recebeu o 1º lugar na área de Ciências Humanas no XVIII Seminário de Iniciação Científica (UESPI). Atualmente participa do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política - NEEPP (UESPI).

George Gabriel de Amorim

Professor de História. Graduação pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Clóvis Moura. Bolsista PIBIC/CNPq, 2017-2018. E-mail: georgedavispi@hotmail.com

Iago Tallys Silva Luz

Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal do Piauí. Integra o grupo de pesquisa História, Cultura e Subjetividade. Desenvolveu iniciação científica, participou do projeto de extensão Pré-ENEM Popular Paulo Freire, integrou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e, atualmente, integra o Programa Residência Pedagógica no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Jakson dos Santos Ribeiro

Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em

História (UEMA). E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com

Joab Viana de Mesquita

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Pesquisador PIBIC/UESPI (2020-2021).

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Exerce a função de Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Departamento de História, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina. Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UESPI). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Realiza pesquisas em História da Saúde, das Doenças e das Ciências, Políticas Públicas, Gênero e Ensino de História. É líder do Grupo de Pesquisa História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do GT de História da Saúde e das Ciências da ANPUH-PI. E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br

Kayron Eduardo Pereira da Silva Fontineles

Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Clóvis Moura. Bolsista PIBIC/CNPq, 2018-2019. E-mail: fontineleseduardo@gmail.com

Lais Isabelle Rocha de Souza

Graduanda em História CESC-UEMA, Bolsista PIBIC/UEMA. E-mail: rochaisabellesouza@outlook.com

Maíra Nascimento dos Santos

Graduanda em História pela UESPI, Campus Parnaíba. Já atuou como professora em escolas de reforço escolar e também

foi bolsista trabalho junto às coordenações do campus. Atualmente está no último ano do curso e está atuando como bolsista residente CAPES no Programa Residência Pedagógica.

Marcelo de Sousa Neto

Professor Associado da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Clóvis Moura. Coordenador de Área, História/ PIBID/UESPI. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória – UESPI/UFRJ). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br

Mário de Sousa Oliveira

Graduação em História na Universidade Estadual do Piauí – UESPI/CCM. Pesquisador PIBIC/CNPq – 2018/2019; 2019/2020; 2020/2021.

Marta Gleiciane Rodrigues Pinheiro

Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC. E-mail: martha.gleiciane123@gmail.com

Pedro Pio Fontineles Filho

Doutor em História Social (UFC). Professor do Mestrado Profissional em História da UESPI. (ProfHistória/UESPI). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Mestre em História do Brasil (UFPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História (UESPI). Graduado em Letras-Inglês (UFPI).

Raimundo Nonato Santos de Sousa

Graduado em História Licenciatura pelo Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão - CESC/UEMA. Integra Especializando em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Educação do Piauí - FAEPI. o grupo de pesquisa História e políticas públicas da Universidade Estadual do Maranhão. Foi pesquisador-bolsista PIBIC/UEMA (2017-2018), pesquisador-bolsista PIBIC/FAPEMA (2018-2019), pesquisador colaborador UNIVERSAL/FAPEMA (2018-2020) e pesquisador-bolsista PIBIC/UEMA (2019-2020). Atuou também entre 2020 e 2021 como bolsista no Programa Residência Pedagógica, promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desenvolve pesquisas relacionadas com os seguintes temas: chefia familiar feminina, família, fotografia, ensino de História, cidade, pobreza, memória, inclusão escolar, acessibilidade, deficiências e neuroaprendizagem.

Rebeca de Carvalho Melo

Graduação em História na Universidade Estadual do Piauí – UESPI/CCM. Pesquisadora PIBIC/UESPI – 2019/2020.

Thayná Guedes Assunção Martins

Mestranda em História, Cultura e Identidades na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Poeta Torquato Neto, e em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Foi Bolsista remunerada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC entre os anos de 2019 e 2020, com o projeto intitulado “Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe”: A negação do maternalismo em Teresina (1995-2018), sob a

orientação da Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho. Participou como Bolsista Voluntária do Projeto de Extensão Curso Interdisciplinar Sobre Teoria e Metodologia dos Estudos de Gênero: Educação, História e Sociedade na UESPI (2018-2019). É membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) UESPI. Publicou capítulos em e-book e livro físico, bem como participou de diversos eventos científicos apresentando e publicando trabalhos. E-mail: thaynaguedes1996@gmail.com

Thalia Lorena Galeno de Araújo

Discente do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba e integra o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP), tendo atuado como Bolsista PIBIC (2019-2020) no projeto intitulado “História da indústria de laticínios no Piauí: um estudo de caso sobre o “Laticínio Longá” (1992-2015).” E-mail: thaliaaraujo@aluno.uespi.br

Veronica Lima de Amorim Matos

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: veramaattos@gmail.com